

plural

revista de ciências sociais

USP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA

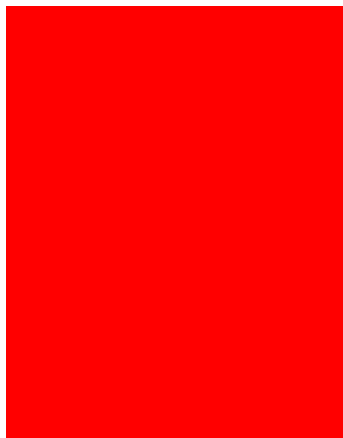
v.22 nº1 | ISSN 2176-8099 | primeiro semestre de 2015

revistas.usp.br/plural



plural

REVISTA DO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA DA USP



22

Departamento de Sociologia
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Plural

Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP)

Universidade de São Paulo
Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago
Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Diretor: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Vice-Diretor: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

Departamento de Sociologia
Chefe:
Prof. Dr. Brasília João Sallum Júnior
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação:
Profa. Dra. Vera da Silva Telles
Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação:
Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto
Secretários do PPGS:
Maria Ângela Ferraro de Souza e Gustavo Barboza Mascarenhas

Equipe Editorial - Revista Plural v. 22, n. 1

Comissão Editorial
Álvaro Comin, Marcos César Alvarez e Ricardo Mariano (editor responsável)

Comissão Executiva
Camila Gui Rosatti, Gabriela Pereira Martins, José de Souza Muniz Júnior, Lucas Amaral de Oliveira, Luiz Vicente Justino Jácomo, Mariana Toledo Ferreira, Monise Fernandes Picanço, Rodrigo Correia do Amaral, Sara Tufano e Ugo Urbano Casares Rivetti.

Conselho Científico
Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flavio Wiik, Heloisa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Lívia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa e Simone Meucci.

Equipe Técnica
Diagramação: Diagrama Editorial
Revisão de texto: Meiry Ane Agnese

Capa: Gabriel Kubrusly – sem título, junho de 2013 (<http://gqkubrusly.wix.com/g-kuby#!sobre/c786>)

Financiamento: CAPES

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Comissão Editorial nem do Conselho Científico.

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP, Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP 05508-900 - São Paulo - SP - Brasil
E-mail: plural@usp.br
Site: <http://revistas.usp.br/plural>
Facebook: www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416

Publicação eletrônica semestral referente ao 1º semestre de 2015. Plural. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, v. 22, n. 1, 2015.

ISSN: 2176-8099
1. Sociologia 2. Ciências Sociais

SUMÁRIO



Editorial	1
Comissão Editorial	

Dossiê

“Movimentos Sociais e Instituições Políticas na América Latina”

Campos de conflitividade política e movimentos sociais no Equador da Revolução Cidadã.	4
Franklin Ramírez Gallegos e Soledad Stoessel	

A crise das esquerdas mexicanas à luz do movimento pelos “43 de Ayotzinapa”, em 2014.	30
Massimo Modonesi	

O conflito social no Chile: Estado, mercado e democracia.	53
Carlos Ruiz Encina	

Uruguai: os movimentos sociais durante o governo de José Mujica (2010-2015) . .	66
Carlos Moreira e Tamara Lajtman	

Mobilização social e mudanças políticas: revisitando o conceito de gramáticas de ação política	83
Ana Natalucci	

Democratização e política do confronto: perspectivas analíticas das redes no Brasil e na Argentina (1978-1984)	107
Rafael de Souza	

Entrevista

Movimentos sociais, partidos políticos e análise de redes: uma entrevista com Ann Mische	131
Realizada por Catalina González Zambrano, Gabriela Pereira Martins e Rafael de Souza	

Tradução

Encarando um mundo desigual	142
Michael Burawoy	
Tradução de José Guirado Neto	

Artigos

A questão universitária em Max Weber: entre escritos metodológicos e Sociologia Política	182
Mariana Toledo Ferreira	
O terror do positivo: <i>O alienista</i> e o positivismo comteano	209
Elton Corbanezi	

Resenha

Ernesto Laclau e sua contribuição para a teoria política	233
Fernando dos Santos Modelli	

Entrevista

Por uma Sociologia marxista da religião: entrevista com Michael Löwy	242
Realizada por Deni Alfaro Rubbo e Marcelo Netto Rodrigues	

Em novembro de 2014, a *Plural* comemorou vinte anos, trazendo ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo o primeiro Simpósio Internacional “Movimentos Sociais e Instituições Políticas na América Latina”. Nesta edição de número 22.1, apresenta-se um dos resultados desse evento celebrativo: o dossiê homônimo, organizado por Franklin Ramírez Gallegos, professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, com contribuições de uma lavra de sociólogos dos seguintes países: Equador, México, Chile, Argentina, Brasil e Estados Unidos.

Os movimentos sociais têm sido um tema caro às Ciências Sociais, sobretudo na América Latina. A questão voltou à tona com força redobrada na Sociologia, depois da onda de protestos globais que se seguiram à crise econômica de 2008, com atenção especial para a chamada Primavera Árabe, os protestos estudantis no Chile e as manifestações contra o aumento da tarifa do transporte coletivo nas principais cidades brasileiras. Esta edição revela como a permanência do tema em análises recentes pode fornecer elementos para compreender os contornos e limites da onda contemporânea de indignação. A partir de perspectivas teóricas, problemas analíticos e recursos metodológicos distintos, o dossiê expõe diferentes panoramas sobre a relação entre movimentos sociais, instituições políticas, Estado e mercado, em seis países latino-americanos.

A capa dá feição a essa heterogeneidade de pontos de vista. No ímpeto dos protestos, a foto que abre a edição traz um pequeno *flash* das reivindicações que levaram milhares a tomar de assalto as ruas brasileiras, reverberando uma miríade de vozes no espaço público. A imagem, concedida pelo sociólogo e fotógrafo Gabriel Kubrusly, exhibe um instante bastante singular do dia 17 de junho de 2013, em uma convulsionada noite carioca.

O dossiê principia com o trabalho de Franklin Ramírez Gallegos, da FLACSO-Ecuador, e Soledad Stoessel, da Universidade Nacional de La Plata, intitulado “Campos de conflitividade política e movimentos sociais no Equador da Revolução Cidadã”. Os autores analisam as transformações abruptas por que passou a sociedade equatoriana, nos últimos anos, para mostrar a capacidade da ação coletiva na construção de problemas públicos, em meio a uma crise de representação e ao recuo de movimentos sociais. Por sua vez, “A crise das esquerdas mexicanas à luz do movimento pelos ‘43 de Ayotzinapa’, em 2014”, de Massimo Modonesi, da Universidade Nacional Autónoma do México, versa sobre a onda de protestos contra o assassinato de estudantes de uma escola rural em Iguala, cidade do Estado de Guerrero, lançando hipóteses sobre o impacto político das manifestações e as oportunidades abertas para a renovação da esquerda mexicana.

No artigo “O conflito social no Chile: Estado, mercado e democracia”, Carlos Ruiz Encina, da Universidade do Chile, discute o esgotamento da política firmada no pacto chileno de transição para a democracia. Para tanto, mostra como os processos de privatização e ampliação da desigualdade se encontram no cerne da formação de novos atores e da insatisfação com o governo, contexto que abre possibilidades de reestruturação política. Dos limites da política chilena, passamos à participação social no Uruguai. Carlos Moreira e Tamara Lajtmán, da Universidade Nacional Autónoma do México, em “Uruguai: os movimentos sociais durante o governo de José Mujica (2010-2015)”, reconstituem o que consideram ser um processo de revitalização da participação que vai além das atividades efetuadas pelos partidos políticos, durante o governo de Mujica. Investigam, assim, a emergência de novos movimentos, suas características organizativas e o impacto das mobilizações nas políticas públicas mais recentes.

Em “Mobilização social e mudanças políticas: revisitando o conceito de gramáticas de ação política”, Ana Natalucci, da Universidade de Buenos Aires, discute mudanças que ocorreram na dinâmica das mobilizações na Argentina, a partir da posse do Presidente Néstor Kirchner. A pesquisadora emprega a categoria “gramáticas de ação política” para problematizar a forma que assumiram os efeitos da mobilização popular no país: foram assimilados, integraram-se ou recriaram suas pautas de ação? Já o pesquisador Rafael de Souza, da Universidade de São Paulo, em “Democratização e política do confronto: perspectivas analíticas das redes no Brasil e na Argentina (1978-1984)”, revela a potencialidade da teoria de análise de redes para estudar transições políticas. Ao comparar os casos brasileiro e argentino, evidencia como a compreensão das redes de atores envolvidos na redemocratização dos dois países importa para entender de que forma os processos de inovação cultural e as novas identidades políticas foram estabelecidos.

O dossiê apresenta, por fim, uma entrevista com Ann Mische, socióloga da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos, e especialista em movimentos sociais e redes de protestos. Na conversa com Catalina González Zambrano, Gabriela Pereira Martins e Rafael de Souza, Mische se detém, sobretudo, em sua pesquisa no Brasil com jovens ativistas, durante a reconstrução democrática, explorando, ao mesmo tempo, retóricas apartidárias ou antipartidaristas presentes nos anos 1990 e seu ressurgimento nos protestos de 2013.

A edição publica, ainda, “Encarando um mundo desigual”, texto recente do sociólogo Michael Burawoy, da Universidade da Califórnia, Berkeley, traduzido por José Guirado Neto. Burawoy parte dos conceitos de “mercadorias fictícias” e “contramovimento”, de Karl Polanyi, para defender a tese de que a Sociologia global

deve não só interpretar a desigualdade mundial, mas se engajar na transformação dessa condição. Para tanto, toma como ponto de partida visões sobre desigualdade externas à Sociologia, a fim de elaborar uma teoria em diálogo com experiências globais diversas da mercantilização, desenvolver uma metodologia crítica e uma política em defesa da centralidade da sociedade civil contra o crescente poder do mercado e do Estado.

É disponibilizada aos leitores, também, uma entrevista com o sociólogo Michael Löwy, professor emérito da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, França), em que Deni Alfaro Rubbo e Marcelo Netto Rodrigues discutem com o autor suas pesquisas contemporâneas sobre as formas de analisar a religião dentro da perspectiva marxista – que possam ir além da conhecida frase de Marx, da obra *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1844), de que “a religião é o ópio do povo”.

Em diálogo com outro clássico, “A questão universitária em Max Weber: entre escritos metodológicos e Sociologia Política”, a pesquisadora Mariana Toledo Ferreira, da Universidade de São Paulo, retrata de que modo a discussão sobre educação em Weber aparece relacionada a conceitos elaborados tanto no âmbito de sua Sociologia da Religião quanto da Sociologia Política, situando-os em um quadro analítico mais amplo, para explicitar a defesa weberiana da autonomia exigida pelo trabalho intelectual. De Weber, passa-se para um exame crítico da teoria comteana, em que Elton Corbanezi, da Universidade Estadual de Campinas, em “O terror do positivo: *O Alienista* e o positivismo comteano”, esquadrinha o texto de Machado de Assis, a partir de postulados teóricos de Auguste Comte, para evidenciar a maneira como o viés irônico machadiano pôde denunciar a fragilidade científica do alienismo da época e a pretensa positividade científica da Psiquiatria.

Por fim, a *Plural* oferece aos leitores uma resenha do livro *A razão populista*, do filósofo político argentino Ernesto Laclau, falecido recentemente. Em uma edição que tem como tema central movimentos sociais na América Latina, nada mais oportuno do que o texto de Fernando dos Santos Modelli, da Universidade de Brasília, sobre um dos trabalhos mais recentes acerca do populismo, assunto igualmente caro à Sociologia Política.

Esta edição pretende, portanto, reafirmar o compromisso de nosso periódico com o debate sociológico atual, atento às transformações mais recentes na esfera pública e com o anseio de refletir sobre nosso país, tarefa que requer, também, investigar fenômenos culturais, sociais e políticos em escala transnacional, os quais, de uma forma ou de outra, nos tocam.

CAMPOS DE CONFLITIVIDADE POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO EQUADOR DA REVOLUÇÃO CIDADÃ*

POLITICAL CONFLICTIVITY FIELDS AND SOCIAL MOVEMENTS IN ECUADOR'S CITIZEN REVOLUTION

Franklin Ramírez Gallegos^a e Soledad Stoessel^b

Resumo Este artigo estuda a configuração de diversos “campos de conflitividade política” durante o ciclo de governo da Revolução Cidadã, iniciado em 2007. Tal governo, presidido por Rafael Correa, dá início a um processo de mudança política em meio a uma profunda crise de legitimidade da representação política e ao recuo dos movimentos sociais. Esboçada no decorrer da Assembleia Constituinte, a nova agenda pública ativa uma série de episódios contenciosos que evidenciam a capacidade da ação coletiva organizada de construir problemas públicos, apesar de sua debilidade. Nesse sentido, formulam-se questões sobre três campos de conflitividade relacionados a problemas sociais específicos, delineados “de baixo para cima”: o déficit de reconhecimento político, a legitimidade da representação social no Estado e as conexões entre *buen vivir* (bem viver) e desenvolvimento.

Palavras-chave campos de conflitividade política; Equador; Revolução Cidadã.

Abstract *The aim of this article is to analyze the configuration of diverse “political conflictivity fields” emerged during the governmental cycle known as “Citizen Revolution” started in 2007. This government, headed by Rafael Correa, triggered a political change process in the midst of a deep legitimacy crisis of political representation and of withdrawal of social movements. The new public agenda, outlined during the Constituent Assembly, prompts a set of contentious episodes that reveal the capacity of organized collective action, despite its weakness, to construct*

* Artigo traduzido do original, *Campos de conflictividad política y movimientos sociales en el Ecuador de la Revolución Ciudadana*, por José de Souza Muniz Jr., doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

a Sociólogo, professor e pesquisador do Departamento de Estudios Políticos, FLACSO-Ecuador.

b Socióloga, bolsista de Doutorado no Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales da Universidad Nacional de La Plata – CONICET, Argentina.

large public problems. In this sense, the paper explores three political conflictivity fields related to specific social problems raised at grassroots level: the deficit of political recognition, the legitimacy of the social representation into the State, and the links between buen vivir (good living) and development.

Keywords *political conflictivity fields; Ecuador; Citizen Revolution.*

INTRODUÇÃO

Enquanto distintas perspectivas teóricas estudam a conflitividade, vinculando-a a grandes mudanças políticas, à emergência de ordens normativas e processos de subjetivação política, este texto explora tais vínculos a partir de uma ótica específica: a produtividade da ação coletiva e do conflito para configurar as problemáticas públicas ou “grandes querelas da sociedade” que caracterizam determinados ciclos políticos. Tal abordagem se justifica, entre outras razões, pela paradoxal confluência – no Equador, da Revolução Cidadã (RC) – entre uma crescente conflitividade social e a relativa debilidade das organizações sociais.

De fato, em 2007, tem início no país um processo de mudança, que, em meio à perda de influência dos movimentos sociais, abre a rota pós-neoliberal no Equador (RAMÍREZ GALLEGOS, 2010a). Diversos aspectos dessa agenda e as lógicas de gestão política que a conduzem são contestados por uma miríade de atores políticos e sociais que desafiam a hegemonia da força governante – a Alianza País (AP). Este texto questiona tais linhas de contestação, enfatizando aqueles conflitos cujo surgimento instala no espaço político determinadas problemáticas públicas com capacidade para alterar as interações socioestatais.

Parte-se do pressuposto de que, em meio à multiplicidade de ações contenciosas, somente algumas configuram o que aqui se denomina “campos de conflitividade política” (CCP). Essa categoria designa os *espaços de luta nutridos por conflitos heterogêneos que convergem para problemas públicos específicos e que alcançam efeitos moduladores sobre o conjunto da dinâmica política*. Com essa compreensão, o texto examina campos de conflito delineados no Equador, entre 2007 e 2014, em torno da capacidade de certos atores sociais de problematizar publicamente determinadas questões.

Assim, a partir de pesquisas anteriores sobre as tendências do conflito durante o governo da RC¹, foram identificados três grandes espaços de luta com relação às seguintes problemáticas: i) déficit de reconhecimento político; ii) legitimidade da

1 Consultar Ramírez Gallegos et. al (2013a; 2013b) e Ramírez Gallegos e Stoessel (2015).

representação social no Estado; e iii) nexos entre bem viver e desenvolvimento². A disputa em torno dessas questões adquire especial relevância a partir do fim da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 2008. A transição institucional aberta desde então força uma luta política que gera confrontos do governo tanto com um polo conservador como com alguns segmentos do campo popular. Semelhante correlação de forças ganha corpo durante o segundo governo de Correa (2009-2013) e se estabiliza nos primeiros anos de seu terceiro mandato (2014-2017). A análise de ambos os ciclos de governo permitirá examinar os três campos de conflitividade política anteriormente mencionados.

CONFLITIVIDADE SEM SUJEITO?

A Alianza País sobe ao poder em meio a uma crise de legitimidade que afeta simultaneamente partidos e movimentos sociais. Tal crise explodiu na revolta de abril de 2005, quando milhares de cidadãos sem muita experiência política ocuparam o espaço público, formaram assembleias e desafiaram o poder, prescindindo do comando de qualquer ator organizado. Apesar de sua radical heterogeneidade, a *multitude* convergia no repúdio à estrutura de representação e na exigência de uma reforma política imediata: “*que se vayan todos*” foi seu grito de guerra, durante dez dias (RAMÍREZ GALLEGOS, 2005).

O poderoso movimento indígena equatoriano (MIE), que liderou toda a mobilização popular desde 1990, *não esteve nas ruas* naqueles dias. Sua participação no governo do Coronel Lucio Gutiérrez, cujo desgaste ativou a mobilização de abril, deteriorou a credibilidade das organizações indígenas. Sua hegemonia no campo popular parecia chegar ao fim. Tal perda de influência e o declínio da mobilização social³ eram parte dos resultados da inserção do MIE na política institucional.

A revolta se resolveu com a queda de Gutiérrez e o esfacelamento da confiança popular no sistema de representação social e política. No entanto, as demandas da *multitude antipartidária* ficaram represadas pela recusa dos partidos em abrir qualquer cenário de reforma. Ampliaram-se, então, as opções das agendas de mudança radical. Correa e a AP empunharam essas bandeiras na campanha de 2006. Sua plataforma integrava o Partido Socialista a diversas organizações

2 No marco de uma pesquisa em andamento, determinou-se a existência de outros CCP que se delineiam com a atividade de outro tipo de atores sociais, além dos movimentos.

3 Entre 1999 e 2000, os protestos chegam a seu ápice: registram-se, em média, sessenta e dois conflitos por mês. Após a passagem do Pachakutik – braço eleitoral do MIE – pelo poder (2003-2005), essa média cai para vinte e cinco. Consultar Revista *Ecuador Debate*, série 1983-2010, CAAP-Quito.

camponesas e a pequenos coletivos cidadãos que haviam surgido nos meses anteriores. O restante da esquerda lançou candidaturas próprias e teve seus piores resultados, desde a volta da democracia (1979).

Após enfrentar, no segundo turno, o empresário da produção de banana Álvaro Noboa, Correa se elegeu com 54% dos votos. Deixar para trás “a longa e triste noite neoliberal” e desmontar a “partidocracia” foram suas grandes propostas de campanha. Logo que foi empossada, e em sintonia com a “agenda de abril”, a AP convocou uma consulta popular para instalar a Assembleia Nacional Constituinte: 82% da população se posicionou a favor da proposta. A partir de então, o voto popular seria o principal sustentáculo para a ascensão de um presidente com vocação transformadora que governava sem bancada parlamentar⁴ e em meio à fragilidade do tecido associativo.

A eleição dos constituintes significou outra derrota das forças do *establishment* neoliberal: a AP obteve 80 dos 130 assentos em disputa, e o restante das forças de esquerda⁵ obteve quase 10%. O oficialismo incluiu a representação de várias organizações populares. A AP adquiria, assim, o perfil de uma coalizão de frações em que coexistiam setores de centro, velhas e novas militâncias de esquerda, segmentos dos movimentos sociais (camponeses, indígenas, ecologistas e jovens), cidadãos sem muita experiência política e políticos oportunistas de longa trajetória.

Em um contexto de recuo da mobilização, a nova Carta Magna ampliou o espectro de direitos cidadãos, inovou em políticas ambientais, estendeu as instituições de participação popular, consagrou a plurinacionalidade do Estado e, na contramão do Consenso de Washington, voltou a atribuir ao Estado o papel de coordenador social e proibiu a privatização de recursos públicos. Não foram poucas as disputas entre o poder executivo, a AP e certos movimentos, mas, ainda assim, a ANC conseguiu gerar uma fluida dinâmica de interlocução entre as forças progressistas. Tal convergência se plasmou na Consulta Popular que aprovou a Carta Magna com 63% dos votos.

Em 2009, foram realizadas as primeiras eleições gerais com a vigência da nova Constituição. Correa foi eleito, em um fato sem precedentes: no primeiro turno e com 52,9% dos votos válidos. Começou, então, *o trânsito pós-constituente*: o momento de institucionalização dos princípios constitucionais em códigos espe-

4 A AP não lançou candidaturas ao Congresso para ressaltar sua estratégia antissistêmica e desgastar ainda mais a confiança no Parlamento.

5 Esse bloco era integrado pela socialdemocracia, pelo Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik (MUPP) e pelo Movimiento Popular Democrático (MPD, partido filomaoísta que controlava os grêmios da educação pública).

cíficos, leis orgânicas e políticas públicas. Tal momento alterou o terreno da luta política, porque, em meio ao enorme apoio popular ao presidente, a AP tendeu a subestimar a contribuição das organizações sociais no processo político. Elas se ressentiam desse distanciamento e exigiam participação real. O “bloco pela mudança” se fragmentou. O mal-estar indígena era particularmente visível. A partir de então, a RC deveria fazer frente tanto aos embates da direita e dos grupos de poder que conduziram o país a um conturbado processo de desmantelamento estatal e liberalização econômica como à contestação de organizações e pequenos partidos de esquerda. A decomposição articuladora da AP breiou a transição institucional e estimulou a reativação do conflito (Gráfico 1), apesar da fragilidade do movimento social.

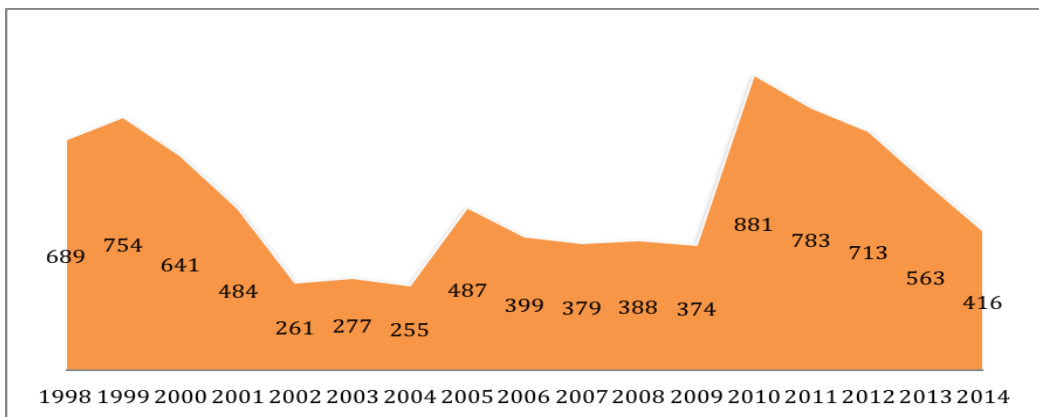


Gráfico 1. Frequência do conflito sociopolítico 1998-2014. Fonte: CAAP. Elaboração própria.

A paradoxal confluência entre o dinamismo do conflito⁶ e a fragilidade da ação organizada – conflitividade sem sujeito? – aparece como uma característica marcante do atual momento político. Diante dessa cena, convém interrogar sobre os traços da mobilização coletiva em ciclos de recuo. Um ângulo particularmente frutífero para esse questionamento é imbricar o estudo do conflito político à emergência de problemas públicos. A capacidade de problematização é, de fato, uma qualidade distinta da mobilização coletiva, mesmo em circunstâncias nas quais os atores sociais encontram dificuldades para incidir sobre o processo democrático. Esse seria um modo de ler, hoje em dia, a incidência da luta social na vida política do Equador. Nesse sentido, como dar conta da emergência de uma pluralidade de problemas públicos com capacidade para interpelar o sistema político em um

⁶ Entre 2010 e 2013, a frequência do conflito chegou a ritmos superiores ao agitado final da década de 1990, momento em que o país entrou em sua pior crise econômica e viu-se obrigado a dolarizar a economia.

contexto de involução de diversas dinâmicas de ação coletiva? Para responder a essa questão, objeto central do artigo, convém construir um dispositivo analítico que verifique as conexões entre mobilização coletiva, conflito político e problemas públicos. A noção de CCP, explicada a seguir, busca dar conta de tais conexões.

A ABORDAGEM DOS CCP

Embora exista uma prolífica literatura voltada ao estudo da ação coletiva, por um lado, e aos problemas públicos, por outro, poucos trabalhos abordam especificamente a articulação entre ambos. As contribuições de Neveu (2000) são uma exceção. Para esse autor, os movimentos sociais podem ser entendidos a partir de sua contribuição “para a definição dos problemas sobre os quais se espera uma ação estatal [...], a inscrever na ordem do dia debates e intervenções públicas” (NEVEU, 2000, p. 30). Isso está atado a uma dupla operação: pela via das políticas estatais, estabilizam-se espaços e procedimentos de negociação que marcam o terreno de ação para os movimentos; por outro lado, eles têm a capacidade de operar a partir das “arenas de conflito social”. A abordagem dos CCP dialoga com tal perspectiva, porque vislumbra o papel fundamental da conflitividade e dos movimentos no processo de instituição de uma multiplicidade de “questões”⁷, nas arenas socioestatais (o que não exclui a eficácia do sistema político em posicionar problemas sociais).

Situar o conflito na linha de definição das “questões” exige, de antemão, fazer referência a um de seus atributos fundamentais: sua dimensão pública (GUSFIELD, 2014). A encenação do conflito, pela via de distintos repertórios, visibiliza agentes e insatisfações sociais que, de outra forma, teriam menos probabilidade de ganhar eco social. Desse modo, para que uma situação comece a ser considerada problemática, é primordial que seja reconhecida como tal por certos atores e que eles se mobilizem para mostrar que tal é o caso. Ao fazê-lo, procuram a mais ampla aceitação na esfera pública (SCHILLAGI, 2011).

Além disso, na medida em que o conflito encarna identidades coletivas, marcos ideológicos e reivindicações comuns sobre alguma situação percebida como preocupante – de modo mais ou menos compartilhado e sustentado no tempo –, também se inscreve nos processos de construção de problemas sociais. Tal dinâmica não impulsiona os episódios de conflitividade somente na direção das instituições que

7 O'Donnell e Oszlak (1987) usam a noção de “questões” no mesmo sentido que aqui se atribui à ideia de “problemas públicos”.

os atores consideram responsáveis por uma situação malfadada, mas também no sentido da própria definição do problema. Em geral, o modo como determinada situação se fixa como problemática é objeto de discrepâncias públicas, no interior ou entre organizações e coletivos que podem perseguir finalidades semelhantes ou ter insatisfações equivalentes.

Nesse sentido, não parece descabido situar o conflito como parte do duplo exercício que acompanha a instauração de problemas sociais no espaço político: a definição de uma situação como problemática (problematização) e a configuração de atores e públicos afetados por tal situação (publicização). Os três processos – conflitividade, problematização e publicização – possuem, de toda forma, uma natureza propriamente política, na medida em que se instalam como parte dos “modos de regulação constitutivos de uma ordem social passível de crítica e modificação” (CEFAI, 2014, p. 17).

A emergência de problemas sociais está associada, então, à irrupção pública de atores que definem e tornam audíveis situações que perturbam seus interesses, identidades ou contextos de experiência. Dessa maneira, a expressão de demandas coletivas, públicas e visíveis (DCPV)⁸ se coloca como uma das atividades práticas que, de modo irredutível, moldam a construção das problemáticas públicas.

Pois bem, os conflitos com capacidade para irradiar problemas não apenas têm um atributo de publicidade e um caráter coletivo, mas também implicam *efeitos e qualidades políticas* específicos, ligados a, pelo menos, duas questões: a) chamar a atenção de outros atores ou públicos (grupos, *a priori*, alheios às reivindicações dos mobilizados); e b) reacomodar o campo da luta política pela via da interpelação ao sistema político e da intervenção estatal.

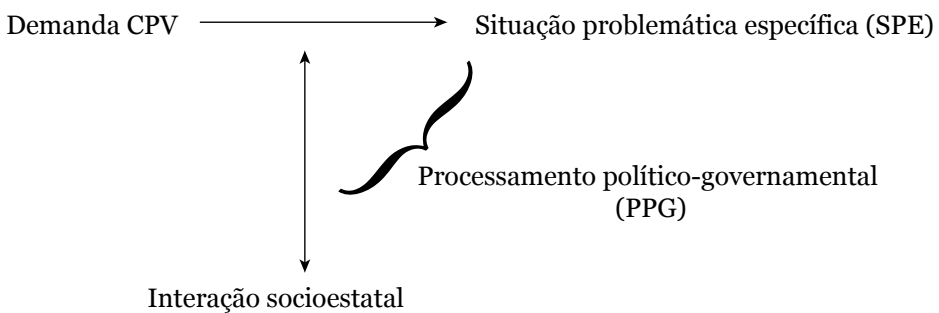
Tal proposição reconhece que nem todo episódio contencioso é condição *sine qua non* para a elaboração de problemáticas públicas, mas, ao mesmo tempo, afirma que no conflito reside uma potência da qual carecem outros fenômenos políticos: ativar, de forma simultânea, diversos efeitos no plano da ação coletiva, das relações de poder, do sistema político, em suma, do conjunto de interações socioestatais. Assim, a dupla produtividade do conflito reside no fato de que, por meio dele, os públicos emergem e, ao mesmo tempo, reverberam as demandas sociais que definem o terreno da contenda política. Um nível e outro estão condicionados pelas características do campo de forças que demarca o confronto.

De fato, embora o conflito político expresse (pelo menos) o grau zero da incubação de problemas públicos, o encadeamento analítico entre ambas as dimensões

8 Recorre-se, aqui, à noção tillyana de conflito político (TILLY, 1998, p. 12-13).

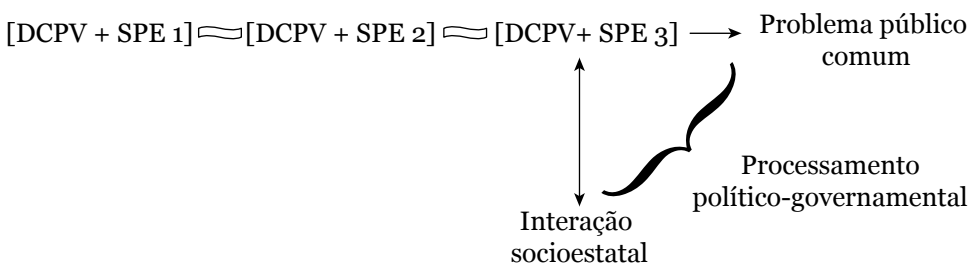
só adquire pertinência em referência ao entorno político em que se inscreve e que o torna possível. A relevância heurística desse nexu é dada, portanto, por sua capacidade de informar sobre a relação entre o caráter do ciclo político e a orientação da conflitividade forjada em seu bojo: *os processos políticos levam a marca dos antagonismos que o circundam, e estes somente cobram sentido no entorno específico que os institui.*

Embora os ciclos políticos outorguem sentido à relação entre conflitividade e problemas públicos, a detecção de um CCP requer prestar atenção no modo como conflitos distintos se entrelaçam. De fato, ainda que se possa afirmar que *um episódio de mobilização está em condição de definir como problemática uma situação específica e, portanto, de incubar problemáticas sociais (Esquema 1), a abordagem dos CCP postula que é na confluência de diversos conflitos – pelo menos dois – que cabe rastrear a potencial emergência de “querelas de sociedade” que marcam a foga o processo político que os engloba.*



Esquema 1. Conflito político.

O recurso à noção de campos como espaços de luta dá conta precisamente da convergência entre conflitos: ainda que cada um deles designe situações problemáticas específicas e expresse certa incubação de um problema social, é na simultaneidade de sua emergência que se pode rastrear indícios de *problemáticas comuns* contidas em tais lutas. Um CCP designa esse conjunto de articulações (Esquema 2).



Esquema 2. Campo de conflitividade política.

Como se pode notar, neste ponto se introduz um deslocamento conceitual na terminologia sobre os problemas públicos: usa-se a locução “situação problemática específica” para designar a problemática em gestação contida em cada conflito político (Esquema 1) e se alude à ideia de “problemática comum” (querela de sociedade) para aludir às questões que emergem da confluência de conflitos que fazem referência a situações problemáticas similares (Esquema 2).

Com essa diferenciação, coloca-se o núcleo teórico para o tema que quer ser captado pela abordagem dos CCP: a pergunta pelo movimento de ascensão ao comum (generalização) expresso – ainda que nem sempre de modo explícito – em cada episódio de conflitividade. Uma preocupação semelhante também forma parte do *corpus* de certa Sociologia dos problemas públicos, preocupada com as operações de generalização que os próprios atores põem em jogo para conectar um conflito particular com uma situação universal (GUSFIELD, 2014; CEFAL; TROM, 2010). Na abordagem aqui utilizada, o movimento em direção ao comum é apreendido, relacionando conflitos políticos heterogêneos que se manifestam em meio a oscilações da luta política e denotam objetos similares de contestação. Nesse sentido, os problemas comuns aparecem como construtos analíticos forjados a partir de situações definidas (pela via do conflito) como prejudiciais para um grupo, mas que também pressupõem uma preocupação pelo bem público ou uma alusão a assuntos de ordem geral.

Os campos de conflitividade política se definem, então, como *espaços de luta estruturados a partir de uma diversidade de conflitos políticos que se conectam entre si por sua referência a uma problemática comum. Tal característica lhes confere uma alta capacidade (des)instituinte sobre as interações socioestatais e o conjunto da dinâmica política*. Trata-se, em suma, de uma ficção analítica que permite examinar os registros do universal (problemas comuns) encapsulados no momento do conflito (manifestação de problemas específicos), ao mesmo tempo em que os coloca no horizonte espaço-temporal do processo político que os instaura.

RUMO À CONFIGURAÇÃO DE TRÊS CCP

Esta parte do artigo caracteriza os espaços de luta política que emergem durante o governo da RC, com relação a três problemáticas que atravessam conflitos específicos: déficit de reconhecimento político; legitimidade da representação social no Estado; e nexos entre desenvolvimento e bem viver na transição pós-neoliberal. Para determinar a instauração desses campos, consideram-se quatro critérios, derivados da abordagem analítica esboçada anteriormente: a) uma “problemática

comum” provém da convergência de, pelo menos, dois conflitos políticos; b) eles são protagonizados por atores heterogêneos, de forma mais ou menos prolongada no tempo; c) tais conflitos aludem a uma mesma situação problemática; e d) os CCP têm consequências específicas sobre o conjunto da luta política.

a) Lutas por reconhecimento político

A implantação da liderança de Correa transcorreu no sentido inverso à sua capacidade de reconhecer o valor das identidades coletivas e a contribuição das organizações sociais ao jogo democrático. Se, em 2006, quando lançou sua candidatura presencial, o *outsider* e jovem economista buscou a participação do movimento indígena em sua fórmula eleitoral – algo a que o movimento resistiu –, anos mais tarde, quando a AP já era uma força nacional e Correa era um presidente de alta aprovação popular, praticamente não promove interações políticas densas com atores coletivos mais ou menos autônomos. Assim, exceto em conjunturas críticas (mobilizações e eventos eleitorais), o presidente instalou uma lógica que não somente prescindia da interlocução democrática com os setores organizados, mas também tende a desdenhar as trajetórias políticas de certos atores. Tal estilo de relacionamento político, que reduz os espaços de debate socioestatal, foi reprovado de imeditado “*desde abajo*”.

De fato, forças sociais heterogêneas definiram o que, em princípio, parecia um impasse político como uma situação problemática para a afirmação de suas identidades coletivas, de seu trabalho organizativo e de sua interação com as agências estatais. Tomaram distância, então, desse modo de gerir a política. Antes de mais nada, as organizações reclamam da *falta de respeito e do déficit de reconhecimento político* da liderança presidencial com relação a determinadas dinâmicas de ação coletiva. Trata-se da explosão exacerbada de identidades em contextos de menosprezo sistemático do poder por seu papel no processo democrático.

A conquista de reconhecimento é constitutiva dos sujeitos, na medida em que a afirmação pública do valor social de sua identidade forma parte de seu processo de autonomização. A virtude das ações afirmadoras reside, então, no fato de que “permitem ao destinatário identificar-se com suas qualidades [...], longe de representar uma mera ideologia, o reconhecimento configura as condições intersubjetivas da capacidade de realizar autonomamente seus próprios objetivos vitais” (HONNETH, 2006, p. 135). Não em vão, as lutas por reconhecimento se colocam no

centro da autoformação dos atores, e sua imersão, na esfera pública⁹. Esse seria o tom do mal-estar de certos segmentos do campo organizativo equatoriano. Suas demandas sobre isso se mantiveram estáveis durante o ciclo analisado. De modo geral, procuram estima e respeito ao mandatário da nação. *A falta de reconhecimento* aparece, assim, como uma problemática comum aos conflitos que delineiam o primeiro CCP aqui estudado. Dois episódios de protesto permitem entender com clareza o que se pôs em jogo nesse espaço de luta:

1. Desde seu primeiro levante, em 1990, o MIE conseguiu “sentar-se” para negociar com todos os governos vigentes, depois de contundentes mobilizações. O sujeito indígena se colocava, assim, como interlocutor legítimo do poder público. Esse reconhecimento se expressou, além disso, por meio da inclusão de representantes indígenas em diversas agências governamentais e do controle quase corporativo, pela CONAIE (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador) de determinados setores da política pública de interesse para o movimento. Desse modo, conflito, negociação e representação estabilizavam o fluxo de reconhecimento político que o movimento havia montado a partir da luta extraparlamentar. Ainda que a influência do MIE tenha diminuído, desde sua passagem pelo poder (2002-2003), com a RC, tal debilidade se entrelaça com o déficit de reconhecimento governamental e com a escassa interlocução entre ambos os atores.

Durante a Constituinte, entretanto, o Pachakutik formou parte da coalizão oficial e conseguiu incorporar várias de suas principais demandas – o caráter plurinacional do Estado, por exemplo – na Carta Magna. Tal incidência diminuiu no período pós-constituinte, no qual o oficialismo esboçou um exercício político de decisão. Além de algumas diferenças programáticas na orientação do processo de mudança, ele amplificou as demandas do MIE por real participação política e exacerbou vários episódios de tensão com o governo da AP.

Em 2009, a CONAIE se mobilizou contra a Lei de Mineração e a Lei de Recursos Hídricos¹⁰, que deviam ser aprovadas, com urgência, na Assembleia. As organizações indígenas e seus aliados reclamaram da falta de “consulta prévia” às comunidades sobre o conteúdo das leis (CHÁVEZ, 2010). Apenas quando o protesto alcançou altos níveis de violência, o governo ativou mesas de negociação encabeçadas pelo mesmo presidente, tal como havia acontecido durante os anos 1990. Nos diálogos, uma das principais queixas indígenas a Correa foi sua “*falta de respeito*”

9 Isso é válido mesmo se se assumem as críticas à política do reconhecimento como mecanismo ideológico que constrói um tipo de relação dos atores com eles próprios, que, por sua vez, os põem em conformidade com as relações de dominação existentes (HONNETH, 2006).

10 Adiante, retomar-se-á a análise de ambas as leis.

para com o movimento. Em uma dessas sessões, transmitida ao vivo pela televisão pública, um alto dirigente da CONAIE, Humberto Cholango, instou o presidente a desculpar-se com o movimento por tê-los chamado de “loucos”¹¹.

As mesas de negociação entraram em crise rapidamente. Para a CONAIE, Correa não levou a sério o processo nem acolheu suas principais demandas. Para o governo, a liderança indígena se entrincheirou em uma agenda parcial (“indigenista”) e ignorou a orientação universal e popular das novas políticas públicas. Os vínculos entre o presidente e a CONAIE se deterioraram a ponto de convertê-los em nítidos adversários¹².

2. O segundo “conflito por reconhecimento” foi protagonizado pela União Nacional de Educadores (UNE), o principal grêmio docente do país. Até 2009, esse sindicato e seu partido afim – o MPD – operaram como aliados da RC, mas, depois disso, se distanciaram da linha oficial. A ruptura começou com a discussão das reformas à Lei da Carreira Docente e Escalão do Magistério Nacional e da Lei Orgânica de Educação Intercultural. Nesses debates, o presidente arremeteu contra o corporativismo gremial e desacreditou de sua legitimidade democrática. Os docentes perceberam esse discurso como uma ofensa a sua identidade coletiva.

A reforma educativa estava orientada a ordenar a dispersão institucional e desmontar a captura corporativa da política educativa por parte da UNE (Posso, 2013). Para o governo, tal captura havia contribuído para afundar a educação pública na “mediocridade” e na “ineficiência”¹³. Assim, as mudanças propostas redundariam em diminuição do poder docente, democratização do sistema educativo e, sobretudo, busca de aumento da qualidade da educação nacional. Nos anos 1990, o poderoso grêmio docente resistiu a todas as tentativas de tirar-lhe de seu lugar, no sistema educativo.

Dois aspectos da reforma suscitaram especial controvérsia: as mudanças nos processos de seleção e promoção docente – nos quais a UNE havia alcançado enorme influência, há décadas – e nas bonificações adicionais que complementavam o salário mensal dos professores. O projeto proposto pelo governo eliminava o conceito de “antiguidade docente” e atribuía ao Ministério de Educação a tarefa de ministrar as provas aos docentes como mecanismo de avaliação e progressão

11 Consultar *El Universo*, 11 out. 2009. Disponível em: <<http://www.eluniverso.com/2009/10/11/1/1355/humberto-cholango-en-gobierno-hay-grupos-quieren-haya-dialogos.html>>. Acesso em: 14 de abril de 2015.

12 Em 2010, a CONAIE se manifestou contrária à cúpula da Alianza Bolivariana de los Pueblos de Nuestra América (ALBA), que contava com a presença de H. Chávez e E. Morales. O governo considerou essa ação uma provocação do MIE.

13 Declarações de Correa na concentração “Unidos contra la mediocridad” (29 maio 2009) e em sua visita a colégios em meio à greve docente (22 de setembro de 2009).

com base no mérito. A resposta gremial foi rechaçar a avaliação. Além disso, suprimiu-se o bônus associado à chamada “aposentadoria adicional” dos sindicalizados e, em seu lugar, aumentou-se o salário para equipará-lo ao do restante dos servidores públicos. De acordo com o sindicato, essa medida não considerava as particularidades profissionais dos professores.

Tendo em vista tais medidas, o grêmio convocou uma paralisação das atividades (setembro de 2009) que durou um mês e, a contragosto de Correa, forçou o governo a negociar. Nas palavras de Mariana Pallasco, presidenta do grêmio naquela ocasião:

A greve não foi por aumento salarial; desta vez, a paralisação foi por dignidade, para acabar com os maus-tratos, para acabar com a desqualificação. [...] o trabalho docente não é revalorizado apenas com dinheiro. [...] estigmatizaram o professor [...] na rua, se sabiam que alguém era professor, lhe diziam “professor vagabundo, vá ser avaliado” (apud Posso, 2013, p. 124).

A percepção de afronta é nítida: busca-se reverter um estigma para cuja propagação as ofensas presidenciais tinham contribuído. Economia moral (prestígio docente) e economia política (salários) se articulam, também, na defesa da “antiguidade laboral” como mecanismo de gratificação econômica e direito que forja a identidade coletiva.

Então, a disputa por reconhecimento político como problemática comum a diversos episódios de contenda deve se situar, para além dos estilos de gestão do mandatário, como parte do caráter da luta aberta no meio de um ciclo de mudanças profundas. Assim, por um lado, a balança do poder extremamente favorável à RC supôs a relativa perda de eficácia dos padrões usuais de pressão política – conflito, negociação e acordo – com os quais distintos agentes sociais haviam estabelecido nexos com governos anteriores. Por outro lado, a concepção revolucionário-jacobina da política, na visão da AP, tornou suspeita de particularismo qualquer dinâmica coletiva que tendesse a forçar o sentido das decisões públicas legitimadas pelas urnas. Por fim, as amplas vitórias eleitorais do governo lhe outorgam uma legitimidade de origem tal que o voto popular foi conceituado como consenso integral em torno do projeto de mudança.

No entanto, a integralidade desse consenso é desafiada pelo modo como diferentes atores sociais elaboram de forma similar seu mal-estar público com relação a situações que minam o valor de suas identidades coletivas e subestimam seu lugar no processo democrático. Implantam, assim, um problema público que questiona

a crença presidencial de que a volumosa política redistributiva de seu governo contém, por si própria, a dimensão de reconhecimento moral e político com que os sujeitos conseguem se inscrever, de modo integral, na comunidade política. Não obstante, sem reconhecimento não há interlocução democrática possível e, sem esta, debilita-se o conteúdo participativo do jogo democrático.

b) Batalhas pela representação no Estado

Os dois primeiros governos da RC estão atados à conflituosa dinâmica do retorno do Estado e a seu reposicionamento como eixo da coordenação social. À diferença do Consenso de Washington, que debilitou a ação estatal e diluiu a preocupação com relação a seu papel na afirmação do bem comum, o processo inaugurado em 2007 dotou o Estado de capacidades para afirmar sua soberania, planejar o desenvolvimento, governar os mercados e redistribuir a riqueza.

Consolidar esse cenário pressupôs, entre outros fatores, uma agressiva reforma institucional que assegurasse o comando do poder civil sobre a política pública. Isso minou as bases de distintos pactos corporativos que, em seu momento, conferiram influência e representação estatal a atores sociais heterogêneos. Para estes últimos – grêmios empresariais ou populares, atores civis ou militares, organismos burocráticos ou não governamentais –, tais reformas punham em risco conquistas prévias: representação, poder de decisão e/ou acesso a benefícios particulares. Um verdadeiro litígio democrático emerge dessa batalha pela reforma institucional: a disputa pela legitimidade da representação e pelo peso do poder corporativo no Estado (OSPINA, 2011; RAMÍREZ GALLEGOS, 2012). Tal é a problemática comum a distintos episódios contenciosos que configuram o segundo CCP examinado neste texto. A seguir, são abordados alguns desses episódios:

1. A reforma institucional priorizou a regulação das agências estatais em cujos corpos colegiados estavam representados apenas determinados interesses. Assim, quando não os eliminou, inseriu uma cota de representação pública, sobretudo do Executivo, em sua composição.

O governo pôs ênfase em diminuir o poder de fixar agendas dos órgãos colegiados nos quais as frações do capital privado estavam sobrerrepresentadas. Tratava-se de evitar a ingerência de seus grêmios, em todo o conselho de política pública em que tivessem voz e voto. Tal deslocamento foi particularmente sensível no âmbito bancário, no da política comercial, nos diretórios das empresas públicas e no setor das comunicações. Assim, por exemplo, no Conselho de Comércio Exterior e Investimentos, suprimiu-se a representação do setor privado – que ocupava

45% do órgão colegiado – e criou-se um órgão composto totalmente por delegados do governo central. A reprovação do mundo empresarial não tardou em aparecer.

Pois bem, as tentativas de reduzir o peso dos interesses corporativos não se voltaram apenas contra os grandes grupos econômicos. O governo também procurou desarticular determinados acordos segundo os quais organizações populares e grêmios públicos haviam conquistado capacidade decisória e/ou poder de veto sobre campos específicos da política pública. O confronto entre o governo e o movimento indígena com relação à Lei de Águas ilustra cabalmente essa problemática.

Assim, embora durante o debate legislativo o governo e o movimento tivessem coincidido quanto à necessidade de reconstruir a autoridade pública do setor hídrico – desmantelada pelos neoliberais em 1994 –, discordaram com relação à composição da entidade que regulamenta o setor. A CONAIE propôs que essa autoridade fosse um Conselho Intercultural e Plurinacional com delegados indígenas, usuários do sistema de irrigação, consumidores, movimentos e uma representação minoritária do governo. Para este, essa figura outorgava a tais setores atribuições não contempladas na Constituição e relegava o poder público a um plano secundário. Por isso, sua proposta previa que o presidente nomeasse uma “Autoridade Única da Água” (instância do Poder Executivo) e incluísse o Conselho Plurinacional somente como organismo consultivo, com composição paritária do governo e das comunidades.

Em meio às crescentes mobilizações e aos desacordos, a Lei de Águas não pôde ser aprovada, senão em 2014, ou seja, cinco anos depois do estipulado na Constituição e somente quando a AP, já em seu terceiro mandato, passou a ocupar mais de dois terços da bancada na Assembleia. Ainda assim, durante os debates finais desta, Jorge Herrera, presidente da CONAIE, argumentou que, embora a nova lei incluísse avanços substantivos com relação àquilo que havia sido debatido havia quatro anos, o problema de fundo persistia: “estamos de acordo que seja o Estado a autoridade (da água), mas nós (pela CONAIE) também somos Estado”¹⁴. Mais que uma reprovação do retorno estatal, e em que pese o espírito autonomista que diversos estratos intelectuais atribuem aos movimentos indígenas, tais organizações reivindicaram a presença de seus interesses *no interior* das instituições públicas. Em sua perspectiva, a vocação universalista da ação estatal está atada à

14 Consultar *Diario El Comercio*, 24 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.elcomercio.com/actualidad/asamblea-aprobo-ley-aguas-ecuador.html>>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

participação social em seu seio, e não se garante apenas pela eleição popular dos representantes, como argumenta Correa.

Uma tensão semelhante ocorreu a propósito da nova lei universitária, que modificou as estruturas de representação do ensino superior. A lei criou dois organismos (o Conselho de Educação Superior e a Agência Nacional de Credenciamento e Garantia da Qualidade), compostos por representantes do Poder Executivo e por atores do ensino superior. Esses últimos, em vez de representar instituições específicas, são selecionados em função das distintas áreas de conhecimento (RAMÍREZ GALLEGOS; MINTEGUIAGA, 2010).

Além disso, sua escolha depende de um concurso público de mérito e arguição. Anteriormente, os reitores de universidades públicas e privadas formavam parte automaticamente da máxima instância de regulação do sistema, da qual estava excluído o poder público. Nesse sentido, o Estado equatoriano carecia de uma política universitária, e esta dependia da “corporação dos reitores”. Embora a normativa tenha decretado o cogoverno e criado uma assembleia universitária (composta por reitores, professores, estudantes e trabalhadores), foi percebida como um atentado à autonomia do campo. Diversas mobilizações promovidas por reitores e proprietários das universidades puseram em suspenso a aprovação dessa lei.

2. O motim da força pública de 30 de setembro de 2010 (30-S) aparece como outra das grandes “batalhas pela *representação no Estado*” no ciclo analisado. Naquele dia, o país amanheceu com a notícia de que a polícia nacional havia se insurgido contra a Lei Orgânica de Serviço Público (LOSEP), que estava sendo debatida na Assembleia¹⁵. Em termos gerais, tal conjunto de normas procurava “recuperar a institucionalidade estatal” (LOSEP, 2010) e impregnar a função pública de eficiência, racionalidade e espírito democrático. A lei estava orientada a regular os regimes laborais de uma pluralidade de âmbitos do setor público (incluindo os policiais). O parlamento contemplou, então, a participação de uma multiplicidade de organizações e grêmios no debate legislativo, com a realização de fóruns em diversas cidades do país (agosto de 2009).

15 A partir do motim policial, surgiu uma série de ações contenciosas – tomada do aeroporto e de distintas repartições públicas, bloqueio da Assembleia, mobilizações em outras cidades, saques – por parte de servidores públicos, estudantes e docentes afinados ao MPD, certas organizações indígenas, assim como de cidadãos e militantes da AP que se mobilizaram para apoiar o regime democrático.

Não obstante, à medida que se tornava evidente a orientação que o Executivo queria dar a certos aspectos da lei, desenrolou-se uma série de ações contenciosas (mobilizações, greves, comunicados, etc.), protagonizadas, fundamentalmente, por grêmios de servidores públicos: servidores da Função Judicial (11 de setembro de 2010), a Federação de Estudantes Universitários do Equador (22 de setembro), a Federação Nacional de Servidores Públicos, trabalhadores da saúde e do serviço exterior, funcionários do Ministério da Defesa (23 de setembro) e outros atores políticos.

O confronto entre esses atores e o governo girou ao redor de três temas presentes na lei: o mecanismo da “compra de demissão obrigatória”, a supressão dos estatutos laborais de cada setor e a eliminação das condecorações e bonificações adicionais. De fato, a norma buscava qualidade e eficiência na provisão de serviços públicos. Isso dependia da abertura de vagas (“compra de demissões”) para que os mais jovens pudessem ingressar na função pública por meio de concurso de méritos e arguição. Além disso, a LOSEP procurava equiparar salários e regimes laborais para todos os funcionários, porque, durante o período neoliberal, multiplicaram-se os entes estatais que, sob o argumento de autonomia organizacional, criaram seus próprios regimes de pessoal e remunerações.

Nesse mesmo sentido, a normativa eliminava qualquer estímulo e bonificação adicional – prêmios, bônus, medalhas, etc. – à estrutura salarial de base de todos os funcionários. Ainda que o governo nacional tenha garantido que compensaria a eliminação de tais benefícios com o aumento do salário e o pagamento de horas extras, isso foi considerado por diversos segmentos da burocracia um desconhecimento de seus direitos “adquiridos e conquistados durante anos de luta e trabalho” (STOESSEL, 2013a). Para o governo, em contrapartida, favorecer garantias especiais incentivava a apropriação particularista do Estado e impedia a universalização de direitos. A oposição legislativa criticava o governo por tal visão “universalista”: “o presidente se equivoca, quer tratar todos os servidores de maneira igual. Sempre haverá particularidades, um professor não é o mesmo que um policial, não pode existir equidade entre os servidores públicos, precisamente porque eles não são iguais” (Lourdes Tibán, assembleista pelo Pachakutik, citada em: STOESSEL, 2013b).

Nesse contexto, em 29 de setembro, publica-se o veto presidencial ao projeto da LOSEP que, tendo sido aprovado por maioria parlamentar, ratificava a eliminação dos benefícios especiais para os distintos setores públicos. Esse foi o fator que terminou por ativar a revolta policial no dia seguinte. Para os fardados, a supressão das medalhas e condecorações (pelo “mérito em combate”) constituía uma afronta à sua identidade institucional. O motim gerou uma espiral de violência

sem precedentes (oito mortos e mais de duzentos e cinquenta feridos), que pôs em risco a institucionalidade democrática.

Em suma, se ao longo do ciclo neoliberal a resistência social se ativou contra as tentativas de privatização e diminuição do Estado, no ciclo vigente, a disputa gira ao redor da influência corporativa e da legitimidade da representação social no aparelho público. A vontade governamental de desativar acordos corporativos e “medidas especiais” deixou ver o peso e a capacidade de reação, dos interesses representados dentro das instituições públicas. Mais que confrontar o retorno do Estado, esses setores lutam para preservar o lugar que já haviam conquistado dentro dele. Dessa maneira, tomam distância do universalismo do governo e de sua tendência de colocar em um mesmo plano político o cidadão abstrato e os atores organizados. Correa vê nessas demandas a expressão do particularismo das lideranças sociais e acirra seu déficit de representatividade.

c) Querelas pelo bem viver e pelo desenvolvimento

O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (2007) do governo equatoriano incorporou um capítulo que discutia a noção de desenvolvimento. Postulava-se, assim, a necessidade de defini-lo de um modo “que não subscreva como único objetivo a busca do crescimento econômico” e se propunha uma concepção alternativa que incluía três questões: melhorar o bem-estar da população, incentivar dinâmicas econômicas que não comprometam a sustentabilidade ambiental e respeitar a diversidade cultural. Em torno desses elementos, o desenvolvimento foi redefinido como “a consecução do *bem viver* de todos e todas, em paz e harmonia com a natureza e o prolongamento indefinido das culturas humanas” (SENPLADES, 2007-2010, p. 51). Tal formulação se apresentava, ao mesmo tempo, como uma alternativa *de e para o* desenvolvimento.

Em seguida, a Carta Magna radicalizou os sentidos do bem viver e impregnou o conjunto do processo político com sua marca. Tal operação consistiu em ancorar o bem viver nas formas de vida do mundo indígena, assim como nas lutas pela plurinacionalidade e pela interculturalidade, desatadas no país desde os anos 1980. O bem viver, ou *sumak kawsay*, articulava as críticas ecológicas ao desenvolvimento às demandas por reconhecimento da diferença. Embora este não se contradissesse à consecução do bem-estar, parecia redefini-lo em um sentido pós-desenvolvimentista (ACOSTA, 2010). A constitucionalização dos “direitos da natureza” prefigurava, mais que qualquer outro elemento, tal horizonte.

A própria Carta Magna deixa entrever, contudo, a complexidade das articulações entre bem viver e desenvolvimento: o artigo 275 define o regime de

desenvolvimento “como o conjunto de sistemas econômicos, socioculturais e ambientais que garantem a realização do *sumak kawsay*”. Mais que antitéticas, ambas as noções aparecem imbricadas entre si. Além disso, o bem viver também toma a forma de direitos convencionais dentro de um sistema – o “regime do bem viver” –, composto por âmbitos de política pública, como educação, saúde, segurança, lazer, cultura, esportes, ciência, etc. (artigo 340). Tais postulados se materializaram em meio a um intenso conflito no interior da AP. Desde então, emergiram outros focos de protesto que terminaram por colocar a questão do bem viver, o meio ambiente e o modelo de desenvolvimento no centro da luta política.

Assim, desde os dias da ANC, abriu-se uma disputa – dentro e fora da RCb – entre um “polo ambientalista” e um “polo (neo)desenvolvimentista”. O primeiro, que misturava frações da AP com organizações indígenas, camponesas e ambientalistas, formulou uma retórica contrária a um padrão de desenvolvimento com base em formas convencionais de exploração dos recursos naturais e pouco sensível ao respeito às formas de vida locais. O polo (neo)desenvolvimentista, em contrapartida, assumiu com realismo a nova etapa econômica e privilegiou a transição pós-neoliberal, em vez da materialização de políticas pós-desenvolvimentistas. Este incluía o uso dos recursos estratégicos do país – sobretudo o petróleo – como base material para financiar tanto a expansão dos direitos promovidos na Carta Magna como a reativação das forças produtivas nacionais. Em outras palavras, priorizava as políticas de desenvolvimento (entre as quais, o extrativismo) como via para a realização do bem viver (em sentido amplo, e não reduzido à “cosmovisão pachamâmica”).

A ascensão política do polo realista – amparado pela postura do próprio presidente – consolidou o trânsito pós-neoliberal e deu continuidade à matriz de acumulação primário-exportadora do país. A mobilização ambientalista não tardou em se desencadear em um sentido que se desdobra entre a prefiguração de uma sociedade que não dependa primordialmente da exploração dos recursos naturais e a defesa das formas de vida locais ameaçadas pelo avanço da fronteira extrativista em certos territórios. A progressiva dissolução da dimensão ambiental do princípio do bem viver e a rearticulação do modelo de desenvolvimento firmemente adotado pela RC aparecem, assim, como a problemática comum a diversos conflitos do período. Em sua confluência se delinea o terceiro CCP analisado.

1. Um primeiro cenário de confrontação, logo após a ANC, foi o despacho da Lei de Mineração. Tratava-se de uma das regulamentações fundamentais da transição pós-constituente, porque, desde 2007, a atividade mineradora do país se encontrava paralisada pela decisão estatal de reverter 97% das licenças que haviam

sido concedidas a empresas privadas em anos anteriores. Em meio ao alto preço internacional dos minérios, o governo buscava reorganizar por completo o setor e, por isso, requeria que essa lei fosse aprovada de forma urgente.

Entretanto, em todo o decorrer do trâmite legislativo, tornou-se evidente a resistência de diversas organizações a uma regulamentação que, segundo elas, concedia à mineração um *status* de indústria, habilitava explorações em grande escala e debilitava a eficácia dos princípios do bem viver, recém-consagrados no texto constitucional. Assim, sob a convocatória da CONAIE, em janeiro de 2009, registrou-se um levante popular destinado a revogar a votação da lei. Nesse contexto, o Presidente Correa acusou os mobilizados de “fundamentalistas infantis” e sustentou a decisão governamental, afirmando que “o desenvolvimento responsável da mineração é fundamental para o progresso do país [...]”¹⁶. O confronto entre o presidente e as coalizões antiminação alcançou níveis inéditos de beligerância.

Em todo o caso, e na contramão do que havia acontecido sob o neoliberalismo, tal regulamentação reposiciona o Estado no setor, criando a Empresa Nacional de Mineração e incrementando sua participação nos lucros da mineração (5% mínimo sobre as vendas e 70% em impostos sobre rendas extraordinárias). Os representantes da mineração (privada) rechaçaram essa orientação da lei. No que se refere a questões ambientais, o governo defendeu a tese de uma “mineração responsável”: a lei plasmou a existência de novos mecanismos de prevenção de impactos, a opção de suspender as concessões em casos de dano ao meio ambiente ou aos direitos humanos e introduziu a figura compulsória da participação e consulta à cidadania, por parte do Estado, no decorrer na exploração mineira (LATORRE, 2012, p. 126-127).

Os detratores dessa regulamentação argumentavam que, apesar do “retorno estatal” ao setor, a lei dava continuidade à política de conceder às empresas transnacionais um *status* de agentes econômicos nacionais. Isso, no marco da declaração da mineração como atividade de utilidade pública, conferia um tratamento privilegiado às empresas privadas com fins lucrativos e ampliava a possibilidade de violar direitos humanos, direitos coletivos, direitos de acesso à água e também os direitos da natureza (LATORRE, 2012, p. 127-128). Com relação a esse último ponto, as organizações reprovavam a debilidade dos controles ambientais dispostos na lei, assim como o virtual fechamento à participação das comunidades para proteger direitos, ao longo do ciclo de exploração mineira. Essa questão remetia à insatisfação com a Constituição, que não reconheceu a figura do “consentimento prévio”.

16 Discurso de Correa perante a legislatura (15 jan. 2009). Consultar: <<http://www.presidencia.gob.ec/discursos/>>.

Embora o marco discursivo do protesto antimineração tenha ressaltado os efeitos da mineração sobre o meio ambiente e embora o próprio governo tenha buscado ler tal protesto somente nessa chave – “ecologistas” contra o desenvolvimento –, convém ressaltar que boa parte da disputa está vinculada às qualidades que a dinâmica da mineração adquiriria no Equador pós-constitucional. Os mobilizados resistiam à política de mineração do governo não somente em nome dos direitos da natureza, mas também de seu suposto caráter antinacional e da magnitude das explorações. Nas palavras de Marlon Santi, presidente da CONAIE à época das mobilizações: “Não se pode abrir um projeto de lei para vender a soberania às transnacionais. *Mas podemos, sim, no momento atual, regular a mineração atual de tipo artesanal*”¹⁷. Assim, a defesa da água, da natureza, etc. não foi o único significado da luta contra a Lei de Mineração.

A controvérsia também resvalava na questão da globalidade do modelo de desenvolvimento esboçado pelo governo: a relação entre capitais transnacionais e nacionais, o lugar da economia local (comunitária, artesanal) na reativação produtiva e o caráter mais ou menos participativo do Estado. Não em vão, em meados de 2009, a CONAIE apresentou um pedido de inconstitucionalidade dessa lei, apresentando como argumento a violação do direito das comunidades à consulta pré-legislativa e à consulta prévia.

2. Uma das iniciativas mais radicais que o governo da RC havia implementado no início de seu primeiro mandato (2007) foi a decisão de não explorar as reservas petrolíferas do Parque Nacional Yasuní, um campo que contém aproximadamente um bilhão de barris de petróleo. Tal decisão foi impulsionada pela ala ambientalista do gabinete de Correa e sempre encontrou opositores em seus setores mais tradicionais. A iniciativa consistia em deixar sob a terra o óleo cru existente no campo petrolífero ITT (Ishpingo-Tambococha-Tiputini) do parque, uma das reservas de biosfera mais importantes do planeta. Procurava-se manter intocadas 20% das reservas de petróleo, em troca de uma contribuição financeira internacional de 50% do que o Equador poderia ter ganhado se as explorasse. A outra metade seria assumida pelo país, constituindo-se, assim, no principal fomentador de uma iniciativa global inédita que contribuiria para mitigar os efeitos da mudança climática, para conservar a biodiversidade e para manter o respeito aos povos indígenas que vivem no Parque Nacional (RENÉ RAMÍREZ GALLEGOS, 2012).

17 Consultar: *El Tiempo*, 1 set. 2009. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com.ec/noticias-cuenca/8913-indigenas-anuncian-protestas-en-contra-ley-minera/>>. Acesso em: 4 de abril de 2015.

A iniciativa ITT condensava um dos mais altos princípios do bem viver formulados pela RC. De fato, o discurso oficial vinculou a não exploração do Yasuní com a consolidação dos direitos da natureza e com a busca de formas alternativas de desenvolvimento, como a edificação de uma economia pós-petrolífera (LE QUANG, 2013). Tal projeção aproximava o governo de organizações ecologistas e de outros movimentos.

Não obstante, o caráter bifronte de uma política energética que apostava no fortalecimento da produção petrolífera nacional, ao mesmo tempo em que demandava, da comunidade internacional, contribuir para sustentar no tempo a não exploração do óleo cru, explicava, talvez, por que a iniciativa não mobilizou o apoio explícito de grande parte dos coletivos ecologistas e de outras organizações sociais. O governo promoveu a iniciativa praticamente sozinho. Inclusive seus aliados, em nível regional – os países da ALBA –, olharam com total desdém para essa medida emblemática.

Com isso, em meados de 2013, o presidente anunciou o fim da iniciativa, ressaltando que se tratava de uma decisão dolorosa, mas que devia ser condizente com as necessidades fundamentais que possuem ainda as grandes maiorias. Sua decisão obedecia, de fato, à quase nula contribuição financeira da comunidade internacional: após seis anos de vigência da proposta, não havia sido recolhido nem 3% do valor esperado. A decisão significava um golpe para a ala “programática” – mais à esquerda – do governo, que tinha feito do ITT um ícone da mudança na matriz produtiva e do bem viver. A iniciativa também foi assim considerada por amplos setores sociais que ainda não haviam se mobilizado diretamente pela causa e, embora mantivessem uma relação tensa com o governo, sempre respaldaram a opção de deixar “o óleo cru embaixo da terra”.

A decisão presidencial ativou a mobilização de cidadãos das classes médias, coletivos ecologistas, jovens universitários, certas organizações camponesas e indígenas e outras de tipos distintos (inclusive afins à RC). Embora não tivessem grande apoio popular nem um caráter massivo, os protestos persistiram – sobretudo em Quito – até maio de 2014. Diante de tal cenário, Correa seguiu seu roteiro de desconhecimento dos atores em conflito, embora suas demandas não fizessem mais que retomar o discurso que o próprio governo havia sustentado desde o começo. Não houve a mínima abertura aos mobilizados, que, além do mais, apresentavam algumas alternativas para alcançar as cotas de financiamento público que a exploração do ITT traria ao fisco. A propaganda oficial simplesmente colocou suas demandas como antípodas ao projeto nacional de combater a pobreza e alcançar o desenvolvimento – que foram os argumentos com os quais Correa

guarneceu sua decisão de não continuar com a iniciativa¹⁸. Diante do fechamento do espaço político, cresceram as vozes a favor da participação cidadã para dirimir a exploração de petróleo no ITT. Começou, assim, um processo de coleta de assinaturas – liderado por coletivos com alto protagonismo juvenil (em particular, a organização não governamental YASUNIDOS) – para convocar uma consulta popular sobre a conveniência ou não da exploração petrolífera. Embora tal objetivo tenha sido alcançado, o Conselho Nacional Eleitoral, após um obscuro processo de verificação, invalidou 60% das assinaturas, por vícios de procedimento. Amplificou-se, então, a sensação do caráter inconsulto de uma decisão que o próprio governo havia construído como marca de sua identidade revolucionária.

Definitivamente, ao longo do mandato de Correa, emerge um CCP ao redor dos sentidos do bem viver e do desenvolvimento. Diversas mobilizações colocam a continuidade da matriz extrativista como uma situação problemática para o prolongamento indefinido de todas as formas de vida, a construção do Estado plurinacional e a implantação de um processo econômico soberano e alternativo (pós-desenvolvimentista, pós-capitalista). Tal conflitividade, ainda em plena gestação, aparece como o correlato de uma das contradições constitutivas do processo de mudança em curso: a tensão entre o relançamento de um Estado orientado a proteger uma carta ampla de direitos cidadãos e as regulações para o uso dos recursos naturais que estão na base das capacidades de acumulação e redistribuição do Estado (sem as quais não se pode garantir, a curto e médio prazos, o cumprimento dos direitos).

BREVE CONCLUSÃO

Os três espaços de luta analisados parecem dar conta da pertinência de uma perspectiva em que a articulação entre conflitos políticos e problemas públicos captura um dos efeitos da atividade dos movimentos sociais. Assim, durante os governos da RC, foi possível identificar como, em meio à fragilidade do tecido social, diversos atores sociais contribuem para delinear as querelas sociais que conferem as coordenadas fundamentais da disputa democrática.

18 Apesar do bom momento da economia equatoriana até 2014, durante o ciclo de governo aberto em 2013, as necessidades fiscais cresceram na esteira da aposta por mudar a matriz produtiva (megainvestimentos públicos em refinarias e hidrelétricas). A decisão de explorar o ITT está ligada a tal problemática. Anos atrás, diversos setores ecologistas já haviam se pronunciado contra a ideia de financiar a reconversão produtiva com os recursos provenientes da mineração – “extrativismo para sair do extrativismo”. O fato é que os investimentos na mineração também não começaram agora e, já em 2013, o presidente viu a necessidade de ampliar a fronteira petrolífera até o parque Yasuní.

De fato, as lutas por reconhecimento, legitimidade da representação social nas instituições públicas e religação entre bem viver e desenvolvimento, durante a transição pós-neoliberal no Equador do século XXI, jogam luzes sobre o potencial de expansão e conexão de lutas que aparecem, *a priori*, fragmentadas. Tal expansão é pensada a partir da dimensão normativa do conflito, ou seja, aquela que alude ao registro do universal contido em episódios contenciosos específicos. Ao insistir na ideia de problemas comuns, a abordagem dos CCP tem, portanto, a vantagem de examinar as passagens do particular ao geral, a partir de uma perspectiva que insiste na face antagônica e no caráter processual da política.

Os três CCP estudados fornecem elementos para compreender interações socioestatais específicas e alguns elementos que caracterizam o processo político em curso. Apesar de sua relativa incapacidade de interlocução com os atores organizados, o governo da RC teve de entrar no jogo para (re)definir os problemas públicos instalados “*desde abajo*” no espaço político. Isso mostra a conexão entre os CCP e os sentidos da luta hegemônica.

Com relação a esse último ponto, a abordagem proposta permite identificar pelo menos dois desafios do processo de mudança iniciado em 2007. Por um lado, continuar ampliando a margem de autonomia relativa do Estado para consolidar as políticas pós-neoliberais e promover uma agenda que garanta a universalização dos direitos. Ao mesmo tempo, reabrir o jogo político à sociedade, a fim de estender as próprias bases e fronteiras do projeto político. Isso, no entanto, mostra-se improvável, porque a política presidencial não confere sinais de valorização da centralidade da participação e interlocução com a pluralidade do social. O retrocesso hegemônico pode, nesse sentido, acelerar a conflitividade (ainda) sem sujeitos que a encarnem e, ao mesmo tempo, desgastar a própria legitimidade da Revolução Cidadã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Alberto. *El buen vivir en el camino del post-desarrollo una lectura desde la Constitución de Montecristi*. FES-ILDIS: Quito, 2010.
- CEFAI, Daniel. Investigar los problemas públicos con y más allá de Joseph Gusfield. In: GUSFIELD, Joseph. *La cultura de los problemas públicos. El mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.
- CEFAI, Daniel; TROM, Danny. *Les formes de l'action collective. Mobilisations dans des arènes publiques*. Paris: École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2010.

- CHÁVEZ, David. *Consulta previa en el Ecuador*. Quito: CDES, 2010.
- CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR. Quito, Ecuador, 2008
- GUSFIELD, Joseph. *La cultura de los problemas públicos. El mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.
- HONNETH, Axel. El reconocimiento como ideología. *Isegoría*, n. 35, p. 129-150, 2006.
- LATORRE, Laura Tomas. *El movimiento ecologista popular anti-minero en el Ecuador*. CAAP, Quito, p. 123-145, 2012.
- LE QUANG, Matthieu. *Dejar el petróleo bajo tierra. La iniciativa Yasuní ITT*. Quito: Iaen, 2013.
- LEY ORGÁNICA DE SERVICIO PÚBLICO (LOSEP). QUITO, Ecuador, 2010. Disponible em: <http://www.finanzas.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/09/reglamento_ley_servicio_publico.pdf>. Acceso em: 15 de abril de 2015.
- NEVEU, Eric. *Sociología de los movimientos sociales*. Quito: Abya Yala, 2000.
- O'DONNELL, Guillermo; OSZLAK, Oscar. Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación. *Revista Redes*, p. 99-128, 1987.
- OSPINA, Pablo. Corporativismo, estado y revolución ciudadana. El Ecuador de Rafael Correa. In: BÜSCHGES, Christian; KALTMEIER, Olaf; SEBASTIAN, Thies (Ed.). *Culturas políticas en la región andina*. Madrid-Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2011.
- PERIÓDICO EL UNIVERSO. GUAYAQUIL, Ecuador, 11 de outubro de 2009.
- POSSO, Carlos. *El retorno de Ulises. Estado y participación política: conflicto UNE/ Gobierno*. 169 p. 2013. Tese (Mestrado em Ciências Políticas) – FLACSO-Ecuador, Quito, 2013.
- RAMÍREZ GALLEGOS, Franklin. *La insurrección de Abril no fue sólo una fiesta*. Quito: Taller el colectivo, 2005.
- _____. Postneoliberalismo indócil. Agenda pública y relaciones socio-estatales en el Ecuador de la Revolución Ciudadana. *Revista Temas y Debates*, n. 20, 2010a.
- _____. Fragmentación, reflujo y desconcierto. Movimientos sociales y cambio político en el Ecuador (2000-2010). *Revista OSAL*, n. 28, p. 17-47, 2010b.
- _____. Despliegues de la autonomía estatal en el Ecuador de la Revolución Ciudadana. *Debates y Combates*, n. 4, nov.-dez. 2012.
- RAMÍREZ GALLEGOS, Franklin et al. *Nuda política. Democracia, participación y conflictos sociales en el Ecuador (2009-2012)*. Quito: ILDIS-FLACSO-Perfiles de Opinión, 2013a.
- _____. *Coaliciones parlamentarias y conflictividad social en el Ecuador. La política de la transición post-constituyente (2009-2011)*. Quito: ANE, 2013b.
- RAMÍREZ GALLEGOS, Franklin; STOESSEL, Soledad. Postneoliberalismo, cambio y conflicto político en el Ecuador de la Revolución Ciudadana. In: ARGENTO, Melisa; CICCONE, Ana

- Laura (Coord.). *Pulsión de cambio: movimiento latinoamericano en la construcción de proyectos contra-hegemónicos*. Rosario: Editorial Último Recurso, 2015.
- RAMÍREZ GALLEGOS, René. Una gran transición para una gran transformación. Reflexiones a partir de la iniciativa Yasuní-ITT. In: BLACKBURN, R.; FRASER, N.; THERBORN, Goran; RAMÍREZ GALLEGOS, R. *Nuevas fronteras de la izquierda*. Quito: IaeN, 2012.
- RAMÍREZ GALLEGOS, René; MINTEGUIAGA, Analía. Transformaciones en la educación superior ecuatoriana: antecedentes y perspectivas futuras como consecuencias de la nueva constitución política. *Educación Superior y Sociedad*, v. 15, n. 1, 2010.
- REVISTA ECUADOR DEBATE. CAAP, Quito, Série 1983-2010.
- SENPLADES. Plan Nacional de Desarrollo (2007-2010). Quito, Ecuador. Disponible em: <<http://www.planificacion.gob.ec/plan-nacional-de-desarrollo-2007-2010/>>. Acceso em: 10 de abril de 2015.
- SCHILLAGI, Carolina. Problemas públicos, casos resonantes y escándalos. *Polis*, n. 30, 2011.
- STOESSEL, Soledad. Políticas y conflicto político durante el post-neoliberalismo: el caso del 30-S en Ecuador. *Revista Perspectivas de Políticas Públicas*, Universidad Nacional de Lanús, 2013a.
- . *Conflictos políticos y gobiernos post-neoliberales. Los casos de Argentina y Ecuador en tiempos de retorno estatal*. Tese (Mestrado em Ciências Políticas) – FLACSO-Ecuador, Quito, 2013b.
- TILLY, Charles. Conflicto político y cambio social. In: GÜELL, Pedro Ibarra; MONTAÑA, Benjamín Tejerina (Ed.). *Los movimientos sociales. Transformaciones políticas y cambio cultural*. Madri: Trotta, 1998.

A CRISE DAS ESQUERDAS MEXICANAS À LUZ DO MOVIMENTO PELOS “43 DE AYOTZINAPA”, EM 2014*

THE CRISIS OF MEXICAN LEFT-WING MOVEMENTS IN THE CONTEXT OF THE “43 DE AYOTZINAPA” PROTEST IN 2014

Massimo Modonesi^a

Resumo Este artigo é composto por quatro partes. Na primeira delas, reconstroem-se e analisam-se as raízes e *passagens* históricas da crise da esquerda no México. Posteriormente, destacam-se as principais características da crise do Partido de la Revolución Democrática (PRD). Na terceira parte do texto, sintetiza-se a trajetória do movimento de protesto contra o desaparecimento forçado dos quarenta e três estudantes normalistas de Ayotzinapa, em 2014. Finalmente, conclui-se com algumas reflexões sobre o impacto das manifestações e as oportunidades que a presente crise institucional vem oferecendo para a renovação da esquerda mexicana.

Palavras-chave movimentos sociais; Ayotzinapa; partidos de esquerda; política mexicana.

Abstract *This article consists of four parts. The first part analyses and reconstructs the roots and historical passages of the Mexican Left crisis. Subsequently, key features of the Party of the Democratic Revolution (PRD) crisis are highlighted. The third part illustrates the background of the nationwide protests against the forced disappearance of forty-three students from the Ayotzinapa Normal school in 2014, and the final part offers some final considerations over the protests' impact and the opportunities this present crisis provides for the renewal of the Mexican Left.*

Keywords *social movements; Ayotzinapa; left parties; Mexican politics.*

* Artigo traduzido do original, *La crisis de las izquierdas mexicanas a la luz del movimiento por los “43 de Ayotzinapa” en 2014*, por Lucas Amaral de Oliveira e Mariana Toledo Ferreira, doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

^a Professor titular do Centro de Estudios Sociológicos da Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

INTRODUÇÃO

Dizer que a esquerda mexicana está em crise se converteu em lugar-comum que, embora venha aparecendo e reaparecendo ao longo da história recente no México, instalou-se ultimamente como convicção generalizada na opinião de cidadãos, analistas e, em particular – o que é mais significativo e disruptivo em termos de chave histórica – de uma geração inteira, com uma crescente animosidade, desde o massacre de Iguala e o desaparecimento forçado de quarenta e três estudantes normalistas de Ayotzinapa. Trata-se de uma geração que, desde o #YoSoy132, passando pelo movimento atual de contestação, mobiliza-se e se politiza sem rumos claros nem cristalizações organizacionais duráveis, mas que possui força, radicalidade e potencial subversivo. Mesmo na ausência de âncoras classistas e referências ideológicas essenciais, essa geração parece ser a única possibilidade de construção-reconstrução de uma esquerda antagonista e antissistêmica, com presença certa e com influência no México.

A ideia de crise, com toda a sua polissemia, permite focar dois níveis problemáticos e estreitamente articulados da vida das esquerdas: o desgaste ou desaparecimento de suas formas “efêmeras” (partidos, organizações ou movimentos) e também a fraqueza e, ao mesmo tempo, a oportunidade de reavivamento da esquerda como movimento histórico, como conjunto de distintas e difusas formas de organização, como posturas e práticas políticas surgidas de um marco comum de ideias e atitudes, em particular de uma cultura de crítica e de uma disposição à luta.

Dizia Antonio Gramsci que a crise era um interlúdio entre o velho que morria e o novo que nascia, algo que poderia ser traduzido no México atual na sobreposição da crise de uma esquerda subalterna, que não termina de morrer, e a emergência de uma esquerda antagonista que não acaba de nascer¹.

No esforço de ajudar a elucidar esse entrecruzamento, nos parágrafos seguintes, antes de focar as principais características da crise histórica da esquerda subalterna, será preciso repassar o que se considera ser as raízes e passagens históricas da crise

1 Remete-se aqui aos conceitos de “subalternidade” e “antagonismo” elaborados em uma proposta teórica prévia. Subalternidade porque mantém e promove posturas e práticas que não questionam o sistema – no melhor dos casos, mantém resistências e renegociações internas aos limites das estruturas e relações de dominação existentes. Antagonista, na medida em que impulsiona posturas e práticas de insubordinação e rebelião tendencialmente antissistêmicas. Não se trata de contrapor partidos e movimentos, pois esses formatos de organização são suscetíveis de serem preenchidos de conteúdos subalternos e antagonistas, ainda que esteja claro que a tendência e a institucionalização dos partidos surgidos de movimentos antagonistas provocam tendências subalternizantes (Cf. MODONESI, 2010).

geral das esquerdas no México. Posteriormente, conclui-se com algumas reflexões sobre a conjuntura gerada pelo movimento de protesto contra o desaparecimento forçado dos quarenta e três estudantes de Ayotzinapa.

RAÍZES E PASSAGENS DA CRISE DA ESQUERDA MEXICANA

Para evitar circunscrever o desgastado tema da decomposição do Partido de la Revolución Democrática, passando pela análise das culpas, traições ou responsabilidades dos grupos dirigentes, pode ser útil estender o olhar e revisar, brevemente, algumas passagens “críticas”, ou seja, alguns geradores de crises, pontos de inflexão da configuração-desconfiguração das esquerdas mexicanas, para evidenciar processos de fundo sob a hipótese de que apenas os revertendo ou subvertendo, a partir dessa mesma profundidade, irão surgir/ressurgir esquerdas à altura dos desafios a serem enfrentados.

A crise da esquerda mexicana, em seu conjunto, possui uma essência histórica e, portanto, uma profundidade social que não pode ser subestimada, sob o risco de se cair em um voluntarismo superficial. A esse nível, de forma mais elevada e profunda, aparece a questão central, apenas parcialmente condicionada pelos acertos-desacertos dos grupos dirigentes, qual seja: o vaivém da luta de classes no México não manteve, suportou ou impulsionou um ou mais projetos sólidos, expansivos e duradouros da esquerda antissistêmica, apenas abrigou fenômenos esporádicos e inorgânicos de mobilizações.

Poder-se-ia argumentar que isso ocorreu no México da mesma forma como ocorrera em outras partes do mundo, em correspondência com uma época de restauração neoliberal. No entanto, pelo menos na América Latina, na contracorrente dessa tendência geral, há experiências muito mais significativas no que tange tanto a seus resultados institucionais quanto a suas dinâmicas e seus enraizamentos sociais. No México, especificamente, por ocasião da fraude eleitoral de 2006, não se esteve longe de um cenário “latino-americano”, quer dizer, de uma crise política gerada pela irrupção de um movimento popular que podia ter cedido lugar a um governo progressista encabeçado por Andrés Manuel López Obrador².

Sem a pretensão de sintetizar décadas de história do período recente mexicano em quatro parágrafos, parece necessário assinalar e, se possível, listar algumas

2 Isso não implica idealizar os governos progressistas latino-americanos, que, em sentido crítico, caracteriza-se como revoluções passivas, visando enfatizar a dimensão de desmobilização e controle social (MODONESI, 2013b).

passagens críticas às quais foi feita alusão acima, a fim de conferir um panorama à época.

Trata-se de uma época que começa em 1988, um ano antes da data que marca o giro na história mundial e que demonstra que a queda do muro de Berlim não foi o acontecimento decisivo para a esquerda mexicana. O movimento democrático de 1988³, apesar da derrota que implicou a objetiva consumação da fraude eleitoral, deixou um saldo político subjetivo e organizacional importante, na mesma medida em que reanimou e articulou vários setores da esquerda⁴. Ao mesmo tempo, é preciso recordar como esses fatores não lograram impulsionar um ciclo ascendente de lutas e tiveram que voltar imediatamente atrás de uma linha defensiva, frente à ofensiva do neoliberalismo estimulado pelo presidente Carlos Salinas, cujo caráter ilusório foi desmistificado com eficácia, não pela pressão da esquerda existente nesse período, mas pelo levante zapatista de 1994, seis anos depois – anos de resistência que custaram muitas derrotas políticas (e ideológicas, já que foram anos hegemônicos do neoliberalismo) e muitos assassinatos de militantes de esquerda.

Desde 1994, o impacto do zapatismo abriu um novo ciclo de lutas e antagonismo, em que se forjou uma nova geração de militantes que se projetou em nível internacional no alvorecer do altermundialismo e, assim, inaugurou uma série de novas tendências no terreno dos imaginários e discursos, bem como nas dinâmicas organizacionais (PINEDA, 2015). Ao mesmo tempo, apesar de tão promissoras perspectivas e de uma centralidade simbólica e política entre 1994 e 2001, o zapatismo foi apanhado pela tática falha de luta-negociação com o Estado e não conseguiu gerar uma ruptura na política nacional. Enquanto o zapatismo alternava resistência local em Chiapas e pressão e agitação no plano nacional, o PRD – depois da decepção na eleição presidencial de 1994⁵ – ganhava espaços em governos estaduais com a expectativa de estabelecer uma lenta acumulação de forças, uma longa caminhada nas instituições que se colidiram na alternância “gatopardista”⁶ orquestrada pelo PRI e pelo PAN.

3 Trata-se das mobilizações que acompanharam a corrida eleitoral do candidato de centro-esquerda, Cuauhtémoc Cárdenas, e que desembocaram em protestos contra a fraude eleitoral perpetrada a favor de Carlos Salinas de Gortari, candidato do Partido Revolucionario Institucional.

4 Ainda que, como argumentado há mais de dez anos (MODONESI, 2003), o nascimento do PRD tenha implicado a morte das esquerdas socialistas mexicanas, fechando o ciclo histórico de outra “forma” de esquerda mexicana.

5 Vencida novamente pelo candidato do PRI, Ernesto Zedillo, graças a uma bem-sucedida estratégia de “voto do medo”, sem que ocorresse nessa oportunidade uma massiva fraude eleitoral.

6 NT: Trata-se de uma palavra derivada do italiano *Gattopardo* (leopardo), que é o título de um famoso romance do escritor siciliano Giuseppe Tomasi di Lampedusa. Sinteticamente, a história explica a decadência da nobreza siciliana na época da unificação italiana. Desde então, a expressão *gatopardismo* vem sendo usada para se referir a uma atitude que indica que “as

Apenas seis anos depois da histórica insurreição de 1994, no ano 2000, o sistema político se reconfigurou em um novo formato conservador, passando do colapso do salinismo, isto é, da crise múltipla e orgânica (econômica, do neoliberalismo hegemônico e do sistema de partidos políticos de Estado), a uma bem-sucedida reconfiguração conservadora, ou seja, ao fechamento eficaz das fileiras da direita mexicana, agrupadas em torno do PRI e do PAN. Enquanto isso, é verdade, não cessaram as lutas sociais, trabalhistas, campesinas, indígenas, que são cenários comuns de conflito e antagonismo difuso, irredutíveis em sociedades capitalistas, mas tendencialmente dispersos, efêmeros, sem produzir acumulação nem articulação política e com resultados contraditórios, geralmente não alcançando suas demandas. A persistência de um emaranhado de organizações gremiais tendencialmente progressistas, de classe e combativas é condição necessária, mas não suficiente, para que prospere uma esquerda antagonista e antissistêmica.

É nesse clima conservador que se insere a retirada tática do EZLN, depois da *Marcha del color de la tierra*, em 2001, e após o não cumprimento dos *Acuerdos de San Andrés*, quando o movimento deixou de assumir iniciativas políticas de alcance nacional e se retirou para a construção da autonomia de fato, vindo a retornar somente quatro anos depois, lançando a proposta de *La Otra Campaña*. A greve de 1999, na Universidad Nacional Autónoma de México, pode servir de exemplo do contraditório nas lutas dessa época. Um movimento que começou com força e legitimidade e obteve resultados objetivos ao impedir a introdução de taxas de inscrição, mantendo o caráter totalmente gratuito, posteriormente se fragmentou, encolheu-se e terminou com um lamentável saldo negativo em termos subjetivos, subtraindo mais do que tinha conseguido acrescentar no que tange à construção de espaços de organização e capacidades de mobilização. O gosto ruim que a greve de 1999 deixou não foi tanto em razão do desenlace repressivo que teve, senão de uma vitória concreta, o exercício do poder de veto em frear a reforma que abriria as portas para a privatização da UNAN, mas que se converteu em uma ocasião perdida para fortalecer a esquerda dentro e fora da universidade, contribuindo, na verdade, para enfraquecê-la.

Entre 2001 e 2005 e entre o recuo do zapatismo e a involução institucionalista do PRD, as esporádicas e desarticuladas lutas sociais ficaram órfãs de referenciais políticos de esquerda e, no melhor dos casos, geraram ou mantiveram valiosas trincheiras comunitárias. A conjuntura de 2006 chegou assim, como havia feito o

coisas devem mudar para que tudo permaneça como está”, tal qual proclama reiteradamente o personagem do romance, no âmbito de um acordo com seu inimigo político tradicional.

zapatismo, em 1994, como relâmpago em um céu claro e luminoso, porém efêmero, espetacular, conquanto solitário, anunciando uma tormenta que não chegou. Por não ser o produto de uma acumulação de forças no contexto de um sustentado ciclo antagonista de intensificação da luta de classes, não logrou provocar uma ruptura sistêmica, nem sequer uma brecha política no plano institucional, como ocorreu em vários países latino-americanos em torno desse ano.

Nas rachaduras que se abriram com o tremor político de 2006 – às quais, em poucos meses, sucederam-se o lançamento de *La Otra Campaña* zapatista, as mobilizações a favor da candidatura de López Obrador, o levante em Oaxaca, os enfrentamentos em Atenco, os protestos contra a fraude eleitoral – viveram-se experiências de mobilizações de grande magnitude e intensidade. Tais experiências polarizaram a sociedade mexicana e reavivaram o classismo – ainda que em uma versão plebeia – como princípio político-ideológico, em um país onde o interclassismo havia sido historicamente, desde a revolução de 1910-1920, o dispositivo hegemônico, de mãos dadas com seu correlato nacionalista, mais recorrente e eficaz. Pelo persistente peso cultural do nacionalismo revolucionário e pela paralela histórica falta de influência nas massas das esquerdas socialistas, o epicentro discursivo do conflito, mesmo com suas referências aos pobres e à organização-mobilização popular, não excedeu o limite e o perímetro da ideologia da revolução mexicana.

As expressões mais radicalizadas, como a *Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca* (APPO) e *La Otra Campaña* (OC), ainda que tenham representado cabalmente o clima explosivo e antagonista da conjuntura, ficaram inexoravelmente em segundo plano: a APPO, marginalizada por seu caráter regional e, posteriormente, desmantelada pela repressão; e a OC, fundamentalmente, pelo desatino tático ao escolher se aventurar no debate eleitoral, assumindo López Obrador como inimigo principal e, depois, por depreciar o movimento contra a fraude eleitoral.

Assim como em 1998, a luta contra a fraude de 2006 foi uma grande experiência de subjetivação política que gerou e revitalizou o tecido organizacional de base, voltando a conectar formas e lugares da luta política e social; todavia, ao mesmo tempo, no plano objetivo, não deixou de ser uma derrota, com a repercussão subjetiva que isso implica. De fato, a fraude se consumou; e, mais, resultou surpreendentemente exitosa a estratégia do governo de Felipe Calderón de desatar a “guerra contra o narcotráfico”, já que, no plano político, permitiu a ele não só se entrincheirar e legitimar-se por trás da investidura presidencial do chefe das Forças Armadas, mas também, e sobretudo, ao gerar um clima bélico, reconfigurar totalmente a agenda política, deslocar a clivagem neoliberalismo/

antineoliberalismo que havia ocupado lugar importante em 2006, conseguindo, com isso, despolitizar o debate ao centrar-se em um tema secundário, com toda a carga reacionária que o caracteriza.

É dessa forma que se pode entender como, para além de perfis pessoais, um presidente como Salinas, que tomou posse em meio a protestos, não se limitou à ordinária administração, como o fez Vicente Fox, mas que, uma vez debilitada a oposição, respondeu a seus grandes eleitores, ao retomar a agenda privatizadora neoliberal, atacando frontalmente o Sindicato Mexicano de Electricistas (SME), a fim de eliminar um obstáculo a uma futura privatização, como pontualmente se verificou com a reforma energética impulsionada pelo governo de seu sucessor, Felipe Calderón.

As lutas sociais do período, para além da resistência ordinária, oscilaram entre a heroica, mas trágica, defesa do SME e a exitosa oposição à privatização do petróleo estimulada pelo nascente Movimiento de Regeneración Nacional (Morena), organização gerada pelos partidários de López Obrador. Os ecos das mobilizações de 2006 se dispersaram entre o som de balas e a criminalização dos protestos, que foi o corolário intencionalmente calculado da militarização do país. Os movimentos passaram à defensiva, tanto pela mudança do clima político quanto para defender seus próprios ativistas das violações aos direitos humanos, da judicialização do protesto e da legalização da perseguição política. Somente nesse contexto militarizado, de resistência e debilidade da esquerda – com um PRD já dominado pela corrente da Nueva Izquierda e com a fundação do Morena, em 2010 –, que se pode compreender a emergência e a centralidade que adquiriu, temporariamente, o Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad (MPJD), encabeçado pelo poeta Javier Sicilia (Cf. MODONESI et al. 2011a; 2011b; 2010; 2012).

Sob esse mesmo prisma, é possível explicar por que as eleições de 2012, apesar dos ressentimentos acumulados, não foram disputadas da mesma forma que as eleições de 2006. Não tanto, ou não somente, pela imposição construída midiaticamente, mas por uma correlação de forças que, desde o episódio de 2006, voltou a se reconfigurar a favor das classes dominantes. Por isso, enquanto a nova e moderna esquerda perredista estava absorvida na pragmática palaciana, e o movimento trabalhista, quer dizer, Morena, era incapaz de cumprir suas declarações, o desafio maior surgiu de fora, nas margens dos equilíbrios políticos

estabelecidos ao longo dos seis anos, do grito de indignação da juventude confluída no movimento #YoSoy132⁷.

No entanto, a espetacular, porém efêmera, trajetória desse movimento respondeu a um padrão difuso de nossos tempos: em meio à resistência difusa, com esquerdas políticas fracas e/ou pouco apresentáveis, surgem surtos esporádicos de mobilização que sacodem a sociedade, mas não conseguem gerar uma ruptura, nem deixar um legado organizacional durável, se não uma bagagem de experiências significativas que não desaparecem, mas que tendem a se dispersar.

A CRISE DA ESQUERDA SUBALTERNA

A ideia de esquerda se refere à realização política-ideológica-organizacional de um movimento real. Assim, a dissociação entre as lutas e qualquer forma de realização da esquerda é o parâmetro a partir do qual se pode avaliar tanto o alcance como a reversibilidade da crise em curso. Esquerda-partido e esquerda-movimento são âmbitos que, historicamente, costumam contaminar-se mutuamente, uma vez que os partidos surgem e se desenvolvem no ambiente esquerdista das lutas sociais, ambiente difuso que os partidos pretendem estruturar, densificar e politizar; e vice-versa, ou seja, as práticas difusas se retroalimentam ou se projetam em direção a perspectivas, referências e modalidades organizacionais que lhes outorgam força, coerência e sentido com relação à luta pelo poder.

Todavia, esse vínculo orgânico, que na prática nunca opera perfeitamente, no México parece ter se quebrado irremediavelmente pela separação, se não pela contraposição, de um lado, entre os três polos da esquerda partidária – o PRD, em sua versão de Nueva Izquierda, os defensores do PRD histórico (as correntes opostas à NI e ao que resta do neocardenismo) e o pós-perredismo trabalhista organizado no Morena – e, por outro, no campo mais difuso e diverso de posturas e militantes em movimentos, organizações sociais, coletivos e outras expressões que habitam distintas trincheiras da sociedade civil, chegando a expressões individuais.

Se essa fratura é um abismo evidente e irreversível para o caso do PRD novo-esquerdista, isso também é visível no caso dos nostálgicos do PRD histórico; cabe perguntar se o Morena tem recursos éticos e políticos para se manter vinculado e ancorado à esquerda difusa e para se converter em um instrumento político que a fortaleça, e vice-versa, isto é, ser percebido enquanto tal. Cabe perguntar, também,

7 Movimento estudantil que militava contra a imposição midiática do candidato do PRI, Enrique Peña Nieto. O movimento irrompeu no cenário eleitoral de 2012, convocando uma série de marchas multitudinárias e outras atividades de protesto.

até que ponto pode se sustentar como projeto de organização social e não só de recomposição de quadros nos espaços de representação ou de governo local.

Se o sintoma é a fratura e a distância entre a esquerda partidária, institucionalista e eleitoreira e a esquerda socialmente difusa, resta ainda detectar a enfermidade. O que está em crise ou o que a gerou? Depois de ter indicado o processo geral das lutas de classe na seção anterior, compete aqui perguntar se não existe uma crise de projeto. Mas que projeto? O projeto da Revolución Democrática de 1988 ou sua versão mais institucionalista, que se desenvolveu a partir de 1997, ou o projeto da Nueva Izquierda, que se torna totalmente dominante depois de 2006? Trata-se de três variantes de uma mesma linha política fundamentalmente institucionalista ou de uma progressiva deriva em direção ao institucionalismo exasperado da Nueva Izquierda?

A decomposição do perredismo – algo de tão longa data que já pode se confundir com sua própria trajetória histórica – se apresenta, fundamentalmente, como moral, como progressiva perda de valores à custa de um correspondente aumento de corrupção, em sentido amplo e restrito da palavra. Ao mesmo tempo, e sem negar a profundidade dessa decomposição, se se está falando de esquerda de fato, se quer dizer de um projeto de transformação social, e não somente da clivagem honestidade/corrupção; a crise do PRD é política em toda a amplitude da palavra.

Desde a reforma de 1978, que legalizou as esquerdas socialistas ao abrir-lhes a porta para a participação eleitoral, mas de forma mais acelerada a partir de 1997, quando começaram a ocupar espaços de governo, a ênfase e os acentos atravessaram o uso instrumental da democracia eleitoral e representativa para viabilizar e promover a luta de classes, sustentáculo das esquerdas socialistas, até o uso clientelista da organização popular enquanto plataforma para amparar candidaturas e garantir reservas de votos. Por ser um recurso de manutenção do antagonismo, a participação eleitoral desatou um círculo vicioso de produção e reprodução da subalternidade. O institucionalismo, com seu corolário do eleitoralismo, converteu-se no recurso que caracterizou a forma partido, suas práticas e, tendencialmente, também seu discurso, matriz que lhe conferiu uma inequívoca característica subalterna, tanto por sua subordinação diante das outras forças (políticas e econômicas) quanto por impulsionar a conservação das estruturas de dominação e, portanto, a perpetuação da condição de subalternidade que as caracteriza.

A crise do PRD é, portanto, uma crise do institucionalismo de esquerda, uma versão eleitoreira, estadista e burocrática de mudança social, centrada na

perspectiva de reformas das instituições existentes; uma crise que se manifesta inclusive em seus próprios parâmetros, pois, salvo na Cidade do México, esse giro não permitiu alcançar os resultados eleitorais, nem logrou uma duradoura penetração institucional, elementos que eram apresentados como os objetivos a partir dos quais se justificava a reviravolta eleitoral e a paulatina e consequente “desesquerdização”, de modo a promover uma aliança interclassista.

Apesar dos resultados eleitorais decepcionantes, a disputa pela penetração institucional deixou de ser, paulatinamente, uma mera questão tática, estabelecendo-se como fim estratégico e passando a ser elemento constitutivo, a razão de ser da existência de uma força política inexoravelmente institucionalizada em sua concepção de política e mudança social – ainda que tivesse mantido, até certo momento, alguma base social organizada e algum laço com organizações e movimentos populares.

Ao longo de sua história, o perredismo, em seu conjunto, foi diluindo sua “diversidade” esquerdista, seu reverso movimentista e o alcance transformador do projeto de revolução democrática em uma progressiva deriva institucionalista, “concertacionista”, de conciliação com o governo e com os dois principais partidos de direita no México, confundindo-se sempre mais com o PRI, ao incorporar, de forma crescente, práticas, tradições e quadros priistas. O PRD terminou por aceitar seu ingresso subalterno em um projeto partidocrático de dominação política, ao assumir a tarefa política de sustentar a submissão das classes subalternas, subordinando seus interesses ao das classes dominantes. A transição de um sistema de partido de Estado se orientou paulatinamente ao bipartidarismo PRI-PAN para culminar no tripartidismo de Estado, ao inserir o PRD no pacto partidocrático. Nessa deriva, a noção de esquerda acabou ficando simplesmente geométrica e, por isso, sistematicamente aceitável, uma distinção formal sem nenhum fundo real, asséptica, legitimadora e não ameaçadora, com uma única característica distintiva – além da episódica retórica nacionalista antiprivatizadora –, a de conferir maior atenção à política social, como ocorreu com os governos capitalinos, sem que isso implicasse exceder o assistencialismo que caracterizava as políticas públicas priistas pré-neoliberais.

É certo que Morena surgiu em contraposição a vários aspectos da deriva institucionalista encarnada pela Nueva Izquierda, ao sustentar posturas que, em vários pontos substanciais, distinguem-na (mais progressista, nacional-popular, com uma feição de movimento de base, oposicionista, mais atenta à questão ética, etc.). Ao mesmo tempo, é evidente a oscilação ou ambiguidade de acordo com os cenários e os interlocutores de discursos e práticas de um movimento cuja base

social é, de várias formas, expressão organizada genuína das classes subalternas, mas que a maioria de seus quadros e a direção provêm de grupos e frações formados no PRD, muitos deles com antecedentes no PRI.

Em 2010, às vésperas do surgimento de Morena, sugeriu-se que essa nova organização drenava a alma política e histórica do PRD⁸, seu projeto de revolução democrática, deixando-o como carapaça, como sigla que poderia sobreviver nominalmente, mas que morria substancialmente na medida em que se esvaziava de seu sentido político e histórico.

Nessa medida, se é certo dizer que o Morena esteja fazendo avançar um projeto político sensivelmente distinto daquele da Nueva Izquierda, ao mesmo tempo, em seus elementos ideológicos centrais, em particular no institucionalismo como marco e horizonte político, o movimento não deixa de ser o PRD histórico. Com efeito, não rompe com a lógica de uma revolução democrática limitada aos marcos institucionais vigentes e não sai do círculo de reprodução da subalternidade.

O Morena – embora muitos, como Cuauhtemoc Cardenas, não queiram admitir – tenta refundar o PRD ou, se preferir, atualizar seu projeto histórico, com algumas diferenças de formato: um perfil plebeu e de base mais nítido, um discurso mais confrontador, com menor peso interno de quadros políticos e com grupos com relativa independência da liderança carismática. Para além disso, não há maiores diferenças ideológicas nem de projeto (LUNA, 2015).

À margem de seus aspectos conjunturais, a crise de fundo – que aflorou nos últimos anos e entrou em erupção com a conjuntura suscitada pelo desaparecimento forçado dos quarenta e três estudantes de Ayotzinapa – é uma crise de projeto político em seu conjunto. Por isso, a recuperação da pureza das origens que evocam tanto Cárdenas, de forma mais explícita, quanto López Obrador, mais implicitamente⁹, parece insuficiente para oferecer uma saída à altura das circunstâncias. Defende-se que tal saída implique uma refundação da esquerda enquanto força antagonista e antissistêmica, que se nutra, essencialmente, de processos de politização, organização, mobilização e radicalização.

8 Em um artigo escrito em 2010, sustentava o seguinte: “O surgimento de um partido-movimento que relança o projeto nacional-popular, como fez Morena, drena a essência política e o espírito histórico do PRD. A prolongada crise do PRD desembocou em sua morte clínica, pelo menos enquanto expressão de um projeto histórico, ainda que se note o prolongamento da existência de um mesmo instituto partidário com o mesmo nome e outras características. Em contrapartida, encerrou, também, a tão problemática e polêmica crise do PRD, porque, com tal mutação genética, rescindiu-se o vínculo com o passado: que siga existindo o PRD no México, mas ele não será o herdeiro legítimo do ‘partido del 6 de julio’” (MODONESI, 2011, p. 128).

9 Embora Andrés Manuel López Obrador tenha uma leitura singular do “estado nascente” de seu próprio movimento, entre 2005 e 2006, as mobilizações de massas marcaram a campanha por sua candidatura e a luta contra a fraude eleitoral.

AYOTZINAPA 2014: CRIME DE ESTADO, INDIGNAÇÃO E ANTAGONISMO

É nesse contexto que se inserem as mobilizações massivas geradas pelo desaparecimento forçado dos quarenta e três estudantes de Ayotzinapa, entre setembro e dezembro de 2014, mobilizações essas que já se encontram entre as de maior destaque nas últimas décadas – só comparáveis com as mobilizações de 1988, 1994 e 2006.

Com o intuito de contribuir para a análise e compreensão dessas mobilizações, apresentar-se-á, agora, uma reconstrução geral da trajetória do movimento de indignação¹⁰ para, posteriormente, vincular o movimento à crise das esquerdas mexicanas¹¹.

Na sexta-feira, 26 de setembro de 2014, um grupo de estudantes da Escola Normal Rural “Isidro Burgos”, de Ayotzinapa, localizada no estado de Guerrero, realizava atividades de arrecadação financeira para levar adiante uma série de atividades políticas, entre elas comparecer à tradicional marcha do dia 02 de outubro, realizada todos os anos na capital do país pelo movimento estudantil mexicano, em memória ao massacre de estudantes perpetrado pelo governo mexicano em 1968. Essas atividades incluíam a tomada de dois ônibus de empresas de transporte de passageiros. Diante disso, a resposta do governo municipal de Iguala, a cargo do prefeito José Luis Abarca, do Partido de la Revolución Democrática (PRD), foi mandar a polícia local atirar contra os estudantes. Como resultado desse primeiro ataque, foram assassinados três estudantes e outros três jovens, interceptados pela polícia e confundidos por estudantes normalistas.

Na mesma madrugada, quarenta e três alunos foram capturados pelas forças policiais e entregues a um cartel de narcotraficantes denominado “Guerreros Unidos”. De acordo com investigações posteriores e com declarações dos próprios estudantes sobreviventes, membros do exército foram cúmplices dos acontecimentos, na medida em que estavam cientes do ataque e omitiram o pedido expresso de proteção feito pelos estudantes frente ao ataque da polícia. Com efeito,

10 A reconstrução sintética que segue se fundamenta em uma revisão hemerográfica (jornal *La Jornada* e semanário *Proceso*), na observação presencial do ritmo e das dinâmicas de ação coletiva criadas no período estudado, bem como na análise das minutas e declarações elaboradas pela Asamblea Nacional Popular (composta por diversas organizações populares, sindicais e estudantis, que, nesse período, reuniu-se na escola normal rural Raúl Isidro Burgos, no estado de Guerrero) e pela Asamblea Interuniversitaria (espaço de articulação do movimento estudantil que, durante esses meses, aglutinou estudantes de diferentes instituições educativas, reunindo-se durante o período na Cidade do México). Agradecimento, aqui, ao apoio de Samuel González Contreras neste trabalho.

11 Sobre essa questão, consultar também o dossiê “¿Adonde van las izquierdas mexicanas?” (VARIOS, 2015a).

investigações recentes assinalam que uma das últimas geolocalizações, obtida a partir do registro do telefone celular de um dos desaparecidos, mostra que os jovens estiveram no interior das instalações do 27º Batalhão de Infantaria, nas imediações de Iguala¹².

No relato dos fatos, é importante destacar que esse evento não gerou impacto imediato em nível nacional. Durante os primeiros dias, a notícia foi difundida, mas seu alcance foi bastante reduzido. Isso permitiu que o então prefeito de Iguala fizesse declarações públicas sem ser cobrado e que toda a responsabilidade fosse publicamente colocada no chefe da polícia local. Foi a mobilização dos estudantes de Ayotzinapa e de seus familiares que promoveu o debate nos meios de comunicação. A partir desse momento, gerou-se a pressão para a investigação dos crimes.

Apesar das primeiras mobilizações em Guerrero e do fato de que entre as demandas políticas da marcha estudantil do dia 02 de outubro na capital estavam a devolução com vida dos estudantes desaparecidos, foi apenas no dia 08 de outubro, isto é, mais de uma semana depois, que foi convocada a primeira marcha na capital do país, com mais de quinze mil participantes, além de protestos em mais de uma dezena de cidades do México e do mundo inteiro (Londres, Madrid, Nova Iorque, entre outras)¹³. Nesse primeiro momento, as palavras de ordem e as dinâmicas de mobilização denunciavam o desaparecimento e o ataque contra os estudantes, mas sem confrontar ou questionar o Estado ou a ordem política como um todo.

Todavia, desse ponto em diante, gerou-se uma ruptura definitiva na recepção e na resposta midiática e popular aos acontecimentos do dia 26 de setembro. Uma semana depois, em 15 de outubro, os protestos cresceram exponencialmente na capital e em diversas regiões do país, compostas fundamentalmente por estudantes. Simultaneamente, alunos de cerca de trinta e cinco escolas realizaram greves, algumas durando até quarenta e oito horas¹⁴. Ao mesmo tempo, as mobilizações populares cresceram no estado de Guerrero, organizadas por estudantes e familiares de Ayotzinapa, mas também pelo sindicalismo magisterial independente da Coordinadora Estatal de Trabajadores de la Educación de Guerrero (CETEG) e por diversas organizações e movimentos sociais da região, como a Coordinadora Regional de Autoridades Comunitarias Policía Comunitaria (CRAC-PC) e o Movimiento Popular de Guerrero (MPG).

12 Consultado em 22 de janeiro de 2015, em: <<http://www.proceso.com.mx/?p=393362>>.

13 Consultado em 22 de janeiro de 2015, em: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2014/10/08/cobertura-al-minuto-de-la-marcha-en-solidaridad-con-los-normalistas-de-ayotzinapa-7013.html>>.

14 Consultado em 22 de janeiro de 2015, em: <<http://mexico.quadratin.com.mx/Se-suman-37-escuelas-paro-en-apoyo-Ayotzinapa/>>.

Esse cenário de mobilizações criou as condições para a convocação da Assembleia Nacional Popular, com sede na Escola Normal de Ayotzinapa, espaço de articulação que reuniu, para além das organizações e dos movimentos do estado de Guerrero, anteriormente mencionados, diversas forças políticas, como a Coordenadora Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE), o Sindicato Mexicano de Electricistas e também organizações políticas, como, por exemplo, a Frente Popular Revolucionaria (FPR).

Em apenas uma semana esse panorama tomou dimensões inimagináveis. No dia 22 de outubro, data em que foi convocado o segundo dia de ação global por Ayotzinapa, a onda de mobilização popular cresceu de forma contundente: uma marcha de cinquenta mil participantes na capital do país, setenta escolas em greve, protestos em dezenas de cidades do país e do mundo. Nesse momento, os acontecimentos não só tinham alcançado um caráter nacional, mas tinham também obtido destaque no plano internacional.

A partir da pressão popular, foi possível detectar diversos deslocamentos no discurso do governo federal, que acabou culpando o prefeito de Iguala e o governador de Guerrero, ambos do PRD. Mas, ao mesmo tempo, os familiares de Ayotzinapa foram apresentando diversas denúncias acerca dos obstáculos que o governo introduziu na busca dos quarenta e três jovens desaparecidos, impedindo, por exemplo, que uma equipe forense especializada, vinda da Argentina, fosse incluída permanentemente na investigação.

É importante destacar que, um dia depois dessa jornada de mobilização, o governador do Estado de Guerrero, Ángel Aguirre Rivero, apresentou sua renúncia formal. Até esse momento, a busca dos quarenta e três estudantes desaparecidos tinha levado à descoberta de vinte valas comuns – uma amostra dos níveis da violência que vem assolando a região e o conjunto do país¹⁵. Sem dúvida, a renúncia do governador foi consequência do panorama de indignação e mobilização popular no plano nacional, mas, de maneira particular, de um cenário de mobilização extremamente radicalizada no Estado de Guerrero, com protestos populares que atacaram diretamente instalações governamentais, entre elas o Palácio do Governo do Estado e a sede do Parlamento local.

No dia 04 de novembro, um dia antes da jornada seguinte de mobilizações, o prefeito José Luis Abarca é preso na Cidade do México¹⁶. Desde então, o conflito se

15 Consultado em 20 de janeiro de 2015, em: <<http://noticias.univision.com/article/2136275/2014-10-23/mexico/noticias/el-gobernador-de-guerrero-angel-aguirre>>.

16 Consultado em 22 de janeiro de 2015, em: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2014/11/04/detienen-en-el-df-a-jose-luis-abarca-y-su-esposa-declaran-en-la-seido-4253.html>>.

agrava midiaticamente de maneira vertiginosa, porque, após a prisão do prefeito, junto com sua esposa – parente de chefes locais da organização “Guerreros Unidos” –, é descoberto o envolvimento de ambos com o narcotráfico, e o fato de que tanto os membros do partido a que pertenciam (PRD) quanto autoridades governamentais de nível federal (Procuradora Geral da República) conheciam os terríveis antecedentes de José Luis Abarca. Ele, entre outras acusações, foi identificado como responsável pelo assassinato de um líder campesino de seu próprio partido. Com essas notícias, a crise institucional se aprofundou, chegando a ser reconhecida por diversos representantes governamentais de nível federal.

No dia 05 de novembro, foi possível registrar um dos momentos mais críticos da mobilização popular ante o caso Ayotzinapa. Foram feitos diversos cálculos relativos à participação na manifestação central, com números variando entre setenta mil e cem mil participantes, enquanto as greves estudantis voltaram a se multiplicar, alcançando, segundo estimativas da Asamblea Interuniversitaria, cento e quinze escolas em greve¹⁷. No plano nacional, contabilizaram-se protestos em pelo menos vinte estados da República¹⁸, com a participação de um importante contingente de cidadãos e estudantes em estados do norte do país, em uma região comumente alinhada a posturas reacionárias, em contraste com o centro e o sul do país.

Nesse momento, a dinâmica da mobilização estudantil havia ultrapassado qualquer prognóstico imaginado. Sem nenhum antecedente na história do país, as greves estudantis se estenderam em número para regiões nunca esperadas. Ao mesmo tempo, na Cidade do México, registrou-se um interessante exercício de articulação da luta estudantil, por meio da conformação da Asamblea Interuniversitaria, que, em mais de uma ocasião, conseguiu reunir estudantes de mais de sessenta faculdades e universidades. A maioria dos participantes era da capital e do centro do país; porém, é importante destacar a presença de representantes de escolas do sul e do norte do México. Desse espaço, foram formuladas declarações sobre o caso Ayotzinapa, que construíram o *slogan* “Foi o Estado”, palavra de ordem que reflete, simultaneamente, a leitura estrutural que se fazia do caso e o conteúdo antagonista da dinâmica de mobilização, que apontava diretamente o Estado como responsável, para além de uma questão local ou policial.

17 Consultado na página do Facebook da Asamblea Interuniversitaria, em 20 de janeiro de 2015: <https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=477917542349719&id=470405443100929>.

18 Consultado em 22 de janeiro de 2015, em: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2014/11/05/cobertura-al-minuto-jornada-de-accion-global-por-ayotzinapa-3551.html>>.

As últimas semanas vêm perturbando profundamente a vida nacional. Nós, estudantes, queremos destacar que o massacre de Ayotzinapa é um crime de Estado, uma amostra da profunda putrefação das instituições políticas no país. A violência e a pobreza generalizadas no território e entre a população, como mostra o caso de Tlatlaya, mostram que esse não é um caso isolado¹⁹.

Sobre isso, é necessário acrescentar que, embora surpreendente, a resposta dos estudantes contava com antecedentes importantes nos últimos anos. A juventude, particularmente os estudantes, foi a protagonista do movimento #YoSoy132, que, em 2012, lutou contra a imposição de Enrique Peña Nieto para presidente durante as eleições daquele ano. Foi um movimento massivo que incluiu a participação de milhares de jovens, assim como a criação de mais de uma centena de assembleias locais. Ao longo desse processo, os estudantes demonstraram uma forte inclinação para as questões políticas e para traços profundamente antagônicos, que os levaram à conclusão de que o sistema político mexicano estava ultrapassado.

Um ano depois, já findado o movimento #YoSoy132, os estudantes voltaram ao cenário político de forma pontual, diante da repressão que sofreu o magistério em sua luta contra a reforma educativa. Em meados de setembro, os professores dissidentes mantiveram um acampamento na Praça da Constituição, na Cidade do México, que foi evacuada por ordem do Chefe de Governo Miguel Angel Mancera (PRD). Diante dessa situação, dezenas de escolas entraram em greve. Ao seguir a tendência de muitos países, a juventude mexicana dava mostras de viver processos de politização que a levaram a protagonizar mobilizações significativas, convertidas em espírito crítico de uma época.

Podem ser identificados na trajetória de mobilização popular dois motores que nutriram, dinamizaram e, em certa medida, estruturaram os protestos: por um lado, a mobilização popular no Estado de Guerrero, encabeçada por professores e agrupada em torno da Asamblea Nacional Popular (ANP); por outro, o movimento estudantil, cujo epicentro se concentrou em torno da Asamblea Interuniversitaria (AI). Claro, a mobilização foi muito além desses espaços e setores, contendo um componente civil muito significativo, porém desorganizado. Apesar de a ANP e de a AI serem os motores organizados do movimento, havia outro espaço de articulação e convocatória, fundamental durante as primeiras semanas de protesto que supriu a falta de coordenação entre ambos os espaços: partindo da Cidade do

19 Pronunciamento e plano de ação da 3ª Asamblea Interuniversitaria, realizada em 24 de outubro de 2014. Consultado em 20 de janeiro, em: <<https://www.facebook.com/pages/Asamblea-Interuniversitaria/470405443100929?fref=ts>>.

México, foi estabelecida uma Plataforma de Solidaridad con Ayotzinapa, coordenada com parentes dos quarenta e três estudantes e alunos da escola normal rural de Ayotzinapa, liderada por organizações de direitos humanos, como o SERAPAZ (Servicios y Asesoría para la Paz), organizações políticas, como a Organización Política de los Trabajadores (OPT), e organizações estudantis. A partir desse espaço, foram convocados os primeiros dias nacionais de protesto, conseguindo criar uma sorte de vasos comunicantes entre os principais motores da mobilização popular.

Com a chegada do final do ano, o conjunto do movimento assumiu como sua a reivindicação em torno da renúncia do presidente Enrique Peña Nieto. Nesse *slogan*, era possível detectar a síntese de um duplo processo no interior da mobilização por Ayotzinapa. Sem dúvida, a ponta de lança da mobilização era – e segue sendo – a exigência da apresentação com vida dos quarenta e três estudantes, assim como a punição dos responsáveis materiais e intelectuais pelo crime. Contudo, ao mesmo tempo, era possível detectar certo grau de discordância nos processos de subjetivação política. Por um lado, os motores articuladores das mobilizações, agrupados na Asamblea Nacional Popular e na Asamblea Interuniversitaria, apontavam diretamente para o Estado como o responsável. No entanto, ao mesmo tempo, o *slogan* exequível para a maior parte dos setores mobilizados era, imediatamente, a exigência da aparição com vida dos quarenta e três. Em certo sentido, essa defasagem foi sintetizada na exigência da renúncia de Peña Nieto, que, por um lado, carregava uma demanda específica em seu horizonte antagônico contra o Estado, mas, ao mesmo tempo, servia para elevar o conteúdo político da exigência mais imediata.

Em 07 de novembro, o procurador-geral da República, Jesús Murillo Karam, encarregado direto das investigações sobre o caso, realizou uma longa coletiva de imprensa, em que foram anunciados os resultados da investigação realizada e a suposta detenção dos culpados. A síntese da coletiva pode ser apreciada no seguinte parágrafo:

Além disso, foram presos aqueles que tinham o comando e a decisão que causou esse acontecimento doloroso, o ex-prefeito de Iguala e sua esposa. Hoje, poucos dias antes desta conferência, houve mais avanços. Foi descoberta a localização de Patricio Reyes Landa, vulgo El Pato, e de Jonathan Osorio Gómez, conhecido como El Jona, que foram presos no povoado de Apetlaca, no município de Cuetzala del Progreso, Estado de Guerrero. Essas duas prisões permitiram a localização e detenção de uma terceira pessoa, de nome Agustín García Reyes, conhecido como El Chereje. Os três capturados são membros da organização

criminosa Guerreros Unidos e confessaram terem recebido e executado o grupo de pessoas que lhes foi entregue pelas polícias municipais de Iguala e Cocula²⁰.

Durante a coletiva, foram apresentados diversos vídeos e testemunhos dos detidos, que afirmaram ter queimado os corpos dos jovens desaparecidos no lixão da cidade de Cocula, em Guerrero. De acordo com esses depoimentos, o fogo durou da meia-noite às duas da tarde do dia seguinte. Como é possível observar, o governo tratou de montar um discurso que fosse capaz de expressar a indignação generalizada, ao mesmo tempo em que buscava encerrar o caso, mediante investigação que limitou o problema a uma relação entre organização criminosa e nível municipal. Seu discurso mostrava o quanto a mobilização havia pressionado o governo, que se viu forçado a dar uma resposta em nível nacional, com a clara intenção de desmobilizar o movimento e encerrar, definitivamente, o caso.

Poucas horas após a coletiva de imprensa, o conjunto de pais e familiares dos quarenta e três desaparecidos negou tal versão dos fatos e alegou que não interromperia as buscas e sua demanda por justiça, até que fossem produzidas provas periciais e forenses capazes de fornecer certeza sobre o que havia acontecido com seus filhos. Apesar de essas declarações já terem sido questionadas desde o início por parte significativa da opinião pública e, claro, pelo próprio movimento, é importante acrescentar que, meses depois, essa versão dos acontecimentos foi questionada por pesquisadores da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), que afirmaram que um incêndio dessa magnitude teria deixado marcas no chão do lixão – que não continha provas correspondentes a um fenômeno desse impacto.

O quarto dia de ação global por Ayotzinapa foi convocado para o dia 20 de novembro, data de grande significado histórico: a comemoração da Revolução Mexicana. Apesar do cálculo do governo, a coletiva de imprensa não conseguiu arrefecer o ritmo da mobilização. Mais uma vez, estima-se que mais de cem mil pessoas marcharam na Cidade do México, enquanto a greve estudantil ultrapassou uma centena de escolas. Em meio a isso, a mobilização popular no Estado de Guerrero manteve uma forte radicalidade, propensa à ação direta e ao confronto com a polícia. Nesse arco de mobilização acima descrito é possível observar uma curva descendente, após esse dia de luta. No entanto, mesmo com essa situação,

20 Palavras do procurador Jesús Murillo Karam, durante a conferência sobre os desaparecidos de Ayotzinapa. Consultado em 10 de fevereiro de 2015, em: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2014/11/07/intervencion-del-procurador-de-la-republica-jesus-murillo-karam-durante-la-conferencia-de-prensa-para-exponer-el-caso-de-los-estudiantes-de-ayotzinapa-4374.html>>.

milhares de pessoas se reuniram em 26 de dezembro na capital, depois de quatro meses do ataque aos normalistas de Ayotzinapa.

A despeito dos cálculos do governo e de algumas previsões no interior da própria mobilização, o movimento por Ayotzinapa conseguiu se manter firme nas férias de fim de ano. Tanto em 26 de janeiro quanto em 26 de fevereiro de 2015, foram registradas mobilizações de milhares de pessoas na capital do país, bem como manifestações menores em outras cidades. Apesar de a mobilização ter registrado um declínio em relação aos primeiros meses, é importante notar sua persistência e a radicalização com que cobrou, de maneira particular, o Estado de Guerrero, onde se multiplicaram os episódios de confronto e repressão. O caráter antagônico que o movimento adquiriu nessa região pode ser sentido claramente nas declarações da ANP, em que se afirmava que o movimento popular tentaria impedir a realização das eleições legislativas no Estado, no próximo 07 de junho.

Enfim, vale a pena destacar que, no início de 2015, a participação das Forças Armadas foi insistentemente denunciada pelos pais dos desaparecidos de Ayotzinapa, questão que levou à realização de diversos protestos em frente às instalações do 27º Batalhão do Estado de Guerrero, mas também em outros estados da República. Diante desse cenário de extensão e, em certa medida, de aprofundamento da mobilização, no final de fevereiro, Murillo Karam apresentou sua renúncia do Gabinete da Procuradoria Geral da República, o que mostrou certa capacidade destituente do movimento em esfera federal. Mesmo não tendo sido o presidente quem renunciara, esse acontecimento deve ser lido como conquista do movimento frente à intenção do governo de limitar o caso ao município de Iguala e ao Estado de Guerrero.

ANTAGONISMO E POLITIZAÇÃO DA JUVENTUDE

Nos meses posteriores, antes das eleições de 07 de junho, o movimento diminuiu em número e impulso, embora a questão dos quarenta e três desaparecidos siga como sombra na cena política, e os protestos tenham deixado marcas profundas na consciência de amplos setores da população, aprofundando ainda mais a rejeição do sistema político – o que poderia aumentar os já elevados níveis de abstenção e anulação do voto²¹.

Com efeito, para além da situação atual, a resposta de indignação gerada pelo movimento massivo e prolongado de protesto é de grande importância social, polí-

21 Sobre essa questão, consultar o dossiê “Elecciones, dilemas y alternativas” (VARIOS, 2015b).

tica e, também, histórica. O *slogan* “Foi o Estado”, amplamente difundido, expressa uma clara percepção das responsabilidades dessa operação de terrorismo de Estado e também se estende para a crise política em que as instituições políticas estão submersas e para a crise do pacto social que as deveria sustentar.

Ao mesmo tempo, se é possível afirmar que a mobilização por Ayotzinapa é expressão da crise de reprodução que atravessa o Estado e o sistema político mexicano, deve-se também reconhecer que não se trata, à primeira vista, de uma crise orgânica, total ou terminal, precedida e provocada pela existência de um poder que ameaça e disputa seriamente a configuração da esfera estatal. Prova disso é o que aconteceu após a tempestade: a vida política retornou ao seu cotidiano e o PRI voltou a manobrar – sem hegemonia, mas com eficácia – as redes, relações e estruturas que sustentam o sistema político, social e econômico atualmente existente no México.

Assim, refletiram-se nítidos elementos antagônicos, mas também se evidenciaram fortes traços de subalternidade que não foram ultrapassados, na medida em que a mobilização não logrou se expandir e se aprimorar a tal ponto de gerar uma ruptura institucional. Diante da impossibilidade-incapacidade de alcançar sucesso político contundente, afloraram divergências, tensões e divisões no interior do discurso e das práticas do movimento²².

Somando tudo isso, os protestos massivos e reiterados representaram uma importante ruptura simbólica, sobretudo ao desnudar aspectos nodais do sistema político mexicano atual. Eles geraram certa visibilidade que permitiu uma tomada de consciência difusa e, ao mesmo tempo, um processo sustentado de mobilização, dinâmicas de agregação e ação coletiva de uma juventude que já havia se manifestado com força em 2012. Trata-se de uma geração que não havia se mobilizado nos anos anteriores – salvo efêmeras e limitadas convocatórias, como, por exemplo, os acampamentos de indignados de 2011, que serviram para agitar vários jovens que posteriormente se mobilizaram no #YoSoy132 – e que se pode denominar, provisoriamente, *geração pós-zapatista*, já que sucedeu a geração dos zapatistas, intensamente mobilizada entre 1994 e 2001 (Cf. MODONESI, 2013a; MODONESI; ESTRELLO, 2012).

Dentro desse processo de politização antagonista, em sua projeção ou involução, estão em jogo as perspectivas de renovação ou refundação de uma esquerda antissistêmica no México. Em meio à subordinação persistente da esquerda

22 Apareceram novas e velhas linhas de contraste e debate em torno da definição do projeto, da ideia de Estado e de autonomia, dos tempos e ritmos da confrontação e da transformação social, do papel e do lugar de distintas formas de violência na mobilização, das formas de organização.

partidária e de numerosas organizações sindicais e sociais, tornou-se recorrente a emergência de expressões sociopolíticas de antagonismo, ciclos de mobilizações e radicalização, como aqueles que caracterizaram os protestos relativos ao desaparecimento dos quarenta e três estudantes normalistas. Nesses processos de luta, forjam-se experiências, forças e posturas antagonistas e tendencialmente antissistema; antagonistas enquanto surgem e se retroalimentam de lutas explicitamente antissistêmicas que, na configuração sistêmica mexicana atual, implica uma postura antineoliberal e antipartidocrática – ou seja, contrária aos dois níveis sistêmicos, econômico e político, do esquema da dominação em seu formato atual. Contudo, essas lutas não são completamente ou imediatamente anticapitalistas, embora o anticapitalismo seja, possa ou deva ser um ingrediente necessário que opere no fundo dos processos concretos e sirva como referência e orientação para um horizonte emancipatório.

Entre os jovens, fundamentalmente os estudantes, que participaram e se radicalizaram entre os anos de 2012 e 2014, paira no ar uma sensibilidade antissistêmica e um antagonismo, que se transformou em clima de época e em característica geracional. Ao mesmo tempo – somando a outras frentes de lutas existentes no país –, isso não parece ser suficiente para configurar um contrapoder duradouro, capaz de exercer poder de veto ou, então, impulsionar um polo alternativo à esquerda partidária, institucional e subordinada. Até o momento, expressou-se esporadicamente como estalo conjuntural e, inorganicamente, deixando um rastro significativo na história do país e uma marca na juventude e em amplas camadas da sociedade – nessa geração que foi se politizando no calor do movimento antissistêmico, contra os poderes de fato, contra o Estado e a esquerda subalterna. Nem mais nem menos.

À luz de um avançado processo degenerativo e do acontecimento precipitador do desaparecimento dos quarenta e três estudantes, encerrou-se definitivamente o ciclo histórico iniciado em 1988, protagonizado por uma forma particular da esquerda mexicana. Diante do fim desse ciclo, que, sem dúvida, como todo o processo histórico, pode durar anos, o que se abre é um necessário e inevitável processo de refundação de uma esquerda antagonista, processo que envolve, mesmo em meio a inevitáveis elementos de continuidade, fortes doses de ruptura e descontinuidade que, na perspectiva aqui adotada, não pode ser gestado a partir dos espaços partidários existentes, de seus quadros, suas coordenadas ideológicas e suas culturas políticas.

Assim, embora seja possível que esses espaços não desapareçam e, inclusive, no caso do Morena, que eles cresçam e prosperem de forma eleitoral e institucional entre as eleições de 2015 e 2018, o grau de descontinuidade necessário para superar

a crise terá que surgir de um fator novo, que possivelmente tenha uma tintura geracional. Dito de outra forma, uma esquerda antagonista e antissistêmica capaz de responder à altura a crise sistêmica, tanto política como socioeconômica, só pode surgir de fora do perímetro sistêmico no qual se colocou historicamente o PRD e no qual continuam se colocando seus distintos herdeiros novo-esquerdistas e pós-perredistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LUNA, Fernando. “Subalternidad, antagonismo y autonomía en dos momentos de la izquierda nacional-popular en México: análisis de marcos de los documentos básicos del PRD (1990) y MORENA (2014)”. In: MODONESI, Massimo (Org.). *Movimientos subalternos, antagonistas y autónomos en México y América Latina*. Cidade do México: CLACSO y FCPyS-UNAM, 2015.
- MODONESI, Massimo. *La crisis histórica de la izquierda socialista mexicana*. Cidade do México: Juan Pablos, 2003.
- . *Subalternidad, antagonismo, autonomía: marxismos y subjetivación política*. Buenos Aires: Prometeo-CLACSO-Universidad de Buenos Aires, 2010.
- . “México: el crepúsculo del PRD”. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 234, junio-agosto de 2011.
- . “De la generación zapatista al #YoSoy132: identidades y culturas políticas juveniles en México”. OSAL, CLACSO, Buenos Aires, n. 33, mayo de 2013a.
- . “Revoluciones pasivas en América Latina: una aproximación gramsciana a la caracterización de los gobiernos progresistas de inicio de siglo”. In: MODONESI, Massimo (Org.). *Horizontes gramscianos: estudios en torno al pensamiento de Antonio Gramsci*. Cidade do México: FCPyS-UNAM, 2013b.
- MODONESI, Massimo; ESTRELLO, LUZ. “El #YoSoy132 y las elecciones en México: instantáneas de una imposición anunciada y del movimiento que la desafió”. OSAL, CLACSO, Buenos Aires, n. 32, noviembre de 2012.
- MODONESI, Massimo et al. “La lucha del Sindicato Mexicano de Electricistas”. OSAL, CLACSO, Buenos Aires, n. 27, abril de 2010.
- . “México 2000-2009: una década de resistencia popular”. *Una década en movimiento: luchas populares en América Latina (2000-2009)*. Buenos Aires: Prometeo-CLACSO-UBA, 2011a.
- . “Balance de la conflictualidad en México en 2010”. OSAL, CLACSO, Buenos Aires, n. 29, mayo de 2011b.

_____. “México 2011: violencia y resistencia”. OSAL, CLACSO, Buenos Aires, n. 31, mayo de 2012.

PINEDA, Enrique. “De la señora sociedad civil a la otra campaña: antagonismo y emancipación en la multitud urbana zapatista”. In: MODONESI, Massimo (Org.). *Movimientos subalternos, antagonistas y autónomos en México y América Latina*. Cidade do México: CLACSO y FCPyS-UNAM, 2015.

VARIOS. “¿Adonde van las izquierdas mexicanas?”. *MEMORIA*, Centro de Estudios del Movimiento Obrero y Socialista, México, Dossier n. 253, febrero de 2015a.

_____. “Elecciones, dilemas y alternativas”. *Memoria*, Centro de Estudios del Movimiento Obrero y Socialista, México, Dossier n. 254, mayo de 2015b.

O CONFLITO SOCIAL NO CHILE: ESTADO, MERCADO E DEMOCRACIA*

SOCIAL CONFLICT IN CHILE: STATE, MARKET AND DEMOCRACY

Carlos Ruiz Encina^a

Resumo A recente conflitualidade social e política no Chile se vincula ao esgotamento dos limites da política estabelecida pelo pacto da transição para a democracia. A expansão contínua dos processos de privatização das condições da reprodução social acabou por criar uma situação de aguda incerteza na vida cotidiana de amplos setores da sociedade, os quais, apesar do crescimento econômico, enfrentam uma grande desigualdade, derivada da extrema concentração econômica e de oportunidades. Os limites do sistema político e da até então bem-sucedida coalizão de governo são transbordados por um mal-estar que abriga a formação de novos atores sociais e políticos. Isso configura a possibilidade de uma passagem para um novo período político.

Palavras-chave conflito social; neoliberalismo; democracia; novos atores; Chile.

Abstract *The recent social and political unrest in Chile relates to the exhaustion of the political boundaries established during the democratic transition. The continuous expansion of the privatization processes over the conditions for social reproduction, has created a situation of high uncertainty over the every day life of vast portions of society which, despite the economic growth, have to face a strong inequality, produced by extreme economic concentration and lack of opportunities. The boundaries of the political system – and the so far successful governing coalition – are overwhelmed by a social unrest which shelters the formation of new social and political actors. This bears the possibility of a transition to a new political period.*

Keywords *social conflict; neoliberalism; democracy; new political actors; Chile.*

* Artigo traduzido do original, *El conflicto social en Chile: Estado, mercado y democracia*, por Andrea Soledad Roca Vera, doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).

^a Sociólogo e doutor em Estudos Latinoamericanos. Diretor do Departamento de Sociologia da Universidade do Chile e presidente da Fundación Nodo XXI.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a irrupção da conflitualidade social arrasou com a calma que caracterizava o cenário chileno, de forma um pouco contrastante com a experiência latino-americana das décadas anteriores. O que aconteceu? De onde surgiu essa mudança que parece ter vindo do nada? A recente conflitualidade social na sociedade chilena se vincula, intimamente, às excepcionais condições da refundação capitalista nesse país e, de modo concomitante, às restrições da transição para a democracia, assim como às dificuldades do processamento institucional de conflitos e interesses sociais que ocorrem sob o marco conservador dominante. De tal modo, não é possível uma compreensão de seu caráter atual, sem revisar, à guisa de antecedentes, aqueles elementos que emanam do passado imediato e que, agora, parecem explodir de forma inesperada.

Em primeiro lugar, atenta-se às transformações das condições de reprodução social, mormente no que se refere à aguda privatização e à mercantilização, assim como as mudanças na estrutura dos grupos e das classes sociais. Em segundo lugar, tem-se a precária capacidade para lidar com os novos dilemas sociais derivados desse capitalismo refundado, além da incapacidade das instituições políticas – própria de uma ainda insuficiente abertura democrática –, junto ao desborde da política institucional por conta das atuais revoltas sociais.

A partir desses elementos, configura-se uma severa crise de legitimidade que afeta toda a esfera dessa política concebida no processo de transição elitista para a democracia. Trata-se de uma crise que instala necessidades urgentes de refundação do sistema político – aliás, do próprio caráter social da política –, a partir dessa recente conflitualidade social no Chile.

ALGUMAS CHAVES DA REFUNDAÇÃO CAPITALISTA NO CHILE

No Chile, a virada neoliberal apresenta um caráter pioneiro e até icônico, não apenas por sua origem prematura, abrupta e radical, mas também por certos alcances que, em seu desenvolvimento ininterrupto, alteraram profundamente as condições de reprodução de amplos setores da sociedade. Tal processo, ocorrido com bastante intensidade ao longo de mais de quatro décadas, torna-o uma experiência difícil de ser comparada, seja pelo grau de maturidade social e cultural que exhibe, seja por conta dessa temporalidade que conformou um cenário sociocultural novo, em que é difícil reconhecer muitos dos vestígios da antiga sociedade chilena – dos tempos do desenvolvimentismo. Com efeito, o caso chileno resulta

singular perante o resto da região latino-americana, onde ainda sobrevivem características tradicionais de grupos e forças sociais misturadas, de forma complexa, com elementos próprios da virada neoliberal nos níveis econômico, institucional, social e cultural.

A partir de 1975, logo após alguns conflitos iniciais – e com os resquícios ainda fumegantes do golpe militar –, consolidou-se a substituição dos chamados “neodesenvolvimentistas” pelos “Chicago Boys”. Nessa nova configuração, inicia-se uma transformação profunda, abrupta e carente de oposição social e política efetiva, em que se observam dois elementos: junto à já conhecida repressão dos velhos atores sociais subalternos do período anterior – como a classe operária e os setores médios desenvolvimentistas –, soma-se a debilidade histórica de um empresariado industrial que, à diferença das experiências no Brasil, Argentina ou México, não resiste à abertura indiscriminada, isto é, a financeirização e a desindustrialização impostas pelos preceitos monetaristas que animaram essa experiência inicial de refundação capitalista.

Trata-se de uma experiência excepcional de associação entre neoliberalismo e autoritarismo no Chile, que contrasta com uma América Latina onde tal transformação capitalista ocorreu nas democracias consolidadas dos anos 1990 – fato que ideologismos associados a certo progressismo neoliberal tendem a confundir, para assim ocultar o grau em que essas transformações foram, na realidade, implementadas sob as novas democracias, ao restringir, precisamente, seu caráter participativo e as possibilidades deliberativas (ENCINA, 2015).

Quer dizer, além das lutas ideológicas iniciais por meio das quais transcorre uma refundação das elites, foi somente nos governos de Menem, na Argentina, e Salinas de Gortari, no México, que esses preceitos se transformaram em orientações políticas concretas e determinantes dos modelos de desenvolvimento. Portanto, não são as ditaduras militares que, seja dito, afastaram-se sem ter resolvido os problemas para os quais foram invocadas – em especial, a refundação da ordem política e a própria resolução da crise desenvolvimentista –, ou seja, não foram elas que aceleraram, de fato, o “fim da etapa fácil de substituição de importações”.

Dessa época até então, transcorreram quarenta anos ininterruptos de experiência neoliberal no Chile e, com ela, uma mutação prolongada da sociedade, da estrutura de classes e dos grupos sociais, que terminaram por diluir as velhas bases sociais que sustentaram projetos políticos históricos, da política nacional-popular, desenvolvimentista e, em especial, a própria classe operária e as camadas médias. Paralelamente, decorre uma crise da esquerda histórica chilena e o impossível ajuste ao ideal social-democrata, invocado por governos mais neoliberais da

Concertación, em busca de legitimação e identidade. É, portanto, o dismantelamento precoce da velha classe operária e da classe média desenvolvimentista que, no caso chileno, vinculava-se à expansão da centralidade do Estado na economia e na sociedade, desarticulação precoce e radical dos atores da etapa nacional-popular, isto é, daquela política característica do “Estado de Compromisso” que Weffort (1968) descrevera, do desenvolvimentismo enquanto “estilo de desenvolvimento”. Trata-se, então, de uma transformação que perpassa todo o antigo cenário social chileno, de forma a desvendar, ao mesmo tempo, os marcos de uma nova sociedade, processo que, na atualidade, acaba por amadurecer, apresentando as condições da constituição da ação social, de atores e identidades, muito diferentes daquelas de outrora¹.

A virada neoliberal no Chile reordenou o mapa dos grupos economicamente dominantes. O antigo cenário agrário da fazenda foi arrasado por uma “modernização” autoritária que introduziu reagrupamentos exportadores vinculados a novas alianças externas e ao assalariamento rural, que acabaram com o velho campesinato. A desindustrialização, por outro lado, consagrou a “perda do peso estratégico da classe trabalhadora”, e, em seu lugar, assistiu-se ao crescimento ininterrupto de trabalhadores do setor de serviços, cuja terceirização não responde sempre a simples ocupações precárias de refúgio, como mostrou a experiência nas décadas anteriores.

Nas camadas médias, viu-se o chamado “empreendimento forçado”, que não é outra coisa que uma falsa empresarialização inicial, processo que acompanhou o dismantelamento do velho Estado empresário e, particularmente, seus antigos serviços sociais, questão que força a migração das velhas burocracias estatais. A isso segue-se, nos anos 1990, o surgimento não de uma condição independente própria daquelas “pequenas burguesias encarregadas dos negócios miúdos do capitalismo”, mas sim de um assalariamento que se expande a novas camadas profissionais nos grandes *holdings* privados do crescimento econômico acelerado, ao ponto de configurar, na atualidade, uma burocracia moderna de serviços privados, que se constitui no grupo social mais numeroso da nova sociedade chilena. Enfim, a um mundo do trabalho profundamente perturbado somam-se setores médios muito diferentes dos da época anterior (ENCINA; BOCCARDO, 2014).

Se, nos inícios da experiência da refundação capitalista no Chile, observava-se o dismantelamento dos atores do antigo cenário social e, com isso, as bases de sustentação dos velhos projetos políticos e de desenvolvimento, no início do

1 Para uma análise mais detalhada dessa época, consultar Encina e Boccardo (2014).

milênio, o novo panorama apresenta condições de maturidade. Seus problemas, como será visto mais adiante, também se distanciam de seus precedentes históricos, da mesma forma que sua especificidade merece consideração particular, a fim de compreender o sentido e as possibilidades da conflitualidade social recente.

PRIVATIZAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS E CAPITALISMO DE SERVIÇO PÚBLICO COM SUBVENÇÃO ESTATAL

Na experiência chilena, identificam-se dois ciclos de privatizações qualitativamente muito diferentes. Embora muito próximos no tempo, suas projeções sobre as condições de reprodução social resultam claramente distintos, assim como suas repercussões na vida cotidiana. São essas diferenças que tornam o caso chileno uma experiência peculiar de neoliberalismo avançado.

A primeira explosão de privatizações se estende sem novidade sobre as próteses desenvolvimentistas do velho “Estado empresarial”. Em pouco tempo, por volta da metade dos anos 1970, as privatizações arrasaram com grande parte das empresas estatais que representavam algum interesse para as novas orientações financeiras e primário-exportadoras que advinham da virada neoliberal. Em paralelo, estruturaram-se novos grupos econômicos, nos quais se trançam alianças entre as velhas fortunas e os grupos de tecnocratas em ascensão, produzindo, de fato, um “novo mapa de riqueza extrema”.

Nos anos 1980, não obstante, o afã privatizador se estende também de forma peculiar aos serviços sociais estatais. Esses últimos, previamente desmantelados e empobrecidos, vão experimentar uma abrupta guinada em direção a distintas modalidades da chamada “subsidiariedade social” e do conseqüente regime de “responsabilidade individual”. Isso sucede de tal modo que, colocados nas mãos privadas, esses serviços passam a consolidar novos espaços de acumulação para os grupos econômicos emergentes. A falta de oposição política e social efetiva diante dessas novas privatizações – dada a desarticulação das antigas bases de ação coletiva, tanto por processos coercitivos quanto por processos de mudança estrutural – permitiu o avanço e a extensão da onda mercantil sobre o mundo de pensões, educação, saúde, moradia social, entre outras áreas emblemáticas dos velhos direitos e da proteção social. Nessa medida, ocorreu a constituição de enormes nichos de acumulação regulada sob os incentivos estatais que agora engrossam um gasto social orientado a subsidiar a demanda, no lugar da oferta pública desses serviços. Trata-se da criação de uma sorte de capitalismo de serviço

público, em que a professada ideologia liberal se choca com o enorme subsídio estatal à ganância privada, do qual depende o cenário “liberal”.

Seu avanço é distinto, conforme a área que abarca. Se as privatizações das pensões são feitas de forma abrupta e originam grandes massas de capital capazes de dinamizar, em pouco tempo, grande parte do auge da especulação financeira, na educação e na saúde, ao contrário, esse processo avança de forma gradual. Nesse sentido, a privatização da educação e da saúde percorre um caminho de mercantilização gradual e ininterrupto, até o início do novo milênio. Atravessa, assim, a transição para a democracia, momento no qual os conteúdos relativos ao modelo de desenvolvimento e à radical transformação capitalista herdada da ditadura estão, convenientemente, ausentes. Seu encerramento efetivo, em torno das dimensões procedimentais da reconstrução política institucional, permite excluir essas questões do debate público e, com isso, viabilizar sua naturalização e posterior expansão.

De tal sorte, nos anos 1990 e início dos anos 2000, semelhante expansão continua não mais sob a mão militar, senão com sobrenome “civil” e com legitimidade democrática. No Chile, o tristemente célebre Crédito con Aval del Estado (CAE) com que o Estado, na primeira década do novo milênio, dispôs-se a apoiar o ingresso dos jovens com menos recursos à educação superior privatizada e lucrativa – em forte conluio com a bancada privada – fez explodir protestos estudiantis que colocam o Chile no foco da atenção internacional. Em linha similar, o chamado Plano *Auge*² na saúde envolve enormes transferências de recursos estatais às clínicas privadas, as quais obtêm licitação para atender – de forma exclusiva ou, leia-se, monopolista – determinadas doenças. Trata-se de transferências de recursos estatais para provedores privados de serviços sociais que terminam por absorver grande parte dos aumentos orçamentários de gasto social, da transição para a democracia em diante, sob governos nominalmente socialistas, como os de Lagos (2000-2006) e de Bachelet (2006-2010).

Essas formas de acumulação privada com subsídio estatal que, em grande medida, explicam o crescimento de certos grupos econômicos chilenos, até alcançar escalas regionais inéditas, apegam-se a essa fórmula de subsídio à demanda, conhecida como “*vouchers*”. Em definitivo, trata-se de uma acumulação rentista

2 Uma reforma do sistema de saúde implantada em meados da mesma década (2005), chamada Plan de Acceso Universal de Garantías Explícitas (AUGE), que concessionaria determinadas doenças a centros privados de saúde. Sustentada com recursos estatais que subsidiam a demanda, torna-se fonte principal da ganância e da expansão desses centros assistenciais privados, em uma forma cada vez mais contrastante com a decadência e a perda na cobertura dos serviços públicos de saúde.

que agudiza a concentração da riqueza, de forma, aliás, pouco liberal; dinâmicas que nos anos recentes são acompanhadas de discursos do “empreendedorismo” e da “igualdade de oportunidades”.

O mal-estar que acarreta esse panorama de ininterrupta expansão abarca, de forma evidente para amplas maiorias sociais, as condições mais cotidianas de reprodução social, dada sua aguda mercantilização no âmbito da evidente carência de qualquer tipo de proteção social, excluindo os grupos de extrema pobreza. Com isso, transferem-se para o indivíduo aumentos de incerteza e de perda da soberania de sua própria vida cotidiana, a ponto de envolver uma pressão extrema sobre os processos de individuação e os contextos sociais que os rodeiam.

Esse mal-estar terminou por se estender, também, às camadas médias, cujas aspirações de ascensão estavam ancoradas nas oportunidades que o crescimento acelerado do país parecia oferecer – um crescimento que, finalmente, se revelava como processo fortemente monopolizado por uma elite excludente. Tratava-se de uma frustração não apenas diante das incertezas de acesso a oportunidades de ascensão ou, pelo menos, de estabilidade, no âmbito da educação, mas, também, diante das próprias oportunidades de negócio, muito mais restritivas do que o sugerido pelo ideologismo da liberdade de empreendimento, com semelhante concentração de oportunidades. Disso resulta que, no final das contas, ao eliminar os velhos monopólios estatais, no interior desse processo histórico, as oportunidades comerciais que supostamente se abriam não eram destinadas a toda a sociedade (MONCKEBERG, 2001).

O EXITOSO MATRIMÔNIO CHILENO ENTRE DEMOCRACIA E NEOLIBERALISMO

Sem as pressões sociais que abundam em outras partes do continente, a transição para a democracia no Chile se destaca como uma das mais conservadoras da região. Sua atenção quase exclusiva aos aspectos da democratização política formal contrasta com o silêncio que cobre dimensões próprias da democratização social. O modelo de desenvolvimento herdado – os pilares da refundação capitalista – ficou fora do debate público que acompanhou esse processo.

A aguda desarticulação social herdada se converteu na base da chamada “governabilidade democrática” projetada para o futuro, o que significa, nos fatos, uma concepção da estabilidade democrática por intermédio de uma autonomização da esfera política em relação ao restante da sociedade. Tal restrição sobre as potencialidades representativas da política se expressa na então chamada “política dos acordos”, na qual fluem os acordos entre as novas elites civis, os grupos

empresariais e as garantias outorgadas ao recuo militar. A partir daí, tem-se uma transição para a democracia de caráter distintamente elitista, eminentemente procedimental, que se projeta sobre uma forte lacuna entre o social e o político³.

Trata-se de uma autonomização conservadora da política que se fundamenta, então, e com real efetividade, na desarticulação dos atores sociais clássicos da sociedade chilena, ou seja, na manifesta ausência, nos processos de transição à democracia e da consequente definição da futura dinâmica política, das velhas classes operárias e das camadas médias do período anterior. Disso deriva a calma característica do cenário social e político chileno dos anos 1990; é isso, mais do que uma suposta capacidade de controle social, associada de forma orgânica à Concertación – então no governo –, que cede certa politologia, fazendo abstrações da profunda transformação social que ocorria. Assim, recuperar uma compreensão social da política e, aliás, da economia, permite revisitar essas questões.

Claro, o Estado, que no fundamental mantém os marcos da reestruturação que sofreu, no que se refere às velhas orientações desenvolvimentistas, fomenta, hoje, a reprodução da desarticulação social subalterna que lhe fora legada. Um regime estrito de desrespeito estatal no que tange à regulação das relações sociais – especialmente as relações de trabalho – fomenta a despolitização das relações sociais situadas na base da sociedade. É um Estado que não promove formas de consenso e pacto social, senão que projeta a expulsão desses setores sociais subalternos dos processos de construção do Estado.

Os aspetos fundamentais do modelo de desenvolvimento herdado não só continuam como se aprofundam. Nos anos 1990, conforme dados oficiais, ao mesmo tempo em que a pobreza diminuiu, cresceu a desigualdade, colocando o Chile no horizonte dos países mais socialmente polarizados, não apenas do continente, mas de todo o mundo – e isso em pleno estágio de crescimento econômico⁴. Mesmo que seja certo dizer que “todos os barcos flutuam” com o crescimento, como prega o preceito monetarista, a experiência chilena dos anos 1990 revela claramente que uns barcos flutuam muitíssimo mais que outros. A concentração econômica aumentou até limites sem precedentes, enquanto os grandes grupos econômicos cresceram de tal modo que já avançam em uma agressiva expansão por todo o continente.

3 As preocupações despertadas nesse momento podem ser apreciadas nos escritos de intelectuais de relevância que tratam desse processo político e ideológico de ascensão de elites políticas civis: Falletto (1988) e Lechner (1989).

4 Para uma sistematização dessas estatísticas, consultar Carlos Ruiz Encina (2005).

Os próprios nichos de acumulação regulada, sustentados por subsídios estatais, impulsionam esse extraordinário auge econômico, de cujas espetaculares taxas de crescimento, contudo, estão excluídas imensas camadas da sociedade, colocando, desse modo, as bases de um mal-estar que começa a crescer na primeira década do novo século, já livres do temor de um possível regresso autoritário, que tanto refreou o descontentamento no começo dos anos 1990⁵. Pode-se dizer, nesse sentido, que o celebrado “milagre chileno”, que situou o país nas portas do desenvolvimento, já não é sentido da mesma maneira nos diferentes setores da sociedade, fato que começa a ser vislumbrado na conflitualidade social que posteriormente explodirá no país. Nesse processo, a refundação capitalista herdada termina por adotar um sobrenome civil sob esse progressismo neoliberal. Alinha-se, então, à resolução dos dilemas ideológicos que, em escala internacional, também adotaram Blair e Clinton, perante aspectos ideologicamente conservadores das heranças refundacionais que receberam, respectivamente, de Thatcher e Reagan.

Leva-se a cabo, assim, pelas mãos do ideologismo assentado nessas condições, um bem-sucedido casamento entre neoliberalismo e democracia de pelo menos quinze anos, que contrasta com a instabilidade social e política que, nesses mesmos anos, percorre o resto da região, nos esforços de ajustes estruturais, ao ponto de praticamente a metade dos governos civis democraticamente eleitos nos anos 1990 não conseguirem completar o mandato e serem depostos, em meio a agudas crises. O Chile aparecia como uma exceção política no cenário latino-americano dos anos 1990. No entanto, esse mesmo país incubava um mal-estar social que, na virada do século, não seria mais contido pelas estruturas políticas da transição.

NOVOS CONFLITOS SOCIAIS E O TRANSBORDE DA POLÍTICA

As margens da exposição especulativa dos fundos de pensões dirigidos por entes privados aumentam, de forma exponencial, sob a nova democracia, tanto nos pontos locais como nas bolsas internacionais. O crescimento do orçamento estatal para a saúde e a educação não implica, contudo, a restauração de alguma atenção pública a suas deterioradas estruturas, mas, ao contrário, traduzem-se apenas em maiores subsídios a ofertantes privados que obtêm concessão para oferecer esses “serviços sociais” à população. Em outras palavras, trata-se de uma demanda cativa, garantida pelo Estado, em que proliferam, em uma escala até

5 A aparente contradição entre esse mal-estar originário e o extraordinário crescimento econômico chileno é analisada em um estudo do PNUD (1998) desses anos, que causou grande impacto na discussão interna da Concertación.

então desconhecida, as clínicas e os centros educacionais privados. O negócio da saúde e da educação, tanto como o das pensões, cresce de modo rentista, garantido pelo Estado. Trata-se, nessa medida, de um capitalismo de serviço público que começa a incubar um mal-estar crescente em uma população submetida a níveis extremos de individuação e privatização de suas condições de vida. A incerteza na vida cotidiana termina por explodir.

O problema mais visível, mas longe de ser o único, é o da educação. As promessas liberais da ascensão social vinculadas a ela, ou a simples expectativa de estabilidade nas posições sociais, vêm sendo frustradas nesse cenário para extensas camadas da população. O movimento estudantil é quem captura de modo mais visível esse descontentamento.

Em 2006, são os estudantes secundaristas que agitam o país, produzindo a maior mobilização do período democrático. Naquele momento, impressionou o enorme e heterogêneo apoio social recebido, aliás, inédito nos anos de democracia: desde os setores populares, mais tradicionalmente descontentes, até camadas médias tidas como acomodadas ou recém-chegadas a essa condição no recente auge econômico. De toda a forma, é o anúncio de um novo contexto para a pouco participativa “governabilidade democrática” da transição. Contudo, nessa ocasião, o primeiro governo de Bachelet não escutou a sociedade e liderou um pacto elitista com a direita, no qual a política passou a se refugiar em “especialistas”, mediante uma saída tecnocrática. Pior ainda, impulsionou novas levas de orçamento estatais para subsidiar a expansão desatada da educação superior privada, por meio do já mencionado Crédito con Aval del Estado (CAE).

Contudo, as coisas não demoraram novamente a explodir. O CAE se encontra, precisamente, no centro do furacão que volta a explodir, em maior escala, em 2011, ano do retorno das manifestações estudantis contra o lucro desenfreado na educação. Se, em 2006, o protesto dos estudantes secundários fora acompanhado por outros conflitos, especialmente entre grupos de trabalhadores subcontratados, dessa vez, em 2011, explodiram conflitos regionais variados, ambientais, de movimentos feministas, pelas liberdades sexuais, entre tantos outros.

Nesse ano, é notável que ao tradicional protesto dos estudantes das universidades estatais, ineditamente e de forma massiva, somam-se os centros universitários privados que proliferaram nas últimas décadas. Associados a um imaginário de “nova classe média” – devido à sua origem em diferentes setores populares –, esses futuros profissionais se somaram às marchas e greves, passando de dezenas de milhares a centenas de milhares. Não obstante, embora a educação continue sendo o problema mais visível e que desperta o maior consenso na socie-

dade, a miríade de outros temas e os conseguintes processos de constituição de movimentos e atores sociais que eles abrigam oferecem, de forma contundente, um novo cenário social no Chile, que não demora a impactar os limites políticos de uma democracia concebida conservadoramente na transição⁶.

Trata-se, então, do transbordamento da política. Uma institucionalidade política, concebida a partir da desarticulação dos atores sociais tradicionais e seus problemas, não está preparada para se encarregar da maturação de novos atores sociais, precisamente, filhos da modernização capitalista das últimas décadas. Os problemas desses últimos, assim como suas formas de ação e suas identidades, diferem dos padrões clássicos e, com isso, deixam desconcertados os modos de controle e domínio social. A política, antes surda diante da sociedade, agora parece muda.

Os modos de controle e domínio social da experiência democrática têm apostado na naturalização da aguda restrição de direitos sociais universais herdada da ditadura. Isso em nome de uma democratização política formal, carente de atores sociais subalternos de alguma relevância; uma aposta que funcionou sobre as ruínas da velha estrutura social, mas não frente ao amadurecimento de um novo cenário social produzido, justamente, por essas mudanças e pela refundação capitalista.

A assim concebida democratização política não apostou na promoção do agrupamento de interesses e na participação institucional como processos que conduzissem à formação de pactos e consensos sociais. Logo, a formação da ação social subalterna não teve, então, outra opção senão correr pelos trilhos externos a essa institucionalidade democrática restrita e elitista. Observou-se, desse modo, um curso de autonomização forçada desses processos sociais subalternos de constituição de novos atores e movimentos.

Nesse sentido, o amadurecimento de novas frações sociais próprias da refundação capitalista desata uma crise de representação política, com demandas diferentes das clássicas, colocando no centro uma controvérsia sobre a privatização extrema da reprodução social. Trata-se das novas camadas médias, muito amplas e heterogêneas, filhas do crescimento econômico desregulamentado. São os novos assalariados, os trabalhadores subcontratados, filhos da “externalização de funções” das grandes empresas, que expulsam para pequenas unidades precárias “independentes” muitos dos antigos postos de trabalho estáveis. Essas novas

6 Para uma análise mais extensa sobre esse processo de transformações sociais, as opiniões dos atores e as mudanças institucionais, consultar o artigo de Carlos Ruiz Encina (2013).

camadas não repetem os velhos marcos identitários. Não são aquelas associações profissionais desenvolvimentistas, tampouco o velho movimento operário sindicalizado em organizações tradicionais. Não repetem, também, os velhos padrões de ação social e de politização, nem a clivagem democracia *versus* ditadura, nem esquerda *versus* direita, em suas conotações históricas. Explicam, em suficiente medida – à diferença de seus antecessores –, os processos de formação desses atores sociais; e tal explicação está, ao contrário, nas contradições do neoliberalismo avançado da experiência chilena.

No transbordamento da política institucional, terminam por exceder, também, os marcos da cultura política daqueles grupos: os fatores fundamentais sob os quais se erguia aquela cultura política, profundamente manipulados pelo progressismo neoliberal dos governos civis nas últimas décadas – como a clivagem ditadura-democracia e a forma artificial com que se desenhava a polaridade esquerda-direita –, perderam sentido para as novas forças sociais.

De tal forma, se a negociação e o pacto da transição entre a Concertación e o *pinochetismo* se fundamentou na desarticulação social subalterna herdada – tanto da repressão quanto da transformação estrutural –, o discurso ideológico que acompanhou esse processo de democratização, somado à própria polaridade ditadura-democracia, foi o velho discurso que opõe Estado e Mercado, como forma de recuperação da chamada “dívida social”, produto da desigualdade crescente durante o regime autoritário. No entanto, a própria projeção do modelo de crescimento herdado e o aprofundamento das condições de mercantilização da vida cotidiana fazem com que o Estado não seja mais avaliado pela população como algo oposto ao mercado, como se sucedia, de fato, nos velhos ideários, mas sim como um apoio desse último. De modo que tal “contradição” expressa nos códigos da velha cultura política perde sentido para os novos setores sociais, cujas condições de reprodução social privatizadas não se alteraram, e até se aguçaram, com os subsídios estatais ao lucro privado desse capitalismo de serviços públicos.

A contraposição entre Estado e mercado, como marco identitário da produção de ação social e da constituição de atores, é ultrapassada por outra que opõe a democracia à dita expansão mercantil desenfreada – com amparo estatal – da vida cotidiana. Com isso, as demandas econômicas concretas dos movimentos atuais adquirem uma conotação pública diferente daquelas próprias da política institucional, concebida no processo de transição para a democracia.

Para a democracia vigente – sob os acordos políticos –, não era uma preocupação incorporar os novos segmentos sociais. Sua dimensão mínima e sua heterogeneidade, no momento dos pactos de transição, tornaram possível o cálculo

de sua exclusão. Todavia, diante da surdez e da reticência elitista dos marcos políticos vigentes, a maturação desses setores sociais termina por ultrapassar os limites da transição para a democracia. Constituem-se, então, em uma pressão para reconstruir a política e, com isso, abrem a possibilidade de um novo ciclo histórico.

Esse não é, certamente, um processo consolidado. Ainda são contundentes as resistências dos grupos que apelam para os marcos conservadores da transição, porém essa possibilidade parece cada vez mais aberta; uma possibilidade que resultava difícil de se antever pela calma chilena dos anos 1990, calmaria que inspirava outras conjecturas de certa politologia, mais interessada nas capacidades de controle social da Concertación.

Hoje, esses setores sociais, filhos da modernização radical capitalista da história chilena mais recente, transitam aceleradamente em busca de seus próprios termos de constituição política e de articulação de um projeto de certa historicidade; um projeto que já tem como eixo inicial o enfrentamento ao Estado subsidiário, herdado da experiência ditatorial e, com isso, a correspondente luta pelos direitos sociais, mediante desmercantilização das chaves atuais extremas da reprodução da vida cotidiana. É um marco ainda muito geral, mas que, nas condições chilenas, resulta muito tangível e vinculado à vida cotidiana concreta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ENCINA, Carlos Ruiz. ¿Habrà crecimiento con igualdad hacia el bicentenario?, *Revista Análisis del año 2004. Política, Sociedad y economía*, Departamento de Sociología, Universidad de Chile, Santiago, 2005.
- _____. Conflicto social en el neoliberalismo avanzado: análisis de clase de la revuelta estudiantil en Chile. Buenos Aires: CLACSO, 2013.
- _____. Progresismo neoliberal, democracia y refundación capitalista en América Latina. *Revista Estudios Latinoamericanos del CELA*, 2015, no prelo.
- ENCINA, Carlos Ruiz; BOCCARDO, Giorgio. *Los chilenos bajo el neoliberalismo: clases y conflicto social*. Santiago: El Desconcierto – Fundación Nodo XXI, 2014.
- FALETTO, ENZO. La especificidad del Estado latino-americano. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n. 38, 1988.
- LECHNER, Norbert. *Los patios interiores de la democracia*. Santiago: FCE, 1989.
- MONCKEBERG, M. O. *El saqueo de los grupos económicos al Estado chileno*. Santiago: Ediciones B, 2001.
- PNUD. *Las paradojas de la modernización*. Santiago, 1998.
- WEFFORT, Francisco. *Clases populares y desarrollo social*. Santiago: ILPES, 1968.

URUGUAI: OS MOVIMENTOS SOCIAIS DURANTE O GOVERNO DE JOSÉ MUJICA (2010-2015)*

URUGUAY: SOCIAL MOVEMENTS DURING JOSE MUJICA'S GOVERNMENT (2010-2015)

Carlos Moreira^a e Tamara Lajtman^b

Resumo Durante os últimos cinco anos, o Uruguai experimentou sinais de revitalização da participação social, especialmente em setores juvenis. Em certos casos, isso pareceu transbordar os partidos políticos. Com efeito, uma multiplicidade de atores logrou mobilizar milhares de pessoas em torno de diversas demandas. Quando (e por que) surgiu essa heterogeneidade de mobilizações sociais? Como se organizaram para tão diversos objetivos? Que impacto tiveram suas ações sobre as múltiplas políticas públicas que abarcaram? Essas são perguntas que serão abordadas no artigo. Trata-se de uma análise conjuntural do passado recente, que se desenvolve em quatro partes: na primeira, abordam-se alguns aspectos teóricos da questão; na segunda, apresentam-se os antecedentes do tema e a hipótese principal; em seguida, analisam-se a emergência dos novos movimentos (quando), suas características organizativas (como) e o impacto sobre as políticas públicas (o quê); ao final, inclui-se uma seção conclusiva.

Palavras-chave Uruguai; governo de José Mujica; movimentos sociais; políticas públicas.

Abstract *During the last five-year period, Uruguay showed signs of revitalization of its social participation, especially among youth sectors. In some cases this revitalization seemed to overwhelm political parties and multiple actors managed to mobilize thousands of people around several claims. When (and why) did this heterogeneity of social mobilization emerge? How did they organize themselves for such diverse objectives? What is the real impact their actions achieved over the multiple public policies that they encompassed? These are some of the questions we will cover in this paper. It is a analysis on the recent past, and is developed in four parts: at first, some theoretical aspects are covered; in the second, the background and our main*

* Artigo traduzido do original, *Uruguay: los movimientos sociales durante el gobierno de José Mujica (2010-2015)*, por Bruna Nunes da Costa Triana, doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS-USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

^a Professor da Universidade Autônoma de Baixa Califórnia, México.

^b Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional Autônoma do México.

intuition are presented; after, the emergence of new movements (when) is analyzed, as well its organizational characteristics (how), and the impact on public policies (what). Finally, a conclusion section is incorporated.

Keywords *Uruguay; José Mujica's government; social movements; public policy.*

INTRODUÇÃO

Quando e por que surgiram, no Uruguai contemporâneo, fenômenos de mobilização social que, em alguns casos, parecem ter transbordado o Estado e, principalmente, os partidos políticos? Como se organizaram essas expressões de mobilização fundamentalmente juvenis? Que impacto tiveram sobre as políticas públicas durante o governo de José Mujica? O propósito deste artigo é analisar a atualidade da mobilização social no Uruguai, considerando uma série de organizações com forte presença no espaço público, durante os últimos cinco anos, em torno da meta de impulsionar a aprovação dos novos direitos (descriminalização do aborto, matrimônio igualitário e legalização da *cannabis*). A isso agregam-se a apreciação da assembleia que se opôs à exploração de uma mina de ferro e à construção de um porto de águas profundas, assim como da comissão que impulsionou as mobilizações de repúdio à redução da idade de imputabilidade penal.

O objetivo central aqui é identificar alguns dos elementos que estão presentes na origem, na trajetória e no impacto dessas organizações sobre o campo das políticas públicas. Além disso, pretende-se buscar indícios sobre as perspectivas de futuro das organizações consideradas e suas mobilizações.

A hipótese é que o Uruguai vive uma transição nas relações dos movimentos sociais com os partidos políticos e com o Estado. Por um lado, isso parece seguir as velhas rotas profundamente traçadas na história nacional; e, por outro, é possível encontrar sinais de que se começa a transitar por caminhos diferentes. Não se sabe se essa transição irá se consolidar ou ficará truncada. Em todo caso, isso poderia marcar a diferença entre a continuidade com o passado e o advento de uma nova época.

Este trabalho é uma análise do passado recente e se desenvolve em quatro partes: na primeira, abordam-se alguns aspectos teóricos; na segunda, apresentam-se os antecedentes do tema e a principal hipótese; na terceira, analisam-se a emergência dos novos movimentos (quando), suas características organizativas (como) e o impacto sobre as políticas públicas (o quê); ao final, expõem-se algumas conclusões.

ASPECTOS TEÓRICOS

As mobilizações de que nos ocupamos neste trabalho foram dinamizadas por atores que cumprem com as definições mais aceitas, hoje, de movimentos sociais: estabilidade organizativa fraca; orientação conflitiva ao poder (Estado, instituições e/ou partidos políticos); linhas de ação que seguem, predominantemente, caminhos diferentes dos mais convencionais; comunidade de ideias, objetivos e interesses; e vontade de intervir nas políticas públicas (MARTI I PUIG, 2015).

Esses movimentos sociais estão fortemente condicionados pela estrutura de oportunidades políticas (EOP) da qual emergem (RODRÍGUEZ ARECHAVALETA, 2010). Os estudos dos movimentos sociais permitiram identificar, por exemplo, uma série de fatores do meio ambiente que pode influir favoravelmente em sua emergência: em primeiro lugar, um Estado flexível, que permite o ingresso dos mobilizados às elites estatais; em segundo lugar, a articulação com aliados poderosos; e, em terceiro lugar, a sintonia com um momento favorável por que passa o mundo ou algumas regiões específicas (MARTI I PUIG, 2015).

Sob essa perspectiva contextual, é possível abordar perguntas sobre *quando* surgem fenômenos de mobilização social, identificando as condições contextuais que a tornaram possível. Ademais, como sustentaram alguns autores, pode ser o próprio movimento social que cria as EOP que lhes são favoráveis, por meio de suas próprias ações (MARTI I PUIG, 2015), concretizando um processo de mútuas influências e também condicionamentos, tal como se expressa na Figura 1.

Por outro lado, é necessário considerar as variáveis organizativas dos movimentos sociais. Aos estudos pioneiros de Charles Tilly somaram-se a teoria da mobilização de recursos, que sustenta que a capacidade de obter e mobilizar recursos tem efeitos-chave para a organização, e a teoria dos marcos cognitivos, que centra a atenção na produção de significados culturais (MARTI I PUIG, 2015).

Finalmente, devem-se examinar, também, as relações entre os movimentos sociais e as políticas públicas, de modo a medir o impacto dos primeiros sobre as segundas. Nessa perspectiva de análise de resultados, encontram-se trabalhos que abordam a questão do êxito ou fracasso dos movimentos no momento de concre-

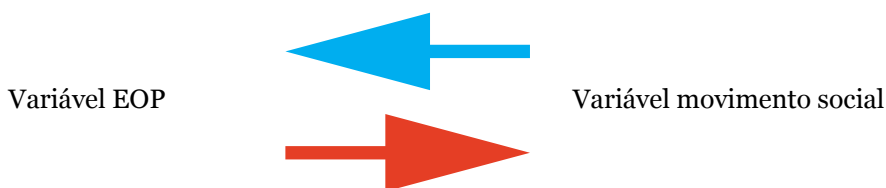


Figura 1. Influências mútuas entre EOP e movimento social.

tizar os objetivos de transformação da ordem existente, assim como os desafios metodológicos que estão implicados no esforço de medir essas consequências (LÓPEZ LEYVA, 2012).

Em seguida, considerando essa bibliografia, utilizaremos as três perspectivas (contextual, organizativa e de resultados) para um exame preliminar da emergência, da trajetória e dos impactos das mobilizações sociais no Uruguai, durante o período de governo de José Mujica (2010-2015).

ANTECEDENTES DO TEMA

Praticamente, desde o início do novo século, existe uma situação estendida no plano regional, na América Latina, de instalação de governos progressistas, que coincide com uma etapa de expansão dos chamados novos movimentos sociais, tanto de cunho classicista tradicional como de novíssimos movimentos. Nessa medida, as relações entre os movimentos sociais e os governos progressistas têm sido ambivalentes, ao oscilar entre o consenso e a confrontação. O eixo mais significativo dos debates se localizou em torno da questão do chamado neoextrativismo, pois, na medida em que os novos governos adotaram esse padrão de desenvolvimento, tiveram de enfrentar a oposição dos movimentos sociais ambientalistas.

Nesse contexto regional, em meados da primeira década do século XXI, o Uruguai apresentava uma situação particular: os movimentos sociais tradicionais, como o sindical e o estudantil, possuíam uma autonomia reduzida em relação ao sistema de partidos e, em consequência, apareciam como uma das poucas exceções no continente, pois, em contraste com o que ocorria em países como Bolívia, Equador, Venezuela ou Argentina, a disputa eleitoral e institucional dominava a disputa nas ruas. Assim, a chave para entender os movimentos sociais no Uruguai estava, até então, quase que exclusivamente na política, isto é, no Estado e nos partidos, ou, segundo as palavras de um especialista, na própria “domesticação e subordinação das lutas sociais aos interesses político-partidários” (ZIBECHI, 2000, p. 29).

A situação começou a mudar a partir do ano de 2005, com o triunfo da Frente Ampla e seu acesso ao poder. A partir desse momento, ficou evidente que se começava a produzir um distanciamento entre o Estado, a coalizão de esquerda e uma parte dos movimentos sociais tradicionais, com a ruptura entre situação e oposição, entre moderados e radicais, entre os que aceitavam o gradualismo das políticas do governo de Tabaré Vázquez e os que reclamavam por reformas mais drásticas e estruturais.

Sem dúvida, o papel do Estado e dos partidos políticos sobre os movimentos sociais continuou sendo importante, condicionando boa parte de suas possibilidades de emergência e desenvolvimento; todavia, ao mesmo tempo, abriu-se uma janela de oportunidades para o desenvolvimento de movimentos sociais autônomos. É nesse sentido que começaram a se mesclar elementos tradicionais com novidades. Emergiram alguns movimentos e se reativaram outros, que tinham apenas existência formal, a fim de demandar ao governo de Tabaré Vázquez a aprovação de novos direitos: descriminalização do aborto, matrimônio igualitário e legalização da *cannabis*.

Isso, ademais, foi acompanhado de uma latino-americanização da política uruguaia, no momento em que começou a se propagar, durante o primeiro governo da Frente Ampla, certo desencanto com os partidos, especialmente com a Frente, mais visível entre os setores mais radicais e jovens. Como exemplos é possível citar a ruptura de um grupo da Frente Ampla com a coalizão de esquerda, em 2006, formando um novo partido político (Assembleia Popular), ou o acentuado aumento dos votos em branco e dos votos nulos nas eleições municipais de 2010.

Nesse contexto, que combinava elementos tradicionais e novos na relação da sociedade mobilizada com seus representantes políticos e estatais, José Mujica assumiu a presidência em 2010, de modo a produzir um giro à esquerda nas políticas públicas. Como mostra o Quadro 1, durante seu governo, produziram-se avanços consideráveis em relação a direitos sociais, o que levou o Uruguai a ser considerado o país mais liberal da América Latina, pelo centro de estudos estadu-

Quadro 1. Uruguai e os novos direitos (2010-2015).

Novos direitos	Organizações vinculadas	Lei	Iniciativa	Data de aprovação parlamentar
Aborto	Mujer y Salud Uruguay (MYSU)	n°18.987 Interrupção voluntária da gravidez	Poder Legislativo	17-10-2012
Matrimônio igualitário	Ovejas Negras	n°19.075 Matrimônio igualitário	Poder Legislativo	10-04-2013
<i>Cannabis</i>	Movimiento por la Legalización del Cannabis (Laplacita, Plantatuplanta, Prolegal)	n°19.172 <i>Cannabis</i> e seus derivados	Poder Executivo	10-12-2013

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis em: < www.parlamento.gub.uy >.

nidense Pew Research Center, e “o país do ano de 2013”, pelo influente periódico britânico *The Economist*.

Entre os anos 2010 e 2015, as organizações vinculadas à aprovação desses direitos impulsionaram mobilizações sociais com participação massiva, especialmente de jovens, e pode-se perceber como o êxito acompanhou essas mobilizações, que materializaram seus objetivos. Em outras palavras, entre 2010 e 2015, parece ter ocorrido uma combinação entre um contexto de oportunidades políticas favoráveis e as ações dos próprios movimentos em produzir resultados exitosos em termos de políticas públicas.

Simultaneamente, em 2011, surgiu o *Movimiento por un Uruguay Sustentable*, que convocou mobilizações massivas para oposição a um projeto mineiro-portuário do governo. Ainda nesse mesmo ano, a recém-criada *Comisión de No a la Baja*¹ fez o mesmo, opondo-se às pretensões de um setor do Partido Colorado de reduzir a idade de imputabilidade penal de dezoito para dezesseis anos. No conjunto, todos esses movimentos outorgaram ao período de governo de José Mujica uma grande efervescência social. A seguir, será possível vislumbrar mais detalhes desses processos.

PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

CONTEXTUAL

O Uruguai foi um dos poucos países, junto com a URSS, que legalizaram o aborto na primeira metade do século XX. Uma reforma no Código Penal, impulsionada por José Irureta Goyena, em 1933, tornou possível que se praticasse a interrupção da gravidez nos hospitais públicos do país. Poucos anos depois, em 1938, o aborto foi novamente tipificado como crime pela Lei nº 9.763, que penalizava tanto a mulher como o médico responsável. Passados os anos da ditadura civil-militar, a redemocratização, iniciada em 1985, abriu espaços para debates públicos acerca da saúde da mulher; debates que começaram a fazer parte das consecutivas agendas de governo, resultando na apresentação de seis Projetos de Lei, em esfera parlamentar, entre 1985 e 2007.

A partir do início do século XXI, a descriminalização do aborto passou de uma demanda quase exclusiva das organizações feministas a uma demanda sustentada por diferentes atores da sociedade civil nacional. “Isto foi produto do

1 NT: Comissão Contra a Redução da Maioridade Penal.

próprio acionar das organizações feministas que mantiveram uma estratégia de ampliação de alianças e de base social a favor da mudança legal e dos direitos das mulheres” (JOHNSON; GÓMEZ; SCHENCK, 2011, p. 250).

Em 2008, ambas as câmaras aprovaram o Projeto de Lei que previa a eliminação das penas pela realização do aborto, mas os artigos principais foram vetados pelo Presidente Tabaré Vazquez, ficando instaurados o assessoramento pré-aborto e pós-aborto, assim como os capítulos referentes à educação sexual (GIOSCIA; CARNEIRO, 2013).

Foi nesse contexto que a mão laranja², com o lema “Voto a favor da Saúde Reprodutiva”, foi adotada como símbolo da participação cidadã; até a conjuntura da mudança normativa, ocorrida em 2012, acompanhou a ação das organizações sociais, entre elas o Movimiento Mujer y Salud, surgido em 1996.

A Lei nº 18.987, de Interrupção Voluntária da Gravidez, foi sancionada em 17 de outubro de 2012 e promulgada no dia 22 do mesmo mês, pelo então Presidente José Mujica. Setores da oposição empreenderam um processo de coleta de assinaturas para promover um referendo que permitisse anular a lei, o que não prosperou, pois contou com o respaldo de apenas 8,8% do eleitorado (sendo que era necessário um mínimo de 25% para habilitar esse recurso).

Por sua vez, mesmo reconhecendo o avanço alcançado quanto às conquistas dos direitos sexuais e reprodutivos, a maioria das feministas não estava de acordo com o texto aprovado, que foi progressivamente modificado no curso das negociações parlamentares (GIOSCIA; CARNEIRO, 2013).

O Projeto de Lei nº 19.075, do Matrimônio Igualitário, apresentado em abril de 2011 pelo deputado Sebastián Sabini, do Movimiento de Participación Popular, surgiu de um texto redigido pelo coletivo Ovejas Negras (criado em dezembro de 2004). O projeto foi respaldado por José Mijica e por dirigentes da oposição, como o ex-presidente colorado Julio María Sanguinetti. A lei habilitou a união civil independentemente de identidade, gênero ou orientação sexual.

Em relação a essa mudança normativa, aprovada pelo Parlamento em 10 de abril de 2013, é fundamental considerar a centralidade do coletivo Ovejas Negras e sua capacidade de incidência na agenda parlamentar. Diego Sempol (2014, p. 146), politólogo e integrante do coletivo, afirmou que a

2 NT: Em 2011, a ONG feminista Mysu, Mujer y Salud en Uruguay, lançou uma campanha para alterar a legislação do país e tornar o aborto prática legal. A campanha *Aborto Legal – Uruguay. Son tus derechos, hacelos valer!* promoveu uma reflexão sobre a agenda dos direitos sexuais e reprodutivos e suas consequências. O logotipo mostrava uma mão laranja segurando uma flor. Consultar: <<http://www.hacelosvaler.org/>>. Acesso em: 29/05/2015.

[...] chegada da FA [Frente Ampla] ao governo consolidou um novo marco de oportunidades para a ação política do movimento LGBTQ, o que contribuiu significativamente para sua capacidade de mobilização social. Por um lado, existiu um alto grau de abertura do sistema político e um incremento significativo da capacidade de incidência dos movimentos LGBTQ, assim como a presença de aliados entre as elites para levar adiante uma agenda centrada no reconhecimento de direitos desses grupos tradicionalmente excluídos.

Em terceiro lugar, dentro de um contexto regional de forte repressão às drogas, algo acentuado ainda mais durante o último terço do século XX, o Uruguai sempre manteve um caráter distintivo em relação aos outros países na adoção flexível e moderada da legislação internacional. Inclusive, no começo dos anos 1980, instalou-se, especialmente entre os juristas, a discussão sobre a possibilidade de legalizar o consumo de drogas, a partir do autocultivo de *cannabis*.

Em 1998, aprovou-se a Lei nº 17.016, que significou um princípio de descriminalização do consumo; no início do século XXI, o governo de Jorge Battle propôs avançar em direção a uma legalização das drogas. A iniciativa foi retomada por setores juvenis da Frente Ampla e de demais associações da sociedade civil, agrupadas em torno do Movimiento por la Liberación del Cannabis (GARAT, 2013).

Em 2006, formou-se o PROLEGAL, e, ainda que Tabaré Vázquez fosse favorável a discutir o tema, foi apenas em junho de 2012 que o governo de Mujica fez os primeiros anúncios concretos que culminariam na descriminalização da *cannabis*, um ano e meio depois, em dezembro de 2013.

Em quarto lugar, ocorreram duas mobilizações sociais de caráter reativo, que é importante considerar aqui. No ano de 2011, Bordaberry e o Partido Nacional lançaram a campanha para reduzir a idade de imputabilidade penal de dezoito para dezesseis anos. Essa iniciativa foi levada a plebiscito no sentido de reformar a Constituição. Em oposição a ela, formou-se a Comisión de No a la Baja, que, embora tivesse apoio pela Frente Ampla e do Estado uruguaio, com o Instituto Nacional de la Juventud, logrou mobilizar milhares de jovens não integrados à Frente Ampla, inclusive aqueles mais descontentes com a própria Frente e com os sindicatos tradicionais ligados à situação, que conseguiram impedir que triunfasse a opção da redução.

Finalmente, a segunda mobilização social reativa de importância no Uruguai recente se produziu a partir da formação do Movimiento por un Uruguay Sustentable (Movus), cujos antecedentes se encontram na Asamblea Ambientalista, formada em 2007. O Movus surgiu para se opor, principalmente, à exploração pela

empresa espanhola Aratirí de uma mina de ferro e a consequente construção de um porto de águas profundas. Ainda que, finalmente, o governo tivesse decidido deter os chamados megaprojetos, em razão da queda do preço internacional do ferro, o movimento realizou uma série de marchas multitudinárias.

Em balanço preliminar, pode-se dizer que o contexto no qual surgiram, em seu conjunto, essas mobilizações sociais apresenta características complexas, em que se misturam elementos tradicionais e elementos mais novos, no que se refere à relação do Estado e dos partidos políticos com os movimentos populares.

Por um lado, dentro dos elementos tradicionais de dependência do social em relação ao político, as mobilizações em torno dos novos direitos (descriminalização do aborto, matrimônio igualitário e legalização da *cannabis*) não enfrentavam o Estado ou o sistema de partidos, haja vista que o adversário era o que eles definiam como o núcleo conservador da sociedade. Por outro lado, surgem como uma novidade as margens de autonomia em relação aos partidos maiores que as mobilizações tiveram, especialmente quando se compara com o passado, pois eles se articularam com a face amigável por meio da qual se apresentou o Estado durante o governo de José Mujica. Nesse sentido, se se toma como referência a aprovação dos novos direitos nesses anos, é possível observar a produção de um círculo virtuoso entre novos movimentos sociais e Estado. Em outras palavras, a descriminalização do aborto, o matrimônio igualitário e a legalização da *cannabis* tiveram um impulso importante nas mobilizações sociais e só se tornaram possíveis na conjuntura do governo progressista.

Como declara a senadora da Frente Ampla Constanza Moreira, “os projetos de ampliação de direitos que foram votados na última década deste país têm exatamente esta origem: procedem da sociedade civil, são apropriadas pelas bancadas parlamentares e, assim, terminam modificando um estado de coisas”³. Talvez isso explique por que o desencanto de uma parte do eleitorado juvenil da esquerda com o governo de Tabaré Vázquez foi se atenuando nos fins do governo José Mujica.

Os atores sociais apresentaram uma visão mais crítica do sistema de partidos nos casos da Comisión de No a la Baja e do MOVUS. No primeiro, conviveram aqueles que se sentiam mais próximos da Frente Ampla com aqueles que viam o movimento como uma nova política para além dos partidos (GUTIÉRREZ, 2014). No segundo, não houve tais matizes, e os atores sociais se autodefiniram como anticapitalistas e inimigos das multinacionais e seus aliados internos, isto é, o sistema de partidos (incluindo a Frente Ampla) e o próprio Estado. Em ambos

3 Disponível em: <proderechos.org.uy>. Declaração de 16/04/2013. Acesso em: 17/04/2015.

os casos, de certa maneira, transbordaram o Estado e os partidos políticos, de maneira a desenvolver novas formas de autonomia em relação ao Estado e aos partidos, no primeiro caso – paradoxalmente, apoiando-se neles –, e, no segundo, rechaçando-os.

ORGANIZATIVA

Segundo a Teoria da Mobilização de Recursos, a sobrevivência dos novos movimentos sociais depende dos recursos, da organização e das ações desencadeadas. Segundo a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, trata-se de organizações com objetivos de mudança que apresentam traços que as distinguem dos movimentos sociais tradicionais (AGUIAR, 2012).

Dessa maneira, é possível ordenar as novidades que as mobilizações sociais introduzem no panorama tradicional dos movimentos sociais no Uruguai, como se pode ver no Quadro 2 abaixo.

As organizações MYSU, PRODERECHOS, PROLEGAL, Comisión No a la Baja e MOVUS lograram incorporar milhares de pessoas às mobilizações sociais que realizaram. A seguir, são apresentadas as características à luz das variáveis propostas no quadro.

a) Ações

Atuar é a chave das organizações para sua sobrevivência e seu êxito. Que tipos de ações realizavam esses movimentos sociais?

As formas de ação das mobilizações recentes no Uruguai incluíram formas não convencionais e convencionais. Entre as primeiras, encontram-se espetáculos

Quadro 2. Movimentos sociais tradicionais e novos.

	Mobilização social tradicional	Novas mobilizações sociais
Ações	Convencionais	Convencionais e não convencionais
Objetivos e recursos	Gerais e políticos	Específicos e culturais
Identidade e ideologia	Formada e definida	Em formação e difusa
Organização interna	Vertical e lideranças definidas	Horizontal e com múltiplos referentes
Setores sociais mobilizados	Homogêneos classicistas, hegemonia do setor trabalhador	Heterogêneos geracionais, hegemonia da classe média urbana
Relação prioritária com outros atores	Formal	Informal

Fonte: Elaboração própria com base em Aguiar (2012).

musicais, bicicletões, piqueniques e uso intensivo da internet; entre as segundas, a utilização dos mecanismos eleitorais e a participação em comissões oficiais. Assim, ainda que haja uma desconfiança maior do que no passado, não há um rechaço total à política.

Um exemplo é o surgimento das Redes Frenteampelistas. A primeira atividade com impacto que realizaram foi uma convocatória, por ocasião das internas da Frente Ampla,

[...] mas o grande salto teve lugar em setembro de 2009: através do Facebook, um grupo de jovens chamou um “ramblazo”⁴. A Frente Ampla explicitou que não apoiava a iniciativa, as Redes sim, e compareceram milhares de pessoas. Depois disso, teve lugar a convocatória, pelas Redes, de uma série de “banderazos”, manifestações com uma bandeira confeccionada com retalhos trazidos por militantes com as cores da Frente Ampla. Desde então, eles mantêm presença pública, mais claramente em relação à estrutura do partido (AGUIAR, 2012, p. 44).

Desse modo, os novos movimentos sociais utilizam caminhos tradicionais de apego aos partidos políticos, ao mesmo tempo em que exploram vias mais autônomas. E, por isso, são os jovens mais politizados e com maior confiança nos canais partidários que impulsionam as mobilizações em relação aos novos direitos (cf. AGUIAR, 2012).

b) Objetivos e recursos

Aqui, encontra-se uma diferença entre os movimentos sociais tradicionais, que se movem com objetivos gerais de transformação estrutural e mobilizam, para tanto, recursos políticos, e as novas mobilizações, que se guiam por objetivos mais específicos e mobilizam importantes recursos simbólicos.

Enquanto os movimentos sociais tradicionais falam da revolução e do socialismo – e se concentram na defesa dos direitos clássicos do estado de bem-estar social como algo prioritário (emprego, saúde, educação e moradia) –, as novas mobilizações tomam implicitamente esses direitos como algo de certa forma garantido, planejando mudanças das formas de viver, impulsionando, por exemplo, questões relativas a direitos humanos e ambientais.

4 NT: “Ramblazo” é como ficaram denominadas as caminhadas em protestos no Uruguai. Para exemplos da convocação e do que representou um desses “ramblazos”, consultar: <<http://movimientos.desdeadentro.co/ramblazo-el-inicio-callejero/>>. Acesso em 29/05/2015.

De fato, um desafio se coloca às organizações por terem objetivos tão específicos: uma vez que alcançam esses objetivos, elas devem se fixar nos objetivos seguintes, a partir de uma dinâmica mais cotidiana, o que conduz a interrogar sobre as possibilidades de permanência no tempo que esses movimentos podem ter.

c) Identidade e ideologia

A identidade é uma das questões centrais nos estudos dos novos movimentos sociais. No caso uruguaio, as organizações sociais consideradas foram conformando uma identidade, um nós, por intermédio de suas ações. Enquanto nas organizações de tipo tradicional a identidade está definida já há muito tempo, naquelas de novo tipo ela é mais indeterminada. E isso tem a ver, também, com uma relação que mantêm com o marco ideológico que, ainda que seja de esquerda, em ambos os casos, nos novos movimentos sociais aparece como menos definidora e mais pragmática que nos movimentos tradicionais.

d) Organização interna

Enquanto nos movimentos sociais tradicionais a organização interna é vertical e com lideranças definidas e fortes, nos novos movimentos as relações entre dirigentes e membros são horizontais, isto é, sem lideranças definidas, sendo que as decisões se tomam, em muitos casos, por consenso.

Um dos dilemas que se colocam a essas organizações é como se institucionalizar e não se converter em uma Organização Não Governamental (ONG), que é um desafio geral dos novos movimentos sociais, em muitas partes do mundo (MACHADO, 2004).

e) Setores sociais mobilizados

Os movimentos sociais tradicionais mobilizam homoganeamente os setores sociais, a partir da reivindicação de identidades de classe, geralmente sob a direção da classe trabalhadora. Os novos fenômenos de mobilização social, por sua vez, buscam um recrutamento social mais heterogêneo, com base em critérios geracionais (jovens *versus* adultos), nos quais é possível distinguir a hegemonia dos setores de classe média urbana.

f) Relação prioritária com outros autores

Enquanto os movimentos sociais tradicionais já contam com uma extensa rede de alianças formais, os novos movimentos vão gestando essas alianças na prática cotidiana. Nesse sentido, no caso analisado, as organizações buscaram alianças com outras organizações que compartilham o mesmo campo de ação, apoiando-se mutuamente, tanto no sentido simbólico como no material. O que os une é o adversário comum, identificado como o setor conservador da sociedade uruguaia.

A relação com outros atores também tem um ponto de inflexão em como esses novos movimentos são visibilizados pela opinião pública. Ao longo do período de governo de José Mujica, a situação dos movimentos para a opinião pública foi cambiante: no começo, com hostilidade, a opinião pública se opunha majoritariamente à aprovação dos objetivos impulsionados pelos novos movimentos, até no final, exceto pela questão da legalização da *cannabis*, a maioria apoiava suas ações e a aprovação de novos direitos.

O fato de que essas mobilizações sociais foram se integrando à dinâmica política estatal certamente contribuiu para o processo de sua legitimação, assim como elas, ao mesmo tempo, contribuíram para a legitimação dos partidos e do próprio Estado democrático.

RESULTADOS

Avaliar o impacto que os atores sociais têm sobre as políticas públicas é um dos assuntos mais complexos de se trabalhar e, por sua vez, mais descuidados pela literatura acadêmica, que tende a trabalhar os movimentos sociais e as políticas públicas como mundos paralelos (LÓPEZ LEYVA, 2012).

No caso do Uruguai, é interessante vincular ambos os temas e averiguar como os movimentos sociais intervêm no processo de consolidação de políticas públicas, seja favorecendo, seja colocando obstáculos às mudanças.

Contudo, do ponto de vista metodológico, a medição de tal impacto não deveria ficar limitada à percepção dos movimentos ou políticos e funcionários estatais participantes, pois tais avaliações são subjetivas e tendem a sobrevalorizar o peso dos movimentos nos processos (LÓPEZ LEYVA, 2012). Portanto, é necessário trabalhar essas questões tentando definir indicadores objetivos.

Nessa medida, uma proposta para uma investigação que aborde os impactos ou resultados das mobilizações sociais sobre as políticas públicas torna-se possível a partir da consideração de tal impacto em cada etapa do ciclo das políticas públicas, a saber: 1) ingresso na agenda governamental; 2) formulação da resposta; 3) tomada de decisões; 4) implementação; e 5) avaliação.

Tal como assinala López Leyva (2012), os movimentos sociais tendem a ter um papel mais ou menos notável na transformação de um assunto social em um problema de agenda governamental ou pública. No caso uruguaio, isso parece mais claro nas mobilizações em relação ao matrimônio igualitário. Por sua vez, a descriminalização do aborto e a legalização da *cannabis*, como se sabe, estavam na agenda social desde os anos 1930 e 1980 e na agenda pública desde os anos 1980 e começo do novo século, respectivamente. Ou seja, aqui o papel das organizações e das mobilizações sociais parece ter sido menos influente nessa etapa do ciclo, uma vez que, de certa maneira, o Estado funcionou se antecipando à demanda.

No caso do movimento contrário à redução da maioria penal, o assunto ingressou praticamente em uníssono na agenda social e na agenda política, ao ser tomado, simultaneamente, pelos partidos políticos, pela organização social e pelo governo da Frente Ampla.

Na etapa de formulação da resposta, no ciclo das políticas públicas, participaram ativamente as organizações vinculadas à descriminalização do aborto, ao matrimônio igualitário e à legalização da *cannabis*, já que foram aceitas nas comissões que redigiram os projetos de lei como interlocutores válidos. Por sua vez, o Movimento de No a la Baja parece ter se movido de maneira mais autônoma em relação ao governo, desenvolvendo suas próprias ações e estratégias no sentido de formular, racionalmente, uma proposta alternativa. Uma investigação sobre as recentes etapas de tomada de decisões, implementação e avaliação ainda está pendente.

Seguindo a proposta de López Leyva (2012), poderíamos finalmente construir um índice de “êxito total” dos movimentos, a partir da somatória dos “êxitos parciais” em cada fase do ciclo da política, medidos pela participação nessas fases, conforme o Quadro 3.

Essa tarefa de avaliação de resultados e impactos é possível de ser realizada para os movimentos mencionados porque eles tiveram um papel proativo em

Quadro 3. Proposta para medir o impacto da mobilização social nas políticas públicas, considerando a participação nas etapas do ciclo político.

	Aborto	Matrimônio igualitário	<i>Cannabis</i>	Não à redução
Ingresso na agenda governamental	-	+	-	+/-
Formulação da resposta	+	+	+	-
Tomada de decisões	?	?	?	?
Implementação	?	?	?	?
Avaliação	?	?	?	?
Balço	+/-	+	+/-	-

Fonte: Formulação própria com base em López Leyva (2012).

relação às políticas públicas. No caso do movimento ambientalista, é interessante notar que ele seguiu uma rota reativa ou de oposição às iniciativas governamentais, e, portanto, seu papel nas etapas do ciclo deve ser considerado de maneira especial.

CONCLUSÕES

Neste trabalho, colocou-se à prova a hipótese de que o Uruguai vive uma transição na relação da mobilização social com os partidos políticos e o Estado, e os últimos cinco anos parecem ir confirmando, de certa maneira, essa tendência; isto é, por um lado, as mobilizações do período seguiram rotas tradicionais, enquanto, por outro, foram transitando por novos caminhos.

Quando começou a ser gestado esse processo? Na perspectiva aqui defendida, no momento em que a Frente Ampla assumiu o governo, em 2005, chegou ao fim a inter-relação estreita entre a coalizão de esquerda e o conjunto do movimento social. Dessa maneira, tornou-se possível o surgimento de organizações sociais que construíram ações com maiores margens de autonomia no que tange ao Estado e ao sistema de partidos.

A suspeita é de que, nesse momento, começou uma época híbrida, em que se misturaram alinhamentos tradicionais, Movimento-Partido-Estado, com organizações que se mobilizaram de maneira mais autônoma, buscando novos caminhos. Nessa medida, começou a ser gerado um espaço de mobilização social mais plural. Contudo, por que razão surgiram essas mobilizações sociais mais autônomas em relação aos partidos e às instituições do Estado?

Uma primeira razão pode ser encontrada no cumprimento de um ciclo, no qual a aliança entre o partido de esquerda e os movimentos populares, que se teceu nos anos 1980 e começo dos 1990, cumpriu com o objetivo que se havia proposto – que a esquerda chegasse ao poder. Portanto, abriu-se a possibilidade de tentar um novo relacionamento.

Um segundo fator que vale a pena considerar é o lento processo de renovação geracional nos movimentos sociais tradicionais, algo que parece ter encorajado os jovens a buscarem outros canais de participação social, tal qual sugerido por Sebastián Aguiar (2012), em seu interessante trabalho.

Finalmente, um terceiro fator, cujo peso deveria ser determinado mais especificamente, pode estar em certo desencanto das pessoas em relação aos partidos políticos, especialmente dos setores mais jovens com a Frente Ampla. Talvez isso não seja suficiente para falar da crise de representação dos partidos, tal qual em outros países latino-americanos; porém é evidente que, em alguns casos, as mobi-

lizações capturaram um sentimento dos jovens de não se sentirem representados pelo partido de esquerda. Ainda é cedo para compreender isso, e os sinais são um pouco fracos para saber se se está diante de um anúncio do advento de outro tempo ou se se trata de um processo de transição que está prestes a permanecer incompleto (o que seria, em definitivo, uma falsa transição).

A pequena janela de oportunidades para mobilizações autônomas, que se abriu no período de 2005 a 2010, não se fechou, mas não se sabe, qualitativamente, até que ponto ela se ampliou. Esse é o dilema que se apresenta às perspectivas de futuro das organizações sociais e suas mobilizações populares: uma rearticulação estreita com o partido e o governo no bloco progressista, e, inclusive, nesse processo, sua integração nos movimentos sociais tradicionais – sindicais e estudantis –; ou o transitar por novos caminhos, até se converterem em movimentos sociais mais autônomos em relação às forças políticas e ao Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Sebastián. “Los movimientos sociales juveniles en Uruguay: situación en las últimas décadas y escenarios prospectivos”. *Recso, Revista de Ciencias Sociales*, v. 3, p. 38-66, 2012.
- GARAT, Guillermo. “Un siglo de políticas de drogas en Uruguay”. *Análisis*, n1, pp. 1-21, 2013.
- GIOSCIA, Laura; CARNEIRO, Fabricio. “Dos caras de los derechos en el gobierno de Mujica”. In: BUSQUETS, José Miguel (Coord.). *Políticas en tiempos del Mujica III*. Montevideo: Estuario Editora, 2013.
- GUTIÉRREZ, Ramón. “Una nueva generación de militantes: apuntes sobre no a la baja”. *ZUR Pueblo de Voces*. 2014. Disponível em: <zur.org.uy>. Acesso em: 17/04/2015.
- JOHNSON, Niki; GÓMEZ, Alejandra López; SCHENCK, Marcela. “La sociedad civil ante la despenalización del aborto: Opinión pública y movimientos sociales”. In: JOHNSON, Niki et al. *(Des) penalización del aborto en Uruguay: prácticas, actores y discursos*. Abordaje interdisciplinario sobre una realidad compleja. Montevideo: UDELAR-CSIC, 2011. p. 238-263.
- LÓPEZ LEYVA, Miguel Armando. “Los movimientos sociales y su influencia en el ciclo de las políticas públicas”. *Región y Sociedad*, Año XXIV, n° 55, p. 159-198, 2012.
- MACHADO, Jorge Alberto. “Movimientos sociales y activismo en red”. In: CONGRESO ONLINE DEL OBSERVATORIO PARA LA CIBERSOCIEDAD, II. *Papers...* Barcelona, 2004.
- MARTÍ PUIG, Salvador. “Los movimientos sociales”, Salamanca, Universidad de Salamanca. Disponível em: <usal.es/~dpublico/areacp/materiales/Losmovimientossociales.pdf>. Acesso em: 17/04/2015.

RODRÍGUEZ ARECHAVALA, Carlos Manuel. “De la estructura de oportunidades a la identidad colectiva. Apuntes teóricos sobre el poder, la acción colectiva y los movimientos sociales”. *Espacios Públicos*, v. 13, n. 27, p. 187-215, 2010.

SEMPOL, Diego. “Familias en debate: unión concubinaria y formas de integración política de la diferencia”. In: GIOSCIA, Laura (Coord.). *¿Más Allá de la tolerancia? Ciudadanía y diversidad en el Uruguay Contemporáneo*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2014.

ZIBECHI, Raúl. *La mirada horizontal*. Movimientos sociales y emancipación. Quito: Ediciones Abya-Ayala, 2000.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E MUDANÇAS POLÍTICAS:

revisitando o conceito de gramáticas de ação política*

*SOCIAL MOBILIZATION AND POLITICAL CHANGES:
REVISITING THE CONCEPT OF POLITICAL ACTION GRAMMARS*

Ana Natalucci^a

Resumo A partir de 2003, com a posse de Néstor Kirchner na Presidência da República Argentina, ocorreram mudanças na dinâmica da mobilização social. Que forma assumiram os efeitos da mobilização social: foram assimilados, integraram-se ou criaram novas pautas de ação? Produziu-se uma reedição do populismo de meados do século XX? Os primeiros estudos nesse sentido utilizavam uma perspectiva pós-estruturalista, sobretudo a partir da obra de Ernesto Laclau. Esses, apesar das contribuições, apoiavam-se na oposição entre momentos de mobilização e de institucionalização. Ao contrário, o objetivo deste artigo é analisar esses processos em uma perspectiva sociopolítica, em especial a partir da noção de “gramáticas de ação política”, considerando as características que assumiram e os modos como se institucionalizaram os efeitos da mobilização. Sem pretender ser exaustivo, o texto analisará o caso argentino durante o Kirchnerismo, como base para um exercício de Sociologia Política.

Palavras-chave populismo; mobilização; gramáticas de ação política; institucionalização; Kirchnerismo.

Abstract *As of 2003, when Nestor Kirchner took over as President of the Republic of Argentina, the dynamics of social mobilization experienced certain changes. What shape did the effects of social mobilization take? Were new action lines assimilated integrated or created? Did a reprint of populism occur as in the mid-twentieth century? Early studies were conducted based on the poststructuralist perspective, especially as of the work of Ernesto Laclau. Despite their contributions, this proposal*

* Traduzido do original, *La movilización social y su relación con los cambios políticos: revisitando el concepto de gramáticas de acción política*, por Benno Warken Alves, doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

a Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires. Pesquisadora Assistente do CONICET, com sede no Instituto de Pesquisas Gino Germani (UBA), coordenadora do Coletivo de Estudos sobre Sociologia Política (IIGG-UBA) e professora de Graduação no curso de Ciência Política (UBA) e de Pós-Graduação na UBA e na FLACSO Argentina.

supports itself on the opposition existing between moments of mobilization and of institutionalization. On the contrary, the aim of this article is to analyze such processes with a socio-political perspective, mainly based on the notion of the grammars of political action, taking into account the features adopted by such processes and the ways in which the effects of mobilization were institutionalized. Far from pretending being exhaustive, this paper studies the case of Argentina during “Kirchnerism” as the basis for this exercise of Political Sociology.

Keywords *populism; mobilization; political action grammars; institutionalization; Kirchnerism.*

INTRODUÇÃO¹

Nos primeiros anos do século XXI, assumiram a Presidência, em alguns países da América do Sul, dirigentes que atacavam o neoliberalismo: Brasil, Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador e Uruguai. Por conta dessa posição, seus governos foram inicialmente caracterizados como representantes de uma “nova esquerda” ou, então, como progressistas. Uma pergunta que percorreu o debate acadêmico se relacionava com a reemergência do populismo como forma política. Esses governos poderiam ser pensados sob tal conceito? Havia ocorrido uma reedição do populismo? Que formas assumiram os efeitos dos ciclos de mobilização que haviam precedido a posse de tais governos? Foram assimilados, integraram-se ou criaram novas pautas de ação? Essas perguntas abriam uma primeira discussão, já que estava clara a polissemia da noção de populismo, bem como seu uso, tanto na linguagem comum quanto na acadêmica.

O livro *A razão populista*, de Ernesto Laclau, publicado em 2005, foi decisivo no debate. Nele, é analisado o fenômeno do populismo e a formação de identidades políticas a partir do conceito de demandas, estabelecendo uma diferença entre as demandas democráticas e as populares. Dessa distinção deriva, por sua vez, a oposição entre os momentos de mobilização e de institucionalização. Embora essa perspectiva ofereça uma explicação da dinâmica do regime político, a oposição não permite compreender os efeitos da mobilização em um processo de mudança. Assim, em que medida a mobilização afeta as modalidades de participação, os mecanismos de representação e os dispositivos de legitimação da comunidade política? Quais são os vínculos entre a dinâmica de um ciclo de mobilização social e as transformações do regime político? Em função dessas questões, este artigo

1 Agradeço a Germán Pérez por seus comentários acerca desta proposta teórica.

se propõe a analisar o recente processo de mobilização na Argentina e a institucionalização de seus efeitos, a partir de uma perspectiva sociopolítica. Para tanto, será recuperada a perspectiva de Gino Germani, para pensar o populismo mais como mobilização do que como sujeito político. Complementarmente, será adotada a noção de gramáticas de ação política para compreender os caminhos de ação adotados pelas distintas organizações que participam de um ciclo.

Finalmente, o propósito do artigo é apresentar uma proposta teórica que permita compreender os processos de mobilização recentes e seu impacto sobre o regime político de governo. Como base para esse exercício de Sociologia Política, o trabalho analisará o caso argentino durante o Kirchnerismo, sem com isso pretender ser exaustivo.

O artigo está organizado em três seções. Na primeira, são expostos os diferentes modos de pensar o populismo: como sujeito político e como processo de mobilização. Na segunda, desenvolve-se o conceito de gramáticas de ação política como complemento para a análise centrada no populismo enquanto mobilização. Em ambas as seções, é apresentado um marco teórico eclético, em que se articulam conceitos como ciclo de mobilização, efeitos sobre o regime político de governo e gramáticas de ação política. Na última seção, é abordado o caso argentino.

DOIS MODOS DE PENSAR O POPULISMO

Ernesto Laclau e Gino Germani dedicaram muitos anos a pensar o problema do populismo. Suas trajetórias têm dois momentos marcantes: a do primeiro, 1978 e 2005; a do segundo, 1962 e 1978. Mesmo que, para ambos, o segundo momento tenha implicado uma revisão de seus principais postulados, o registro analítico se manteve. Enquanto Laclau, por sua formação política marxista e sua formação acadêmica inscrita no paradigma estruturalista, priorizou a análise do sujeito político, em uma espécie de reedição do sujeito histórico, Germani concebeu o populismo, primeiro, na chave da modernização, depois, na da mobilização, mas sempre em relação a seus efeitos sobre o regime político. Nesse sentido, ambas as obras constituem olhares sobre o mesmo objeto.

A seguir, cada uma delas será apresentada, identificando-se suas potencialidades e seus pontos fracos, e serão especificadas as razões pelas quais a proposta de Germani, por estar localizada em um registro sociopolítico, oferece maior rendimento analítico para examinar os vínculos entre a mobilização e seus efeitos políticos.

O POPULISMO COMO SUJEITO POLÍTICO

A publicação, em 2005, do livro *A razão populista*, de Ernesto Laclau, deu impulso fundamental ao retorno da problemática do populismo como chave de interpretação para as mudanças políticas em curso na Argentina e na região. No livro, o autor questiona as perspectivas liberais, socialistas ou republicanas que o identificam como anomalia política, a qual obstrui o desenvolvimento democrático².

O empenho do filósofo argentino em livrar o populismo dos usos pejorativos que lhe foram atribuídos levou-o a sustentar que aquele é “a via real para compreender algo relativo à constituição ontológica do político como tal” (LACLAU, 2005, p. 91). Nesse sentido, o populismo, mais do que um “*tipo* de movimento” (LACLAU, 2005, p. 150) que pode ser identificado com uma base social, constitui uma lógica política, entendida como “sistema de regras que traçam um horizonte em cujo interior alguns objetos são representáveis, enquanto outros estão excluídos (LACLAU, 2005, p. 150). Dessa perspectiva, a lógica política se relaciona com a instituição do social, que, surgida das demandas sociais e por meio do momento da equivalência, se articulam para conformar um sujeito político. A emergência do povo, para Laclau, depende, então, de três variáveis:

[...] relações de equivalência representadas hegemonicamente por meio de significantes vazios; deslocamentos das fronteiras internas por meio da produção de significantes flutuantes e uma heterogeneidade constitutiva que torna impossíveis as recuperações dialéticas e outorga sua verdadeira centralidade à articulação política (LACLAU, 2005, p. 197).

Para além dessas relações de equivalência, o populismo precisa ainda da nomeação e do afeto. Acerca do primeiro, a construção do povo é “*radical* [no

2 Melo e Aboy Carlés (2014) alertam que o problema do populismo não teve a mesma importância para Laclau em toda a sua trajetória. Na verdade, entre o livro *Política e ideologia na teoria marxista*, de 1978, em que foi publicado o artigo “Para uma teoria do populismo”, e o livro *A razão populista*, de 2005, passaram-se quase trinta anos. Enquanto no primeiro livro a preocupação central era com a ideologia e o debate interno do marxismo, no segundo a inquietude se direciona para a política, especificamente para a lógica da formação das identidades populares. Essa não é a única diferença entre as duas obras. Outra se relaciona com as linguagens teóricas presentes em cada uma. No primeiro livro, a “linguagem tinha um profundo caráter marxista, imbuída de conceituações nas quais estavam presentes, por exemplo, Gramsci e Althusser; [no segundo,] aquela centralidade é ocupada por autores como Freud e Lacan” (MELO; ABOY CARLÉS, 2014, p. 410). Resumindo, para o Laclau de 1978, o populismo constitui a base de qualquer política democrática, na medida em que conforma um complexo dispositivo de constituição do povo como sujeito político antagônico ao bloco no poder, capaz de disputar a hegemonia; para o de 2005, a ênfase está colocada no conteúdo, naquilo que o autor denominou como demandas (MELO; ABOY CARLÉS, 2014).

sentido de que] não expressa uma unidade do grupo previamente dada” (LACLAU, 2005, p. 151). Nesse sentido, não há um fundamento último para a nomeação, o que significa que o discurso populista pode ser vago e impreciso. Longe de constituir uma falha, isso expressa para Laclau a capacidade do populismo de operar sobre uma realidade heterogênea. Uma demanda democrática se transforma em uma demanda popular, quando pode nomear algo que a excede, isto é, quando “o nome se separa do conceito, o significado, de seu significante” (LACLAU, 2005, p. 153).

Sobre o afeto, Laclau retoma as contribuições de Freud e Lacan para sustentar que não há populismo possível sem uma “investidura efetiva em um objeto parcial” (LACLAU, 2005, p. 149). Ou seja, se as demandas de uma sociedade “pudessem ser satisfeitas dentro de seus próprios mecanismos imanentes, não haveria populismo, mas [...] também não haveria política” (LACLAU, 2005, p. 149). Essas relações de equivalência pelas quais uma parte se transforma no todo, em um *povo*, são possíveis em decorrência do componente afetivo que emana do líder³. Por fim, não é o caráter particular de uma ideologia que define o populismo, mas certa forma de articulação política. Por isso, é possível reconhecer populismos de direita e de esquerda.

Essa perspectiva apresenta dois problemas, que foram levantados por seus discípulos e remetidos ao pós-estruturalismo, os quais serão apresentados de modo sintético. O primeiro se relaciona com o lugar-comum estruturalista que supõe a diferença entre forma e conteúdo; para além do problema de priorizar uma ou outra, o certo é que toda “identidade se define por sua intersecção em uma trama de relações” (MELO; ABOY CARLÉS, 2014, p. 406)⁴. Essa lógica binária se estende ao campo político, que se configura em dois blocos: por um lado, “os de baixo” – o povo democrático e mobilizado –, por outro, o poder dominante – liberal economicista, oligárquico e/ou submetido ao capital estrangeiro. Essa afirmação livra a teoria de certo viés economicista, já que o conflito não é deduzido necessariamente das diferentes posições na estrutura econômica. Mas, então, o que acontece com as demandas que não conseguem se articular com outras: ficam de fora ou passam a

3 Seguindo Melo e Aboy Carlés, essa ideia supõe um sujeito que foi interpelado, o que, de acordo com a perspectiva althusseriana, implica a “persistência de uma concepção estruturalista do sujeito como simples ‘posições de sujeito’” (MELO; ABOY CARLÉS, 2014, p. 401).

4 Em seu artigo, Melo e Aboy Carlés afirmam que essa perspectiva na qual a identidade se constitui em função de seu pertencimento a uma trama supõe que não há identidades positivas. A ideia de que na “língua há somente diferenças e não positivities” foi tomada por Laclau da obra de Saussure. Não obstante, ele desconhece ser esse pressuposto válido para a ordem do significante e do significado, tomados isoladamente, mas não para pensar o signo. Este último supõe uma conjunção entre o significante e o significado; da mesma maneira que as identidades. Para aprofundar esse tema, consultar De Ipola (2005) e Melo e Aboy Carlés (2014).

fazer parte do bloco dominante antagônico? Tal dicotomização do campo político não deixa lugar para aquilo que, da perspectiva pragmática, se denominou “público”, ou terceiro; isto é, essa entidade que, sem se encontrar diretamente afetada por um conflito, pode prestar solidariedade a um dos lados, reconfigurando o sentido atribuído a ele.

Essa inquietude se relaciona, por sua vez, com o segundo problema: a distinção entre demandas democráticas e populares – fundamentada na diferença entre forma e conteúdo – sustenta-se a partir da oposição entre os momentos de mobilização e os de institucionalização. Nela, subjaz a concepção laclauiana sobre a ruptura, que parte em dois “o social”, acabando com a possibilidade de um regime político administrar as demandas de modo “não antagônico” (LACLAU, 2005, p. 412). Em outras palavras, o populismo é um momento de ruptura “por meio da construção de um desvalido como agente histórico” (LACLAU, 2005, p. 413), que, igualado à política, implica um questionamento da ordem instituída. Nesse ponto, realiza-se uma operação de sinonímia entre populismo e política, como se essa somente pudesse ser populista⁵. Mas isso não diz nada sobre que tipos de efeito esse processo de ruptura produz, nem sobre como surgem os processos de instauração de novas pautas e instituições.

O POPULISMO COMO MOBILIZAÇÃO

A relação entre um processo de mobilização e sua institucionalização em um regime político de governo, no contexto de mudança, foi pensada originalmente por Gino Germani, na metade do século XX, a partir da experiência do peronismo, na Argentina. A partir de um enfoque estrutural-funcionalista e ligado à teoria da modernização, Germani, em seu livro *Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas* (1966 [1962]), analisou o fenômeno argentino à luz do processo de modernização e desenvolvimento que atingia vários países da América Latina. No livro, questionava aquelas premissas segundo as quais a adesão das massas operárias ao peronismo seria explicada pelo atendimento de demandas econômicas, pela “demagogia da ditadura” [chamada também] “prato de lentilhas” (GERMANI, 1966, p. 243-244). Pelo contrário, o principal argumento de Germani era de que a industrialização produzida nos anos 1930 gerara uma “massa disponível”, formada a partir de migrantes internos sem

5 Aboy Carlés (2010) aponta que o populismo é uma das formas políticas de processar a tensão entre o universal e o particular, mas não a única.

experiência sindical e não “integrada aos partidos tradicionais da classe operária” (BLANCO, 2006, p. 36). Na mudança de época, ocorrida nos anos 1940, o peronismo conseguiu captar essas massas disponíveis, ao formular a ideia de que os trabalhadores tinham adquirido certos direitos e poderiam exercê-los (GERMANI, 1966). O populismo nacional constituía uma forma de “democratização fundamental viabilizada pela mobilização heterônoma de importantes frações das massas em uma sociedade submetida à mudança acelerada” (PÉREZ, 2007, p. 300).

Finalmente, o apoio da classe trabalhadora ao peronismo não poderia ser atribuído a vantagens materiais, e sim ao reconhecimento de direitos (BLANCO, 2006). A irracionalidade dessa ação, para Germani, residia no fato de a incorporação dos trabalhadores à política nacional ter sido produzida por meio de um regime político totalitário que era atravessado “por um conjunto de distorções que bloquearam a evolução em direção a regimes pluralistas e representativos como os que corresponderam aos processos de industrialização nos países centrais” (PÉREZ, 2007, p. 300).

Distintamente do enfoque pós-estruturalista, em Germani, a mobilização era um momento integrado ao que ele denominou integração. Cada “ciclo começa com um estado de integração que se move na direção de um processo de ruptura ou desintegração, do qual deverá resultar uma nova integração” (BLANCO, 2006, p. 39). Ou seja, a mobilização facilita a instituição de um novo estado, seguindo momentos sucessivos: estado de integração, processo de ruptura, deslocamento dos grupos sociais, sua disponibilização, a mobilização propriamente dita e a integração (GERMANI, 2003).

O jargão funcionalista e o viés psicologicista utilizados pelo sociólogo ítalo-argentino foram questionados, entre outros, por Murmis e Portantiero (1971) e Halperín Donghi (1975). Em 1978, Germani absorveu essas críticas, em seu livro *Autoritarismo, fascismo e populismo nacional*, no qual abandonou o marco da teoria da modernização e se concentrou no conceito de mobilização (PÉREZ, 2007). Para além das críticas que essa perspectiva recebeu em termos de seus pressupostos estrutural-funcionalistas⁶, o importante é que Germani elaborou um dispositivo sociopolítico que permitiu pensar a relação entre a emergência de sujeitos políticos nos processo de mobilização e uma forma de integração/institucionalização no plano do regime político de governo, considerando as modalidades de participação, os mecanismos de representação e os dispositivos de legitimação da ordem política.

6 Sobre os obstáculos epistemológicos que a perspectiva de Germani traz consigo, consultar Pérez (2007).

Essa Sociologia dos Processos Políticos permite compreender ambos os processos – o de mobilização e o de institucionalização – para elucidar suas relações.

Para Germani, que seguia Deutsch, a mobilização constituía “o processo pelo qual são quebrados os compromissos e as velhas lealdades sociais, psicológicas e políticas, tendo como consequência que o povo se torne disponível para aceitar novas formas de comportamento” (GERMANI, 2003, p. 43). Segundo essa concepção, a mobilização supõe:

- “um processo de extensão sucessiva dos direitos legais, sociais e políticos a todos os habitantes de um Estado; isto é, sua incorporação como cidadãos” (GERMANI, 2003, p. 44);
- “a extensão dos direitos e das formas de participação não é resultado de um processo de difusão cultural” (GERMANI, 2003, p. 44). Nesse sentido, a mobilização tem caráter conflitivo, e “os direitos foram conquistados contra os interesses das ideologias de grupos sociais poderosos, contra a vontade das elites governantes” (GERMANI, 2003, p. 44);
- a constituição de “um processo complexo que implica na desintegração da estrutura pré-existente, algum tipo de resposta, a disponibilidade de pessoas para novas formas de comportamento e a reintegração na sociedade” (GERMANI, 2003, p. 44).

No que se refere ao curso da mobilização, Germani defende que pode haver mobilizações integradas e não integradas. Essas últimas ocorrem quando não há congruência entre “o grau, a forma e a extensão da participação requerida ou tolerada pelas normas predominantes” (GERMANI, 2003, p. 50). Por outro lado, as integradas se desenvolvem sob condições de integração normativa, psicossocial e ambiental, supondo que as mudanças ocorridas “permitem a legitimação [do grupo] e oferecem possibilidades efetivas para a realização desse grau crescente de participação dos grupos mobilizados” (GERMANI, 2003, p. 53). Elas podem assumir três formas: assimilação, mudança estrutural e desmobilização. A primeira consiste na “modificação do setor mobilizado de modo a assumir os traços necessários para garantir a aceitação por parte dos grupos hegemônicos e a legitimação na estrutura social” (GERMANI, 2003, p. 53). A segunda, a mudança estrutural, implica a “modificação da estrutura social para tornar a nova participação [...] viável e legítima do ponto de vista normativo e psicossocial” (GERMANI, 2003, p. 53). A desmobilização representa o fracasso do processo com o decorrente encerramento do ciclo.

Apesar do viés estrutural-funcionalista, essa perspectiva tem uma produtividade significativa em torno de três pontos. Por um lado, o conteúdo não se encontra diferenciado das formas, razão pela qual o populismo não poderia ser de direita; encontra-se, isso sim, relacionado com processos de expansão de direitos. Por outro lado, a mobilização é de tipo conflitivo e supõe o confronto com outros setores sociais, que vão optando por distintos alinhamentos ao longo do curso do ciclo. Por último, a relação entre os momentos de mobilização e institucionalização não apenas não está definida *a priori*, mas também pode ter vários resultados; em todo o caso, ela se resolve no próprio processo contencioso. Considerando esses argumentos, pode-se assumir que qualquer tipo de mobilização permite a instauração de novas pautas de ação, de mudanças no regime quanto à participação, à representação e à legitimação – isto é, permite a instauração da expansão de direitos? O que incide nos traços que essa mobilização assume? Para responder a essas questões é necessário incorporar a essa perspectiva o conceito de gramáticas de ação política, que permitirá tornar mais complexo o olhar sobre o processo das organizações que participam de um ciclo.

“UM MODO WITTGENSTEINIANO DE TEORIZAR SOBRE O POLÍTICO”: O CONCEITO DE GRAMÁTICAS DE AÇÃO POLÍTICA

A frase entre aspas no subtítulo é de Hannah Pitkin (1984) e ressalta as contribuições de Wittgenstein para pensar o mundo como estruturado por meio da linguagem, não sendo essa um simples veículo de pensamentos. Nun, seguindo Pitkin, argumenta que os jogos de linguagem são convencionais “porque resultam da interação contínua e historicamente sustentada de muitos seres humanos e não por serem produto de acordos deliberados” (NUN, 1989, p. 83). Estes compreendem tanto as trocas linguísticas como as ações nas quais os agentes estão envolvidos. Na mesma linha, Giddens propôs uma teoria social hermeneuticamente informada, que contemplava as regras como procedimentos que facilitam “a continuação metódica de uma sequência estabelecida” (GIDDENS, 2011, p. 57)⁷, como a construção do sentido e a sanção das ações. Em outras palavras, as regras não são apenas linguísticas, mas também são procedimentos de ação, isto é, “as regras da vida social [são] técnicas ou procedimentos generalizáveis que se aplicam à encenação/reprodução de práticas sociais” (GIDDENS, 2011, p. 57). Elas servem para resolver

⁷ Para Giddens (2011, p. 60), as regras, junto com os recursos, constituem os elementos mais importantes da estrutura, encontrando-se presentes nas instituições, entendidos como “os traços mais duradouros da vida social”.

situações de forma rotineira. Contudo, assim como toda perspectiva pragmatista, não são consideradas somente as regras, mas também os usos que os agentes fazem delas, de acordo com os contextos em que atuam.

Nesse marco conceitual, as gramáticas constituem o jogo de regras não escritas que delimita, por um lado, as pautas de interação dos sujeitos; por outro, as combinações de ações que coordenam, articulam e impulsionam as intervenções públicas, ações orientadas a questionar e transformar ou, então, a ratificar a ordem social⁸. Constitui um sistema de regras de ação que liga o tempo e o espaço da experiência dos sujeitos, definindo formas válidas de resolver problemas relacionados aos recursos de alocação e autoridade (GIDDENS, 2011)⁹. Dessa perspectiva, uma gramática delinea o modo como um sujeito coletivo intervém no espaço público, encontra justificativas e razões para agir, estabelece estratégias de coordenação e articulação política e propõe uma forma de ordenação social.

Cada gramática expressa um modo diferente de agir referente a quatro dimensões: o sujeito de transformação, a forma de construção política, a concepção sobre o Estado e as tradições políticas¹⁰. Ao considerar esses critérios, é possível identificar três tipos de gramáticas: autonomista, classista e movimentista¹¹.

A primeira – *autonomista* – se caracteriza pela centralidade conferida aos mecanismos deliberativos, em especial pelo funcionamento por assembleias e horizontal; o consenso é a forma privilegiada para a tomada de decisões. Isso não implica que todos os membros da organização tomem as decisões, mas que todos

8 Em trabalho anterior (NATALUCCI, 2010), foram reconstruídas três acepções dessa noção: a) performatividade política da ação (perspectiva pragmática); b) estrutura motivacional dos sujeitos implicados (enfoque fenomenológico); e c) estrutura organizativa dos movimentos sociais (perspectiva da mobilização de recursos).

9 Os recursos de alocação se referem aos “recursos materiais empregados na geração de poder [...] [e] derivam do domínio humano sobre a natureza (GIDDENS, 2011, p. 398); enquanto os recursos de autoridade são os não materiais “que derivam da possibilidade de aproveitar as atividades de seres humanos [...] [e] nascem do domínio de uns atores sobre outros” (GIDDENS, 2011, p. 398).

10 As tradições constituem dispositivos intergeracionais que permitem elucidar as lógicas das organizações. Não preveem relações sistemáticas ou orgânicas entre elas, e sim uma maneira relativamente similar de entender o mundo, preceitos ideológicos e cosmovisões compartilhadas que facilitam, em certas conjunturas, consensos na coordenação de ações coletivas, bem como a articulação interorganizacional e a constituição de frentes políticas.

11 A tipologia das gramáticas foi elaborada de forma preliminar, em um projeto de pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Estudos sobre Protesto Social e Ação Coletiva (radicado no Instituto de Pesquisas Gino Germani da Universidade de Buenos Aires), no qual a autora era pesquisadora. Esse projeto, cujos resultados foram publicados no livro *La huella piquetera*, indagava sobre a constituição como sujeitos políticos de três organizações *piqueteras*. Na esfera do pós-doutorado e já como pesquisadora do CONICET, a autora se dedicou a estudar essa tipologia e se seria possível utilizá-la para organizações de outro tipo. Desde então, aplicou-a para compreender a trajetória de organizações territoriais e sindicais sob o Kirchnerismo. Algumas antecipações podem ser lidas no artigo “*Nueva gramática política? Reconsideraciones sobre la experiencia piquetera en la Argentina reciente*” (NATALUCCI, 2010); no capítulo de livro “*Los movimentistas. Expectativas y desafíos del Movimienato Evita en el espacio kirchnerista (2003-2010)*” (NATALUCCI, 2012b) e na introdução ao mesmo livro.

estão em condições de fazê-lo. O sujeito da transformação social se assemelha à ideia de multidão¹². Quanto à construção política, é priorizada a dimensão territorial como esfera de participação. Esse último ponto se vincula intrinsecamente à concepção de mudança social “de baixo”, com ênfase na transformação das relações cotidianas. A estrutura interna das organizações não possui disposição hierárquica e até mesmo se nega a figura do “representante”. É preferida a de “referente”, uma espécie de porta-voz das decisões da assembleia. Tal apego territorial e de base diminui as possibilidades de articulação interorganizacional. O Estado é concebido de modo monolítico, unívoco, um dispositivo de captura da autonomia tanto coletiva quanto subjetiva. A gramática autonomista foi erguida sobre as propostas de contrapoder, a partir do questionamento da esquerda partidária¹³.

A *gramática classista* erige como sujeito de transformação a classe operária organizada. Sua expectativa de mudança prevê uma revolução que reorganize as relações entre as classes sociais. A visão sobre o regime político é monolítica, não diferencia poderes e setores. O regime é, portanto, igualado ao Estado; ambos conformam a dominação da classe capitalista. A organização classista, fundamentada sobre o partido, reconhece a si mesma como a vanguarda da classe dominada, a qual espera representar e conduzir. Nessa lógica, é presente um vínculo pedagógico (DELAMATA, 2004), orientado para o fortalecimento da consciência de classe a partir de discussões de tipo ideológico-programático. A estrutura interna das organizações é vertical, e as “promoções” são regidas por méritos provados nas lutas partidárias. Dado que geralmente todos os conflitos são pensados como subsumidos nos de classe, as articulações com outras organizações se encontram limitadas em função da estratégia geral. No mais das vezes, até mesmo os vínculos com os movimentos sociais se encontram restritos pela tendência a desconhecer a pluralidade que os caracteriza. A confiança teleológica nos destinos da classe operária – ligada à tradição marxista – restringe as margens de ação ao momento destituente da política, mais propício para demonstrar a veracidade do programa

12 A noção de multidão remete à obra de Michael Hard e Antonio Negri (2002). Dessa perspectiva, a multidão constitui “o sujeito político imanente às formas de dominação próprias das novas modalidades de reprodução do capital, caracterizadas pela noção de Império” (PÉREZ; NATALUCCI, 2008, p. 99). Sua emergência ocorre “no contexto da crise do dispositivo moderno da soberania, definido pela captura das potencialidades democráticas das forças produtivas na forma Estado, por meio do procedimento da representação política. Nesse sentido, a multidão se opõe ao povo, sujeito paradigmático do dispositivo de soberania, na medida em que o conceito de vontade geral opera a redução do múltiplo em Um, selando a imbricação entre contrato de associação e contrato de dominação-sujeição. [...] A multidão se apresenta – nunca se re-presenta – como uma ‘constelação de singularidades’” (PÉREZ; NATALUCCI, 2008, p. 99-100).

13 Em razão da curta trajetória das propostas de contrapoder, cabe-lhes melhor a ideia de narrativa do que a de tradição. Para uma crítica dos exageros autonomistas e das consequências sobre sua própria dinâmica, consultar Svampa (2005).

proposto pela organização. Contrariamente às organizações autonomistas, participam da competição eleitoral própria do sistema liberal democrático, considerando-se tratar de outra frente de luta operária no interior do principal aparato de dominação capitalista.

A *gramática movimentista* se constituiu a partir da integração dos setores populares ao Estado nacional, combinando uma dupla dimensão da representação: corporativa – de interesses particulares – e política – orientada para o bem comum e na qual se emprega uma linguagem de direitos. Supõe uma concepção circular da história, alternando momentos de resistência – de retrocesso político e econômico para os setores populares, propiciando sua fragmentação – e de ofensiva – de recuperação de direitos, promovendo a articulação das organizações e o acesso ao Estado. A mobilização não é pensada apenas como forma de questionamento social nos momentos defensivos, mas também para reivindicar ações do governo nos momentos ofensivos. Enraizada na tradição nacional-popular, a expectativa das organizações inscritas nessa gramática é a construção de um movimento nacional que impulse um projeto popular policlassista, no interior do qual possam estabelecer pontes entre os setores populares que buscam representar e o Estado, concebido como agente da mudança social. Além desse tipo de organização, tal movimento nacional também se compõe de uma elite externa que contribui para a integração das demandas ao regime político, o que, no entanto, não implica que as demandas corporativas ou setoriais desapareçam, mas que se articulem em função das relações no interior do movimento.

Em virtude das características assumidas pelo processo político na Argentina do começo do século XXI, foi a gramática que sofreu maiores transformações, e as organizações que nela se inscrevem foram protagonistas do ciclo iniciado em 2003. Por isso, nela concentrar-se-á a análise do caso argentino.

A ARGENTINA KIRCHNERISTA

O caso argentino será abordado partindo da seguinte premissa: o Kirchnerismo constitui a expressão política da resolução da crise de 2001¹⁴. Ele surgiu no

14 Ficou conhecida como “A crise de 2001” a explosão popular que ocupou a Plaza de Mayo, centro político nacional, em 19 de dezembro. Essa crise condensava um ciclo de mobilização que havia sido iniciado em 1997, com as *puebladas*, no interior do país. Desencadeou uma forte crise institucional, levando à renúncia do presidente e à impossibilidade de recompor a autoridade presidencial nos dez dias seguintes. Essa crise importante para a dinâmica política argentina teve diversas interpretações: crise de representação, de representatividade, etc. Neste artigo, ela será entendida, de acordo com o sentido weberiano, como uma crise de legitimidade, isto é, como a perda da validade intersubjetiva das disposições que orientam a ação para a obediência

vazio sociopolítico aberto pelos efeitos descoletivizantes do neoliberalismo, pela erosão dos fundamentos da legitimidade delegativa, que eram gerados pela mobilização e pela erosão econômica no governo da Aliança (PÉREZ; NATALUCCI, 2012)¹⁵.

A CRISE DE 2001 E O ETHOS MILITANTE DESTITUINTE

O ciclo de mobilização que se estendeu de 1997 a 2001 teve várias consequências sobre o espaço das organizações e sobre as formas de fazer política (GEPsac, 2006; NATALUCCI, 2012a). Entre as principais, por um lado, o movimento operário manteve seu protagonismo, mas perdeu o monopólio sobre a mobilização, o que criou um espaço para a emergência e visibilização pública de outras organizações, principalmente as *piqueteras* e as organizações civis ligadas à reivindicação de direitos humanos e liberdades individuais nos casos de violência institucional. Por outro lado, quanto às demandas, reabilitou-se uma linguagem de direitos que permitia ao mesmo tempo generalizar a legitimidade das reivindicações e apelar para o Estado como garantidor dos princípios igualitários. Um último corolário foi a difusão da dinâmica de funcionamento por assembleias, que estimulou a democracia como modalidade de participação e intervenção sobre os assuntos públicos (SVAMPA, 2005).

Durante esse ciclo, tomou forma um *ethos* militante caracterizado por: a) distribuição territorial como unidade de ação política e espaço de reconhecimento organizacional; b) utilização da dinâmica de assembleia e da democracia por consenso como procedimento de tomada de decisões no marco de um forte questionamento dos vínculos políticos de delegação; c) uso da retórica de direitos; e d) autogestão e cooperativismo como estratégia produtiva. Esse *ethos* se consolidou na crise de 2001, em especial com os acontecimentos do mês de dezembro. Seu caráter destituente se fundamentava na crítica da ordem política vigente, vinculada a certa reivindicação de autonomia social frente ao Estado. Tal característica limitava a projeção da ação política a médio prazo e, com isso, também as oportunidades de encontrar certa estabilidade após a crise.

no interior de um tipo de regime de acumulação e de dominação política. Para aprofundar a interpretação, consultar Schuster et al. (2002); para uma caracterização do ciclo de mobilização, consultar Svampa (2005).

15 A Alianza para el Trabajo, la Justicia y la Educación foi uma coalizão partidária formada a partir da confluência da Unión Cívica Radical e da Frente País Solidario (FREPASO). Formou-se em 1997, para disputar as eleições intermediárias, as primeiras que o menemismo perdeu, após oito anos de governo. Em 1999, com a fórmula De La Rúa-Álvarez, a Aliança ganhou as eleições presidenciais com 48,37% dos votos. A grave situação econômica e a reticência de um setor aliancista, quanto a sair do modelo de convertibilidade entre dólar e peso, não apenas romperam a coalizão, mas produziram, em 2001, uma das maiores crises políticas da Argentina. Consultar Ollier (2001) e Pucciarelli e Castellani (2014).

Em 2002, abriu-se um novo ciclo, por várias razões. De um lado, a transição de um modelo neoliberal para um neodesenvolvimentista criou condições para o processo de reindustrialização e reativação do mercado de trabalho, permitindo o revigoramento da ação sindical. Por outro lado, diante da magnitude da crise econômica, o governo de Eduardo Duhalde (2002-2003) implementou um programa ambicioso de transferência condicionada de renda, o *Jefes y Jefas de Hogar Desocupados/as* (PJJHD)¹⁶. A quantidade de recursos envolvidos implicou de modo significativo na criação de organizações para gerir sua implementação. Esse contexto gerou duas condições diferentes para a mobilização social¹⁷. Primeiro, os sindicatos se reposicionaram politicamente. Segundo, apareceram novas organizações, como o *Movimiento de Trabajadores Desocupados Evita*, ao passo que outras que antes tiveram centralidade, como as autonomistas, encolheram-se em seus territórios. De fato, organizações com grande alcance territorial e que já tinham tentado participar no regime político, como a *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat*, aprofundaram essa estratégia.

KIRCHNER NO GOVERNO

Em maio de 2003, Néstor Kirchner assumiu a presidência, inaugurando uma nova etapa política. No primeiro turno, obtivera apenas 22,3% dos votos. O fato de não ter sido confirmado pelas urnas em segundo turno, em razão da renúncia de seu oponente, legou ao governo um déficit fundacional de apoio (TORRE, 2005).¹⁸ Em seu discurso na Assembleia Legislativa, Kirchner expôs as principais diretrizes de seu governo¹⁹ “para que todos saibam aonde vamos e, assim, possa dar sua

16 Acerca do programa econômico de Duhalde, consultar Gaggero, Schorr e Wainer (2014). Sobre a política social, consultar Danani (2005) e Hopp (2009).

17 Para Svampa (2005), 2002 foi um “ano extraordinário”, no sentido de que “não foi somente o ano da crise e da decomposição social [mas o 19 e o 20 de dezembro de 2001] abriram também um novo ciclo de mobilização, marcado pelo retorno da política das ruas por obra de uma multiplicidade de atores sociais” (SVAMPA, 2005, p. 263). Mesmo que essa posição seja um pouco apologética, há um consenso entre os cientistas sociais de que a crise de dezembro de 2001 causou mudanças significativas na dinâmica da mobilização.

18 As eleições tinham sido convocadas para 27 de abril de 2003. A fragmentação partidária se cristalizava na apresentação de cinco candidaturas, das quais três pertenciam ao Partido Justicialista (Carlos Menem, Néstor Kirchner e Adolfo Rodríguez Saa) e duas à Unión Cívica Radical (Ricardo López Murphy e Elisa Carrió). Portanto, os resultados foram dispersos: 1) Menem: 24,45%; 2) Kirchner: 22,24%; López Murphy: 16,37%; Rodríguez Saa: 14,11%; Carrió: 14,05%. No segundo turno, programado para 18 de maio, disputariam Menem e Kirchner. Entretanto, pela emergência de um clima “antimenemista”, Menem desistiu de concorrer, e Kirchner foi consagrado presidente eleito. Para aprofundar sobre o processo eleitoral, consultar Cheresky (2004); para o problema do déficit de origem e a necessidade de construir um eleitorado depois das eleições, Torre (2005).

19 No início de 2003, Kirchner publicou, em parceria com Torcuato Di Tella, um conjunto de entrevistas nas quais são explicitadas as diretrizes e premissas que assumiria em seu governo.

colaboração”. Um dos eixos girou em torno de se diferenciar do passado imediato, especificamente da crise de 2001: “Sabemos para onde não queremos voltar [...] virar a página da história foi uma decisão consciente dos cidadãos argentinos”. O esforço de “reconciliar a política com a sociedade” deveria ser um esforço conjunto *transversal* de todas as forças políticas.

O presidente falou do “projeto nacional”, do Estado de direito, de sua orientação para o bem comum, de seu papel de articulador social e da vigência da democracia. Falou sobre o capitalismo nacional, políticas de crescimento econômico, sobre proteger o trabalho, distribuir a riqueza e reinstalar a mobilidade social ascendente; implementar políticas de proteção aos setores vulneráveis, recuperar a solidariedade, a justiça social e o acesso a direitos sociais; fortalecer as instituições, combater a impunidade e a corrupção; e, ainda, sobre estreitar os laços com o MERCOSUL, a integração latino-americana e o fim das relações próximas com os Estados Unidos. Esse discurso se materializou em uma série de medidas que assentaram a legitimidade do presidente, entre elas: a substituição da cúpula militar, a renovação da Corte Suprema de Justicia, a reabertura dos processos de crimes de lesa-humanidade cometidos na última ditadura militar (1976-1983), a redefinição da política social, etc.

Quanto à mobilização social, a posição oficial combinava a decisão de não reprimir com uma convocação à normalidade. Em sua própria lógica, as organizações *piqueteras* eram corolários da fragmentação social emergente nos anos 1990, que se tornou mais aguda na crise de 2001. Em um contexto de estabilização política e econômica, elas deveriam se integrar ou desmobilizar. Diante desse contexto, o governo adotou uma estratégia dúplice. Por um lado, foi revista a política social implementada durante o governo de Duhalde²⁰. Por outro, ainda que sem aplicar uma política repressiva às organizações que sustentavam o confronto, colocaram-se em operação outros desativadores, como a estigmatização e a judicialização dos ativistas.

Esses fatores abriram um ciclo de mobilização que se estendeu até 2006, quando o Kirchnerismo se estabilizou como movimento político, embora seja necessário diferenciar a gestão governamental “do conjunto heterogêneo de setores políticos e ideias identificado com o presidente Néstor Kirchner e sua sucessora e

Consultar Di Tella e Kirchner (2003).

20 Em agosto de 2003, o Ministério de Desarrollo Social de la Nación reformulou a política social em função do desenvolvimento local e da economia social (programas Manos a la Obra e de Emergencia Habitacional), bem como da transferência monetária (Seguridad Alimentaria e Familias).

esposa Cristina Fernández” (SIDICARO, 2011, p. 83). Para os objetivos deste artigo, concentrar-se-á no Kirchnerismo como movimento político, no sentido empregado por Gino Germani, quando se referia ao sujeito político, isto é, um coletivo surgido de um ciclo de mobilização orientado para um processo de mudança social²¹.

A REEMERGÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES DE TIPO NACIONAL-POPULAR

As organizações que aderiam à tradição nacional-popular leram as declarações e os primeiros gestos do presidente, na chave das três bandeiras históricas do peronismo: soberania política, independência econômica e justiça social. Dessa forma, uma série de ações por parte do governo foi decisiva para repensar as estratégias que haviam adotado até o momento. Por um lado, a convocação de reuniões, no início de junho de 2003, na sede do governo central. Por outro, a criação do “gabinete *piquetero*”, formado por assessores e funcionários de alto escalão (BOYANOVSKY BAZÁN, 2010), cuja missão era criar um canal de diálogo direto para as demandas das organizações, em distintas áreas estatais (NATALUCCI, 2012a). Finalmente, a convocação a integrar-se na coalizão de governo, por meio de cargos públicos em seus âmbitos de atuação, em especial relacionados à política social.

A partir dessas mudanças, várias organizações repensaram sua relação com o governo, começaram a se reconhecer como kirchneristas e reviram sua estratégia de articulação política. Entre elas, o Movimiento de Trabajadores Desocupados Evita (MTD Evita), a Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat (FTD) e a Barrios de Pie, que, mesmo inscrita na tradição da esquerda nacional, compartilhava do diagnóstico acerca do novo ciclo político. Foram ainda criadas outras organizações, como a Frente Transversal Nacional y Popular (FTNyP).

Ao longo dessas transformações, emergiu um espaço militante, autorreconhecido como kirchnerista, no qual os rastros da experiência *piquetera* se combinaram com uma redefinição da relação com o regime político. Entre as mudanças mais importantes, destacam-se três. A primeira com relação às mudanças identitárias: as organizações deixaram de se reconhecer como *piqueteras* para se identificarem como sociais. A segunda mudança se refere ao tipo de intervenção política; as organizações deixaram progressivamente de ocupar o espaço público para se concentrarem no trabalho territorial e na incorporação aos quadros do governo. As organizações deixaram de ter caráter contestador e adquiriram caráter plebiscitário.

21 Cabe esclarecer que se emprega aqui a denominação “movimento político”, e não “sujeito político”, para evitar confusões entre as perspectivas de Laclau e Germani.

A terceira mudança se relacionou com as sucessivas tentativas de reconstruir um espaço corporativo que, em acordo com a tradição peronista, pudesse fazer confluír, no movimento nacional, outras corporações – como o movimento operário – da elite política.

Entre meados de 2003 e 2006, ensaiou-se a constituição de uma série de frentes políticas. A primeira tentativa aconteceu em junho de 2004, quando FTV, Barrios de Pie, FTNyP e MTD Evita elaboraram o documento “La hora de los pueblos”²². Nele, manifestavam “o fato transcendente da mudança de rumo, que encarna um verdadeiro ponto de inflexão na trajetória das últimas décadas” (DOCUMENTO LA HORA DE LOS PUEBLOS, 2004). Com a expectativa de representar as demandas dos setores populares, convocaram a constituição da Frente de Organizaciones Populares (FOP). Em 21 de junho, foi realizada uma reunião na qual se redigiu o documento “Por la recuperación del trabajo y la justicia social. Fuerza Compañero Presidente Néstor Kirchner!!!”. No documento, a FOP sintetizava sua posição acerca do governo central e da conjuntura política: “Nova oportunidade histórica para o campo popular, comparável àquela que vivemos nos anos 1940”. Para os organizadores, a etapa da *resistência* estava finalizada; era preciso aproveitar a experiência acumulada e tomar a *ofensiva*.

Em setembro de 2004, os principais dirigentes da FOP (Luis D’Elía da FTV, Jorge Ceballos da Barrios de Pie, Emilio Pérsico do MTD e Edgardo Depetri da FTNyP) publicaram o documento “Declaración política del frente de organizaciones populares” e acertaram a realização de um ato, em outubro, na cidade de Buenos Aires, com o lema “Junto al Presidente Néstor Kirchner por una patria para todos”. Foram convidados dirigentes com funções legislativas ou executivas: Miguel Bonasso (Partido de la Revolución Democrática), Francisco “Barba” Gutiérrez (Polo Social) e Eduardo Luis Duhalde (Memoria y Movilización Social e secretário de direitos humanos da nação). Foi assim definida a conformação da Frente Patria para Todos (FPT), cujo objetivo era “erguer uma força política nova, com novos dirigentes, capacidade de mobilização e profunda inserção social, para se converter em sustentáculo da direção tomada em 25 de maio de 2003” (DA SILVA, 2012, p. 87). Em seu ato inaugural, ocorrido em dezembro, discutiu-se a abertura de oportunidades políticas, a partir da posse de Kirchner, e as possibilidades de integrar-se na gestão do governo. A meta era chegar com força consolidada às eleições legislativas previstas para outubro de 2005 e integrar as listas da Frente

22 Uma cópia do documento pode ser encontrada em Pérez e Natalucci (2012).

para la Victoria, coalizão política com a qual o Kirchnerismo participava da disputa eleitoral.

Uma série de obstáculos dificultou a estabilização dessas frentes, entre eles: 1) a conformação de uma mesma identidade sob o nome comum do peronismo; 2) as diferenças acerca do processo político; algumas organizações (como o MTD a Evita) pensavam que se tratava de uma etapa de transição que guardava elementos neoliberais residuais; outras (como a Barrios de Pie) sustentavam que era um governo em disputa, no qual o setor conservador tinha ainda bastante poder; 3) a excessiva necessidade de protagonismo de cada organização; e 4) as diferentes visões estratégicas: algumas organizações promoviam as frentes como forma de compensar a gravitação do Partido Justicialista, cuja participação nas reformas de mercado implantadas durante os anos 1990 rechaçavam. Diante da impossibilidade de construir as frentes, o MTD Evita e o Barrios de Pie definiram a construção de espaços próprios: em 2005 nasceu o Movimiento Evita, concentrando as organizações do nacionalismo popular, e, em 2006, o Movimiento Libres del Sur, com organizações ligadas à esquerda nacional²³.

A estratégia da conformação de frentes não deu os resultados que as organizações esperavam. A impossibilidade derivava de outra maior ainda: as dificuldades das organizações para se reconstituírem como atores corporativos participantes na dinâmica particular do movimento kirchnerista. Ainda assim, o Kirchnerismo significava para elas uma oportunidade para reemergir, recuperar alguma gravitação no espaço político e aceder ao Estado; constituía a possibilidade de dar o *salto para a política*.

O SALTO PARA A POLÍTICA

Salto para a política é uma expressão nativa, usada pelas organizações, que significa a necessidade de superar a lógica setorial – corporativa – para participar da política nacional. A ideia era usada indistintamente, em vários sentidos: para os Libres del Sur, representava a possibilidade de participar na gestão das políticas públicas; para o Movimiento Evita, uma maior acumulação política territorial; para a FTV, a conformação de uma ferramenta eleitoral com o fim de ampliar as bases de representação política de seus dirigentes. O denominador comum era que seus dirigentes ocupassem cargos eletivos e executivos.

23 Por uma questão de espaço, não será possível estender-se acerca dessas experiências. Fica como sugestão a leitura de Natalucci (2012b), para o primeiro caso, e de Natalucci (2011) e Schuttenberg (2012) para o segundo.

Recapitulando, no contexto eleitoral de 2005, o Kirchnerismo se apresentou como Frente Peronista para la Victoria e enfrentou o *duhaldismo*²⁴. Na ocasião, mostrou seu valor eleitoral a Transversalidad²⁵. O triunfo oficialista na província de Buenos Aires e no plano nacional levou à consolidação de sua legitimidade. Em 2007, a Transversalidad adotou o nome Concertación Plural, na qual dirigentes da Unión Cívica Radical tinham um protagonismo maior, por exemplo, com o vice-presidente Julio Cobos²⁶.

Mais uma vez, as organizações sociais viram frustradas suas expectativas de conquistar assentos no governo. Ficava evidente certa marginalização quanto às decisões políticas da elite kirchnerista. Essa percepção as levou a repensar sua estratégia política. O Movimiento Evita optou pela formação do *Kirchnerismo militante*, espaço destinado a concentrar a representação dos setores populares. Nesse contexto, surgiu a ideia de que o movimento deveria se conformar com o papel de *ponte* entre esses setores e o Estado. O Libres del Sur entendeu que o PJ havia vencido a queda de braço contra as formas emergentes do Kirchnerismo; a distância se aprofundou no começo de 2008, quando Kirchner os convocou para uma reunião, na qual anunciou que assumiria a presidência partidária do PJ. O fato foi decisivo para completar o distanciamento da organização em relação ao movimento kirchnerista. A FTV compartilhava a interpretação de que o PJ havia vencido a queda de braço (SCHUTTENBERG, 2012). O FTNyP se manteve ausente da discussão, porque, em virtude das relações pessoais entre seu dirigente Edgardo Depetri e Kirchner, aquele sempre conseguiu ocupar um lugar promissor nas listas (DA SILVA, 2012).

A partir de 2008, abriu-se um cenário muito complicado tanto internamente quanto externamente. Internamente, a emergência de La Campora, organização criada por Néstor Kirchner a partir da confluência de militantes jovens e de universitários, tornou mais complexas as relações no interior do espaço. A elite

24 Em março de 2005, o setor que ainda apoiava a candidatura de Eduardo Duhalde promoveu a candidata à senadora nacional pela província de Buenos Aires, Hilda González de Duhalde, sob a frente Lealtad; o Kirchnerismo, ou Frente Peronista para la Victoria, apoiou a candidatura de Cristina Fernández de Kirchner.

25 A Transversalidad consistia na confluência de um setor do PJ, partido de centro-esquerda e dirigente da UCR. O projeto surgiu em 2003, e a ideia de Kirchner era construir uma força política que incluísse o PJ (DI TELLA; KIRCHNER, 2003). Kirchner não pretendia desbancar o PJ, e sim subordiná-lo (NATALUCCI, 2012b). Consultar, também, Torre (2005).

26 Concertación Plural foi o nome da aliança eleitoral entre a FPV e um setor da UCR. A fórmula foi integrada por Cristina Fernández e Julio Cobos. Como continuação da Transversalidad, representava a vontade de Kirchner de buscar apoios ideologicamente afins por fora do justicialismo, como estratégia para ampliar as bases eleitorais e obter um triunfo nas urnas, no primeiro turno. A aliança foi rompida em meados de 2008, quando Cobos, no marco do conflito acerca da retenção das *commodities* agrárias, posicionou-se contra o governo ao qual pertencia. Consultar Lucca (2014).

kirchnerista a entendia como sua organização oficial, razão pela qual La Campora tinha preponderância em relação às demais: na inclusão de muitos de seus dirigentes nas listas legislativas de 2011 e 2013, na nomeação para postos de decisão centrais no Poder Executivo, etc. As relações entre as organizações e La Campora foram no mínimo ríspidas; mais de competição que de solidariedade.

O obstáculo externo remetia à crise do modelo econômico. A crise internacional de 2009, somada à dinâmica econômica sumamente estrangeirizada, colocou em xeque o neodesenvolvimentismo imperante (GAGGERO; SCHORR; WAINER, 2014). Nessa conjuntura, ficavam explícitas as dificuldades do Kirchnerismo para sustentar um modelo econômico capaz de criar emprego, figura de dignidade no peronismo. Surgiu uma série de discussões acerca da unidade da classe trabalhadora para resolver o problema do trabalho.

Em resumo, as organizações tinham capacidade de agenda, propostas para políticas públicas e relações com os setores populares; todavia, não conseguiam lançar candidatos nem ocupar cargos de gestão com certa capacidade de decisão. Para a elite kirchnerista, seu papel deveria se restringir a representar o Estado naqueles lugares em que ele mesmo não tinha capacidade de fazê-lo. Podiam desenvolver-se em espaços setoriais e corporativos, mas tinham acesso restrito ao sistema político. A morte de Kirchner, em 27 de outubro de 2010, marcou um ponto de inflexão para a dinâmica organizacional do Kirchnerismo, limitando muito a possibilidade de se formular críticas à condução do processo. A impossibilidade do *salto para a política* desativou a performance das organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo foi analisar os efeitos produzidos por um ciclo de mobilização sobre o regime político. Para tanto, tomou-se o caso recente da experiência do movimento kirchnerista na Argentina. Para responder à questão, realizaram-se duas tarefas. De um lado, foi exposta a proposta de Laclau, destacando suas dificuldades em função da distinção entre os momentos de ruptura e os de institucionalização. De outro, apresentou-se um marco teórico eclético, que, na perspectiva sociopolítica de Germani, indagava acerca dos vínculos entre um ciclo de mobilização e seus efeitos no regime político de governo, considerando as modalidades de participação, os mecanismos de representação e os dispositivos de legitimação da autoridade política. A essa perspectiva foi incorporado o conceito de gramáticas de ação política, necessário para analisar o processo de mobilização

e conformação de novas instituições – pois permite elucidar as regras e os usos das ações dos sujeitos coletivos nesses momentos de mudança.

A resposta àquela questão não pode ser unívoca. Por um lado, a reemergência da gramática movimentista constitui a grande novidade do Kirchnerismo. O espaço das múltiplas organizações não se transformou completamente; na verdade, organizações que até então haviam tido um papel marginal recuperaram protagonismo, a partir das novas oportunidades políticas abertas pelo ciclo político. Nesse sentido, o ciclo abria uma possibilidade de identificação que ativava a tradição peronista que elas reivindicavam. As organizações se reposicionavam como herdeiras de um processo maior, no qual a tarefa atual era não apenas organizar os setores populares, mas também se constituir em representação política.

Seu processo de crescimento foi significativo, entre 2003 e 2006. Aumentaram a quantidade de militantes, recursos e a possibilidade de gerir programas sociais vinculados a seu trabalho territorial. Isso se conjugava com uma mudança em suas ações públicas. Até 2003, elas se restringiam a pressionar o governo para conseguir recursos para os refeitórios populares e planos para os desempregados; depois, para manifestar seu apoio ao governo e às políticas que as próprias organizações impulsionavam, ou seja, assumiram um sentido mais plebiscitário que confrontador. Assim, modificou-se também a lógica de construção territorial; mantiveram seus refeitórios, centros comunitários, etc., mas, depois de 2003 e por causa de sua incorporação aos quadros do Estado, participavam também da implementação de políticas sociais.

Por sua gramática de ação, essas organizações tinham a expectativa de não apenas serem reconhecidas como atores setoriais, ou seja, como representantes de setores populares sem trabalho, mas também esperavam participar politicamente nos processos legislativos e de tomada de decisões estratégicas. Ela remetia, portanto, a uma leitura do peronismo clássico, que o via recriado no kirchnerismo. Quando o rumo dos acontecimentos lhes mostrou que não era esse o papel que a elite kirchnerista oferecia, formularam o lema do *salto para a política*, por meio do qual manifestavam expressamente que queriam se converter de organizações corporativas em organizações políticas. Talvez tenham ignorado as condições estruturais ou minimizado o peso da decisão da elite, mas o certo é que, se, no momento constitutivo (2003-2006), parecia que essas organizações tinham oportunidades para modificar os padrões de relação com o governo, o ciclo iniciado em 2006 mostrou que o processo as encaminhava mais para a assimilação do que para a institucionalização de pautas de ação política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABOY CARLÉS, Gerardo. “Populismo, regeneracionismo y democracia”. *Revista POSTData*, n. 1, p. 11-30, 2010.
- BLANCO, Alejandro. *Gino Germani: la renovación intelectual de la Sociología*. Buenos Aires: UNQui, 2006.
- BOYANOVSKY BAZÁN, Christian. *El Aluvión. Del piquete al Gobierno: los movimientos sociales y el Kirchnerismo*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.
- CHERESKY, Isidoro. “Elecciones fuera de lo común”. In: CHERESKY, Isidoro; BLANQUER, Jean-Michel. *¿Qué cambió en la política argentina? Elecciones, instituciones y ciudadanía en perspectiva comparada*. Rosario: Homo Sapiens, 2004. p. 21-54.
- DANANI, Claudia. “Las políticas sociales de los '90: los resultados de la combinación de individualización y comunitarización de la protección”. In: COLOQUIO INTERNACIONAL TRABAJO, CONFLICTOS SOCIALES E INTEGRACIÓN MONETARIA: AMÉRICA LATINA EN UNA PERSPECTIVA COMPARADA. Instituto de Ciencias (UNGS)/Institut de Reserche por le Développement/ANPCyT-FONCyT. *Ata...* Buenos Aires, 11 al 13 de noviembre de 2005.
- DA SILVA, María Laura. “Cooptados por las ideas. El Frente Transversal Nacional y Popular (2003-2011)”. In: PEREZ, Germán; NATALUCCI, Ana. *Vamos las bandas. Organizaciones y militancia kirchnerista*. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012. p. 83-100.
- DELAMATA, Gabriela. *Los Barrios desbordados. Las organizaciones de desocupados del Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba, 2004.
- DE IPOLA, Emilio. “Populismo e ideología (A propósito de política e ideología en la teoría marxista, de Ernesto Laclau)”. In: *La bamba*. Buenos Aires: Siglo XXI Editoriales, 2005. p. 87-143.
- DI TELLA, Torcuato; KIRCHNER, Néstor. *Conversaciones. Después del Derrumbe*. Buenos Aires: Galerna, 2003.
- GAGGERO, Alejandro; SCHORR, Martín; WAINER, Andrés. *Restricción eterna*. Buenos Aires: Crisis, 2014.
- GEPSAC. “Transformaciones de la protesta social en la Argentina, 1989-2003”. *Documento de Trabajo, N° 48*. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Universidad de Buenos Aires, 2006. Disponible em: <<http://webiigg.sociales.uba.ar/iigg/textos/documentos/dt48.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2015.
- GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época en transición*. Buenos Aires: Paidós, 1966.
- _____. *Autoritarismo, fascismo y populismo nacional*. Buenos Aires: Temas, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *La constitución de la sociedad*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2011.

- HALPERÍN DONGHI, Tulio. “Algunas observaciones sobre Germani, el surgimiento del peronismo y los migrantes internos”. *Revista Desarrollo Económico*, Buenos Aires, n. 56, p. 765-781, 1975.
- HARD, Michael; NEGRI, Antonio. *Imperio*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- HOPP, Malena. “La construcción de sentidos del trabajo en las políticas de desarrollo socio-productivo en la Argentina post-convertibilidad”. *Revista Margen*, Buenos Aires, n. 55, p. 1-13, 2009.
- LACLAU, Ernesto. *Política e ideología en la teoría marxista. Capitalismo, fascismo, populismo*. Madrid: Siglo XXI, 1978.
- . *La razón populista*. Buenos Aires: FCE, 2005.
- LUCCA, Juan Bautista. “Conflictos y realineamientos de los actores sociales y políticos durante el gobierno de Néstor Kirchner”. *Revista Sudamérica*, Mar del Plata, n. 3, p. 27-49, 2014. Disponível em: <<http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/sudamerica/article/view/1049/1081>>. Acesso em: 10 de maio de 2015.
- MELO, Julián; ABOY CARLÉS, Gerardo. “La democracia radical y su tesoro perdido: un itinerario intelectual de Ernesto Laclau”. *Postdata*, Buenos Aires, v. 19, p. 395-427, 2014.
- MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo XXI, [1971] 2007.
- NATALUCCI, Ana. “¿Nueva gramática política? Reconsideraciones sobre la experiencia piquetera en la Argentina reciente”. *Revista Astrolabio*, Nueva Época, Córdoba, n. 5, p. 94-118, 2010.
- . *El tiempo de la movilización. Sujetos, acciones y acontecimientos en Argentina (1989-2006)*, Berlín: EAE, 2011.
- . “Los dilemas políticos de los movimientos sociales: el caso de las organizaciones kirchneristas (argentina, 2001-2010)”. Documento de Trabajo, Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca, España, 2012a. Disponível em: <http://americo.usal.es/iberoame/sites/default/files/DocumentoTrabajo%239_Natalucci_o.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2015.
- . “Los movimentistas. Expectativas y desafíos del Movimiento Evita en el espacio kirchnerista (2003- 2010)”. In: PEREZ, Germán; NATALUCCI, Ana. *Vamos las bandas. Organizaciones y militancia kirchnerista*. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012b. p. 27-56.
- NUN, José. *La rebelión del coro*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.
- OLLIER, María Matilde. *Las coaliciones políticas en la Argentina. El caso de la Alianza*. Buenos Aires: FCE, 2001.

- PÉREZ, Germán. “Participación, cambio social y régimen político. Apuntes sobre dos ciclos de movilización”. In: RINESI, Eduardo; NARDACCHIONE, Gabriel; VOMMARO, Gabriel; *Los lentos de Víctor Hugo. Transformaciones políticas y desafíos teóricos en la Argentina reciente*. Buenos Aires: Prometeo, 2007. p. 271-312.
- PÉREZ, Germán; NATALUCCI, Ana. “Estudios sobre movilización y acción colectiva: interés, identidad y sujetos políticos en las nuevas formas de conflictividad social”. In: NATALUCCI, Ana. *Sujetos, movimientos y memorias. Sobre los relatos del pasado y los modos de confrontación contemporáneos*. La Plata: Al Margen, 2008. p. 81-102.
- _____. *Vamos a las bandas. Organizaciones y militancia kirchnerista*. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012.
- PITKIN, Hannah. *Wittgenstein: el lenguaje, la política y la justicia*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1984.
- PUCCIARELLI, Alfredo; CASTELLANI, Ana. *Los años de la Alianza. La crisis del orden neoliberal*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.
- SCHUSTER, Federico et al. *La trama de la crisis. Modos y formas de protesta social a partir de los acontecimientos de diciembre de 2001*. Buenos Aires: IIGG, 2002.
- SCHUTTENBERG, Mauricio. “La trayectoria política de Libres del Sur 2003-2010. Reconfiguraciones identitarias, alianza y ruptura con el Kirchnerismo”. In: PEREZ, Germán; NATALUCCI, Ana. *Vamos las bandas. Organizaciones y militancia kirchnerista*. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012. p. 127-148.
- SIDICARO, Ricardo. “El partido peronista y los gobiernos kirchneristas”. *Revista Nueva Sociedad*, n. 234, p. 74-94, 2011.
- SVAMPA, Maristella. *La sociedad excluyente*. Buenos Aires: Taurus, 2005.
- TORRE, Juan Carlos. “La operación política de la transversalidad. El presidente Kirchner y el Partido Justicialista”. In: UNIVERSIDAD TORCUATO DI TELLA (Ed.). *Argentina en perspectiva*. Buenos Aires: UTDT y La Crujía, 2005. p. 13-28.

DEMOCRATIZAÇÃO E POLÍTICA DO CONFRONTO:

perspectivas analíticas das redes no Brasil e na Argentina (1978-1984)

*DEMOCRATIZATION AND CONTENTIOUS POLITICS: ANALYTICAL
PERSPECTIVES OF NETWORKS IN BRAZIL AND ARGENTINA (1978-1984)*

Rafael de Souza^a

Resumo O objetivo deste artigo é discutir a utilidade das perspectivas analíticas da teoria da análise de redes para os processos de democratização. A ênfase recai no modo como movimentos sociais, partidos políticos e outros atores governamentais relevantes interagem em redes sociais de confiança ou de conflito. O texto oferece subsídios teóricos para pensar os efeitos de “buracos estruturais” dentro das redes, no que tange a processos de inovação cultural e política. Para tanto, faz-se uma breve incursão na história recente do Brasil e da Argentina, como exemplos de processos de democratização em que movimentos sociais tiveram peso considerável. Nesses países, as redes de confiança contavam com buracos estruturais, em que a presença de movimentos sociais e setores partidários facilitaram os processos de inovação cultural e a construção de novas identidades políticas.

Palavras-chave democratização; movimentos sociais; redes de confiança; repertórios de confronto.

Abstract *The aim of this article is to discuss the usefulness of network analysis theory as an analytical perspective for the study of democratization processes. The emphasis is on how social movements, political parties and other relevant governmental actors interact in social networks of trust or conflict. The text provides theoretical insights about the effects of “structural holes” within networks for cultural and political innovation processes. To this end, the article makes a brief foray into the recent history of Brazil and Argentina as examples of democratization processes on which social movements had considerable causal effects. In these countries trust networks relied on structural holes, where the presence of social movements and supporting sectors facilitated cultural innovation processes and the construction of new political identities.*

Keywords *democratization; social movements; trust networks; confrontational repertoires.*

a Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP).

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo consiste na relação entre movimentos sociais e democratização. Mais especificamente, o interesse reside na construção de um modelo, ainda preliminar, sobre a relação entre as trajetórias de democratização de dois países, Brasil e Argentina (1978-1984), considerando os posicionamentos dos atores políticos relevantes em redes superpostas e interconectadas. Aqui, seguindo a abordagem do processo político, define-se democratização como um conjunto de práticas, instituições e processos políticos que emolduram um padrão de relação entre Estado e cidadãos, por meio de consultas amplas, igualitárias, protegidas e comprometidas com a implementação de políticas minimamente responsivas à população (GIUGNI; MCADAM; TILLY, 1998; TILLY, 2007).

O objetivo, portanto, é compreender o modo como redes interconectadas de confronto político sustentaram as campanhas pró-democratização e se combinaram de formas diferentes, em processos de democratização tão díspares. A ênfase recai sobre dois países da América Latina, Argentina e Brasil, e seus processos de transição política, durante os anos 1970 e 1980. Esses dois países foram escolhidos em função do caráter modelar das transições latino-americanas: a Argentina contou com um regime militar de repressão ostensiva e passou por uma rápida transição democrática; por sua vez, o Brasil, ainda que também contasse com uma ampla mobilização popular, durante todo o período, teve um processo mais longo de democratização. Mas o que marca essas diferenças no decorrer de suas transições? O texto retoma tal questão, a partir de alguns desenvolvimentos teóricos, deslocando-se para as performances políticas envolvidas em torno da “questão democrática”.

A hipótese de que a democratização e os movimentos sociais estejam intimamente conectados por intermédio de mecanismos relacionais vem ganhando lastro na literatura internacional (BERTONCELO, 2007; DELLA PORTA, 2003; TILLY, 2007). Durante os anos anteriores à redemocratização, os dois países latino-americanos aqui analisados eram marcados por forte instabilidade institucional, crises econômicas sucessivas, inflação, expressivas desigualdades socioeconômicas, ausência ou escassez de amplos aparatos estatais de bem-estar social, etc. Tanto a Argentina quanto o Brasil viram surgir em seus respectivos espaços públicos amplos movimentos sociais, durante o ciclo de protestos da redemocratização. Entretanto, o modo como tais repertórios de confronto interagiram com o contexto político mais amplo e a forma como impactaram nas trajetórias de democratização ainda não foram revisitado de maneiras sistemática pela literatura sociológica.

Desse modo, a pergunta a ser investigada aponta na direção da análise da integração das redes de confiança entre atores politicamente relevantes e a influência dos repertórios de confronto político na construção dessas redes. Afinal, como diversos padrões de confronto político e de redes de confiança dos movimentos sociais e outros atores, durante as campanhas de democratização (1978-1984), colaboraram para a construção de novas identidades políticas no cenário político? Ou, de outro modo, de que maneira os movimentos sociais colaboraram para a divergência dos processos de democratização no Brasil e na Argentina?

Neste artigo, argumenta-se que a forma como essas questões foram atacadas pela literatura deixou de lado as redes de relacionamentos que movimentos sociais e outros atores políticos foram construindo por intermédio de um conjunto de performances públicas de confronto político. Nessa medida, convém salientar que a democratização não é um único encadeamento de processos dado em diferentes espaços e tempos, sempre de acordo com os mesmos mecanismos e causas. Seguindo Tilly (2007), é possível identificar mecanismos relacionais similares nos processos de democratização. Todavia, tais mecanismos se combinam de maneira variada e possuem um caráter distinto a cada transformação de regimes autoritários para regimes democráticos. O sociólogo destaca, com isso, a predominância explanatória de mecanismos relacionais, sobretudo ao salientar o aumento progressivo da inclusão das redes de confiança no processo político de consulta aos cidadãos. Contudo, Tilly (2007) não avança na determinação da morfologia estrutural das redes de confiança entre os vários atores politicamente relevantes.

Propõe-se, nesse sentido, estender o debate sobre o tema a partir do estabelecimento de um modelo de democratização que considere não só os aspectos formais das redes de confiança, mas também seus conteúdos culturais. No modelo proposto, a democratização não é somente um procedimento prático de seleção de lideranças, um conjunto de valores ou padrão de dominação. As ideias de “buracos estruturais e culturais”, conceitos derivados da análise de redes, podem contribuir para combinar esses diferentes paradigmas (BURT, 2005). Contudo, outro efeito positivo do uso ostensivo da análise de redes e da Sociologia Relacional é justamente a compreensão do fenômeno da conexão entre a política do confronto e os processos de construção dos regimes políticos.

Assim, o artigo se divide em três seções. A primeira delas oferece um breve resumo do modo como a literatura especializada, em especial a brasileira, enfrentou o problema das transições no Cone Sul. A partir daí, é apresentada em detalhe a teoria do confronto político e suas implicações para a teoria da democratização. Por fim, cabe avançar na exposição das vantagens da perspectiva dos “buracos

estruturais” no estabelecimento de padrões de relacionamento entre atores relevantes. É importante, aqui, investigar se tais padrões de democratização de fato se mantêm após a análise dos episódios de confronto, dos repertórios e dos mecanismos relacionais que conectaram movimentos sociais, partidos políticos e outros atores políticos relevantes. Para isso, na última seção, serão discutidos como exemplos analíticos os casos da Argentina e do Brasil. Mais do que oferecer respostas sólidas acerca do relacionamento entre Estado e movimentos sociais, essa seção tem como intuito apresentar a utilidade da análise relacional enquanto paradigma de pesquisa. A intenção é compreender o modo como os repertórios de confronto político e as redes de confiança entre ativistas e políticos se influenciaram mutuamente, promovendo distintos padrões de democratização.

DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA E JUSTIFICATIVA TEÓRICA

Nesta seção, serão apresentados, de modo geral, apenas os desenvolvimentos intelectuais em torno da relação entre democratização e movimentos sociais. Serão delineadas, aqui, as teorias e hipóteses que procuraram relacionar, de alguma forma, movimentos sociais e processos de democratização. Em especial, o foco da análise residiu principalmente nas transições latino-americanas – principalmente a brasileira e a argentina. Isso porque ambas as transições são tratadas como tipos ideais de relacionamento entre movimentos sociais e democratização.

A literatura sobre o assunto tende a enfatizar diferenças profundas, especialmente entre os países da América Latina, classificando-as como “processos transicionais” distintos – ora salientando um papel marginal dos movimentos sociais, ora exagerando. A democratização argentina, por exemplo, costuma ser retratada como um processo de ruptura e colapso do regime militar (FONTANA, 1984; O’DONNEL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1986). Esse processo seria marcado por uma transição rápida, descontínua e com a maciça participação de movimentos sociais e outros atores da sociedade civil. Por outro lado, a democratização brasileira é aproximada às chamadas *transações pactuadas*. Isto é, a transição política foi um processo dirigido pelas elites políticas e militares, com amplo grau de continuidade institucional e com uma participação secundária dos movimentos sociais durante o processo. Na Argentina, os movimentos sociais seriam eficazes durante todo o processo de transição e de consolidação da democracia. No Brasil, por outro lado, os movimentos sociais seriam responsáveis somente pela segunda fase, a saber, da chamada consolidação democrática (HAGOPIAN; MAINWARING, 2005; MUNCK, 2007; VIOLA; MAINWARING, 1984).

Os esquemas argumentativos presentes nessas análises costumam privilegiar três fatores como determinantes dos processos de transição e do relacionamento com movimentos sociais: 1) as análises estruturalistas costumam apontar variáveis de nível macro – estruturas de classe, urbanização, industrialização, etc. – como determinantes nos processos de transição política; 2) as perspectivas centradas nos atores e nos cálculos racionais presentes em barganhas e jogos políticos, dentro de contextos institucionais delimitados; e, por fim, 3) as teorias culturalistas apresentam as mudanças de valores, ideologias e cultura política como responsáveis pelas transições políticas (MOISÉS, 1982; O'DONNEL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1986; DOIMO, 1995).

Cada um desses três paradigmas teóricos insere os movimentos sociais em lugares distintos, no processo de transição, e, com efeito, elencam diferentes mecanismos de interação entre os processos de mobilização social e democratização. Para as análises estruturalistas, os movimentos sociais são *expressões* de contradições políticas provocadas por algum tipo de mudança na estrutura social mais ampla. As análises racionalistas, por sua vez, costumam apresentar os movimentos sociais como *signalizações* às elites políticas de que a sociedade civil apoia o processo de transição. As teorias culturalistas, enfim, enxergam nos movimentos sociais os protagonistas do processo transicional, sobretudo ao defini-los como *portadores* de valores e práticas democráticas. Essas linhas teóricas apresentam pontos relevantes para a compreensão; entretanto, ignoram ou deixam de integrar mecanismos relacionais às dimensões estruturais, culturais e estratégicas do processo de democratização.

MOVIMENTOS SOCIAIS, CONTRADIÇÕES URBANAS E ESTADO

Para a primeira vertente de estudos, a relação entre movimentos sociais e democratização ocorre por meio da relação entre economia política das cidades e a formação de associações “movimentalistas”. Nesse contexto, os movimentos sociais são retratados como conjunto de *sintomas* ou *expressões políticas* de crises estruturais mais profundas e enraizadas na sociedade. Os movimentos de base, calcados na esfera da vizinhança local, situavam-se no contexto de crescimento urbano acelerado e desregulado e de participação periférica na economia capitalista mundial. Havia, portanto, para esses autores, problemas urbanos que estavam indissociavelmente ligados aos problemas da acumulação capitalista (KOWARICK, 1979; MOISÉS, 1982; VALLADARES, 1982). O crescimento acelerado e o desenvolvi-

mento dependente e periférico provocaram o que Kowarick (1979) denominou espoliação urbana¹.

As elites governamentais participavam ativamente nos processos distributivos de bens e serviços públicos. O Estado mantém o interesse constante de incentivar a produção e estimular o desenvolvimento – ainda que dependente –, por meio da facilitação da aglomeração da mão de obra e de sua inserção precária no mercado de trabalho. O processo de abertura política, portanto, é efeito de rachaduras no sistema de “correias” que conecta o sistema político e a estrutura produtiva dentro dos contextos urbanos. Os movimentos sociais são encarados como efeitos das *contradições estruturais* dos processos de urbanização capitalista². A democratização política só existe, então, como possibilidade de acomodação dessas comunidades sofredoras de contradições no interior do sistema institucional.

MOVIMENTOS SOCIAIS, ELITES POLÍTICAS E TRANSIÇÃO PACTUADA

A partir de meados dos anos 1970 e 1980, um conjunto de pesquisadores deixou de lado as explicações estruturalistas e passou a enfatizar mais a racionalidade dos atores nos processos de transição. A tese principal desse conjunto de perspectivas era a de que a democratização não se constituía como mero efeito das estruturas econômicas, mas como resultado contingente de decisões dos atores politicamente relevantes. A racionalidade dos atores seria o atributo causal primordial (O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1986; MUNCK, 2007).

Importava muito mais a caracterização dos processos políticos e das instituições como pontos centrais nas explicações das mudanças sociais, na América Latina. Legados institucionais seriam responsáveis pela criação de estruturas de incentivos para atores-chave dotados de poder decisório. A literatura pautada nos atores destacou três grandes linhas de pesquisa: a crise de regimes autoritários; a transição para governos democráticos; e a estabilidade da democracia.

1 Para Kowarick (1979, p. 34), espoliação é uma somatória de extorsões que ocorre pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos socialmente necessários, em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras, o que agudiza ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho. O conceito foi essencial na definição dos movimentos sociais urbanos e posteriormente alvo de críticas. As teorias de caráter culturalista retrabalharam a categoria, adicionando a ideia de “experiência” como noção-chave para a articulação entre instâncias objetivas e subjetivas dos movimentos sociais.

2 Nas palavras de Moisés (1982, p. 410): “A natureza dessas contradições urbanas é essencial para explicar a emergência dos movimentos sociais urbanos, pois as condições criadas para a acumulação de base pobre, ocorrida no Brasil a partir de 1930, implicaram, como se sabe, na ativação de mecanismos de superexploração da força de trabalho e da minimização da participação privada e, em particular, do Estado nos custos de reprodução dessa força de trabalho”.

Para esses autores, o papel dos movimentos sociais era secundário, já que importava mais o conjunto de barganhas e trocas entre atores posicionados em arenas decisórias. A democratização é efeito contingente de lutas e conflitos políticos causados por incentivos institucionais diversos. Os movimentos sociais são encarados apenas como *sinalizações* de que a sociedade civil apoia tal e qual projeto institucional.

A democratização é, nessa medida, efeito de rachaduras nas elites militares, em que os moderados e a chamada “linha dura” disputam apoios políticos entre as elites civis no poder. Nesse cenário de disputas, os movimentos sociais seriam cooptados no cálculo político, na medida em que os militares moderados e as elites políticas podem assumir que a sociedade civil apoia, de fato, o processo de democratização. Assim, os movimentos sociais emergem como sinal de que os moderados podem alijar a “linha dura” militar, já que isso afasta a ideia de que existe um clima revolucionário a ser combatido justamente pela “linha dura”. Movimentos sociais só são relevantes, portanto, caso aparentem o pacifismo em suas formas de protesto e ação (HAGOPIAN; MAINWARING, 2005; PRZEWORSKI, 1988).

Convém ressaltar, no entanto, que, para essa linha de pesquisa, a relação entre movimentos sociais e democratização não é estruturalmente relevante. Isto é, o ativismo não influencia as esferas decisórias no que concerne à alteração das normas vigentes. Também é menos relevante a caracterização de grupos ou outros atores que possam “representar” interesses diversos daqueles prescritos pela arquitetura institucional. Os movimentos sociais aparecem como leitura da situação, portanto. Em suma, para a vertente racionalista, pode-se afirmar que os mecanismos cognitivos apresentam maior saliência na explicação dos processos de democratização.

MOVIMENTOS SOCIAIS, CULTURA E AUTONOMIA

A perspectiva a qual denomino culturalista enfatiza o papel dos valores e das identidades coletivas na construção de um *ethos* autonomista em relação ao Estado. Essas queixas e reivindicações, por si só, não são responsáveis pela ampla mobilização em torno da “questão democrática”. A partir de meados da década de 1980, e mesmo depois, a relação entre fatores estruturais e as mobilizações políticas foram repensadas à luz da consideração das experiências sociais dos atores engajados. Para Cardoso (1983), o que é marcante nas mobilizações em torno das carências urbanas é justamente sua potência democratizante.

As mobilizações em torno dessas demandas por serviços públicos de qualidade tiveram como mote a criação de um senso cotidiano de autonomia em relação ao Estado. Para Doimo (1995), por exemplo, os movimentos populares urbanos da década de 1970 e 1980 encabeçavam o que ela chamou de “campo ético-político”, definível pelo caráter “solidarístico” das ações diretas dos movimentos. As esperanças de renovação das formas de participação política deveriam ser confrontadas com a lógica consensual solidarística *interna* aos movimentos sociais e no suporte desses recursos *organizacionais* e *identitários* na resolução de problemas e carências imediatas dos atores (CARDOSO, 1983; DOIMO, 1995).

CRÍTICA À LITERATURA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRATIZAÇÃO

Os resultados, premissas e hipóteses não podem ser considerados mutuamente excludentes, quando se fala das opções dos três conjuntos teóricos. Contudo, é necessário avançar em uma perspectiva que integre a combinação entre mecanismos relacionais, cognitivos e estruturais nos processos de democratização (TILLY, 2000), uma vez que os desenvolvimentos recentes apontam na direção de uma análise mais detalhada da democratização como processo de emergência de uma “política das ruas” [*public politics*]³.

O eixo estruturalista se concentrava em torno da chamada questão urbana. Logo, a definição era pautada mais pelas reivindicações e pela composição de classe do que propriamente pelas formas de organização ou pelos repertórios de confronto coletivo. A preocupação com a democratização só advinha do fato de que o regime democrático só poderia ser de todo implantado caso as contradições capitalistas nos grandes centros urbanos pudessem ser mitigadas (CASTELLS, 1977). Os movimentos sociais poderiam ser o canal a partir do qual essas transformações seriam alcançadas. A caracterização do regime político estatal não é posta em questão, já que os arranjos institucionais do Estado, suas políticas públicas, burocracias e seus incumbentes são meramente sistemas estruturais de manutenção capitalista. O

3 Segundo Tilly, *public politics* pode ser descrito como: “not including all transactions, however personal or impersonal, between states and citizens but only those that visibly engage state power and performance. Public politics includes elections, voter registration, legislative activity, patenting, tax collection, military conscription, group application for pensions, and many other transactions to which states are parties. It also includes collective contention in the form of coups d'état, revolutions, social movements, and civil wars. It excludes, however, most personal interactions among citizens, among state officials, or between state officials and citizens” (TILLY, 2007, p. 12-13). O termo “política pública”, entretanto, não expressa de maneira adequada a ideia de Tilly, na qual o autor quer enfatizar o caráter público e visível de determinados eventos com relevância política.

Estado, seja democrático, seja autoritário, é, antes de tudo, um Estado capitalista (MOISÉS, 1982; NUNES, 1982).

Por outro lado, a tese racionalista ignora a existência de conexões indiretas entre movimentos sociais e instituições políticas. Essas conexões afetam as estratégias de atores envolvidos em posições decisórias de destaque. Isto é, os movimentos sociais são mais do que “sinalizações” ou agentes consolidadores da democracia. Nas fases de ciclo de protesto democrático, os movimentos colaboram para difundir práticas e valores democráticos.

Por fim, a vertente ligada à teoria dos novos movimentos sociais, ao enfatizar o papel dos valores democráticos intrínsecos às organizações e associações “movimentalistas”, negligenciou os processos de difusão desses valores. Um ponto relevante deve ser dito em relação ao papel que a autonomia dos movimentos sociais tinha na argumentação. Para esses autores, a própria criação de organizações e grupos de discussão já era, em si, uma maneira possível de libertação política em relação às mesmas estruturas. A autonomia em relação às formas clientelísticas de cooptação do Estado gerava uma espécie de euforia em torno do significado dessas ações por si mesmas (CAMERON, 1994; OTTMANN, 1995). Entretanto, como deve ser salientado, o próprio processo de construção dos repertórios de ação coletiva passou a reboque nessas interpretações em prol da análise das formas de organização.

Em suma, as esperanças depositadas na autonomia cultural e nas estruturas de classe durante a redemocratização deram pouca ênfase ao caráter *processual* do conflito, o qual, pela democratização, se desenvolveu em torno de sequências de interações que agregaram atores do mercado, agências governamentais e diversos grupos desafiantes. As relações entre os atores vão se alterando ao longo do tempo e, com efeito, ajudando a reorientar estratégias, na captação de recursos e na apropriação ativa de novas organizações e demandas. As causas estruturais, portanto, são constantemente “filtradas” por esse conjunto de interações entre distintos atores. Com isso, é necessário analisar o caráter *relacional* desses conflitos, já que o Estado é mais do que um inimigo externo alheio. Elites políticas, agências governamentais, instituições, normas e regras afetam a distribuição de recursos dos movimentos sociais.

Importantes exceções existem nessa literatura, é claro, especialmente no que tange à análise da articulação entre Estado e movimentos sociais. Segundo Boschi (1987), embora essas associações de movimentos sociais fossem formadas com o apoio de órgãos estaduais e municipais de gestão e o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o fechamento dos canais institucionais de participação

popular e de discussão dos problemas enfrentados por essas populações residentes nas periferias imprimiu à rede de associações um *caráter defensivo e autonomista* em relação ao Estado e seus representantes (BOSCHI, 1987; GOHN, 1990; SADER, 1988). Havia uma enorme desconfiança em relação ao papel das autoridades governamentais e total desesperança de que tais autoridades pudessem exercer papel positivo nas condições de vida dessas populações.

O Estado atuaria como *agente desmobilizador*, não só no uso de burocracias repressoras, mas também mediante excessiva burocratização e ininteligibilidade dos canais de comunicação entre autoridades e cidadãos. A excessiva burocratização estatal colaborou, nesse sentido, para a desconfiança dos movimentos sociais em relação aos agentes estatais⁴. Por isso, o papel do Estado na formação desses movimentos não pode ser negligenciado. Como Boschi (1987) e Jacobi (1990) salientam, os movimentos sociais urbanos se encontravam a meio caminho da institucionalidade; ou seja, embora houvesse desconfiança em relação às autoridades políticas, também não é correto dizer que esses movimentos surgiram à parte das estruturas estatais, como demonstram Sader (1988) e Boschi (1987).

Nesse contexto, a interação com esses atores é fundamental para o cálculo estratégico e também para a formação de identidades políticas dentro do campo de interação entre esses atores (ALONSO, 2009). Essas vertentes ignoram os mecanismos relacionais de difusão de recursos, ideias, valores, práticas que se constituem por intermédio dos repertórios de confronto e do modo como eles impeliram transformações importantes de dimensões societárias da democratização.

TEORIA DO CONFRONTO POLÍTICO E DEMOCRATIZAÇÃO

Aqui, é importante salientar a relação entre os contextos relacionais e os repertórios de confronto político dos atores engajados em torno das campanhas pró-democratização. Parte-se da premissa de que, em ciclos de protesto, incrementa-se a taxa de inovação nos repertórios de confronto político (TARROW, 2011). Entretanto, conforme salienta Tilly (2007), movimentos sociais seriam formas frequentes de ação política dentro de contextos marcados explicitamente pela

4 Para Jacobi (1990, p. 151), “a resposta do Estado se situa num terreno de ambiguidade, onde a possibilidade deste ganhar tempo, dilatando as reivindicações, é uma forma de controlá-las. No caso do Movimento dos Loteamentos Clandestinos, a população inicialmente é envolvida por um labirinto de escalões burocráticos; tenta-se desmobilizar o movimento através de artimanhas ou mecanismos intermediários (como, por exemplo, os colegiados, que através da atomização das demandas tornam cada vez mais difícil uma ação unitária). No tocante ao Movimento de Favelas, o potencial desmobilizador, através do atendimento de necessidades imediatas, também tem tido o poder de esvaziar os Movimentos, centrados basicamente na obtenção de melhorias”.

consulta igualitária, protegida, ampla e comprometida entre governantes e cidadãos – isto é, dentro da democracia⁵.

Nesse contexto, movimentos sociais seriam estreitamente interligados ao funcionamento da democracia. A democratização, por sua vez, não seria resultado de um único episódio de ruptura com o regime autoritário, mas um processo contínuo no tempo. Em outras palavras, a interação entre Estado e outros atores da comunidade política [*polity*] pode se dar com fluxos e influxos de democratização.

Durante os processos de democratização, as autoridades políticas passam a tolerar determinados repertórios e performances e deixam de proibir formas alternativas de expressão política. Marchas, petições, assembleias, greves, manifestações, etc. passam a compor o cenário político normal em uma democracia, isso porque movimentos sociais passam a informar arenas de disputa, estabelecem novas identidades políticas, criam novos parâmetros para a disputa eleitoral, entre outros efeitos possíveis (GIUGNI et al., 1999; TILLY, 2007).

Nesse sentido, movimentos sociais interferem nas condições suficientes para a continuidade dos processos de democratização, na medida em que podem colaborar para insular contingente e parcialmente as redes de confiança, desconectar as desigualdades categoriais do jogo político e reduzir focos autônomos de poder local (TILLY, 2007). É necessário salientar que movimentos sociais tanto podem colaborar para promover intencionalmente mudanças contingentes nas dimensões elencadas, no sentido de democratizar o sistema político, quanto podem facultar o fechamento do regime político. A fim de colaborar com um quadro mais nuançado das trajetórias políticas, não se excluem, aqui, ativistas e redes políticas engajados na promoção da democratização e que promovam inadvertidamente esse tipo de processo político ou seu próprio contrário.

5 A teoria sobre movimentos sociais, a partir dos anos 1970, é extensa, e não cabe uma exposição detalhada de suas posições. Convém dizer, porém, que, até o final dos anos 1980, as tradições europeias reunidas na Teoria dos Novos Movimentos Sociais tendiam a enfatizar o papel da cultura, valores e ideias na estruturação do conflito societário, sem fazer referências explícitas ao processo político. Movimentos sociais seriam, para esses teóricos, orientados para a autonomização de suas identidades coletivas e valores, em detrimento da lógica de interesses. Por outro lado, a tradição americana, representada pela Teoria do Processo Político, enfatiza o caráter estratégico dos movimentos sociais, mas sem recair nas armadilhas do racionalismo. Esse traço tático e estratégico dos movimentos respondia não à esfera econômica, mas à política. O foco estava nos processos de negociação política entre desafiantes e autoridades. A partir dos anos 1990, as críticas múltiplas pavimentaram o terreno para a formação de sínteses teóricas entre os dois termos. *Cultura e estratégia política* passaram a ser vistos de maneira intrincada e indissolúvel. Dessas sínteses, uma das mais notáveis tem sido a Teoria da Política do Confronto, que procurou justamente incorporar o papel das *performances* na estruturação do conflito político. Para maiores detalhes sobre a história das teorias de movimentos, consultar Ângela Alonso (2009) e Ângela Alonso e André Botelho (2012).

Em resumo, movimentos sociais fazem parte de maneira contingente do *tecido relacional* do Estado. Tal tecido conecta de forma dinâmica e contingente governantes, grupos de interesse, burocracias, técnicos, empresas, movimentos sociais, entre outros atores, e conferem às instituições políticas sua sustentação. Por outro lado, as instituições também colaboram para a reprodução de normas, valores e identidades políticas e impactam na formação desse tecido relacional, ou seja, Estado e movimentos sociais se relacionam por meio de redes superpostas de organizações, agências, atores, espaços, arenas, etc. (TILLY, 2007).

Nessa medida, o problema que melhor pode orientar se refere justamente ao modo como, por meio de *repertórios de confronto político*, movimentos sociais alteraram a “política das ruas” [*public politics*]. Os contextos de transição política são experiências históricas altamente profícuas e importantes para o estudo dessas interações, justamente pelo fato de que a criação de novos tipos de performances de contestação, associada à intensa criação de identidades políticas, faculta a alteração substancial desse tecido relacional. Isso acontece, sobretudo, por meio da transação e circulação de repertórios entre ativistas e outros atores relevantes – tais como partidos, organizações da sociedade civil, organizações religiosas, entre outros.

De modo geral, a literatura sempre enfatizou o modo como repertórios de confronto político são difundidos por redes políticas. A literatura sobre a criação de novos elementos dos repertórios de ação coletiva enfatiza, justamente, três mecanismos de promoção da inovação dos repertórios. Com efeito, a difusão de repertórios e performances de contestação normalmente toma a forma de: 1) mecanismos relacionais *diretos* de relacionamentos entre ativistas; 2) difusão *indireta* de imagens, retóricas, enquadramentos interpretativos e discursos entre atores desconectados; e 3) difusão *mediada*, em que atores desconectados entre si acabam por compartilhar enquadramentos e repertórios em virtude da relação com um terceiro ator (GIVAN; ROBERTS; SOULE, 2010).

A importância dessa distinção reflete uma preocupação em torno do papel da adoção e inovação dos repertórios utilizados em contextos variados de oportunidades e ameaças políticas (TARROW, 2011). As redes fornecem oportunidades para a difusão de repertórios e performances, mas convém perguntar se o contrário também é verdadeiro. Afinal, repertórios e performances podem colaborar para a difusão e montagem de redes de confiança e de sua inscrição no jogo político. Especialmente, nos contextos de amplos ciclos de protesto, manifestações, assembleias, atos e comícios podem atuar como “palco” para a criação de novas performances, identidades políticas e novas configurações dos atores envolvidos. No sentido

goffmaniano, repertórios são encenações e atos de comunicação, nos quais velhas identidades são reencenadas, enquanto outras são ajustadas (GOFFMAN, 2011).

Para Tilly (2007), por exemplo, o processo de democratização apresenta condições necessárias, mas não suficientes, do ponto de vista das redes e da política do confronto: 1) o jogo político se consubstancia com base em múltiplas identidades sociais, e a ativação dessas mesmas identidades em terrenos políticos não estaria fundamentada inerentemente no crescimento de desigualdades categoriais; 2) o Estado ou as instituições políticas absorvem parcialmente as redes de confiança no interior da sociedade; 3) há a presença de uma *public politics*, isto é, a possibilidade de fortalecimento de uma esfera pública, na qual temas, demandas e agendas políticas podem ser comunicadas e debatidas, seja por meio de arenas especiais, seja por meio da ação de movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais, etc.

Ainda que o modo como Tilly (2007) encara a democratização se refira ao papel das redes de confiança, o autor avança pouco na especificação dos atributos relacionais concretos pelos quais as redes são integradas de maneira efetiva na comunidade política – incluindo-se dentro do Estado. Disso, surgem algumas questões: qual o conteúdo cultural dessas redes? Que atributos das redes são mais relevantes para o momento da liberalização, da transição e da consolidação democrática? Os parâmetros, como a centralidade de determinados atores, a densidade de relacionamentos internos dentro das redes, a conectividade, a abundância de cliques, a presença dos já citados “buracos estruturais” e todo esse aparato conceitual, ainda foram pouco mobilizados para tratar do tema da relação entre movimentos sociais e o Estado. A literatura sobre movimentos sociais sempre enfatizou, de maneira sistemática, a importância das redes de sociabilidade no recrutamento de possíveis participantes, mas pouco tratou acerca dos efeitos das redes de confiança sobre processos estruturais mais amplos, tal como mudanças de regime (DIANI; MCADAM, 2003; DIANI, 1995; KLANDERMANS; OEGEMA, 1987; SNOW; ZURCHER; EKLAND-OLSON, 1980).

Recentemente, esse cenário vem mudando com a influência da Sociologia Relacional e da Sociologia das Organizações, cujo ponto principal reside na ideia de que os movimentos sociais se posicionam em *campos multiorganizacionais*. Os ativistas constroem estruturas organizacionais e um jogo de estratégias situados em um espectro mais amplo de atores que vão muito além do Estado ou de contramovimentos. Alianças ou relações de conflito e competição posicionam os movimentos sociais em um campo que inclui elites políticas, mídia, empresas, sindicatos, organizações não governamentais, entre outros (SNOW; SOULE, 2004).

Contudo, a combinação entre os supostos da Sociologia Relacional e a análise da influência dos movimentos sociais nos processos de democratização só foi aventada. Ao discutir a transição democrática e a implantação do neoliberalismo como política econômica, Wada (2003) aparece como uma das únicas exceções. O autor utiliza a análise de redes e a de eventos de protesto para flagrar o modo como mudanças no padrão relacional do patronato e do corporativismo do Estado mexicano alteram as posições dos atores da sociedade civil, no período de 1964 a 2000. Por sua vez, essas modificações no posicionamento dos atores facilitam o aumento do volume de protestos e criam novos esquemas simbólicos de interpretação da cidadania, no México.

Outra obra importante nesse sentido tem sido desenvolvida por Mische (2008), que se debruça sobre o papel das redes interconectadas e dos estilos de argumentação política. A autora acredita que a política juvenil, desde o período da redemocratização até o *impeachment* do ex-presidente Collor, explicitou importantes diferenças de estilos comunicativos, os quais a autora nomeia como maquiavélico, habermasiano, deweyiano e gramsciano e se referem a padrões de liderança dentro das redes. Mische, com isso, explora o fato de que os estilos impactam no modo como os atores políticos modulam diferentes identidades políticas em redes interconectadas e superpostas (MISCHE, 2008).

A próxima seção deste artigo procura avançar na proposição de um modelo acerca da conexão entre o padrão das redes que conectam Estado, movimentos sociais e outros atores políticos relevantes. Serão analisados os efeitos teóricos desses padrões e sua influência para o passo e a natureza do processo de democratização. Embora Tilly tenha argumentado que a integração entre as redes de confiança precise ser parcial, ele nunca especificou de que modo isso se reflete empiricamente. Redes de confiança plenamente integradas no Estado produzem regimes totalitaristas ou versões disso, e redes de confiança integralmente separadas do Estado estão presentes em regimes autoritários. A democracia parece ser, portanto, o regime no qual as redes de confiança afetam as arenas decisórias e a agenda política – que não estão completamente inseridas no âmbito da estrutura institucional. Assim, nesses regimes, Estado, movimentos sociais, sindicatos, igreja, etc. mantêm relações entre si, mas são capazes de preservar sua autonomia relativa *vis-à-vis* outros atores e entre si. Mas o que significa essa integração parcial? Quais atributos estruturais e culturais das redes sociais oferecem bases para esse tipo de relacionamento entre atores políticos?

REDES DE CONFIANÇA, “BURACOS ESTRUTURAIS” E DEMOCRATIZAÇÃO

Antes de avançar na discussão sobre buracos estruturais, convém definir brevemente a noção de rede utilizada. Para os propósitos deste texto, rede coincide com coleção de *nós* e coleção de *laços*, conectando esses *nós*. Por *nós* entende-se qualquer tipo de atores, tais como: pessoas, grupos, organizações, comunidades, etc. Por sua vez, os *laços* se referem às relações medidas que conectam esses diferentes atores. Como exemplo, em determinado regime político militar, pode-se construir a rede de amizade dos militares nos cargos públicos. Nesse exemplo, cada nó seria determinado indivíduo dentro da hierarquia militar, ao passo que as relações seriam as conexões de proximidade entre esses militares. Outro exemplo seria a rede de movimentos sociais, em que cada associação ou organização de movimento social seria um nó, e os *laços* conectando esses diferentes grupos poderiam ser a coparticipação em eventos de protesto. Desse modo, a rede é um construto analítico no qual o pesquisador constrói os *nós* e os *laços*, segundo atributos de interesse previamente selecionados.

A vantagem desse esquema metodológico é que ele oferece uma gama de possibilidades de análise não só dos atributos das redes, mas também do modo como essas posições relacionais afetam determinados resultados de interesse. Em resumo, a análise de rede permite suplantiar ou suplementar análises substancialistas dos atores. A análise de redes traz ferramentas robustas que permitem atacar metodologicamente o problema da agência/estrutura (MISCHE, 2008).

A hipótese teórica básica deste artigo estabelece que as redes de confiança são integradas parcialmente nos regimes democráticos, e essa “parcialidade” pode ser medida segundo parâmetros formais das redes construídas analiticamente. Existem dois modos pelos quais isso pode ocorrer: “buracos estruturais”, de um lado, e superposição parcial de redes, de outro. Desse modo, os processos de democratização são diferentes, de acordo com a prevalência de cada um desses mecanismos, conectando movimentos sociais e Estado. Por ora, este artigo lida primeiramente com os mecanismos relacionais dos buracos estruturais. Em outra ocasião, os efeitos de superposição de redes serão mais bem esmiuçados.

BURACOS ESTRUTURAIS ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO: ARGENTINA E BRASIL

O argumento da teoria dos buracos estruturais é bastante simples. Estabelece que, entre uma vasta rede de conexões, alguns grupos estão mais conectados entre

si e que tais grupos compartilham, de maneira mais densa e frequente, dos mesmos repertórios culturais, informações e recursos. Por outro lado, existem atores que conectam esses diferentes *clusters* e que, por estarem em uma posição intermediária entre diferentes grupos, compartilham de forma mais frouxa os códigos culturais desses grupos. Esses espaços entre diferentes grupos fortemente conectados são denominados “buracos estruturais”. Em resumo, buracos estruturais podem ser encarados como *locais vazios na estrutura geral da rede* (BURT, 2005).

O potencial desses buracos reside no fato de que os atores, sejam eles indivíduos, organizações ou associações, desfrutam de vantagens particulares, em virtude de seu posicionamento, e não somente de seus atributos individuais. Isso porque esses buracos permitem que diferentes fluxos de informação, recursos e repertórios culturais transitem pela rede. É possível dizer, portanto, que são espaços de trocas e inovações culturais (PACHUCKI; BREIGER, 2010).

A importância dos buracos estruturais reside no fato de que eles são *aditivos* às redes, já que não participam de *cliques* e *clusters* com informação redundantes. Cliques costumam estar correlacionados com forte homogeneidade de informação e também com tipos de nós envolvidos nos cliques. Tais aglomerados e grupos costumam ser, nessa medida, lugares de implantação de rotinas. Nos regimes políticos latino-americanos, abundam *cliques* e *clusters* de atores cuja base de organização é composta por rotinas e fechamento estrutural.

A ação dos militares na política latino-americano aparece como um exemplo privilegiado desse tipo de mecanismo relacional. Há uma identidade comum, um conjunto de rotinas, recursos fortemente monopolizados e uma forte tendência ao fechamento estrutural. No caso da Argentina, por exemplo, o Executivo, a partir do golpe de Estado, em 1976, foi controlado por uma junta militar composta por três comandantes das Forças Armadas. O Congresso Nacional Argentino foi fechado, as autoridades provinciais (governadores e deputados) foram destituídas de seus respectivos cargos, e a atuação dos partidos políticos foi severamente limitada. Cargos públicos foram distribuídos a tecnocratas militares das Forças Armadas, o que diminuiu drasticamente a participação de elites políticas civis. Os laços com a sociedade civil foram, por sua vez, cortados por meio de um intenso processo de repressão.

O regime militar argentino se instala tendo que lidar com uma guerrilha urbana articulada e organizada nos grandes centros. A medida inicial da Junta Militar foi fundar o chamado “Processo de Reorganização Nacional” e, por meio de um extenso aparato de repressão, aniquilar as guerrilhas e a oposição política. Nesse processo, grupos guerrilheiros, como o Ejército Revolucionário del Pueblo,

membros do Partido Justicialista, entre outros grupos políticos, foram incessantemente reprimidos. A ação policial deixou um saldo de “terrorismo de Estado”, no qual milhares de desaparecidos políticos colaboraram para inchar a participação em organizações de direitos humanos, como as Madres de la Plaza de Mayo.

A Junta também alijou completamente a oposição civil da competição política e os destituiu de qualquer amparo legal-institucional. Espaços de negociação entre trabalhadores – representados pelo movimento sindical – e empresários foram fechados, e os conflitos sociais foram resolvidos por intermédio da ação de tecnocratas. A Confederación General del Trabajo, que, em 1978, se dividiu em duas (CGT-Brasil e CGT-Azopardo), por exemplo, viu sua capacidade de iniciativa seriamente limitada pela redução drástica dos salários – além de ver seus líderes presos e suas bases reprimidas (NOVARO; PALERMO, 2003).

Em resumo, o processo de fechamento do regime político argentino coincidiu com um processo de extinção dos espaços de superposição e coparticipação de diferentes redes e atores na rede mais ampla da estrutura política. A ação repressiva dos militares e seu extensivo controle sobre o Executivo e o Judiciário diminuíram fortemente os movimentos sociais. Entretanto, esse processo também permitiu que uma rede densa de movimentos sociais passasse a se consolidar fora da esfera política. Em outros termos, o regime militar argentino colaborou para a formação de inúmeros cliques no cenário político argentino, deixando inúmeros espaços abertos e vazios.

Tais espaços foram progressivamente capturados por movimentos sociais em defesa dos direitos humanos e contra a repressão e o “terrorismo de Estado”. O surgimento das Mães da Praça de Maio e das Avós da Praça de Maio, bem como a atuação da Comissão de Direitos Humanos da ONU, a partir de 1978, só foi possível a partir da conexão, ainda que tênue, entre movimentos sociais e elites políticas civis alijadas pelo regime. A partir de 1978, a Argentina viu surgir um corpo opositor em diversos segmentos societários. O jornalismo de oposição, tais quais as revistas *Humor* e *Crítica y Utopía*, aproximou-se de setores partidários como o Partido Radical e o Partido Justicialista. As universidades, especialmente a partir de 1979, também criaram centros de estudos e pesquisa acerca das condições dos direitos humanos na Argentina. O CEDES (Centro de Estudos sobre Estado e Sociedade) e o CISEA (Centro de Investigações Sociais sobre o Estado e a Administração) ofereceram, por exemplo, suporte técnico a organizações partidárias e aos movimentos sociais pelos direitos humanos, mormente durante o período transicional.

A formação desses buracos estruturais também serviu como laboratório social no que tange à criação de uma nova cultura política, marcada pelo debate

intelectual sobre a questão da democracia e dos direitos humanos. A partir de 1979 e, mais especialmente, 1980, esses grupos passaram a se constituir como uma frente ampla de atores, como a universidade, os movimentos pelos direitos humanos, grupos de esquerda e membros da elite política de oposição. Nesse sentido, a criação desses buracos estruturais foi o que permitiu a reconstrução e a reformulação ideológica dos partidos políticos na Argentina, deslocando-os da polarização peronismo contra antiperonismo (O'DONNELL, 1973).

O fracasso na Guerra das Malvinas também serviu como catalisador do colapso do regime militar e facultou a valorização da política eleitoral e a rejeição incondicional de pactos com os militares. À medida que greves, protestos e manifestações tomaram conta dos principais centros urbanos argentinos, a partir de 1980, essa frente de movimentos sociais e setores partidários desenvolveu uma cultura política marcada pela valorização do processo eleitoral e da defesa dos direitos humanos, via caminhos institucionais.

Assim, o processo de transição argentina contou com a proliferação de buracos estruturais e a constituição de novos atores, tais como os movimentos sociais por direitos humanos e sua relação com elites políticas tradicionais. Esse renascer dos partidos foi fortemente marcado por alterações nos quadros ideológicos. A rejeição acerca do peronismo, do socialismo e de correntes de esquerda cedeu lugar a um clima de experimentação política permitida dentro desses buracos estruturais. Uma das principais mudanças foi a adesão incondicional a projetos de democratização institucional orientados pela soberania popular e pelo Estado de Direito. Instituições, cujas bases ainda contavam com fortes elementos partidários, tinham na crença no constitucionalismo um fator-chave de reorientação da política argentina. A constituição da chamada Frente Multipartidária, composta por inúmeros setores partidários – mas também contando com organizações de movimentos sociais –, atesta esse caráter suprapartidário e consensual. A Multipartidária atuou, então, como um ator-chave na reconstituição dos laços entre esfera societária e Estado (NOVARO; PALERMO, 2003).

O caso do regime militar brasileiro, embora tenha adotado sistematicamente estratégias violentas de repressão, também fez uso da máquina burocrática dos sistemas de inteligência e policiamento político, porém de maneira mais sutil⁶. O

⁶ Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foram finalizados e, segundo o dossiê *Direito à memória e à verdade*, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2007, foram contabilizados cerca de 479 mortos e desaparecidos no Brasil, durante os anos de 1964 a 1979. Na Argentina, a Comisión sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) contabilizou 30.000 mortos e desaparecidos, durante o período de 1976 a 1983. Também é flagrante a diferença no processo de justiça transicional.

regime militar também tentou construir suas bases de legitimidade em função da manutenção de determinadas instituições democráticas, tais como as eleições regulares para senador e deputado. Além disso, o regime militar era ambíguo em relação à manutenção de instituições de representação. O regime manteve as eleições e substituiu o antigo sistema pluripartidário por um sistema bipartidário, com um partido governista, ARENA (Aliança de Renovação Nacional), e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Diferentemente da Argentina, o Brasil experimentou um forte crescimento econômico, em meados dos anos 1970, o que colaborou com a manutenção dos militares durante vinte anos no poder. Contudo, essa continuidade também pode ser entendida justamente como efeito da manutenção de atores conectando o Estado à sociedade civil, ainda que de maneira autoritária. O regime promoveu deliberadamente a manutenção de redes superpostas de atores nos quais os buracos estruturais eram vigiados e tolerados, em certa medida.

No Brasil, os objetivos de consolidação do regime foram efetuados a passos lentos, e os militares, engajados nesse projeto, encontraram dificuldades inesperadas. A maior de todas, sem dúvida, foi o surgimento de protestos públicos de setores descontentes com o governo (ALVAREZ, 1990; BOSCHI, 1987). Para os militares, deter as formas de ação coletivas, partidárias ou não, inseria-se em uma estratégia maior de consolidação do nacional-desenvolvimentismo. Mesmo com os altos níveis de repressão e de sufocamento das oportunidades de consulta democrática, a oposição política e a participação popular, protestos e formas de ação coletiva surgiram no período comandado pelos militares. Desde as mais diversas formas de manifestação estudantil, passando pela guerrilha armada no interior do país, à organização do associativismo nas periferias das grandes cidades, a sociedade civil brasileira, aos trancos e solavancos, manteve-se viva durante os chamados “anos de chumbo”. Apesar das tentativas agressivas de subjugar e desmobilizar toda e qualquer forma de participação na vida política do país, os militares não conseguiram suprimir diversas formas de organização política e, em certo sentido, ajudaram e colaboraram, de forma não intencional, justamente com o processo de formação e consolidação do associativismo político, no período de meados dos anos 1970 e início dos 1980.

A sociedade civil insurgente aparece como uma extensa rede que, mesmo frágil, em muitos momentos, possibilitou e sustentou posteriormente a frente de mobilização pró-democracia contra o regime, durante os anos 1980. Estudantes, trabalhadores rurais, sindicatos de metalúrgicos, moradores de periferias, jornalistas, mulheres, homossexuais e diversos outros setores sociais ajudaram a

formular as novas formas de resistência civil contra os abusos perpetrados pelos militares. A liberalização, em suma, foi um projeto marcado por incertezas, o que levou a inúmeros resultados inesperados (BOSCHI, 1987; SADER, 1988).

Entre esses eventos não calculados, há a formação de uma política da violência ideológica e a criação de redes associativas que iam das periferias das grandes cidades, passando pelas fábricas e universidades. Em primeiro lugar, a “linha dura” não voltou aos quartéis, e suas ações no âmbito de um arrefecimento de políticas repressivas só aumentaram a falta de legitimidade dos militares junto à opinião pública. Em segundo lugar, a sustentação popular às elites políticas civis decaiu progressivamente durante a década de 1960, mesmo com o crescimento econômico elevado, isso porque os militares sofreram com as sucessivas derrotas do partido governista, ARENA, ao longo dos anos 1970. O expressivo crescimento do MDB era motivo de preocupação entre os governistas. A proporção de votos da ARENA, por exemplo, cai de 50,5%, em 1966, para meros 36,7%, em 1982 (SALLUM JR., 1996), ou seja, havia condições institucionais novas de abertura, e a inabilidade dos militares em controlar o processo empurrou a oposição para coalizões com os descontentes e marginalizados do regime. Novas elites de oposição entrando progressivamente nos buracos estruturais e culturais fraturaram as conexões entre a “linha dura” e os “liberais”. A retirada de dispositivos de repressão e medidas de exceção, o aumento da participação popular e a intensificação da captura desses buracos estruturais culminaram na percepção de que o regime estava enfraquecendo. O resultado dessas transformações foi a explosão de um amplo ciclo de protestos iniciados no final dos anos 1970⁷. Considerando os processos históricos dos dois regimes militares e das duas transições, é possível inferir que as performances de contestação desempenharam justamente diferentes espaços e arenas de encontro entre ativistas e outros atores políticos. Esses espaços atuaram como oportunidades para a construção e solidificação de buracos estruturais cuja importância residiu na capacidade de promover inovações culturais e políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que a natureza dos regimes militares afetou decisivamente os padrões e repertórios de confronto político disponíveis em cada fase dos

7 No período, há, por exemplo, greves gerais, em 1978, 1979 e 1980, sobretudo no ABC Paulista, e o ano internacional da mulher, em 1975, com inúmeras manifestações feministas por todo o Brasil.

processos de transição, sendo que a presença de buracos estruturais em ambos os países serviu como catalisador dos respectivos processos.

O objetivo deste artigo foi propor hipóteses teóricas para o entendimento dos fenômenos de relacionamento entre Estado, movimentos sociais e outros atores relevantes. Mais do que oferecer conclusões e respostas aos problemas empíricos aqui postos, o artigo tentou apontar um caminho promissor no entendimento entre movimentos sociais e Estado. A perspectiva dos buracos estruturais permite evidenciar o modo como a relação entre democratização e movimentos sociais conjuga uma série de aspectos. Em primeiro lugar, o posicionamento híbrido de determinados atores relevantes permite vislumbrar que eles se situam em um fluxo de informações e repertórios culturais. Tal posicionamento favorece o experimentalismo de valores, ideias e posições ideológicas.

A perspectiva dos buracos estruturais aventa a possibilidade de compreender mecanismos relacionais concretos de *criação* e *difusão* de valores democráticos. Além disso, a organização desses buracos estruturais e seu maior nível de tutela pelo Estado permitem também traçar as diferenças pelas quais os processos transicionais passaram.

Na Argentina, a quase completa aniquilação de mediadores políticos, em 1976, facultou a proliferação de diversos buracos estruturais e a posterior entrada de novos atores políticos, tais como os movimentos sociais pelos direitos humanos. Esses novos atores, o fracasso institucional dos militares e seu desempenho econômico pífio facilitaram um processo transicional rápido e marcado pela valorização das saídas eleitorais. No Brasil, o gerenciamento das conexões entre os militares e as elites políticas civis e a tolerância com determinadas formas de oposição permitiram a formação de buracos estruturais mais densos, porém mais sujeitos ao controle dos atores governamentais. Esse processo pode contribuir para a análise da lentidão do processo transicional brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, v. 76, n. 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela; BOTELHO, André. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, p. 11-20, 2012.
- ALVAREZ, S. E. *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

- BERTONCELO, E. *A campanha das diretas e a democratização*. São Paulo: Editora Humanitas, 2007.
- BOSCHI, R. R. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1987. v. 4.
- BURT, R. S. *Brokerage and Closure: an introduction to social capital*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- CAMERON, M. A. *Democracy and authoritarianism in Peru: political coalitions and social change*. London: Palgrave Macmillan, 1994.
- CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos. In: SORJ, Bernardo et al. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CASTELLS, M. *The urban question: a marxist approach*. Tradução Alan Sheridan. London: Edward Arnold, 1977.
- DELLA PORTA, D. *Social movements and democracy at the turn of the millennium*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- DIANI, M. *Green networks: a structural analysis of the Italian environmental movement*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1995.
- DIANI, M.; MCADAM, D. (Ed.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. New York: Oxford University Press, 2003.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- FONTANA, A. *Fuerzas armadas, partidos políticos y transición a la democracia en Argentina*. Working Paper n. 28, University of Notre Dame, Hellen Kellogg Institute for International Studies, 1984.
- GIUGNI, M. G.; MCADAM, D.; TILLY, C. *From contention to democracy*. Boston: Rowman & Littlefield, 1998.
- _____. *How social movements matter*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- GIVAN, R. K.; ROBERTS, K. M.; SOULE, S. A. (Ed.) *The diffusion of social movements: actors, mechanisms, and political effects*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. In: GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- GOHN, M. G. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- HAGOPIAN, F.; MAINWARING, S. P. *The third wave of democratization in Latin America: advances and setbacks*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- KLANDERMANS, B.; OEGEMA, D. Potentials, networks, motivations, and barriers: steps towards participation in social movements. *American Sociological Association*, v. 52, n. 4, p. 519-531, 16 mar. 1987.

- JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos: os desafios da construção da cidadania. *Cadernos do Ceas*, v. 129, p. 34-44, 1990.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MISCHE, A. *Partisan publics: communication and contention across Brazilian youth activists networks*. New Jersey: Princeton University Press, 2008.
- MOISÉS, J. A. “O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais”. In: MOISÉS, J. Á. et al. (Ed.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1982. p. 14-29.
- MUNCK, G. *Regimes and democracy in Latin America*. New York: Oxford University Press, 2007.
- NOVARO, M.; PALERMO, V. *La dictadura militar, 1976-1983: del golpe de estado a la restauración democrática*. Buenos Aires: Paidós, 2003. v. 9.
- NUNES, E. “Inventário dos quebra-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro 1977-1981”. In: MOISÉS, J. A. et al. (Ed.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1982. p. 92-108.
- O'DONNELL, Guillermo A. *Modernization and bureaucratic-authoritarianism: studies in South American politics*. Berkeley: University of California, 1973.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. *Transitions from authoritarian rule*. Baltimore: John Hopkins University Press 1986. v. I-IV.
- OTTMANN, G. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil: uma abordagem cognitiva. *Novos Estudos Cebrap*, v. 41, p. 186-207, 1995.
- PACHUCKI, M. A.; BREIGER, R. L. Cultural holes: beyond relationality in social networks and culture. *Annual Review of Sociology*, v. 36, p. 205-224, 2010.
- PRZEWORSKI, A. Democracy as a contingent outcome of conflicts. *Constitutionalism and democracy*, v. 59, p. 59-80, 1988.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALLUM JR., Brasília. *Labirintos*. Dos generais à Nova República. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SNOW, D. A.; ZURCHER, L. A. J.; EKLAND-OLSON, S. Social networks and social movements: a microstructural approach to differential recruitment. *American Sociological Review*, v. 45, n. 5, p. 787-801, 1980.
- SNOW, S; SOULE, H. K. *The blackwell companion to social movements*. London: John Wiley & Sons, 2004.
- TARROW, S. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- TILLY, C. Processes and mechanisms of democratization. *Sociological Theory*, v. 18, n. 1, p. 1-16, mar. 2000.
- . *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

- VALLADARES, L. do P. “Quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro”. In: MOISÉS, J. A. et al. (Ed.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1982. p. 65-91.
- VIOLA, E.; MAINWARING, S. Transitions to democracy: Brazil and Argentina in the 1980s. *Working Paper n° 21*, University of Notre Dame, Hellen Kellog Institute for International Studies, 1984.
- WADA, T. *A historical and network analysis of popular contention in the age of globalization in Mexico*. New York: Columbia University, 2003.

MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTIDOS POLÍTICOS E ANÁLISE DE REDES:

uma entrevista com Ann Mische

Realizada por Catalina González Zambrano, Gabriela Pereira Martins e Rafael de Souza^a

Ann Mische possui bacharelado em Filosofia pela Universidade de Yale, com Mestrado e Doutorado em Sociologia pela New School for Social Research. Suas áreas de interesse se concentram na Sociologia da Cultura e dos Movimentos Sociais. Seus trabalhos são referência para quem pesquisa a partir da Sociologia Relacional e da análise de redes. Atualmente, é professora de Sociologia e de estudos de conflito e paz no Kroc Institute for International Peace Studies e no Departamento de Sociologia da Universidade de Notre Dame, em South Bend, Indiana, nos Estados Unidos.

A socióloga norte-americana desenvolveu sua tese doutoral que analisou a participação de movimentos sociais e redes de jovens na luta pelo *impeachment*, em 1992, com orientação do professor Charles Tilly. Depois, elaborou a tese em um livro mais extenso e detalhado sobre redes de movimentos juvenis no período da redemocratização, intitulado *Partisan publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks*. Nessa obra, Mische trata da relação entre associações cívicas e partidárias entre jovens brasileiros, durante os anos de transição e reconstrução democrática, examinando, para tanto, as afiliações múltiplas de ativistas. Isso ajudou a entender os diversos tipos de lideranças políticas, sobretudo por meio da análise de redes, interpretativa e histórica. O livro foi publicado em 2008, pela Princeton University Press, e obteve menção honrosa de melhor obra em Sociologia Política da Associação Americana de Sociologia, em 2009.

A professora Ann Mische esteve no Brasil a convite do Laboratório de Pesquisa Social (LAPS) do Departamento de Sociologia da USP e ministrou a conferência “Vem pra rua, mas sem partido’: ambivalência partidária e a reconfiguração do ativismo no Brasil”. A entrevista a seguir foi realizada no dia 04 de agosto de 2014 e se atém à sua trajetória acadêmica, sua pesquisa no Brasil e à atualidade dos movimentos sociais no país.

a Doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

Revista Plural Como você começou a se interessar pelo Brasil como objeto de estudo? E como foi sua experiência de pesquisa nos períodos em que esteve aqui?

Ann Mische Eu sou de uma família com experiência de trabalho na América Latina, meu pai foi um dos fundadores de uma organização de famílias católicas laicas que ajudaram a construir cooperativas em comunidades pobres, em vários países da América Latina, nos anos 1950 e 1960, muito influenciado pela Ação Católica e pela Teologia de Libertação. Eu realizei minha graduação em Yale e trabalhei com jovens em New Haven. Depois de terminar minha graduação, eu queria fazer algo diferente na Pós-Graduação. Então, ganhei uma bolsa de estudo do Institute of Current World Affairs, que financia jovens para se engajar na vida e cultura de determinado país por dois anos, escrevendo sobre as experiências de modo jornalístico. Eu queria estudar a juventude e a educação. Até então, tinha lido Paulo Freire e possuía alguns questionamentos sobre a aplicação de suas teorias para a juventude. Fiquei quase três anos no Brasil, estudando jovens, educação e movimentos sociais. Comecei a fazer alguns cursos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e descobri o movimento de educação na zona leste. A partir desse momento, comecei a visitar escolas na zona leste e me engajei com o pessoal do movimento pró-grêmio (secundaristas) – isso foi em 1987/88. Na época, estava tudo junto: os movimentos populares, sindicato, partido (sobretudo o PT) e igreja. Com toda essa mobilização nos bairros, eu me engajei e mudei para a Vila Prudente. Também fiz um trabalho com a Pastoral da Juventude no Ermelino Matarazzo. No período, escrevi algumas reflexões sobre o que estava sendo realizado nas escolas pelo movimento de educação, sobre o movimento secundarista e sobre a Pastoral da Juventude. Esses três anos se constituíram como período superinteressante no Brasil, pois eu estava em São Paulo durante a Constituinte e a campanha da Luiza Erundina. Ninguém pensava que ela iria ganhar, mas de repente ganha, e o PT assume a liderança de uma das maiores cidades do mundo. Nesse momento, estava frequentando as aulas de Paulo Freire, nas quais ele fazia uma releitura da obra *Pedagogia do oprimido*. Logo no início da gestão, Paulo Freire foi chamado para ser secretário municipal de educação, e então nossa aula acabou no meio do semestre. A partir dessas experiências, fiquei interessada pela questão das redes densas e entrelaçadas¹ entre movimento popular, partido, sindicato e igreja que interagiram na zona leste de São Paulo, naquela época. Eu achava que havia várias tensões e problemas, mas

1 Por “redes densas entrelaçadas”, Ann Mische se apropria do conceito de Georg Simmel de “interseção dos círculos sociais de pertença”. Cf. SIMMEL, G. *Conflicts and the web of group affiliations*. NY: Free Press, 1955.

também um dinamismo político muito forte.

Em 1990, eu voltei a Nova Iorque para fazer Pós-Graduação na New School for Social Research e comecei a trabalhar com Charles Tilly. De 1994 até 1996, voltei para o Brasil para fazer a pesquisa de doutorado, que focalizava as mudanças nas políticas da juventude e no movimento estudantil, com uma abordagem de redes, enfatizando a diversificação das redes das políticas da juventude. Durante esse período, passei muito tempo com um pessoal da UNE e com a Pastoral da Juventude do Meio Popular da zona leste. Era um trabalho empírico e participativo, indo a muitas reuniões de diversos grupos de jovens e estudantes. Eu apliquei um *survey* sobre as trajetórias dos militantes, inserindo a perspectiva histórica.

Minha dissertação foi sobre a questão do *impeachment*. Eu não estava aqui em 1992, eu voltei em 1994, mas, como o *impeachment* era bem recente, as lideranças eram as mesmas. O livro *Partisan public* é sobre o período mais longo da reconstrução democrática, desde o final dos anos 1970 até os anos 1990. Depois do *impeachment* havia um fluxo de jovens revitalizando o movimento estudantil, e isso tornou a política tradicional mais complexa. Na primeira vez que eu estive no Brasil foi mais jornalístico, na segunda vez foi mais pesquisa formal. Na segunda vez, como eu já tinha as redes, as ideias e conhecia bastante gente, então, a pesquisa ficou mais fácil, porque eu já tinha os vários contatos com pessoas que já confiavam em mim, interessavam-se pela pesquisa e sabiam que eu não era da CIA (que era importante para transitar no ambiente militante).

Revista Plural *Você estudou na New School of Social Research. Na época, a New School era profundamente marcada pela presença intelectual de Andrew Arato, Charles Tilly e outros estudiosos notáveis. Qual era, precisamente, o ambiente intelectual e o que ele representou para sua pesquisa?*

Ann Mische A New School foi um lugar fantástico. Inicialmente, eu não sabia que iria trabalhar com Charles Tilly; eu nem sabia quem ele era. Eu fui estudar na New School porque eu percebia que era bem filosófico e teórico. No final dos anos 1980, Ira Katznelson (da ciência política) era o diretor da Graduate Faculty da New School. Ele trouxe Charles Tilly, Ari Zolberg, Talal Asad, Agnes Heller, Andrew Arato e José Casanova. Então, era um clima muito rico, com altos debates teóricos. Uma das principais tensões era entre a ala normativa – os teóricos habermasianos, como Andrew Arato, José Casanova e Seyla Benhabib – e a outra ala, dita mais histórico-empiricista – com base no Center for Historical Studies (CHS). Na New School eu fiz disciplinas clássicas, mas também gostava de vários movimentos emergentes na Sociologia da cultura – eu li bastante o Bour-

dieu. Existia uma discussão muito interessante entre Gramsci e Bourdieu. Eu lia Bourdieu do ponto de vista dos movimentos sociais, do poder simbólico e da contestação. Nós discutíamos sobre o ponto de interação entre Bourdieu e Gramsci, tentando renovar a *praxis* e a *hegemonia*. Tilly e Arato não estavam discutindo isso, eram os estudantes, e principalmente os estudantes de América Latina. Existia um grupo muito forte oriundo da América Latina, alguns de meus colegas eram Leonardo Avritzer, Javier Auyero, Aldo Panfichi e Alberto de Oliveira. Existiam altas discussões entre a questão de abordagem política de Gramsci e Bourdieu contra Habermas – havia debates fortes entre Auyero e Avritzer, entre outros. Eu aprendi muito com essa discussão de teoria social, porém, quando fui fazer a pesquisa, eu queria fazer uma pesquisa empírica mesmo. E achei que o Tilly foi a melhor pessoa para fazer essa orientação. Minha abordagem utilizava um pouco mais de Sociologia da Cultura e de Teoria Social do que o Tilly. Eu e mais alguns outros alunos, a exemplo de Javier Auyero, ajudamos a trazer essa discussão para o Tilly. Nós ficávamos nos questionando sobre o estruturalismo do Tilly, e ele acabou indo para a cultura pelo caminho do *relational realism*². Essa discussão com o Tilly foi super interessante.

Meu livro é reflexo dessa discussão, o que é visível no quadro analítico que montei utilizando Habermas, Gramsci, Dewey e Maquiavel. Eu utilizei esses autores não apenas como modelos teóricos, mas como modelos de práticas políticas. Eu cheguei nesse quadro durante a pesquisa. Quando eu conversava com as lideranças estudantis de todas as forças políticas, analisando os debates, percebia que eles não tinham tanta diferença de projeto político, o que eles tinham eram diferenças de estilo. Então, eu começava a conversar com os jovens sobre os “três chapéus” do movimento estudantil: o habermasiano, o gramsciano e o maquiaveliano (o Dewey só entrou depois). E os jovens sabiam exatamente o que eu estava querendo dizer com isso. Eles sabiam, entre as lideranças, quem era habermasiano, gramsciano e maquiaveliano. Uma vez, eu fiz essa mesma pergunta para uma das lideranças da UNE, do PCdoB, que eu entrevistei, e ele ficou um pouco irritado porque achava que eu estava denegrindo o Maquiavel, que estava colocando Maquiavel pelo fundo. Ele insistiu que tudo estava ali no Maquiavel. Realmente o Maquiavel é brilhante. O entrevistado insistiu que não existe uma divisão absoluta entre projeto político ideológico e a luta pelo controle do aparelho do poder e as alianças que tinham de fazer. No meio da pesquisa, fiquei refletindo sobre o quadro analítico e cheguei à

2 Ann Mische se refere ao caminho da Sociologia relacional da ação social que foca no caráter contingente, interativo e fluido do processo social.

conclusão de que precisava incluir o Dewey junto como os outros três, para reconhecer certo pragmatismo refletivo e comunitário que vi em alguns setores, como a Pastoral da Juventude e as executivas de curso.

Esse quadro realmente saiu do ambiente intelectual da New School, porque havia o Richard Bernstein, que era um filósofo do pragmatismo do Dewey, Talal Asad, que era gramsciano, os habermasianos, como o Arato, e a visão mais estratégica do Tilly. Para mim, esse quadro era um tipo de síntese, mas com expressão clara na política de juventude no Brasil. Nas brigas do movimento estudantil, eu estava vendo que o PCdoB era acusado de ser maquiaveliano; a esquerda do PT criticava a direita do PT por falta de coerência ideológica (quer dizer, por ser insuficientemente gramsciana); e a direita do PT criticava a esquerda do PT por rigidez ideológica (faltando diálogo habermasiano). Então, eu percebi que essas disputas eram sobre como eles entendiam a prática política e não era apenas um modelo abstrato do processo político que eles avaliavam como certo ou errado. Era como se eles se dissessem: “Agora eu vou fazer política partidária, então eu vou fazer manobra tática, ser Maquiavel”; “Agora vou fazer política estudantil de curso, então vou fazer a decisão por *consensus*, ser mais Habermas ou Dewey”. Alguns jovens possuíam mais habilidade com certas práticas, vindo da trajetória: se o jovem vem da igreja, possui capacidades e habilidades diferentes dos que entram pelo partido político. Assim, meu livro reflete muito os debates da New School, bem como o que eu via na prática em reuniões, congressos e assembleias de que eu participei na época.

Revista Plural *Sabemos que seu livro foi muito premiado. Gostaríamos que você falasse um pouco da pertinência da obra atualmente e como você vê a crítica da Sociologia norte-americana em relação à sua pesquisa. Lembrando que no debate da época você queria trazer o debate da cultura para o estruturalismo de Tilly.*

Ann Mische Na verdade, o grupo com o qual eu mais me identifico é o que está trabalhando a cultura em relação com a teoria da ação e de performance. Tanto Charles Tilly quanto Jeffrey Alexander estavam trabalhando com performance, embora de modos bastante diferentes. Assim, comecei a trabalhar a ideia de performance, levando o conceito de repertório (de Tilly) para uma análise dos estilos de comunicação. Pego mais uma linha que é do Goffman e também de outros, como Nina Eliasoph, Paul Lichterman e Francesca Polleta, que têm novas tentativas de teorizar o processo cultural-interativo nos espaços cívicos. Eu acredito que há estrutura, mas a estrutura vem na história e se incorpora na prática política. Estrutura para mim vem nas competências e nos discursos que são leva-

dos pelas pessoas (que são participantes), mas as estruturas são ativadas ou não dentro desses ambientes (*setting*). Inclusive, eu vejo o Goffman nesse sentido, o que não é o mesmo que os *collective action frames*, que são analisados nos estudos de movimentos sociais. Goffman aponta como é que sinaliza dentro de um ambiente (*setting*), qual é o assunto desse ambiente, dentro dessa caixa de ferramentas (*toolbox*), o que é que a gente escolhe dentro dessa interação. Mas isso não vem do nada, vem da história, é estrutural, vem do discurso, das experiências, dos hábitos que vão sendo ativados em uma perspectiva de futuro. Eu acho que o livro entra nesse diálogo, não de negar o estruturalismo, mas de chamar as estruturas, que também são estruturas discursivas, para a ação.

Também há outra intervenção agora, sobre a questão da relação entre movimentos e partidos políticos. A teoria do movimento social está apenas começando a pegar a questão dos partidos. Há um volume recente de Jack Goldstone que toca na questão de partidos, Estado e movimentos³. Existe esse recente ciclo mundial de protestos, em que a relação com o Estado e o repúdio forte ao partidarismo e às instituições políticas é muito tematizado. Eu tentei pegar essa dinâmica desde os anos 1980, e agora é uma temática que está surgindo nos movimentos recentes. Nesse histórico, pegando as tensões entre partidos e movimentos, o livro pode ajudar a entender esse ciclo atual.

Revista Plural *Quais são as diferenças entre essas duas retóricas: apartidaristas ou antipartidaristas. Por que essa tradição antipartidarista e como ela se relaciona com os protestos que você presenciou aqui, em 2013?*

Ann Mische Eu estou tentando refletir sobre isso desde junho de 2013. Na introdução de meu livro, há uma história de um protesto pró-grêmio na zona leste de São Paulo. O que eu analisei nesse protesto foram três tipos de antipartidarismo. Era o antipartidarismo da juventude despolitizada indo pela primeira vez para um ato do movimento pró-grêmio. Eles não gostavam de partidos, de modo geral. Segundo, o pessoal do PT que estava organizando esse ato também usava um discurso anti-partidário, porque não queria que o pessoal do Pcdob fizesse discurso no evento. Por que eles não queriam? Acredito que não era simplesmente uma questão de competição, porque esse grupo do PT era o pessoal do movimento popular de base e queriam um movimento autêntico de base, de conscientização. E não queriam que “esses vanguardistas” [do PCdoB] viessem instrumentalizar

3 GOLDSTONE, J. *State, parties and Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

sua organização de base [do PT]. Eu vejo isso como paralelo ao autonomismo dos processos recentes, que está repudiando uma política que eles interpretam como manipulação dos grupos organizados de maneira vertical e centralizada. Terceiro, havia outro grupo no ato, gritando contra partidarismo, que era o pessoal do PMDB que queria acabar com o ato. Havia, então, o oportunismo da direita, o PT que estava tentando fazer um processo mais de base, e também havia a massa despolitizada que achava que a política partidária era coisa suja.

Ao fazer uma análise das manifestações de 2013, havia também um pouco de tudo: os que estavam com “saco cheio” de tudo, que não gostavam de partido, não gostavam de instituições políticas, não gostavam do Estado, mas queriam mais serviços públicos. Havia toda essa contradição. Então, havia os autonomistas de verdade que são esses grupos organizados, com articulações anarquistas, como o MPL e os outros que queriam certo tipo de horizontalismo radical, que também vem com um repúdio ao Estado, aos partidos e à política tradicional vertical hierarquizada. Há, então, uma presença da direita também, que vê nesse momento uma chance de avançar contra o PT e de incentivar as discussões antipartidárias, porque realmente achavam que iam tirar o PT do poder. Acho que nas manifestações do ano passado (2013) havia tudo isso misturado no discurso antipartidário. Essas são as semelhanças e as diferenças com as manifestações anteriores.

Revista Plural *Mas o que você entende por autonomismo radical?*

Ann Mische O autonomismo vem do zapatismo, dos protestos do Seattle, dos Fóruns Sociais Mundiais e das experiências dos *Black Bloc* na Europa. Existe teorização recente de Michael Hardt e de Toni Negri⁴, os quais elaboram uma definição da “multidão”, que é uma celebração de autonomia desse movimento de massa, que é possível funcionar como uma fonte alternativa de poder, fora da lógica do Estado. Também há uma influência do modo habermasiano, em termos de certo tipo de romantismo do autonomismo da sociedade civil, a valorização dos processos de consenso, do diálogo e da deliberação na esfera pública.

Escuto a palavra “autonomia” e acho que é muito tensa e problemática. Por exemplo, o pessoal engajado no PT e nos movimentos populares da zona leste, nos anos 1980, sempre falava: “Temos que respeitar a autonomia dos movimentos!”. Observei que sempre que se disse isso era porque existia conflito entre a lógica partidária e a lógica de movimento.

4 HARDT, M.; NEGRI, A. *Multitude: war and democracy in the age of empire*. New York: Penguin, 2004.

Revista Plural *Como os ativistas conectam tradições autonomistas relativamente antigas?*

Ann Mische Acho que há uma reavaliação do autonomismo. Talvez por causa do instrumentalismo do próprio governo com os ativistas. Muitos quadros do PT têm ido para os gabinetes, nas últimas décadas. Isso talvez reforce a ideia para algumas dessas pessoas de que não era isso o que eles queriam. Em reação a isso, por causa de tanta gente do partido estar indo para o Estado, existe uma reavaliação do autonomismo. Até por causa de uma frustração com a instrumentalização, pela corrupção ou porque o pessoal do PT acha que a ala governista se esqueceu das raízes socialistas. Essas são dinâmicas que eu gostaria de entender melhor.

O pessoal autonomista radical não estava xingando os partidos, nas manifestações de junho 2013. Eles são aliados do pessoal dos partidos da esquerda, que teve presença nos primeiros atos contra o aumento das tarifas. Quem estava xingando os partidos era esse grupo mais despolitizado que entrou depois que os protestos começaram a ganhar caráter de massa.

Revista Plural *Seria interessante discutir a questão metodológica. Como pensar a atualidade dos aspectos metodológicos, principalmente em relação aos protestos atuais e outros tipos de eventos? Gostaríamos que você também falasse um pouco acerca do Galois Lattice.*

Ann Mische Na verdade, eu fui pensando minha metodologia assim, no caminho. Eu não possuía uma metodologia pronta. Eu aprendi a fazer *Galois Lattices* quando eu precisei, apesar de eu saber que iria estudar redes sociais. Eu estava tentando lidar com a complexidade das relações múltiplas entre os atores. Então, eu fui conversar sobre isso com uma amiga e uma colega do Harrison White, a Pip Pattison, que me falou: “Você poderia fazer *Galois Lattices*, que é uma técnica matemática de análise de relações e redes que pega a estrutura algébrica de intersecções de elementos associados”. E foi então que eu vi o quanto era interessante essa questão das intersecções entre as múltiplas afiliações dos militantes e dos setores políticos. De repente, dei-me conta de que eu tinha de trabalhar justamente nessas intersecções. Eu estava interessada na estrutura das interconexões no campo da política de juventude, não em uma análise de efeitos causais independentes sobre elas.

Se eu fosse fazer novamente, eu faria a análise de redes de uma maneira mais sistemática. Principalmente, eu trabalharia mais os questionários e também seria mais sistemática em relação aos grupos selecionados, quantos grupos, etc. Digo

isso porque nessa pesquisa eu ganhei um entendimento profundo do contexto, mas a metodologia foi bastante improvisada, com várias histórias e aventuras no caminho. Por exemplo, eu fui para o CONEG (Conselho Nacional de Entidades Gerais) da UNE (União Nacional dos Estudantes), em Belo Horizonte, e pensei: “Eu vou pegar um monte de questionários e aí vou distribuir”. Ganhei o apoio da liderança da UNE, e Orlando da Silva, na época presidente da UNE, anunciou que eu iria aplicar um questionário. Então, as pessoas vinham me perguntar: “É verdade que o pessoal do PSTU está boicotando o questionário?”. Na verdade, eles estavam boicotando, sim, apesar do fato de eu já ter feito uma entrevista muito boa de duas horas com uma das lideranças do partido. Então, o pessoal do PCdoB tinha uma discussão interna acerca do questionário e deixava à consciência de cada um se iria responder ou não. O pessoal do PT preencheu sem problema [risos]. Os outros jovens achavam engraçado que o pessoal do PSTU não iria preencher o questionário. No finalzinho da pesquisa, fui agradecer ao pessoal da UNE, pois havia ido a muita reunião com a diretoria da UNE. Quase todos já tinham preenchido o questionário, menos o pessoal do PSTU. Então, um dos diretores levantou e disse: “Quero fazer uma moção: que nosso companheiro do PSTU preencha o questionário da Ann!” [risos]. Lembro como um momento engraçado. Contudo, não sei se eu teria feito tantos questionários. Se realmente se quer entender o contexto, é necessário ter um diálogo com os entrevistados. Esses jovens eram muito bons analistas da situação. Eles queriam saber das minhas análises, e eu também queria trazer e fazer muito essa troca de análises. Isso era valioso.

Revista Plural *Essas delimitações metodológicas continuam em seus projetos atuais? Essa iniciativa de tentar combinar análise quantitativa e qualitativa continua presente?*

Ann Mische O que estou fazendo agora é um novo projeto. É uma análise de textos, especificamente das contribuições dos textos dos movimentos sociais e grupos de sociedade civil nos debates do Rio + 20, em especial da Cúpula dos Povos, em junho de 2012. Alguns textos são claramente opositoristas, outros mais programáticos. Minha equipe de pesquisa está tentando pensar o modo como eles estão caracterizando o futuro, como eles constroem o imaginário do futuro que querem e o futuro que não querem. A análise dos textos consiste em saber quais verbos, adjetivos e substantivos estão sendo usados para descrever o futuro. Por exemplo, nós pretendemos examinar se, para imaginar o futuro, os atores falam em termos de transição, ruptura ou convergência e como esses discursos sobre o futuro vão influenciando nas alianças e nas relações entre os grupos. Então, vai ter

uma combinação de interpretação com análise de conteúdo, utilizando *natural language processing*. Também vamos fazer análise de redes, não sei se vai ser *lattice*, mas alguma outra técnica que captura as intersecções relacionais. Queremos analisar se esses modos de caracterizar o futuro variam com posição no campo de relações e de ação política. Eu me interessou por essas metodologias que são quantitativas, mas são mais de “*mapping*”, ou seja, mapeamento das relações entre elementos discursivos, entre práticas e entre grupos, a fim de flagrar a estruturação relacional do campo.

Revista Plural *Já que você está mencionando essa questão da análise de conteúdo, uma de nossas questões é que em seu trabalho você menciona que a mídia, na década de 1990, reportava-se de maneira romântica aos movimentos da década de 1960. Agora, nos protestos que aconteceram em 2013, a mídia brasileira também se reportou ao impeachment, aos caras pintadas, referindo-se àquela época passada. Como você enxerga esses processos que vêm ocorrendo? O que você vê de diferente ou de semelhante neles?*

Ann Mische Você em parte respondeu a pergunta acerca do romantismo. Quanto à questão do *impeachment*, uma coisa que foi esquecida era como a coordenação e a organização eram partidárias mesmo. A memória do *impeachment* é a dos caras pintadas, dos secundaristas nas ruas, apartidários e unidos contra a corrupção. Na verdade, as manifestações eram suprapartidárias, mas a coordenação e as lideranças eram partidárias. Eu entrevistei muitas lideranças estudantis da época e penso que se esquecem do quanto esses movimentos lembrados e tematizados como suprapartidários ou apartidários também possuíam relações com os partidos, de tal modo que os partidos da oposição – como PT, PSDB e PCdoB – eram muito importantes na articulação institucional, em oposição ao Collor. As lideranças da UNE conseguiram – com a ajuda da grande mídia – ser porta-voz do movimento, além de fazer muita articulação e coordenação nos bastidores. Foi essencial o trabalho que essas jovens lideranças fizeram, tanto para a coordenação quanto para a articulação com as instituições. Talvez minha pesquisa contribua para resgatar essa história.

Revista Plural *Como você encara os desafios postos à Sociologia, em virtude das manifestações que ocorreram na última década? Que desafios esses fenômenos põem para a Sociologia, não só para a teoria clássica de movimentos sociais, mas também para a Sociologia política e para a Sociologia da cultura de modo geral?*

Ann Mische Acho que a questão principal é a da articulação dos movimentos so-

ciais com o Estado, com a problemática do Estado. Lá na Universidade de Notre Dame, minha posição é de professora de International Peace Studies, então, trabalho com questões de conflito, guerra e paz. É um campo dominado pela Ciência Política. E é uma perspectiva da elite, focalizando os acordos de paz, mediação de conflito, negociações interestaduais, muito com base em *international relations*. Eles até apontam a importância da sociedade civil na democracia, mas eles entendem muito pouco sobre movimentos sociais. Do mesmo jeito, há vários pesquisadores no Instituto Kellogg – como Scott Mainwaring, Michael Coppedge e outros – fazendo trabalhos super importantes sobre a qualidade da democracia e de sistemas partidários, porém eles articulam muito pouco com uma vasta literatura sobre movimentos sociais que existe na Sociologia. Por outro lado, a gente que estuda movimentos sociais tem pensado muito pouco sobre a questão dos partidos em relação com o Estado. Temos focalizado na diferença entre as elites e os *challengers* extrainstitucionais, prestando pouca atenção, até recentemente, nos canais de acesso institucional ao Estado.

Isso também é um desafio para os movimentos, tentando resolver se se deve articular com o Estado ou se é viável dar continuidade a um autonomismo mais romantizado. Acho que há coisas importantes nessa autonomia, mas, caso se permaneça somente nisso, também não haverá articulação com os mecanismos de mudança institucional. Se se cobram serviços coletivos para todos, como o MPL, é preciso que haja pessoas dentro do governo que simpatizam com os movimentos. Tem de achar aliados dentro do governo. Se se repudia o governo de maneira absoluta, não haverá diálogo institucional para as reivindicações. Essas discussões acerca da relação com o Estado requerem um entendimento complexo da dinâmica interna do Estado, já que ele não é uma coisa monolítica. É necessária também uma análise mais diversificada dos movimentos que não seja romantizada. São vários estilos, várias táticas, orientações políticas, objetivos de diferentes membros da sociedade civil. E que não haja essa barreira tão forte entre as pessoas e disciplinas que estudam uma coisa e outra. Para a academia, seria importante quebrar esses muros. Essa é uma área sobre a qual precisamos teorizar e entender melhor.

ENCARANDO UM MUNDO DESIGUAL

FACING AN UNEQUAL WORLD

Michael Burawoy^a

Tradução de José Guirado Neto^b

Resumo Para enfrentar um mundo desigual, somos obrigados a interpretá-lo e explicá-lo, mas também a engajar-nos, isto é, a reconhecer que fazemos parte e somos parcialmente responsáveis por ele. Em outras palavras, a desigualdade não é apenas algo externo a nós, mas algo que invade nosso próprio mundo. Nessa medida, eu começo examinando a comunidade global da Sociologia por intermédio da lente da desigualdade. Considero duas perspectivas recentes sobre nosso mundo desigual que vêm de fora da Sociologia: o radicalismo moral do papa Francisco, que enfatiza a exclusão da sociedade de mercado, e a pesquisa inovadora do economista Thomas Piketty, que enfatiza a inclusão desigual na sociedade de mercado. Essas duas faces da desigualdade global espelham os movimentos sociais que reverberaram a partir da crise econômica de 2008, mas que têm suas raízes em uma reação a uma ampla onda de mercantilização, a terceira a acometer o capitalismo moderno. Para explorar o significado da terceira onda de mercantilização, também conhecida como neoliberalismo, e dos movimentos sociais que ela provoca, inspiro-me em dois conceitos de Karl Polanyi – “mercadorias fictícias” e “contramovimento” –, bem como em uma teoria da dinâmica do capitalismo. Concluo com três desafios para uma Sociologia Global focada nos movimentos sociais: elaborar uma teoria que dialogue com experiências globais diversas da mercantilização; desenvolver uma metodologia que reconhece que somos inevitavelmente participantes do mundo que estudamos; e desenvolver uma política que defenda uma visão particular desse mundo; visão que definiu a tradição sociológica desde seu início, ou seja, que defenda a centralidade da sociedade civil contra a expansão desmedida do mercado e do Estado.

Palavras-chave globalização; desigualdade; mercados; movimentos sociais; Sociologia.

a Professor de Sociologia da Universidade da Califórnia, Berkeley, e associado do Society, Work and Development Institute, da Universidade de Witwatersrand, África do Sul. Foi presidente da International Sociological Association (ISA), no período de 2010 a 2014.

b Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP).

Abstract *To face an unequal world requires us to interpret and explain it, to be sure, but also to engage it, that is, to recognize that we are part of it and that we are partly responsible for it. In other words, inequality is not just something external to us, but also invades our own world. I begin, therefore, by examining the global community of Sociology through the lens of inequality. I then consider two recent perspectives on our unequal world from outside Sociology: the moral radicalism of Pope Francis that emphasizes exclusion from market society, and the innovative research of the economist Thomas Piketty that emphasizes unequal inclusion in market society. These two faces of global inequality mirror the social movements reverberating from the economic crisis of 2008 but which have their roots in a reaction to a broader wave of marketization, the third to engulf modern capitalism. To explore the meaning of third-wave marketization, otherwise known as neoliberalism, and the social movements it provokes I draw on two concepts from Karl Polanyi – “fictitious commodities” and “countermovement” – as well as a theory of the dynamics of capitalism. I conclude with three challenges facing a Global Sociology that centers social movements: to develop a theory that speaks to the globally diverse experiences of commodification; to develop a methodology that recognizes that we are unavoidably participants in the world we study; and to develop a politics that defends a particular vision of that world, a vision that has defined the sociological tradition from its beginning, namely one that upholds the centrality of civil society against the over-extension of market and state.*

Keywords *globalization; inequality; markets; social movements; Sociology.*

Mais de seis mil sociólogos se reuniram em Yokohama para discutir as múltiplas dimensões, fontes e consequências da desigualdade¹ – um dos temas que definem a própria Sociologia. No entanto, a desigualdade nunca é somente um mero objeto de estudo, ela também está sempre em exposição. Invade nossas vidas enquanto estudiosos e professores. Além disso, quanto mais global a Sociologia se torna, mais palpável a hierarquia e a exclusão em nosso meio.

1 Este discurso foi proferido no XVIII Congresso Mundial de Sociologia da International Sociological Association (ISA), ocorrido em Yokohama, Japão, entre 13 e 19 julho de 2014. O tema do evento foi “Enfrentando um mundo desigual: desafios para uma Sociologia Global”, foco dos plenários e sessões das cinquenta e cinco Comissões de Pesquisa. A amplitude do debate é refletida nos cinco livros escolhidos pelos autores das sessões dos encontros críticos: *The killing fields of inequality*, de Göran Therborn; *Tools of justice: non-discrimination and the Indian Constitution*, de Kalpana Kannabiran; *Life as politics: how ordinary people change the Middle East*, de Asef Bayat; *Para descolonizar o Ocidente [For the decolonization of the occident]*, de Boaventura de Sousa Santos; e *Framed by gender: how gender inequality persists in the modern world*, de Cecilia Ridgeway.

Tome como exemplo a própria International Sociological Association. A Figura 1 demonstra o número de inscritos nos Congressos e Fóruns e o crescimento a cada reunião. Desde seu nascimento, ao longo dos últimos sessenta e cinco anos, a ISA se tornou cada vez mais internacional, tanto em filiação como em reputação. No World Congress, em 2014, cento e três países foram representados. Utilizando a classificação do Banco Mundial de rendimento nacional bruto *per capita*, nós dividimos os países em categorias: A (alto rendimento), B (renda média) e C (baixa renda). De acordo com essa classificação, descobrimos que os participantes em Yokohama eram quarenta e três de países A, trinta e quatro de países B e quarenta e três de países C; no entanto, 71% dos participantes eram de países A, 19% de países B e 10% de países C. Isso mapeia o desenvolvimento desigual da Sociologia em todo o planeta, refletindo um campo global desigual da educação superior, que, por sua vez, está ligado a níveis persistentemente desiguais de desenvolvimento econômico². Menos visíveis, mundialmente falando, mas não menos importantes, são as desigualdades dentro dos próprios países – entre elites cosmopolitas que têm recursos para viagens internacionais e sociólogos orientados localmente com muito menos recursos. Não importa de onde eles são, aqueles capazes de participar do Congresso já se constituem como uma camada privilegiada.

Voltando-se para os membros individuais da ISA, constatamos que 65% são de países A, 22% de países B e 13% de países C – novamente, algo bastante discrepante, apesar de as taxas de adesão serem bem mais baixas para países B e C. Não obstante, os dados da Figura 2 mostram uma pequena, mas contínua, queda na proporção de membros de países A: de 74%, em 2002, para 65%, em 2014. A Figura 3 mostra o mesmo progresso na filiação de Associações Nacionais. Ficou no passado o período em que a ISA era um clube de algumas centenas de membros da Europa, dos EUA e de alguns membros do bloco soviético.

2 Marginson e Ordorika (2011) compilaram uma prova impressionante de dominação dos EUA no campo global de investigação e no ensino superior. Dentre a enorme quantidade de financiamentos dedicados ao ensino superior, os EUA gastam sete vezes mais que o Japão – o segundo que mais gasta na lista (359,9 bilhões de dólares americanos, em comparação com os 51,1 bilhões de dólares). Em termos de produção de pesquisa, o abismo entre os EUA e o resto do mundo é impressionante. Em 2001, cientistas e cientistas sociais publicaram 200.870 artigos em importantes revistas, seguidos pelo Japão, com 57.420, o Reino Unido, com 47.660, a Alemanha, 43.623, a França, com 31.317, e a China, com 20.978. Quando se trata do número de “pesquisadores altamente citados”, os EUA têm 3.835, mais de oito vezes que o segundo país no *ranking*, o Reino Unido. Os EUA produziram menos de um terço dos artigos científicos do mundo, em 2001, mas contaram com 44% das citações – ainda que, obviamente, essa não seja apenas uma questão de prestígio, mas uma tendência dos estudiosos norte-americanos em citar uns aos outros. Esses números se baseiam em suposições arbitrárias, mas que são, no entanto, chave para a definição da área científica – a distribuição de recompensas, as formas de reconhecimento, as regras da concorrência e os marcos das disputas.

À medida que incluímos mais sociólogos de diferentes países, também nos tornamos mais heterogêneos e conscientes de nossas próprias desigualdades internas. Em 2014, o Comitê Executivo, ou seja, os líderes eleitos na Associação, incluía treze (62%) de países do bloco A, cinco (24%) de países do B e três (14%) de países do C, o que correspondia à composição aproximada dos membros. No entanto, em 2014, quarenta e oito presidentes dos Comitês de Pesquisa – o coração da ISA – eram de países A (treze da América do Norte, vinte e cinco da Europa e os dez restantes de outras localidades), em comparação com sete de países B e um de país C³. Essa é uma representação bem mais enviesada, que novamente reflete a concentração de recursos de pesquisa no Norte. Se fôssemos utilizar a nacionalidade dos doutorados como parâmetro, em vez do país de residência, obteríamos uma distribuição ainda mais desigual.

Ao longo dos anos, a ISA tem feito esforços para atrair sociólogos de países sub-representados, a partir de uma escala móvel de taxas de adesão e de registro com base no país de residência, com concessões expressivas para os alunos também. No início, o inglês e o francês eram as línguas oficiais da ISA, mas, após protestos, no primeiro Congresso na América Latina (Cidade do México, em 1982), o espanhol se tornou a terceira língua – ainda que só oito anos mais tarde, no Congresso de Madrid (PLATT, 1998, p. 37). Mesmo assim, o inglês domina os procedimentos, e os periódicos oficiais são em inglês, o que confere uma vantagem para falantes nativos do idioma. Em virtude de ser a segunda língua mais popular, o inglês se tornou a língua franca mais utilizada.

Nos últimos anos, a ISA tem criado uma série de ambientes digitais que visam tornar a Sociologia acessível para sociólogos em qualquer lugar, sem que tenham que viajar para encontros caros ao redor do mundo. A intenção foi construir uma comunidade virtual global por intermédio de *blogs*, como aqueles sobre crises universitárias; plataformas digitais, vinculadas à justiça social e à democratização; entrevistas em vídeo com sociólogos proeminentes; seminários internacionais, como os sobre Sociologia Pública e Sociologia Global; um *site* para publicar resumos de teses de doutoramento; a *Global Dialogue*, a revista da ISA, publicada quatro vezes por ano, em quatorze idiomas, bem como a *Sociopedia.isa*, a enciclopédia

3 Com relação ao gênero, o Comitê Executivo de 2014-2018 tem quinze mulheres e seis homens, e a distribuição dos presidentes de comitês de pesquisa é de vinte e oito homens e vinte e sete mulheres. Em Yokohama, 52% dos inscritos eram mulheres. Entre os contingentes nacionais com mais de cem inscritos, a proporção de mulheres variou entre um mínimo de 41%, para os Países Baixos e a China, 44% para o Japão, 46% para a Índia, e teve uma alta de 61% para o Brasil e 63% para a Rússia e a Austrália. Portanto, a distribuição global de gênero no Congresso da ISA tornou-se bastante igual, mas isso esconde um desequilíbrio entre os sexos não insignificante dentro dos países.

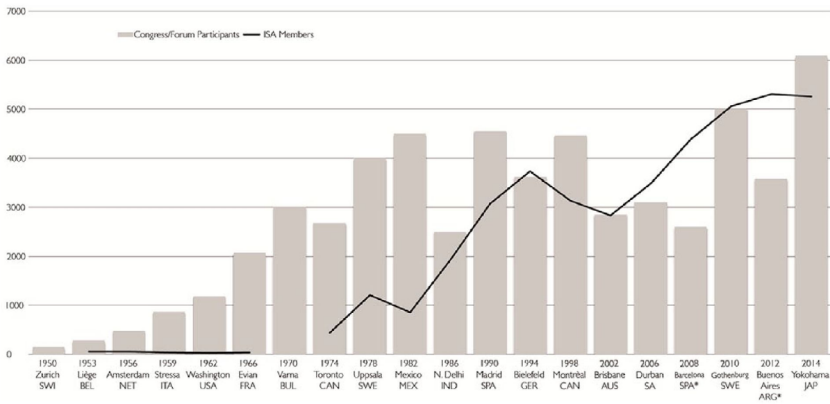


Figura 1. Adesão individual à ISA e participantes de Congressos/Fórum 1950-2014. Fonte: Secretaria da ISA em Madrid. *indica Fórum em vez de Congresso.

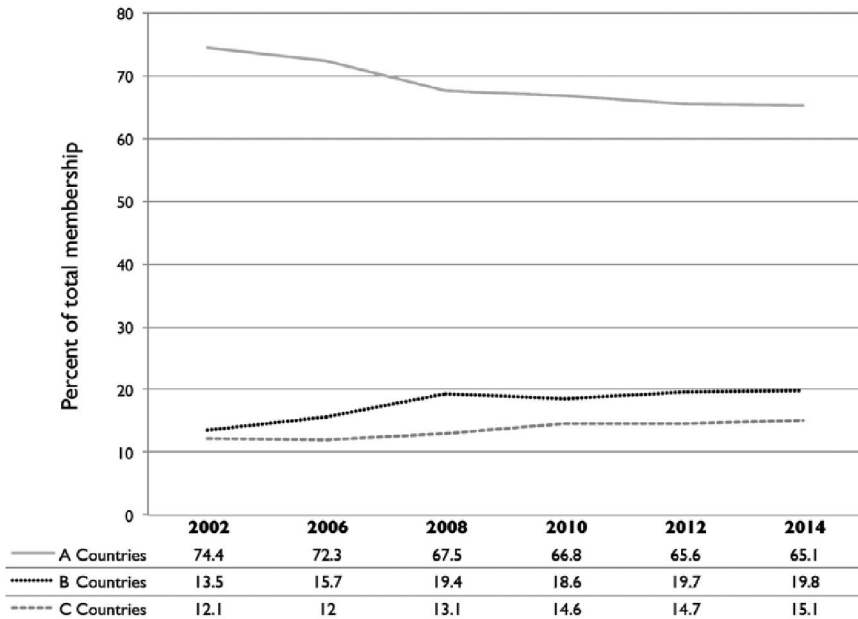


Figura 2. Distribuição de membros da ISA de diferentes países por ano. Fonte: Secretaria da ISA em Madrid.

internacional da ISA, e os artigos *on-line* da *eSymposium*. Juntas, essas são tentativas de construir uma comunidade mais ampla, mas que, na realidade, ainda faz pouco para reverter as desigualdades que invadem nossa associação.

Resumindo as tendências descritas, podemos discernir duas faces da desigualdade que afligem a ISA. Por um lado, como nós nos tornamos mais inclusivos, também nos tornamos mais conscientes daqueles que ficaram de fora. A rejeição do modelo elitista anterior e a abertura da ISA a todos os sociólogos do mundo

tornaram a *exclusão* um tema de preocupação e de debate mais acentuado⁴. Uma maior inclusão também nos tornou mais (e não menos) cientes das hierarquias que continuam a existir e, quiçá, se exacerbaram *no interior* da organização. Essas forças gêmeas de exclusão e inclusão desigual formam o microcosmo da desigualdade em âmbito global. Como argumentarei, elas têm de ser estudadas em sua inter-relação dinâmica – o círculo vicioso por meio do qual a exclusão promove a inclusão desigual, que, por sua vez, leva a uma exclusão subsequente.

Representando essas duas perspectivas divergentes sobre a desigualdade, começo por analisar elaborações recentes do Papa Francisco e do economista Thomas Piketty. Ao romper com o conservadorismo herdado do pensamento eclesiástico e do econômico, as perspectivas de ambos não emergiram do nada. Refletem a onda de protestos que se seguiram na esteira da crise econômica de 2008. Portanto, para compreender as fontes dos dois tipos de desigualdades em pauta, é necessário aprofundar o significado desses movimentos sociais. Minha hipótese é a de que podem ser mais bem exploradas com a ajuda da teoria das mercadorias fictícias, de Karl Polanyi (2001 [1944]), sua análise do fundamentalismo de mercado e sua ideia de contramovimento. Ao reconstruir sua obra canônica, *A grande transformação*, chamo atenção para a ausência de uma teoria da dinâmica do capitalismo – uma teoria capaz de explicar o fluxo e o refluxo de mercantilização, que é a força motriz por trás dos movimentos. Concluo ligando a reconstrução d'*A grande transformação* a três desafios enfrentados pela Sociologia mundial: ser uma Sociologia *do* mundo, mas, ao mesmo tempo, ser uma Sociologia *no* mundo e *para* o mundo.

DO PAPA FRANCISCO A THOMAS PIKETTY

Durante os últimos quatro anos, o tema da desigualdade tem alcançado um surpreendente destaque no debate público e, muitas vezes, de lugares mais inesperados. Dessa forma, o Papa Francisco – eleito em março de 2013 como o primeiro papa jesuíta, o primeiro papa da Argentina e, de fato, o primeiro papa do

4 No XVIII Congresso em Yokohama, seis ex-presidentes da ISA – Margaret Archer (*in absentia*), T. K. Oommen, Immanuel Wallerstein, Alberto Martinelli, Piotr Sztompka e Michel Wieviorka – reuniram-se para avaliar os primeiros sessenta e cinco anos da ISA e seu futuro. Os ex-presidentes olharam para a inclusão de um número cada vez maior de sociólogos de diferentes partes do mundo como uma faca de dois gumes: alguns eram nostálgicos dos dias em que a ISA era um clube de elite de cientistas de renome, enquanto outros lamentavam a falha de uma internacionalização incompleta. Como a inclusão aumentou, presidentes tiveram de assumir o desafio de reconhecer diferentes idiomas – cada vez mais difícil, à luz do crescente uso do Inglês como língua franca. Os seis artigos estão publicados na *Global Dialogue* (2014, v. 4, p. 4).

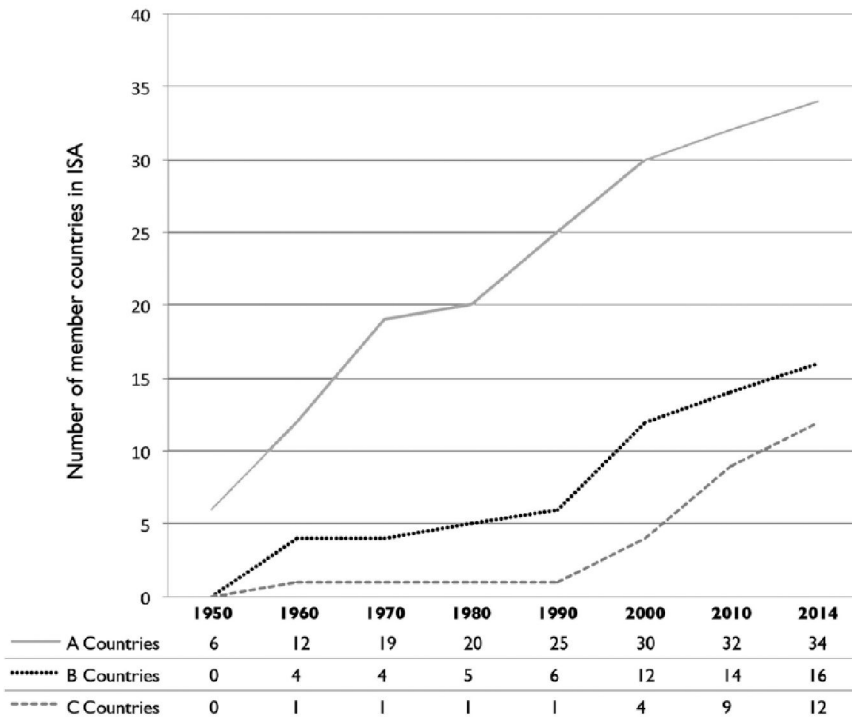


Figura 3. Crescimento das Associações Nacionais na ISA. Fonte: Secretaria da ISA em Madrid.

Sul Global – tem vigorosamente condenando a desigualdade. Seis meses após sua eleição, ele entregou sua primeira Exortação Apostólica (FRANCIS, 2013, p. 52-75), que incluiu as seguintes teses sobre a desigualdade:

I. Não a uma economia de desigualdade e exclusão. Assim como o mandamento “Não matarás” define um limite claro para salvaguardar o valor da vida humana, hoje também temos de dizer “Não” para uma economia de exclusão e desigualdade. Tal economia mata. Como é possível não se tornar notícia o fato de uma pessoa de rua idosa morrer por falta de assistência, mas sim o de que o mercado de ações perdeu dois pontos? Esse é um caso de exclusão. Podemos continuar parados quando o alimento é jogado fora, enquanto as pessoas estão morrendo de fome? Esse é um caso da desigualdade. Hoje, tudo vem sob as leis da concorrência e da sobrevivência do mais forte, em que o poderoso se nutre do impotente. Como consequência, massas de pessoas encontram-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem possibilidades, sem quaisquer meios de fuga. [...] Os excluídos não são os “explorados”, mas os marginalizados, as “sobras”.

II. Não à teoria econômica do “antes crescer o bolo para depois reparti-lo”. Algumas pessoas continuam a defender teorias *trickle-down*, que pressupõem

que o crescimento econômico, estimulado por um mercado livre, vai inevitavelmente ter sucesso na obtenção de uma maior justiça e inclusão no mundo. Essa opinião, que nunca foi confirmada pelos fatos, expressa uma confiança brutal e ingênua na bondade das pessoas que exercem o poder econômico e no funcionamento sacralizado do sistema econômico vigente.

III. Não à nova idolatria do dinheiro. Uma das causas dessa situação é encontrada em nossa relação com o dinheiro, já que calmamente aceitamos o seu domínio sobre nós mesmos e nossas sociedades. [...] Nós criamos novos ídolos. A adoração ao bezerro de ouro antigo voltou em um novo e cruel disfarce na idolatria do dinheiro e da ditadura de uma economia impessoal que carece de um propósito verdadeiramente humano.

IV. Não à tirania do lucro. Enquanto os lucros de uma minoria estão crescendo exponencialmente, também cresce a distância que separa a maioria da prosperidade desfrutada por poucos felizardos. [...] Uma nova tirania é assim criada, muitas vezes invisível e virtual, que unilateralmente e implacavelmente impõe suas próprias leis e regras. [...] Neste sistema, que tende a devorar o que fica no caminho dos lucros cada vez maiores, tudo que é frágil, como o meio ambiente, que se torna indefeso diante dos interesses de um mercado divinizado, que é, por sua vez, a única regra.

V. Não à desigualdade que gera violência. Hoje, em muitos lugares, ouvimos um apelo por maior segurança. No entanto, até que a exclusão e a desigualdade na sociedade e entre os povos sejam revertidas, será impossível eliminar a violência. [...] Quando uma sociedade – seja ela local, nacional ou global – está disposta a deixar parte de si mesma excluída, nenhum programa ou recurso político gasto em aplicação da lei ou em sistemas de vigilância pode indefinidamente garantir a tranquilidade. Isso não se dá apenas devido ao fato de a desigualdade provocar uma reação violenta por parte das pessoas excluídas do sistema, mas porque o sistema socioeconômico é injusto em sua raiz.

VI. Não ao sistema financeiro que governa melhor do que serve. Encorajo peritos financeiros e líderes políticos a ponderar as palavras de um dos sábios da antiguidade: “Não compartilhar sua riqueza com os pobres é roubá-los e tirar seu sustento. Não são nossos próprios bens que mantemos, mas o deles”. Uma reforma financeira receptiva a tais considerações éticas exigiria uma mudança

vigorosa de abordagem por parte dos líderes políticos. [...] O dinheiro deve servir, não governar!

Esse é um programa radical condizente com os primeiros escritos de Marx e inspirado, sem dúvida, na teologia da libertação. Entre as duas dimensões da desigualdade – exclusão e inclusão desigual –, o papa claramente foca na primeira. A “Tese I” tem seu foco direcionado à exclusão, que é ignorada pela economia convencional (Tese II), enraizada no culto ao mercado (Tese III), impulsionada pelo lucro (Tese IV), o que resulta em violência (Tese V), mas também clamando pelo repúdio à espoliação (Tese VI). O papa distingue, expressamente, excluídos e explorados, e ainda, é claro, que eles estejam intimamente ligados. Uma expansão da reserva de trabalho excedente móvel intensifica a inclusão desigual, erodindo a capacidade dos explorados de contestar sua exploração.

Essa crítica à exclusão é própria do Sul Global, mesmo que seja cada vez mais uma realidade no Norte, com a guetização das minorias raciais e a precariedade que avança ao longo da hierarquia socioeconômica⁵. Para uma acusação não menos devastadora, dessa vez da segunda face da desigualdade – inclusão desigual –, voltamos para outra fonte improvável. A maioria dos economistas não se preocupa com a desigualdade que surge como refluxo da “produtividade marginal” ou do investimento em capital humano – resultado supostamente justo e inevitável do crescimento econômico. Não obstante, hoje, uma nova geração de economistas heterodoxos vem à tona, incluindo James Galbraith (2012) e os vencedores do Prêmio Nobel, Joseph Stiglitz (2012) e Amartya Sen (1995), apontando para mercados indomáveis como sendo a causa da incapacitante e crescente desigualdade. Em 2014, no entanto, um jovem economista francês, Thomas Piketty, roubou os holofotes dos estadistas seniores, com seu livro de grande sucesso, *O capital no século XXI*. É curioso um livro de seiscentas páginas, um pouco tedioso, ter capturado a imaginação não só do mundo acadêmico, mas também do mundo dos negócios e da política.

Piketty e seus colaboradores coletaram massivos conjuntos de dados originais, documentando dois séculos e meio de renda e desigualdade de riqueza em uma variedade de países, não apenas nos EUA e na Europa, mas também em várias das maiores economias em desenvolvimento. Os dados mostram que o período entre

5 Klaus Dörre (2010; 2012) descreveu como a dialética da exclusão e da inclusão desigual assume uma forma específica sob o capitalismo financeiro, por meio do que ele chama “*Landnahme*” ou, pode-se dizer, “espoliação”, que leva a níveis cada vez maiores de acumulação de capital, por um lado, e crescente precarização – o que ele chama exploração secundária, por outro lado. Para um argumento semelhante, consultar David Harvey (2006).

os anos 1930 e 1970 foi uma aberração na desigualdade (que declinava), provocada por guerras e crise econômica, e que nas últimas décadas a desigualdade retomou sua trajetória ascendente do século XIX, não mostrando qualquer sinal de reversão. Ele chama tal fato de retorno ao capitalismo patrimonial do passado, com base na herança relativamente irrestrita de privilégio e riqueza. Essas alegações desafiam os pressupostos fundamentais da economia neoclássica e, com efeito, invocam novas teorias sobre o capitalismo. A análise de Piketty, todavia, limita-se a uma dimensão da desigualdade – a inclusão desigual dentro do capitalismo. A natureza dos dados retirados de registros fiscais, sua preocupação com os efeitos endógenos do mercado e, principalmente, o foco em países ricos levam-no a limitar sua análise aos diferencialmente e aos ainda mais diferencialmente incluídos em vez dos excluídos.

A desigualdade era, antes, um tema exclusivo da Sociologia, mas o papa e os novos economistas roubaram nosso trovão, atuando em nosso próprio terreno. No entanto, eles não têm respostas reais para os problemas que apontam: o papa apela para uma nova ética, amor e empatia, mas até agora – e não por falta de tentativas – não conseguiu fazer muito sobre a existência e o encobrimento de abuso sexual ou sobre posições conservadoras da Igreja acerca de questões de homoafetividade, contracepção, divórcio e aborto. Radical sobre questões econômicas, ele encontrou dificuldades em fazer progresso em matérias sociais. No entanto, como argumentarei, é precisamente a partir da esfera social que os desafios à desigualdade, seja a inclusão desigual ou a exclusão, irão aparecer. Piketty, por outro lado, oferece soluções que giram em torno de tributar os ricos e super-ricos. Mas de onde surgirá a vontade política para tal tributação ser colocada em prática? Ele não possui qualquer teoria política, nenhuma teoria do Estado, dos movimentos sociais, da cultura e, acima de tudo, nenhuma teoria do capitalismo. Ele tem uma fórmula para o aumento da desigualdade, mas os fatores por trás de tais variáveis (taxas de retorno sobre o capital e o crescimento econômico) são deixados sem explicação. Assim, ele se movimenta entre um indeterminismo radical – “tudo é possível” – e um empirismo radical que supõe que o mundo continuará do mesmo jeito.

Nós somos sociólogos. Nós não começamos com uma exortação moral nem terminamos com crenças *deus ex machina*, mas nos preocupamos com o movimento real de pessoas reais em relações reais e como elas vivem suas vidas reais. De onde o papa abstraiu suas teses sobre a desigualdade se não a partir dos movimentos sociais do povo argentino? Piketty, por sua vez, começa seu livro com os mineiros de Marikana, na África do Sul, em greve, mas ele poderia muito bem ter começado com o *Occupy Wall Street* ou com os *Indignados*. Piketty, rapidamente, perde de vista os mineiros de Marikana no emaranhado de dados

econômicos. Tanto o papa como Piketty são refrações religiosas e acadêmicas dos novos movimentos sociais que influenciaram a crescente preocupação pública com a desigualdade. Devemos, portanto, voltarmo-nos para os próprios movimentos.

UMA ONDA DE MOVIMENTOS SOCIAIS, 2010-2014⁶

Muitos esperavam que a coincidência da eleição de Barack Obama com a crise financeira de 2008 pudesse restaurar um capitalismo organizado, capaz de regular os bancos e redistribuir riqueza. Longe disso. O novo governo consolidou o poder global do capital financeiro, enquanto os tremores secundários da crise repercutiram em todos os continentes, dando origem a uma trajetória de protestos de 2010 até 2013. Vou seguir nessa direção, começando com a autoimolação de Mohammed Bouazizi, em 17 de dezembro de 2010.

Bouazizi não foi o primeiro tunisino a imolar-se; então, por que ele desencadeou um movimento que no período de um mês iria derrubar a ditadura de vinte e três anos de Ben Ali? Bouazizi veio de Sidi Bouzid, uma pequena cidade da região central da Tunísia, cheia de queixas de agricultores expropriados de suas terras pelo agronegócio, dos empregados das minas de fosfato substituídos por migrantes e de pessoas com ensino superior desempregadas. Bouazizi cristalizou o descontentamento e tornou-se o catalisador dos protestos que se espalharam pela Tunísia, até o norte mais rico, onde os profissionais de classe média e setores sindicais inflamaram a sociedade civil. O presidente Ben Ali tinha sido o queridinho do Ocidente, não só porque conteve a maré islâmica na baía, mas também porque ele tinha seguido impiedosamente o modelo neoliberal, que combinou austeridade com concessões econômicas a um círculo estreito de beneficiários em torno de sua própria família. Cada vez mais, as classes médias foram afastadas da generosidade da ditadura, galvanizando sua participação no intumescido movimento. Aqui, novamente, notamos o imbricamento entre as queixas decorrentes do aprofundamento da exclusão com a crescente inclusão desigual.

A Revolução Tunisiana inspirou a revolução de 25 de janeiro no Egito, e, três semanas mais tarde, o presidente que governava fazia trinta anos, Hosni Mubarak, foi derrubado. Aqui também houve protestos de rua anteriores realizados por trabalhadores e jovens, descontentes com as políticas econômicas, antes da inspiração

6 Ao mapear a onda de movimentos sociais, a base são minhas observações, entrevistas e a literatura emergente que liga os movimentos ao capitalismo. Consultar: Pleyers (2010), Castells (2012), Benski et al. (2013), Mason (2013), Hanieh (2013), Bayat (2013), Hetland; Goodwin (2013), Cox; Nilsen (2014) e Fominaya (2014).

tunisiana. Amontoadas na Praça Tahrir, as pessoas descobriram um novo sentido em seu próprio poder, que não iria se dissipar. As revoluções árabes cultivaram poderosas forças de oposição na Líbia, no Iêmen, no Bahrein e, é claro, na Síria; mas elas foram alimentadas pelo desemprego e pela exclusão provocados por políticas econômicas neoliberais (HANIEH, 2013). Mais adiante, em 11 de março de 2011, um dos maiores terremotos registrados, um dos mais mortais desastres ambientais na história recente, atingiu o Japão. Estima-se que 18.500 morreram, incluindo 2.600 desaparecidos. A maioria das vítimas foi morta pelo tsunami, que também causou o colapso catastrófico da usina nuclear de Fukushima. O tsunami em si e, em seguida, o acidente nuclear forçaram um reassentamento em massa, deslocando cerca de 380.000 pessoas. O Japão era o terceiro maior consumidor de energia nuclear (atrás de EUA e França). Desconsiderando a história de oposição popular à energia nuclear, o dominante Partido Liberal Democrático (LDP) expandiu o número de plantas, especialmente em comunidades pobres, atraídas por fortes incentivos econômicos. Até o partido de oposição, Partido Democrático do Japão, quando assumiu o poder em 2009, planejava expandir a dependência de energia nuclear, a fim de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O desastre de Fukushima detonou um enorme movimento antinuclear, indignado com a negligência criminoso do governo e sua relação bastante acolhedora com a indústria nuclear, que ditou os termos para sua própria lucratividade. Apesar do crescente movimento que poderia trazer à tona até duzentos mil manifestantes de uma só vez, o PDL, que retornou ao poder em 2012, comprometeu-se a expandir a energia nuclear e religar as plantas cujas operações tinham sido suspensas⁷.

Enquanto isso, uma variedade de movimentos ambientalistas capturou o imaginário público em todo o planeta, muitos deles instigados pela expropriação de terras ou degradação – que excluiu mais do que os incluiu. Na Índia, protestos paralisaram as expropriações de terra decorrentes das Zonas Econômicas Especiais (LEVIEN, 2013); na China, houve protestos contra o envolvimento do governo local na especulação imobiliária e no roubo fundiário (CHUANG, 2014); na Palestina, houve protestos inovadores e de alto risco contra o alargamento dos assentamentos israelitas; em toda a América Latina, tem havido protestos contra consórcios internacionais de mineração que promoveram deslocamentos populacionais e destruíram mananciais; nos Estados Unidos e no Canadá, estão crescendo os protestos contra a extração de petróleo por meio da estimulação hidráulica. As

7 Koichi Hasegawa (2014) contrasta a obstinação do governo japonês com reversão do governo alemão de suas políticas nucleares, respondendo ao protesto popular massivo, na esteira do desastre de Fukushima.

alterações climáticas inspiraram protestos em todo o mundo, embora os países sejam diferencialmente afetados pelo aquecimento global, tornando-os ainda mais urgentes em alguns lugares do que em outros. Embora eles sejam difíceis de serem organizados e coordenados, há um crescente sentimento popular em relações à natureza que, em longo prazo, vai determinar a sobrevivência do planeta, não obstante a fronteira cada vez mais tênue que separa o protegido do vulnerável.

O Movimento dos Indignados, que começou em Portugal, recebeu seu batismo na Espanha como Movimento 15 de Maio (15-M). Após a crise econômica de 2008, a economia espanhola entrou em queda-livre e a austeridade foi imposta a pedido da Troika – o Banco Central da Europa, o FMI e a Comissão Europeia. Isso repercutiu duramente e de modo particular na juventude, na medida em que eles se encontravam, ainda que muitas vezes qualificados, sem emprego seguro ou até mesmo desempregados. Sob o *slogan* “Democracia real agora” e “Não somos bens nas mãos de políticos e banqueiros”, eles encheram as praças das principais cidades e começaram a organizar um mundo alternativo. Movimentos semelhantes, com respostas similares à austeridade e à insegurança, surgiam em todo o Sul da Europa – na Itália, em Portugal e na Grécia, bem como na Espanha – cada um com uma complexidade nacional própria, refletindo contextos políticos distintos. A Grécia foi o país mais atingido pelas medidas de austeridade e onde o movimento se revelou mais militante, moldando a política nacional de maneira mais profunda do que na Espanha, Portugal ou mesmo na Itália.

Em agosto de 2011, o *locus* dos protestos mudou para a América Latina, e o movimento estudantil teve seu epicentro no Chile. Apesar de governos socialistas recentes, muitas das políticas neoliberais de Pinochet não foram revertidas. Mais espetacularmente, o Chile lidera o continente no que tange à privatização da educação. Protestos de estudantes universitários, exigindo retorno à educação pública e acesso gratuito para todos, tiveram suas origens na “Marcha dos Pinguins”, manifestações de âmbito nacional engendradas por estudantes do ensino médio, em 2006 – uma geração que agora já entrou na universidade. Manifestações estudantis na América Latina são regulares, mas no Chile elas angariaram apoio maciço e amplo das classes médias, sobrecarregadas com taxas exorbitantes na educação de seus filhos. Desde a Revolução de Córdoba, de 1918, mais do que em qualquer outro lugar do mundo, as universidades latino-americanas tiveram acesso ampliado, com taxas limitadas e gestão democrática. O Chile foi aquele que mais perto chegou de reverter esse padrão histórico, tornando a privatização uma questão política determinante na eleição de 2013. A partir das raízes chilenas, o movimento contra a privatização do ensino superior assumiu proporções globais,

com protestos alcançando manchetes de muitos países da América Latina e para além dela, incluindo Reino Unido, França e, sobretudo, Quebec, onde os alunos eram especialmente militantes.

Setembro de 2011 assistiu ao *Occupy Wall Street* decolar em Nova York, por meio de seu ataque público ao 1% – cada vez mais rico, cada vez mais afastado da sociedade, cada vez mais poderoso. O foco retórico do protesto eram os grandes bancos, que tinham feito uma esbórnica a partir das novas tecnologias de finanças e que, no entanto, eram “grandes demais para falir” e, assim, receberam um belo resgate da crise que eles próprios criaram, enquanto os indefesos absorveram os custos. O *Occupy* se espalhou pelos Estados Unidos e, na verdade, por todo o mundo, capitalizado por conexões com os Indignados, a Primavera Árabe e o movimento estudantil. Ele também foi impulsionado por uma nova geração de manifestantes, “Millennials”, muitas vezes carregando pesados empréstimos estudantis e ainda sem seguro-desemprego. Em 2013, ele esteve temporariamente inativo, tendo sofrido ataques coordenados de polícia militarizada, expulsando-os dos espaços públicos que haviam ocupado. Ainda assim, a chama do Movimento *Occupy* era difícil de extinguir, pois ele irrompeu em lugares inesperados, por exemplo, na Praça Taksim, de Istambul, onde manifestantes se reuniram para a defesa do Parque Gezi contra a especulação imobiliária patrocinada pelo governo. Enquanto escrevo, estamos testemunhando sua reencarnação em Hong Kong, onde jovens manifestantes atuam vigorosamente em defesa do governo democrático.

O movimento sindical está em retrocesso em todo o mundo, com as populações de migrantes excedentes competindo por empregos, enquanto os estados ajudam e estimulam o capital. As greves têm se voltado cada vez mais contra o trabalho e se tornado uma arma do capital, o *lock out*. Ainda assim, as lutas dos trabalhadores estão longe de ter desaparecido, especialmente no Sul Global. Em 2012, dramáticas greves de mineiros sul-africanos na mina de platina Lonmin, em Marikana, chamaram a atenção para as forças dispostas contra eles. Iniciada como greve por equidade salarial entre os operadores de perfuração de rocha, o irresponsável Sindicato Nacional dos Mineiros ficou de fora, enquanto as empresas de mineração colaboraram com o Estado para trazer forças de contenção – e a polícia matou a tiros trinta e quatro mineiros (ALEXANDER et al., 2013). Os ecos do *apartheid* e do massacre de Sharpeville, de 1960, repercutiu em toda a África do Sul, instigando uma onda de greves pelo país. O movimento sindical ainda é uma força potente, não só na África do Sul, mas também no Brasil, onde ele flexionou seus músculos nos protestos populares de junho de 2013. Ainda assim, esses episódios de conflitos trabalhistas em países semiperiféricos não negam

sua fraqueza mais ampla. Impossibilitados de exercer influência na produção, os trabalhadores têm procurado desenvolver novas formas organizacionais, tais como os centros comunitários de apoio aos trabalhadores pobres ou políticas simbólicas que constroem alianças na arena pública (AGARWALA, 2013; CHUN, 2009; MILKMAN; OTT, 2014; MILKMAN et al., 2010) ou os *piqueteros*, uma organização de trabalhadores desempregados na Argentina, que encontrou causa comum no movimento de fábricas recuperadas.

Ao lançar os olhos em direção aos últimos quatro anos, não se pode ignorar, igualmente, o surgimento de movimentos de direita; o mais proeminente é o Movimento Golden Dawn, na Grécia, mas também podem ser vistas expressões no fenômeno eleitoral do movimento político liderado por Beppe Grillo, na Itália. O ex-bloco soviético tem experimentado o aumento mais vigoroso dos movimentos conservadores. Lá, forças progressistas apoiam a expansão da democracia e, desvinculando-se do passado soviético, tendem a ser pró-mercado, enquanto os movimentos reacionários lideraram o ataque contra o mercado. O movimento Euro-Maidan, na Ucrânia, foi instigado pela recusa do governo pró-russo Yanukovich em assinar acordos com a União Europeia, em novembro de 2013. Os manifestantes se instalaram na Praça Maidan, de Kiev, e conseguiram a queda de Yanukovich, mas isso só levou à escalada das tensões geopolíticas, à invasão russa na Crimeia e à subversão do leste russófono da Ucrânia (ISHCHENKO, 2014). Embora a pobreza abunde e questões econômicas estejam em jogo, é difícil alegar que esses são os fatores que impulsionam os protestos, exceto no sentido de que as políticas feitas pelas elites estão sabotando o funcionamento do mercado.

Se 2011 foi o ano do “pontapé inicial em todos os lugares”, como Paul Mason (2013) aponta em seu livro *best-seller*, em 2014, o quadro era bastante diferente. No Oriente Médio, as contrarrevoluções dominam a cena política – do Egito a Israel, da Líbia à Síria. Sem raízes em públicos mais amplos e mediante a repulsa às instituições formais, os movimentos democráticos foram aniquilados pela repressão estatal, muitas vezes legitimados pelas políticas eleitorais de direita. Na América Latina, graças a um envolvimento mais profundo na vida cívica, os movimentos têm conseguido manter seu curso. Enquanto muitos movimentos sociais foram obrigados a recuar e seus ganhos foram revertidos, ainda assim deixaram sua marca na consciência popular e deram aos participantes e apoiadores um sentimento de eficácia coletiva compartilhada. Com suas diferentes articulações de exclusão e inclusão desigual, esses movimentos fornecem os ingredientes para compreender os contornos e limites da onda contemporânea de mercantilização.

REPERTÓRIOS COMPARTILHADOS

Será que esses movimentos representam uma onda global de protestos com um conjunto convergente de repertórios, engendrando uns aos outros em um complexo processo contagioso? Certamente, há diversas evidências de uma influência mútua: as revoltas árabes foram provocadas pela revolta tunisiana e, então, infectaram outros países; de modo análogo, o movimento dos Indignados se espalhou rapidamente por todo o Sul da Europa, bem como ajudou a desencadear o movimento *Occupy*, que, por sua vez, espalhou-se pelo mundo. Nessa mútua influência, as mídias sociais desempenharam papel crucial, embora devamos lembrar que ondas semelhantes de protestos existiram bem antes de tais tecnologias aparecerem – veja as revoluções de 1848 que se espalharam por toda a Europa ou os movimentos que levaram ao colapso do Império Soviético. Os movimentos sempre ofereceram “fantasias concretas” que inspiraram a imitação criativa.

Se esses movimentos estiveram globalmente conectados, foram seus panoramas nacionais que levaram às suas dinâmicas distintas. Eles podem compartilhar causas econômicas, mas suas expressões são moldadas pelas condições e estruturas das políticas nacionais. Isso é verificável tanto intrarregionalmente como inter-regionalmente: a Grécia não é a Espanha, que não é Portugal, assim como a Tunísia não é o Egito, que, por sua vez, não é a Líbia, mesmo que adotem objetivos bastante semelhantes dentro de cada região: o regime autoritário no contexto árabe, a Troika no Sul da Europa, a aliança entre o capital internacional e o Estado na América Latina.

No entanto, dentro desses movimentos conduzidos nacionalmente, mas globalmente conscientes, há uma política compartilhada, uma sensação de espoliação política, como Zygmunt Bauman (2000) indica, frente à separação entre a política popular e o poder. As potências econômicas, especialmente o capital financeiro, ditam os termos para os Estados, impossibilitando, assim, qualquer forma de política democrática. Na Tunísia, as forças do FMI, do Banco Mundial e do capital estrangeiro colaboraram com um Estado autoritário, a fim de privar as pessoas de qualquer papel político. Isso ocorreu com o Egito, onde militares controlam uma fração considerável da economia. Na África do Sul, o conluio entre Lonmin e o Estado foi notório. Onde quer que exista embrião da política democrática, a espoliação é intensificada pela diferença entre a aparência e a realidade: democrática em sua forma; capitalista em seu conteúdo.

Os movimentos sociais respondem criando novas formas de democracia direta ou participativa, que têm um foco geográfico bem concreto, geralmente o controle de algum espaço simbólico – a Praça Tahrir, no Cairo; a Praça Taksim, em

Istambul; o Zuccotti Park, em Nova York; a Praça da Catalunha, em Barcelona, etc. A mídia social pode ter criado um apoio pouco delineável, mas o coração desses movimentos reside nas assembleias que controlavam tais espaços urbanos. Ali, uma noção pré-figurativa teve prioridade, imaginando com o que a educação, a família, o bem-estar e o comércio bancário devam se parecer em um mundo “realmente” democrático. Essa democracia participativa adotou uma nova linguagem política de suspeita acerca da responsabilidade de todas as instituições e ideologias herdadas e até mesmo da própria liderança. Todas as hierarquias foram supostamente dissolvidas, e a energia foi canalizada para a “horizontalidade”, ao construir laços laterais, inclusive aqueles que extrapolaram a localidade e que se estenderam para além do Estado-Nação. Isso proporcionou grande flexibilidade aos movimentos, mas, por isso mesmo, tornou-os institucionalmente fracos.

A luta pelo controle do espaço urbano, muitas vezes, tornou-se violenta. A concentração em lugares singulares foi uma fonte de força, até o momento em que os movimentos foram tolerados pelos poderosos, mas se tornou uma fonte de vulnerabilidade quando aqueles foram colocados na defensiva⁸. Mesmo assim, a fluidez dos movimentos se manteve como trunfo importante. Usando a metáfora de Bauman, podemos dizer que esses movimentos tiveram um caráter líquido, hoje desaparecido, mas amanhã ressurgido em uma nova roupagem e em um novo local. Os movimentos, ao menos em seu início, ultrapassaram a verticalidade bastante desajeitada do Estado. No entanto, a repressão tem geralmente prevalecido, e os movimentos têm ficado ocultos, dispersos, talvez na iminência de reaparecer, talvez não. O que emergiu foi uma consciência diferente, uma noção de possibilidade diversa, uma crítica do existente como sendo não natural e tampouco inevitável e, com ela, uma nova política informal⁹.

PARA ALÉM DA TEORIA DO MOVIMENTO SOCIAL

Nossa interpretação dos movimentos sociais não pode se contentar com a apreciação de sua longevidade ou de seu poder transformador. Eles são uma ferra-

8 Luis Lev Grinberg (2014) argumentou que o foco sobre a ocupação de um espaço físico era tanto um sinal de fraqueza como de força, marcando a ausência de uma oposição vibrante da sociedade civil. Quando os movimentos foram expulsos de suas praças, eles não tinham para onde ir, e sua estratégia fracassou. Ele compara a abertura de espaços políticos no Chile e na Tunísia, onde a ocupação era menos importante, com a reconsolidação do antigo regime em Israel e Egito, onde a ocupação tinha sido fundamental para a política de protesto.

9 Veja, por exemplo (a ser publicada), a avaliação de Mona Abaza sobre o Cairo pós-revolucionário – a subversão do significado do espaço urbano, uma nova política de informalidade entre os vendedores de rua e uma cena artística florescente.

menta crítica para enfrentar um mundo desigual. Eles nos contam sobre o mundo, ao mesmo tempo em que o sentenciam, oferecendo esperança para melhorá-lo. Os movimentos sociais precisam estar no centro de uma nova Sociologia da crítica, em uma época em que a dominação é esmagadora e futuros alternativos são escassos (BOLTANSKI, 2011).

Os movimentos sociais não figuram de forma proeminente nas teorias de Durkheim ou Weber sobre a sociedade moderna. Tampouco, por exemplo, foi destacado de maneira especial pelo movimento socialista de seu tempo, embora cada um deles tenha tomado isso como um termômetro de seus tempos. Para Durkheim, os movimentos sociais eram sintomas de mazelas sociais, enquanto Weber viu neles a mobilização de sentimentos irracionais por parte de líderes carismáticos. Em contrapartida, Marx fez do movimento social – o movimento operário – um aspecto central em sua teoria da sociedade. O proletariado era sujeito e objeto da história, formado pela história, a fim de criar a história. É preciso destacar que o foco de Marx sobre o movimento dos trabalhadores refletiu as condições específicas do século XIX, na Europa.

A teoria da modernização da década de 1950 esprou as tradições weberianas e durkheimianas de patologizar a ação coletiva. Em resposta à crítica de que o estrutural-funcionalismo – a grande teoria desenvolvida por Talcott Parsons e seus companheiros – não tinha nenhuma teoria da mudança social, Neil Smelser (1959) desenvolveu uma teoria da ação coletiva como resposta irracional à diferenciação social. Sua crítica ao marxismo retratou o movimento da classe trabalhadora inglesa do século XIX como resposta à desorganização da produção familiar, decorrente da Revolução Industrial. Ele delineou o movimento fabril não em função da exploração, mas da diferenciação entre trabalho e família. Nessa linha, ele posteriormente criou uma teoria geral do “comportamento coletivo” (SMELSER, 1962).

Isso definiu o contexto de ascensão da teoria do movimento social contemporâneo dos Estados Unidos, associada a nomes como Charles Tilly, William Gamson, Douglas McAdam e Sidney Tarrow. Eles trataram os movimentos sociais não como uma reação irracional à mudança estrutural, mas como uma forma de ação política racional extraparlamentar. As queixas já não eram suficientes para explicar a ação coletiva; contestavam, mas dependiam de recursos – tanto econômicos e sociais como de uma eficaz estrutura de oportunidades políticas. Distanciando-se do foco de seus antecessores sobre a irracionalidade, eles, porém, compartilharam uma ambição: produzir uma teoria geral dos movimentos sociais a ser aplicada através do tempo e do espaço. Isso os levou a perder de vista o contexto específico, agora

reduzido a variáveis inertes. Não obstante, essas teorias gerais foram construídas com base em movimentos sociais específicos, sobretudo o movimento dos direitos civis e outros movimentos sociais da metade do século XX; no caso de Charles Tilly, todos os movimentos do século XIX que tomaram o Estado como seu objeto também foram incluídos. Sua variação foi transformada em uma demonstração de invariância universal.

Os teóricos dos movimentos sociais europeus, em especial Alain Touraine e seus alunos, tiveram uma abordagem diferente. Eles também fizeram objeção à ideia de que os movimentos sociais foram uma reação irracional às forças estruturais. Centrando-se no movimento estudantil francês da década de 1960 e também no movimento sindical chileno, no movimento de solidariedade polonês e nos movimentos antinucleares europeus, Touraine argumentou que todos esses movimentos refletiram um período específico, o do pós-industrialismo ou da sociedade programada, governado pela “historicidade”, que é uma “autoprodução” coletiva da sociedade. Ele deliberadamente rompeu com a teoria social clássica que descrevera a história em termos de leis naturais, o desenrolar de tais entidades metafísicas enquanto razão, progresso, racionalidade e desenvolvimento. “A sociedade costumava fazer parte da história; agora, a história é que faz parte das sociedades, e elas têm a capacidade de escolher sua organização, seus valores e seus processos de mudança, sem ter de legitimar tais escolhas, de modo a fazer as mesmas em conformidade com as leis naturais ou históricas” (TOURAINÉ, 1988, p. 40). Os novos movimentos sociais, portanto, foram muito diferentes dos movimentos impulsionados pela industrialização; os novos movimentos sociais, imersos em um mundo pós-materialista, tinham a história ao seu alcance. Nessa concepção, o papel do sociólogo era o de “conscientizar” os movimentos sociais e ajudá-los a forjar um mundo à sua própria imagem. Tal visão messiânica da sociedade, não surpreendentemente, cedeu lugar a uma volta pessimista nos últimos trabalhos de Touraine, culminando, mais recentemente, em *The end of society*. A importância resiliente da abordagem de Touraine consiste em posicionar os movimentos sociais no centro da Sociologia – uma Sociologia que é autoconsciente sobre seu lugar na história.

Hoje, já não vivemos (se é que já vivemos) em uma era da sociedade do pós-industrialismo programado, em que o Estado e a economia continham mútuas tendências predatórias, cada um submetido à influência de forças que emanavam da sociedade civil. Agora, nós vivemos em um mundo onde o Estado e a economia reforçam, reciprocamente, as tendências a ultrapassar sua própria esfera de influência e a ameaçar a sociedade civil. Em suma, vivemos na era do neoliberalismo, um termo polissêmico que pode significar muitas coisas para diferentes pessoas.

Para alguns, é uma ideologia, para outros, uma prática; para alguns, refere-se ao Estado, para outros, ao capital; para alguns, marca a retirada do Estado, ou *laissez faire*, para outros, marca um Estado regulador; para alguns, é uma forma de governamentalidade e seu individualismo correspondente, para outros, simplesmente o fim da sociedade.

Em vez de “neoliberalismo”, proponho elaborar e utilizar o termo “mercantilização”. Isso me permite, em primeiro lugar, comparar a época atual com períodos anteriores de “mercantilização” e, segundo, elucidar a experiência vivida incitando os movimentos sociais enquanto envolvidos em diferentes dimensões de mercantilização. Meu ponto de partida, portanto, não é nem Touraine ou Marx, nem Weber ou Durkheim, mas *A grande transformação*, de Karl Polanyi, que analisa a mercantilização do ponto de vista dos movimentos sociais que ela gera.

A MERCADORIA FICTÍCIA: DA MERCANTILIZAÇÃO À DESMERCANTILIZAÇÃO

As teses do papa sobre a desigualdade fazem lembrar *A grande transformação*, de Karl Polanyi. Publicado pela primeira vez em 1944, é uma avaliação abrasadora da ameaça representada pelo mercado superestendido para a sobrevivência da sociedade – uma ameaça tão grave que, sob pena de morte, iria incitar uma auto-defesa da sociedade. Para compreender a experiência vivida da mercantilização e a possibilidade de sua reversão, o conceito de Polanyi de “mercadoria fictícia” é especialmente útil¹⁰.

Ao repudiar a consideração de Marx de que a exploração é característica definidora do recurso experiencial do capitalismo, Polanyi enfoca o caráter destrutivo da mercantilização:

Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e de seu ambiente natural, de fato, em uma mesma quantidade e utilização de poder de compra, resultaria na demolição da sociedade. Quanto à suposta mercadoria “força de trabalho”, não pode ser empurrada de lá para cá, usada de forma indiscriminada, ou até mesmo não ser utilizada, sem afetar também o indivíduo humano que ocorre ser o portador dessa mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema iria dispor da entidade física, psicológica e moral “homem” ligada a essa identificação. Tirada a cobertura

10 Tal como o fundamentalismo de mercado não mostra sinais de diminuir, apesar da oposição, mais cientistas sociais começaram a abraçar a ideia de mercadorias fictícias de Polanyi. Consultar, por exemplo: Streeck (2014), Reich (2014) e Fraser (2013).

protetora das instituições culturais, os seres humanos morreriam pelos efeitos da exposição social; morreriam como vítimas do deslocamento social agudo da opinião, da perversão, do crime, e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos, bairros e paisagens profanadas, rios poluídos, a segurança militar comprometida, o poder de produzir alimentos e matérias-primas destruídas. Finalmente, a administração do poder de compra iria liquidar periodicamente empreendimentos comerciais, a escassez e a abundância provaria ser tão desastroso para os negócios como inundações e secas na sociedade primitiva. Sem dúvida, trabalho, terra e mercados monetários são essenciais para uma economia de mercado. Todavia, nenhuma sociedade poderia suportar os efeitos de tal sistema de ficções grosseiras, mesmo que por curto espaço de tempo, a menos que a sua substância humana e natural, bem como a sua organização empresarial estivesse protegida contra os estragos deste moinho satânico (POLANYI, 2001 [1944], p. 76-77).

Polanyi argumenta que o trabalho, a terra e o dinheiro – três fatores de produção – nunca foram destinados a serem comprados e vendidos, e sua mercantilização não regulamentada destrói sua característica “verdadeira” ou “essencial”. Ele presume que manteriam sua característica essencial até a sociedade pré-mercantil¹¹. Quando a força de trabalho é trocada sem proteção contra lesão ou doença, desemprego ou excesso laboral, salários abaixo da linha de substância, o trabalho que pode ser extraído rapidamente decai e caminha rumo à inutilidade. Da mesma maneira, quando a terra ou, mais amplamente, a natureza está sujeita à mercantilização, então ela não pode mais suprir as necessidades básicas da vida humana. Finalmente, quando o dinheiro é usado para criar dinheiro, por exemplo, por meio da especulação monetária, então, seu valor se torna tão incerto que já não pode ser utilizado como meio de troca, deixando as empresas de fora dos negócios e gerando crises econômicas.

Atualmente, temos de acrescentar uma quarta mercadoria fictícia – o conhecimento –, um fator de produção que não é apenas um ingrediente essencial da economia moderna, mas crucial para a produção dos outros três fatores (JESSOP, 2007). A tecnologia da informação transformou o processo de trabalho, de modo a fazer a venda da força de trabalho se tornar cada vez mais precária. Isso é central nas novas tecnologias financeiras da moda e nos recentes modelos de transfor-

11 Isto é o que Nancy Fraser (2012) chama leitura “ontológica” de caráter fictício, que ela rejeita a favor de uma leitura “estrutural”, em que o ato de troca destrói o valor de uso.

mação da natureza (por exemplo, em safras geneticamente geradas). Ao mesmo tempo, o conhecimento está também sujeito à mercantilização, pois sua produção e difusão estão cada vez mais organizadas em razão das necessidades de quem pode comprar, ainda que haja uma disseminação aberta. De forma significativa, a universidade, importante local de produção e disseminação de conhecimento, está cada vez mais orientada para o privado, em vez dos interesses públicos; do particular, em vez do geral; do imediato, em vez dos interesses futuros – distorção que faz do conhecimento uma mercadoria fictícia.

Como as mercadorias fictícias podem participar na moldagem da experiência de mercantilização que vivemos? Ainda que as mercadorias fictícias possam fornecer o elo entre a expansão do mercado e o movimento para restringi-lo, aquilo que Polanyi chama de *duplo movimento*, sua explicação acerca de como e por que isso acontece permanece ambígua. E como a mercantilização do trabalho, da terra, do dinheiro e do conhecimento contribui para os movimentos sociais?

Polanyi aponta que o próprio ato da troca viola a natureza essencial de terra, do dinheiro e do trabalho. É verdade que o tráfico de seres humanos ou o comércio de órgãos humanos pode despertar uma aversão que pode, por sua vez, desencadear movimentos sociais, mas eles não são susceptíveis de serem movimentos daqueles que são traficados ou que vendem seus órgãos. Em vez disso, os movimentos sociais podem ser uma resposta à perda de proteções contra a mercantilização, o que poderíamos denominar remercantilização – como quando os benefícios sociais são reduzidos, os sindicatos perdem licenças, as leis trabalhistas são violadas ou retiradas. No imaginário público, certas coisas não devem ser mercantilizadas.

Há, no entanto, outras formas de atribuir respostas para o movimento de mercantilização, distintas daquelas que envolvem o próprio processo de troca. Polanyi devotou pouca atenção aos processos pelos quais as entidades são transformadas em mercadorias, processos que desatam a mercadoria de sua cobertura social, que David Harvey (2003; 2005) tem chamado de acumulação por *espoliação*. Polanyi deu pouca atenção a essa gênese da mercantilização e, quando ele se atentou para isso, como no caso dos cercamentos, ele minimizou o papel da violência¹². A “acumulação primitiva” de Marx, originalmente, focou-se na espoliação de terras para a criação de uma força de trabalho dependente do trabalho assalariado. Hoje, a espoliação de camponeses é arquitetada para mercantilizar a terra, em vez de criar uma força de trabalho dependente, que se torna seu subproduto, engrossando

12 Polanyi escreveu sobre o colonialismo nesses termos, mas aqui ele talvez tenha enfatizado o papel da violência e da espoliação, faltando a importância da administração indireta e a criação de reservas de trabalho para subsidiar a reprodução do trabalho migrante.

as fileiras dos desempregados. Seja qual for o objetivo, a expropriação de terras tem gerado uma resistência bastante determinada.

De modo equivalente, a expropriação do conhecimento do artesão em busca da desqualificação (BRAVERMAN, 1974) tem gerado historicamente muitos protestos laborais. Hoje, no entanto, não é só a desqualificação do trabalhador que está em jogo, mas a apropriação e a mercantilização do produto, ou seja, o conhecimento em si. Na privatização de universidades, por exemplo, a espoliação envolve a transformação do conhecimento de bem público em ativo vendável. Isso implicou “corporatização” das universidades, dependentes de taxas estudantis cada vez maiores para credenciais de valores cada vez menores. Isso também é a fonte de diversos protestos.

Tabela 1. Mercadorias fictícias como fontes dos movimentos sociais.

	Ex-mercantilização	Mercantilização
Desigualdade	TRABALHO (precariedade)	DINHEIRO (dívida)
Espoliação	NATUREZA (destruição)	CONHECIMENTO (privatização)

Além da espoliação que produz a mercadoria, outra fonte de movimentos sociais é o crescimento da desigualdade resultante da mercantilização. Por exemplo, na venda da força de trabalho, a precariedade se tornou prática hegemônica entre a parcela dominante da população, tanto que Guy Standing (2011) argumenta que o precariado substituiu o proletariado. Liberar a mercantilização da força de trabalho leva: a multiplicar famílias nas quais ambos os cônjuges são obrigados a trabalhar fora; à mercantilização da reprodução da força de trabalho; e, finalmente, ao déficit de proteção (FRASER, 2013). A mercantilização da força de trabalho tem sido agravada pela mercantilização do dinheiro, fazendo dinheiro a partir de dinheiro, apostado em dívida. Como Fourcade e Healy (2013) argumentaram, débito e crédito tornaram-se características fundamentais da estratificação contemporânea, que, por sua vez, levaram a movimentos a favor do cancelamento da dívida.

A distinção entre espoliação que produz mercadoria e a desigualdade que resulta da mercantilização se relaciona com nossa distinção anterior entre exclusão e inclusão desigual. Polanyi estava preocupado com o processo de mercantilização e de sua regulamentação, a relação entre remercantilização e desmercantilização, mas se esqueceu da ex-mercantilização – a expulsão de entidades do mercado, entidades essas que antes eram formalmente mercadorias e que não o são mais¹³.

13 Alex Barnard desenvolveu esse conceito em seu estudo sobre *Freegans* (BARNARD, 2015), em que politiza a tendência do capitalismo de produzir resíduos – a ex-mercantilização de alimentos comestíveis.

A ex-mercantilização captura a ampla produção do desperdício – ideia de que há muitas coisas úteis que são expulsas do mercado, em seu detrimento. Em face de ex-mercantilização, a mercantilização pode ser uma perspectiva muito atraente.

Em relação ao *trabalho*, a fonte de precariedade é, de fato, a exclusão do mercado de trabalho. Como Joan Robinson disse há muito tempo, se não houver uma condição pior do que a exploração, não se está a ser explorado. Em muitos lugares, e cada vez mais em todo o mundo, há uma expansão de reservas de trabalho excedente, a ponto de tornar-se um privilégio ser explorado. Vastas populações são exiladas ou confinadas ao setor informal da economia, onde ganham a vida com dificuldade, entram em pequeno comércio ou produzem coisas para terceiros. Em relação à *natureza*, muitas vezes é normalmente a ausência do mercado o responsável por sua subvalorização. Como Nicholas Stern (2007) escreveu acerca das alterações climáticas, a natureza representa o maior fracasso do mercado; somos capazes de saquear a natureza porque ela tem valor de mercado insignificante. Em outras palavras, a natureza é destruída precisamente porque não é mercantilizada. Outros, como Neil Smith (2007) e Castree (2003; 2008), argumentam em sentido contrário, que é a incorporação da natureza em uma economia capitalista que a torna tão desperdiçável.

Bem diferente é o *conhecimento* e o *dinheiro* que a mercantilização leva não ao desperdício, mas à sua utilização distorcida – a produção de conhecimento é voltada para aqueles que podem pagar por ele, enquanto a produção de diferentes tipos de dinheiro é usada para criar lucro a partir de dívida. Aqui, a resposta tem sido esculpir espaços sociais e econômicos livres de mercantilização ou criar uma forma regulada de mercantilização. Assim, Michel Bauwens (2009) descreve a produção entre pares e sua luta para fontes comuns de conhecimentos em torno de *software* de livre acesso e controle da internet. Michel Lallement (2015) estudou grupos anarquistas de *hackers*, trabalhando em laboratórios de São Francisco de fabricação e experimentação de novas tecnologias de produção, como máquinas de 3D. Confrontado com a mercantilização do dinheiro, há muitos exemplos de recuo para formas de trocas, em que o dinheiro é meramente um símbolo de troca, ou o dinheiro é completamente abandonado em favor do escambo. Na Rússia pós-soviética, a rápida transição para o mercado e a desvalorização do Rublo levaram à criação de novas moedas locais e novas formas de troca (WOODRUFF, 1999). Isso não é ex-mercantilização, mas “antimercantilização”, isto é, um contramovimento limitado à mercantilização.

Para além das características de mercadorias fictícias, é importante examinar suas inter-relações em contextos históricos específicos. De fato, os movimentos sociais têm de ser entendidos não como uma reação à ex-mercantilização de uma

única mercadoria fictícia, mas como respostas à *articulação* da ex-mercantilização do trabalho, do dinheiro, da natureza e do conhecimento. Na sequência do trabalho de Ananya Roy (2010) e Hanieh (2013), a revolta árabe representa a interseção da precariedade do trabalho e do endividamento em razão das microfinanças; o movimento estudantil pode ser analisado em termos de precariedade do trabalho e da privatização da produção do conhecimento; os movimentos ambientalistas estão na interseção da destruição ou mercantilização da natureza e da precariedade do trabalho. Esse quadro de mercadorias fictícias não só fornece avaliação das forças motrizes destacadas nos protestos, mas elabora a linguagem dos próprios movimentos. Tanto o movimento *Occupy* quanto os Indignados estavam preocupados com a forma como o capital financeiro tem induzido à precariedade, à dívida, às execuções hipotecárias e à privatização do conhecimento. Na verdade, a retórica desses movimentos lança luz sobre a mercantilização contemporânea, em termos que lembram a crítica de mercadorias fictícias de Polanyi.

A articulação da ex-mercantilização de mercadorias fictícias pode ser usada para entender não apenas diferentes movimentos, em diferentes partes do mundo de hoje, mas também diferentes períodos históricos de mercantilização. O segundo passo, portanto, na reconstrução d'A *grande transformação* é discernir o caráter específico da mercantilização contemporânea, a chamada era do neoliberalismo.

A TERCEIRA ONDA DE MERCANTILIZAÇÃO E A PROBLEMÁTICA DO CONTRAMOVIMENTO

Na verdade, Polanyi presta pouca atenção nas mercadorias fictícias; estava mais preocupado em desenvolver sua história majestosa, a qual começa com o avanço da mercantilização, no final do século XIX, e termina na década de 1930, com um contramovimento que traz novas formas de regulação estatal – tanto aquelas em que as liberdades avançam, como o *New Deal* e a social-democracia, quanto aquelas em que as liberdades são restringidas, como o fascismo e o stalinismo. A dupla ameaça – de um lado, a sobrevivência da sociedade e, de outro, a liberdade devastada pela reação à destruição da sociedade – levou Polanyi a crer que a humanidade nunca mais experimentaria o fundamentalismo mercantil.

Nossa tese é a de que a idéia de um mercado auto-regulável implicava uma forte utopia. Tal instituição não poderia existir por qualquer período de tempo sem aniquilar a essência humana e natural da sociedade; isso teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade tomou medidas para se proteger, mas qualquer medida que tenha

sido necessariamente tomada prejudicou a auto-regulação do mercado, a vida industrial desorganizada, e a sociedade, assim, colocada em perigo ainda que de outro modo (POLANYI, 2001 [1944], p. 3-4).

Polanyi estava errado. Começando em 1973, desenvolveu-se uma nova rodada de fundamentalismo de mercado que tinha enormes consequências para a história do capitalismo e a especificidade do período contemporâneo. A avaliação de Polanyi, até onde se entende, encaixa-se bem com a história de Piketty de renda e desigualdades de riquezas no século XIX e no início do século XX, seguido do declínio da desigualdade, depois de 1940. Escrita setenta anos mais tarde, a análise de Piketty complementa a de Polanyi, traçando crescente desigualdade, a partir da década de 1970, e extrapolando isso para o futuro, marcado por retornos do capital que continua a aumentar, enquanto as taxas de crescimento econômico permanecem estagnadas. Ele antecipa um retorno ao século XIX como uma vingança, a reafirmação daquilo que ele denomina “capitalismo patrimonial”, no qual os ricos e os super-ricos chafurdam em seus lucros crescentes. Significativamente, Piketty faz referência a Polanyi, mas nós temos que desenvolver uma resposta polanyiana para o cenário apocalíptico de Piketty – uma resposta que não invoca intervenção alguma de um estado utópico, como a de taxar fortuna, mas que considera as condições de possibilidade as quais Polanyi chamou de contramovimento. Precisamos enfrentar o desafio de Piketty com a reconstrução da teoria do contramovimento de Polanyi, à luz da história dos últimos setenta anos.

Ao reconhecer outra onda de mercantilização, que começa na década de 1970, leva-nos a questionar se o longo arco de mercantilização de Polanyi é tão singular como ele alega. Na verdade, olhando para trás, podem ser vistas três ondas, cada uma com seu associado, real ou (no caso da terceira onda) potencial contramovimento. Referindo-se à história inglesa – o foco principal da análise de Polanyi –, a primeira onda, pode-se dizer, começou no final do século XVIII, com a Lei Speenhamland, de 1795, que se tornou um obstáculo fundamental para o desenvolvimento de um mercado de trabalho nacional que só viria a se concretizar com a Nova Lei dos Pobres, de 1834. Em seguida, pressionado até seu limite, o mercado de trabalho gerou seu próprio contramovimento: “A abolição da Speenhamland era o verdadeiro aniversário da classe trabalhadora moderna, cujo imediato auto-interesse os destinava a tornarem-se os protetores da sociedade contra os perigos intrínsecos da civilização da máquina” (POLANYI, 2001 [1944], p. 105). Sobre a Nova Lei dos Pobres, Polanyi escreveu:

Em suma, se Speenhamland significou a decadência da imobilidade, agora o perigo era o de morte por meio da desproteção. No entanto, quase simultaneamente, a autoproteção do conjunto da sociedade começou a brotar por meio de: leis de fábrica e legislação social, e um movimento operário político e industrial brotou (POLANYI, 2001 [1944], p. 87)¹⁴.

O contramovimento girava em torno da formação de uma classe trabalhadora pelo movimento operário, cooperativas, sindicatos, pelo cartismo e pela formação de um partido político. Ainda que a agricultura inglesa estivesse sujeita a uma concorrência internacional com a revogação das leis do milho, em 1844, e a moeda nacional tenha sido objeto de regulamentação na Lei Bancária, de 1848, a mercadoria “força de trabalho fictícia” ainda era a força motriz desse período, dando origem a certos direitos trabalhistas, como a redução da duração da jornada de trabalho, a formação de sindicatos e da extensão do sufrágio.

A segunda onda da mercantilização começou após a Primeira Guerra Mundial, com uma ascensão renovada do mercado, que incluiu a remercantilização do trabalho e a abertura do livre comércio baseado no padrão-ouro. Isso funcionou muito bem para os países imperiais, como os EUA e o Reino Unido, mas para os países concorrentes, como a Itália e a Alemanha, as restrições referentes às rígidas taxas de câmbio resultaram em um declínio catastrófico da economia, e a inflação galopante os levou a romper com a economia internacional e a se transformarem em regimes reacionários da regulação do mercado. Isso repercutiu nos EUA e no resto da Europa com a depressão, que só foi contida pela intervenção estatal e a regulação do mercado; nesse caso, de caráter progressista. Com a derrota do fascismo, na Segunda Guerra Mundial, os regimes mais liberais prevaleceram. Mesmo na URSS havia certa liberalização, em 1950. No capitalismo avançado, esse período foi dominado pelo keynesianismo, pelo “liberalismo enraizado” na economia e pelo “fim da ideologia” na Sociologia, para ser abertamente destruído pela ascensão dos movimentos sociais na década de 1960.

A distinção entre a primeira e a segunda onda expõe o colapso de Estado e da sociedade de Polanyi como uma resposta singular e unificada ao fundamentalismo de mercado. A ascensão da sociedade civil foi o pano de fundo para o primeiro movimento contrário, ao passo que o Estado foi o sustentáculo do segundo

14 De acordo com Thompson (1963), a formação da classe trabalhadora inglesa foi um longo processo histórico que antecede a Nova Lei de Pobres, moldada por legados culturais e políticos. No entanto, o foco de Thompson é a fabricação da classe trabalhadora artesanal, enquanto o de Polanyi incide sobre a classe trabalhadora empregada na manufatura, sobretudo nas fábricas têxteis.

contramovimento. No segundo contramovimento, os direitos trabalhistas foram transcendidos por direitos sociais, como acesso ao seguro-desemprego, legislação do salário-mínimo e cuidados de saúde e educação. Esses direitos apareceram em todo o espectro político dos países e associados a diversas formas de regulação estatal.

A terceira onda, não prevista por Polanyi, começa em 1973, com a crise energética, posteriormente descrita como Consenso de Washington, a partir do grande impulso das administrações de Thatcher e Reagan, sob a forma de um novo ataque ao trabalho. Amíúde, tornou-se uma era do remercantilização do dinheiro, com o crescimento das finanças (KRIPPNER, 2011) e o aprofundamento da mercantilização da natureza – ar, terra e água. Essa mercantilização de terceira onda levou ao colapso do socialismo de Estado e, ao mesmo tempo, acelerou-o, na forma dramática do bloco soviético ou na versão evolutiva da China. Ajustes estruturais vieram na América Latina precisamente quando estava saindo das ditaduras, o que levou a experiências de democracia participativa. Ao passo que nos países centrais as ondas de mercantilização se sucederam ao longo de dois séculos, os países mais periféricos tiveram que enfrentar essas ondas em uma rápida sucessão, tornando-as ainda mais explosivas.

Houve reações nacionais à expansão do mercado – seja na forma de nacionalismo islâmico, seja nas sobras do socialismo na América Latina –, mas elas não puderam reverter a mercantilização da terceira onda, na medida em que esta exige uma resposta planetária ao alcance global do capital financeiro, e a catástrofe ambiental iminente que ameaça toda a Terra. Na verdade, o capital financeiro é a força por trás da precarização do trabalho – tanto a sua remercantilização e, correlativamente, sua ex-mercantilização (DÖRRE, 2012) –, bem como o aumento dos níveis de endividamento, e não apenas no plano indivíduo, mas também da comunidade, da cidade, do estado e até mesmo da região. O capital financeiro tem mercantilizado e impulsionado o conhecimento para a produção, e juntos eles têm incorporado a natureza como uma acumulação estratégica de capital (SMITH, 2007). O contramovimento terá de assumir um caráter global, expresso em termos de direitos humanos, já que a sobrevivência da espécie humana está em jogo.

Teriam os movimentos sociais contemporâneos, esboçados no início deste artigo, contribuído para um contramovimento polanyiano que poderia reverter a mercantilização? Em primeiro lugar, apesar de serem globalmente interligados e se influenciarem mutuamente, como eu disse, esses movimentos são formadas principalmente pelos terrenos políticos nacionais e têm dificuldade em construir uma solidariedade global. Em segundo lugar, mesmo que a mercantilização seja uma

experiência comum a impulsionar as populações subjugadas para a ação coletiva, não há qualquer razão para se acreditar que a criação de uma frente unida, ainda que no interior de um Estado-Nação, possa ser facilmente realizada. Em terceiro lugar, embora emergjam enquanto reações à mercantilização, esses movimentos também podem desencadear consequências não intencionais que estendam a mercantilização.

Para ilustrar o último ponto, tomemos o exemplo do movimento ambientalista. A organização de consumidores pró-reciclagem tornou-se um veículo com fins lucrativos, bem como desviou a atenção do enorme acúmulo de resíduos na esfera da produção (BARNARD, 2015; JAEGER, 2014). Enquanto a solução para a mudança climática for a criação de um mercado de carbono, ou seja, a compra do direito de poluir, novamente o resultado será a extensão do mercado com nenhuma diminuição evidente do aquecimento global. Da mesma forma, os movimentos trabalhistas são muitas vezes obrigados a aceitar os termos do mercado na luta contra a precariedade. Os protestos contra a privatização das universidades são dirigidos a limitar o aumento das taxas ou buscar alternativas de financiamento em empresas privadas, ou com a contratação de exércitos de instrutores adjuntos. Em todos esses casos, a luta para conter as consequências da mercantilização leva à extensão do mercado. Por outro lado, mesmo que esses movimentos sejam de âmbito nacional, fragmentados em seus interesses e profundamente mercantilizados, ainda assim, eles podem ajudar a chamar a atenção para a capacidade de destruição do mercado. Em um mundo onde os mercados são apresentados como a solução para todos os problemas, um desafio ideológico à supremacia do mercado é preliminarmente crucial para qualquer contramovimento eficaz.

A Figura 4 levanta a questão sobre onde exatamente estamos na curva de mercantilização da terceira onda. Os otimistas argumentam que a mercantilização da terceira onda já começou a se inverter e que já estamos escalando na direção do confinamento de mercantilização. Outros pensam que a mercantilização está longe de ser interrompida. Muitos, inclusive eu, pensaram que a crise econômica de 2008 e a reorganização do poder mundial ofereceram uma oportunidade para um contramovimento, mas isso se provou ilusório. Se a crise de 2008 conferiu energia renovada há algo, foi à mercantilização, impulsionada pelo capital financeiro, e à incapacidade de lidar com a degradação ambiental. Sendo esse o caso, que forma irá assumir a catástrofe ecológica? Provavelmente, não virá em uma única conflagração, mas por meio de uma sucessão de desastres que irão desproporcionalmente afetar as comunidades mais pobres. É possível que o movimento contrário ainda esteja no futuro distante, tal como também é possível que nunca haja um contramovimento.

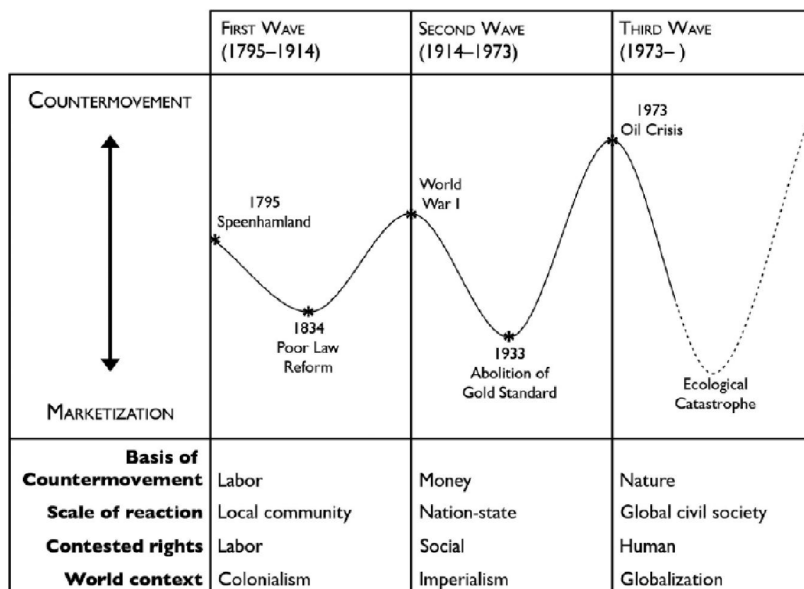


Figura 4. Ondas de mercantilização e seus contramovimentos.

A resposta polanyiana para a avaliação histórica de Piketty sobre a desigualdade agora é óbvia. Os dados de Piketty sobre a desigualdade, quer se referiram à riqueza, quer à renda, tratam o capital como um único conjunto, medido por seu valor de mercado. Sua análise perde as desigualdades específicas engendradas por diferentes capitais: as relações de insegurança em torno da mercantilização da força de trabalho, as relações de endividamento em torno da mercantilização do dinheiro e as relações de espoliação em torno da mercantilização da natureza e do conhecimento. Abstraindo a concretude dos capitais, Piketty ignora suas consequências para a criação da miséria, da marginalidade e da expropriação, bem como das crises econômicas e ecológicas.

A DINÂMICA DO CAPITALISMO: DO IDEALISMO À ECONOMIA POLÍTICA

Polanyi faz duas suposições errôneas: primeiro, que não haveria outra onda de mercantilização e, segundo, que o contramovimento seria inevitável. A única pergunta foi que forma este iria tomar, se iria expandir ou reduzir liberdades. Esses dois pressupostos têm uma fonte comum: a visão de Polanyi de que a mercantilização foi impulsionada por ideias e que, portanto, pode ser evitada pelo pensamento crítico¹⁵. Ainda que o leiamos como agnóstico a respeito do futuro, seu relato das origens da expansão do mercado sugere que esse tenha brotado da cabeça de econo-

15 Mark Blyth (2002) desenvolveu uma compreensão mais matizada acerca do lugar das ideias, em *As grandes transformações – o afastamento do mercado, na década de 1930 e 1940, nos EUA e na Suécia, e a virada na direção do mercado nesses países, começando na década de 1970*. A

mistas políticos ingleses, horrorizados com o bloqueio Speenhamland do mercado de trabalho. A firme utopia do credo liberal foi a força por trás de *laissez-faire*.

Em sua comparação entre as hegemonias mundiais da Grã-Bretanha e dos EUA, Silver e Arrighi (2003) questionam a avaliação idealista de Polanyi acerca da ascensão da mercantilização. Eles argumentam que o fundamentalismo de mercado do século XIX foi impulsionado pela posição da Grã-Bretanha na economia mundial, que o tornou o principal beneficiário do comércio livre, até ter sua hegemonia ameaçada pelas aspirações imperiais alemães e, mais tarde, dos EUA. A hegemonia dos EUA tinha uma base diferente, pois, ao contrário da Grã-Bretanha, não eram um império e foram, em grande parte, autossuficientes. Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA construíram sua hegemonia sobre a regulamentação dos mercados por meio do padrão-ouro modificado (*Bretton Woods*), o Plano Marshall e os projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo. O compromisso dos EUA com a ideologia de mercado foi mais retórica do que real, uma vez que se praticou o protecionismo no país. O declínio da hegemonia norte-americana foi marcada, como no caso da hegemonia britânica, pela ascensão dos EUA como um entreposto financeiro, atraindo investimentos do resto do mundo. A análise do declínio é mais complicada, uma vez que também envolveu os desafios do nacionalismo e do comunismo do lado de fora do mundo desenvolvido, mas possui a virtude importante de chamar a atenção para as forças materiais de trabalho por trás da ascensão e queda de mercantilização (ARRIGHI, 2003).

Nas considerações históricas de Arrighi (1994), é incorporada a teoria da dinâmica capitalista, de que as hegemonias mundiais são criadas em sucessão – holandesa, britânica e estadunidense –, por meio de processos de sobreacumulação, que levam à financeirização. Ele passa a especular que a China será a próxima hegemonia mundial, após a crise econômica mundial, que ameaça a hegemonia dos EUA (ARRIGHI, 2007). Nessa visão, a mercantilização enquanto financeirização termina por conta da recentralização da hegemonia política mundial e da reestruturação do capitalismo mundial.

Outra abordagem consiste em relacionar as diferentes ondas de mercantilização à reestruturação tecnológica do capitalismo. Utilizando dados da produção global, dos níveis de emprego, das taxas de lucro e da produtividade e desenvolvendo a ideia das ondas de Kondratieff, Ernest Mandel (1995) propôs cinco ondas: 1790-1850 com um ponto de mudança por volta de 1815; 1850-1890 com um ponto de mudança por

ideia de fundamentalismo de mercado desempenhou papel fundamental na forma como o capital respondeu à incerteza criada pela crise econômica.

volta de 1870; 1890-1940 com um ponto de mudança por volta de 1913; e 1940 até o presente com um ponto de mudança em torno de 1973. Cada onda tem um modo característico de acumulação ligado às novas tecnologias, com uma retomada da expansão econômica, seguida de uma desaceleração da contração. Esse último coincide com a expansão do mercado. Enquanto o esgotamento da retomada e a seguinte desaceleração é *endógena* ao capitalismo, o impulso para a expansão renovada é *exógena*, resultado de fatores subjetivos que incluem guerras, níveis de luta de classes e ideologias. Em outras palavras, enquanto a expansão do mercado, para resolver a crise da década de 1970, pode ter sido inevitável, não há nada inevitável acerca do contramovimento, mas, ao mesmo tempo, oferece uma visão mais realista das pressões por trás da mercantilização do que o idealismo de Polanyi supõe.

Quer se trate do idealismo de Polanyi, da exortação moral do papa ou da visão sombria do Piketty de aumento da desigualdade, todos os três deixam de considerar a dinâmica do capitalismo. Encontrar um economista que examina o poder de autoengrandecimento da riqueza não é menos surpreendente do que encontrar um papa condenando o capitalismo. Ainda assim, o tratamento que Piketty dá ao capital, como sendo um todo monolítico, não só faz perder de vista o poder de destruição das distintas formas de capital, mas também obscurece a forma com que a concorrência entre as diferentes frações da classe capitalista impulsiona a dinâmica do capitalismo. Ao longo de todas as suas importantes contribuições, a rejeição de Piketty à economia política limita seu diagnóstico sobre a catástrofe para a qual estamos caminhando. No entanto, a economia política também tem suas limitações, sendo prejudicada por seu foco produtivista e sua subestimação da experiência vivida da mercantilização. Ele precisa ser incorporado dentro de uma *Sociologia mundial* polanyiana.

OS DESAFIOS DA SOCIOLOGIA GLOBAL

Em *Conhecimento e interesses humanos*, Jürgen Habermas (1971) descreveu três modalidades de conhecimento – positivista, hermenêutico e crítico – e seus interesses correspondentes. Eu também vejo três maneiras de encarar um mundo desigual: examinar sua estrutura e dinâmica, compreender nosso lugar nele e expor e confrontar seus efeitos destrutivos. *A grande transformação*, de Karl Polanyi, tem sido meu companheiro constante nessa jornada.

A grande transformação nos leva através de dois séculos de história, ligando as microexperiências da mercantilização às políticas nacionais e economias globais.

Do ponto de vista da presente onda de mercantilização, no entanto, essa é uma avaliação falha, clamando por uma reconstrução. Para resumir:

- Reexaminar a história do ponto de vista do presente nos leva a substituir a onda singular de Polanyi de mercantilização por três ondas: a primeira no século XIX, a segunda no XX e a terceira, que ainda está em curso, estende-se ao século XXI.
- Ao examinar os contramovimentos de cada uma dessas três ondas, é importante distinguir os movimentos que se originam na sociedade civil daqueles que são impelidos pelo Estado. A fusão do Estado e da sociedade de Polanyi tem de ser substituída por uma relação mais complexa e variável entre Estado e sociedade civil.
- Hoje, qualquer contramovimento contra o fundamentalismo do mercado terá de assumir proporções globais, mesmo que seja formado a partir de questões nacionais e locais. Enquanto contramovimento, não é de maneira alguma inevitável. E, mesmo que eles ocorram, temos de reconhecer que eles podem assumir um caráter reacionário, bem como uma forma progressiva.
- A destrutividade do mercado pode ser entendida pela lente das mercadorias fictícias – a natureza, o trabalho e o dinheiro –, às quais deve ser adicionado o conhecimento. Essas mercantilizações devem ser entendidas em relação de um com o outro, e seu efeito, combinado na experiência vivida.
- Cada mercadoria fictícia cria sua própria forma de desigualdade com base na precariedade (para o trabalho), no endividamento (para o dinheiro) e na espoliação (para a natureza e o conhecimento).
- A produção dessas mercadorias fictícias requer aquilo que alguns denominam “desencaixe”, uma fraseologia benigna que esconde formas violentas de espoliação, tanto a violência cotidiana lenta quanto a catastrófica (NIXON, 2011).
- Ex-mercantilização é tão importante quanto mercantilização; produção de resíduos é tão importante quanto produção de valor de uso; protestar contra a exclusão do mercado pode ser tão importante quanto protestar contra a inclusão desigual.
- Ao estudar a possibilidade dos contramovimentos, devemos examinar as forças materiais que conduzem à mercantilização, decorrentes da dinâmica do próprio capitalismo.

- Somente ponderando todas essas considerações é possível perguntar se e quais movimentos sociais de hoje contribuem, intencionalmente ou não, para o avanço da mercantilização ou para sua reversão.

Ao reconstruir *A grande transformação* dessa maneira, o risco de uma falsa universalização do ponto de vista do observador vem à mente. Não obstante seu tratamento do colonialismo, o ponto de vista de Polanyi era definitivamente o do Ocidente. Redistribuir e expandir a noção de mercadorias fictícias, reconhecendo a interdependência entre mercantilização e ex-mercantilização, pode lançar luz sobre os movimentos sociais, em todos os cantos do globo. Ainda assim, pode a sucessão de ondas de mercantilização ser mantida na América Latina, na Ásia e no Oriente Médio? É possível desenvolver uma perspectiva polanyiana do Sul ou essa é irrevogavelmente europeia?

Como a Sociologia tem se tornado mais inclusiva, o orientalismo tem sido descartado em favor de uma Sociologia global que dialoga com diversas experiências. Não podemos continuar a projetar o particular – sejam os EUA ou a França, quer se trate de homens, quer de colonizadores – como o universal. Tampouco podemos cair em um pântano de particularismos desconectados. Sociologia global tem de ser construída sobre um diálogo entre os particularismos, especialmente particularismos evocados por movimentos sociais, mas não só. Assim, a Sociologia precisa ouvir os movimentos sociais, mas também dar voz aos excluídos.

Por isso mesmo, uma Sociologia global não só tem que ser uma Sociologia *da* sociedade, mas também uma Sociologia *na* sociedade, reconhecendo o lugar do sociólogo enquanto cientista, dentro de um contexto planetário. Todavia, os sociólogos não têm só um lugar no planeta, mas também na história. A sucessão de ondas deu origem a uma sucessão de sociologias – com base na comunidade, centradas no Estado e no global. O estudo dos movimentos sociais tem também sua historicidade. As teorias dos movimentos sociais atuais são herança do passado, refletem os anos de 1960 e 1970 – período de expansão capitalista decorrente das administrações estatais do mercado. O contexto da mercantilização da terceira onda exige uma teoria diferente dos movimentos sociais como intérpretes do momento e propagadores de alternativas, o que Erik Wright (2010) chama de “utopias reais”.

Os sociólogos são desafidores de Jano, simultaneamente participantes da sociedade e observadores dela. Nenhuma dessas faces pode ser ignorada. A afirmação de tal reflexividade não é para demonstrar a incapacidade da ciência, mas para aprimorar seu próprio desenvolvimento, para, assim, movermo-nos rumo

ao verdadeiro, ao invés do falso universalismo. Chegar a um acordo acerca do *estar* no mundo é especialmente desafiador, em um momento em que a própria produção de conhecimento, incluindo o conhecimento sociológico, está sujeita às forças de racionalização e mercantilização. Não podemos mais fingir estarmos fora da sociedade, quando a sociedade está invadindo nossas vidas acadêmicas. Nós podemos ser cúmplices de nossa própria mercantilização, vender nossos produtos pelo maior lance, ou podemos unir forças com os públicos que sofrem um destino semelhante.

Existem, portanto, três desafios para a Sociologia global. Se o primeiro desafio é compor uma Sociologia *da* sociedade e o segundo é a construção de uma sociologia *na* sociedade, o terceiro desafio é construir uma sociologia *para* a sociedade, defendendo o próprio objeto – a sociedade civil –, que foi a fundação original da Sociologia. De fato, a Sociologia surgiu com a sociedade civil, na segunda metade do século XIX, como uma resposta à mercantilização da primeira onda. Ao longo de sua história, a Sociologia assumiu o ponto de vista da sociedade civil contra o fundamentalismo de mercado. Isso era tão verdadeiro não só em Marx, Weber e Durkheim, mas, também, em Parsons, Wallerstein, Touraine e Bourdieu. No entanto, seria um erro limitar-se à sociedade civil, uma vez que existe um mundo abaixo dela, expulso do mercado. É um mundo habitado pelos excluídos, que foi por diversas vezes teorizado pelo feminismo, pela teoria do *queer*, pela teoria da crítica racial e, mais explicitamente, pelos estudos subalternos (CHATTERJEE, 2004). Enquanto a Sociologia se preocupa com o modo como a mercantilização de terceira onda cria exclusão e inclusão desigual, a economia convencional e a ciência política cada vez mais convencional – não obstante seus dissidentes – alimentaram as ideologias que justificam a mercantilização de terceira onda e de seus estados colaboradores.

Ao refletir sobre os dilemas que enfrentam as Ciências Sociais, a Comissão Gulbenkian (1996), presidida por Immanuel Wallerstein, pediu a dissolução das fronteiras disciplinares. Elas são um legado da divisão anacrônica do século XIX, do Estado, da economia e da sociedade civil. Tendo visto o borramento das divisões, no século XX, hoje voltamos ao século XIX. Se houvesse uma Ciência Social singular, ela seria dominada pela Economia e pela Ciência Política, e a Sociologia iria simplesmente desaparecer, em conjunto com suas perspectivas críticas¹⁶. Portanto, o futuro da Sociologia repousa em tais disciplinas vizinhas como Antro-

16 Marion Fourcade e seus colaboradores mostraram o quão poderosa é a profissão dos economistas, ao observar seu alcance global, a coerência interna e seu senso de “superioridade”. Sobre isso, consultar: Fourcade (2006) e Fourcade et al. (2013).

pologia e Geografia Humana, ao mapear a expansão destrutiva dos mercados. A Sociologia não é contra mercados em si, mas contra sua superextensão. Como o papa Francisco decretou, o ponto é controlar os mercados, ao invés de sermos controlados por eles.

Se tanto o chefe da Igreja Católica quanto os principais economistas estão indo na direção da Sociologia, devemos devolver o elogio demarcando uma reivindicação maior para nós mesmos, como uma disciplina crítica e como uma intervenção na sociedade. A Sociologia está singularmente posicionada para enfrentar o mundo desigual: em primeiro lugar, para compreender a desigualdade e suas múltiplas formas de intersecção; em segundo lugar, para reconhecer que somos uma parte viva dessas desigualdades, juntamente com movimentos sociais; e, terceiro, para perceber que, apesar de todas as nossas diferenças, nossos destinos como sociólogos estão intimamente ligados ao destino da humanidade.

AGRADECIMENTOS

Este artigo ondula na confluência de quatro rios. O primeiro são minhas viagens pelo planeta, representando a ISA, em lugares distantes. Durante os quatro anos de minha presidência, visitei cerca de quarenta e cinco países, muito mais que uma vez, sempre à procura de movimentos sociais e sociólogos para preencher as páginas do *Global Dialogue*. Aqueles que tão generosamente cederam seu tempo e hospitalidade são numerosos demais para mencionar, mas, ainda assim, gostaria de agradecer a meus amigos na África do Sul, especialmente Karl von Holdt, Eddie Webster, Jackie Cock, Michelle Williams, Vish Sitgar, Tina Uys, Peter Alexander e Ari Sitas. Além da África do Sul, devo muito a Sari Hanafi, Nandini Sundar, Ching Kwan Lee, Mona Abaza, Ruy Braga, Marta Soler, Ramon Flecha, Sujata Patel, César Rodríguez-Garavito, Elena Zdravomyslova, Shen Yuan, Huw Beynon, Emma Porio, Manuel Antonio Garretón, Oriana Bernasconi, Daniel Bertaux, Rahman Embong, Chin-Chun Yi, Michael Hsiao, Fernanda Beigel, Ishwar Modi e Margaret Abraham. Todos me ajudaram a elaborar ideias sobre a relação entre capitalismo e movimentos sociais. O segundo rio, que às vezes se transformou em uma torrente, é o contingente de estudantes de Berkeley que se tornaram meus professores: Marcel Paret, Adam Reich, Mike Levien, Siri Colom, Laleh Behbehanian, Abigail Andrews, Elise Herrala, Fidan Elcioglu, Julia Chuang, Herbert Docena, Nazanin Shahrokni, Andrew Jaeger, Lina Hu, Emily Brissette, Zach Levenson, Gabe Hetland e Alex Barnard. Seus trabalhos inspiraram muito este artigo. Shannon Ikebe e Shelly Steward forneceram a tão necessária assis-

tência para a pesquisa. Um terceiro e mais calmo rio trouxe-me amigos fiéis, como Erik Wright e Peter Evans, que sempre estiveram de plantão para me ajudar em tempos cruciais. Enfim, nenhum presidente da ISA pode deixar de reconhecer o incrível trabalho da Secretaria Madrid e, em particular, seu guia e inspiração, Izabela Barlinska, a realizadora de milagres, que participou da ISA comigo por vinte e sete anos. Ao longo dos meus quatro anos na presidência e, na verdade, nos últimos quatro anos como vice-presidente, ela foi fonte constante de apoio e sugestões sábias. No final, Eloísa Martín, editora da *Current Sociology*, e um revisor anônimo ajudaram-me a preparar o *artigo* para a publicação.

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa não recebeu o auxílio de qualquer agência de financiamento específica do setor público, comercial ou de outros setores sem fins lucrativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAZA, M. Post January revolution Cairo: urban wars and the reshaping of public space. *Theory, Culture and Society*, forthcoming.
- AGARWALA, R. *Informal labor, formal politics, and dignified discontent in India*. New York: Cambridge University Press, 2013.
- ALEXANDER, P.; LEKGOWA, T.; MMOPE, B. et al. *Marikana: voices from South Africa's Mining Massacre*. Johannesburg: Jacana Media, 2013.
- ARRIGHI, G. *The long twentieth century*. London: Verso, 1994.
- _____. The social and political economy of global turbulence. *New Left Review* 20, p. 5-71, 2003.
- _____. *Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century*. London: Verso, 2007.
- BARNARD, A. *Waving the Banana at capitalism: freegans and the politics of waste in New York City*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.
- BAUMAN, Z. *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- BAUWENS, M. Class and capital in peer production. *Capital and Class*, v. 97, p. 121-141, 2009.
- BAYAT, A. *Life as politics: how ordinary people change the middle east*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2013.
- BENSKI, T.; LANGMAN, L.; PERUGORRÍA, I.; TEJERINA, B. (Ed.). From indignation to occupation: a new wave of global mobilization. *Current Sociology*, Monograph 2, v. 61, n. 4, 2013.

- BLYTH, M. *Great transformations: economic ideas and institutional change in the twentieth century*. New York: Cambridge University Press, 2002.
- BOLTANSKI, L. *On critique: a Sociology of emancipation*. Cambridge: Polity Press, 2011.
- BRAVERMAN, H. *Labor and monopoly capital*. New York: Monthly Review Press, 1974.
- CASTELLS, M. *Networks of outrage and hope*. Cambridge: Polity Press, 2012.
- CASTREE, N. Commodifying what nature? *Progress in Human Geography*, v. 27, n. 3, p. 273-297, 2003.
- . Neoliberalizing nature: The logics of deregulation and reregulation. *Environment and Planning A*, v. 40, n. 1, p. 131-152, 2008.
- CHATTERJEE, P. *The politics of the governed*. New York: Columbia University Press, 2004.
- CHUANG, J. China's rural land politics: Bureaucratic absorption and the muting of rightful resistance. *The China Quarterly*, v. 219, p. 649-669, September 2014.
- CHUN, J. *Organizing at the margins: the symbolic politics of labor in South Korea and the United States*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2009.
- COX, L.; NILSEN, A. G. *We Make our own history*. London: Pluto Press, 2014.
- DÖRRE, K. Social classes in the process of capitalist *Landnahme*: On the relevance of secondary exploitation. *Socialist Studies*, v. 6, n. 2, p. 43-74, 2010.
- . Finance capitalism, Landnahme and discriminating precariousness: Relevance for a new social critique. *Social Change Review*, v. 10, n. 2, p. 125-151, 2012.
- FOMINAYA, C. F. *Social movements and globalization*. London: Palgrave Macmillan, 2014.
- FOURCADE, M. The construction of a global profession: the transnationalization of economics. *American Journal of Sociology*, v. 112, n. 1, p. 145-195, 2006.
- FOURCADE, M.; HEALY, K. Classification situations: life chances in neoliberal society. *Accounting, Organizations and Society*, v. 38, p. 559-572, 2013.
- FOURCADE, M.; OLLION, E.; ALGAN, Y. The superiority of economists. *Journal of Economic Perspectives*.
- FRANCIS. *Apostolic exhortation*. Rome: Vatican Press, 2013.
- FRASER, N. Can society be commodities all the way down? *Working Paper Series*, Fondation Maison des Sciences de L'Homme, Paris, n. 18, 2012.
- . A triple movement? Parsing the politics of crisis after Polanyi. *New Left Review*, v. 81, p. 119-133, 2013.
- GALBRAITH, J. K. *Inequality and instability: a study of the world economy just before the great crisis*. New York: Oxford University Press, 2012.
- GRINBERG, L. L. Why occupy? Comparing global-local political processes in 2011: Tunisia, Egypt, Chile and Israel. In: ISA WORLD CONGRESS, 18. *Unpublished manuscript...* Yokohama, 2014.

- GULBENKIAN COMMISSION. *Open the Social Sciences*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1996.
- HABERMAS, J. *Knowledge and human interests*. Boston: Beacon Press, 1971.
- HANIEH, A. *Lineages of revolt*. Chicago: Haymarket Books, 2013.
- HARVEY, D. *The new imperialism*. New York: Oxford University Press, 2003.
- . *A brief history of neoliberalism*. New York: Oxford University Press, 2005.
- . *Spaces of global capitalism*. London: Verso Books, 2006.
- HASEGAWA, K. The Fukushima nuclear accident and Japan's civil society: context, relations, and policy impacts. *International Sociology*, v. 29, n. 4, p. 283-301, 2014.
- HETLAND G.; GOODWIN, J. The strange disappearance of capitalism from social movement studies. In: BARKER, C.; COX, L.; KRINSKY, J.; NILSEN, A. G. (Ed.). *Marxism and social movements*. Chicago: Haymarket Books, 2013. p. 83-102.
- ISHCHENKO, V. Ukraine's fractures. *New Left Review*, v. 87, p. 7-33, 2014.
- JAEGER, A. *Sorting out environmental politics: the riddle of recycling*. Berkeley: MA Paper, Department of Sociology, University of California, 2014.
- JESSOP, B. Knowledge as a fictitious commodity: insights and limits of a Polanyian perspective. In: BUĞRA, A.; AĞARTAN, K. (Ed.). *Reading Karl Polanyi for the Twenty-first Century*. London: Palgrave Macmillan, 2007. p. 115-134.
- KRIPPNER, G. *Capitalizing on crisis: the political origins of the rise of finance*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.
- LALLEMENT, M. *L'âge du faire: hacking, travail, anarchie*. Paris: Seuil, 2015.
- LEVIEN, M. The politics of dispossession: theorizing India's "land wars". *Politics and Society*, v. 41, n. 3, p. 351-394, 2013.
- MANDEL, E. *Long waves of capitalist development*. London: Verso, 1995.
- MARGINSON, S.; ORDORIKA, I. "El central volume de la Fuerza": global hegemony in higher education and research. In: RHOTEN, D.; CALHOUN, C. (Ed.). *Knowledge matters: the public mission of the research university*. New York: Columbia University Press, 2011. p. 67-129.
- MASON, P. *Why it's still kicking off everywhere*. London: Verso, 2013.
- MILKMAN, R.; OTT, E. (Ed.). *New labor in New York: precarious workers and the future of the labor movement*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2014.
- MILKMAN, R.; BLOOM, J.; NARRO, V. (Ed.). *Working for justice: the L. A. model of organizing and advocacy*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2010.
- NIXON, R. *Slow violence and the environmentalism of the poor*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.
- PIKETTY, T. *Capital in the Twenty-first Century*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.

- PLEYERS, G. *Alter-globalization: becoming actors in the Global Age*. Cambridge: Polity Press, 2010.
- POLANYI, K. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 2001 [1944].
- PLATT, J. *A brief history of the ISA: 1948-1997*. Madrid: International Sociological Association, 1998.
- REICH, A. *Selling our souls: the commodification of Hospital Care in the United States*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014.
- ROY, A. *Poverty capital: microfinance and the making of development*. New York: Routledge, 2010.
- SEN, A. *Inequality reexamined*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
- SILVER, B.; ARRIGHI, G. Polanyi's "double movement": the *belle époques* of British and U. S. hegemony compared. *Politics and Society*, v. 31, n. 2, p. 325-355, 2003.
- SMELSER, N. *Social change in the Industrial Revolution: an application of theory to the British Cotton Industry*. Chicago: University of Chicago Press, 1959.
- . *Theory of collective behavior*. New York: Free Press, 1962.
- SMITH, N. Nature as accumulation strategy. *Socialist Register*, v. 43, p. 16-36, 2007.
- STANDING, G. *The precariat: the new dangerous class*. London: Bloomsbury Academic, 2011.
- STERN, N. *The economics of climate change: the Stern Review*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- STIGLITZ, J. E. *The price of inequality: how today's divided society endangers our future*. New York: Norton, 2012.
- STRECK, W. How will capitalism end? *New Left Review*, v. 87, p. 35-66, 2014.
- THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. London: Victor Gollancz, 1963.
- TOURNAINE, A. *Return of the actor: social theory in postindustrial society*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
- WOODRUFF, D. *Money unmade: barter and the fate of Russian capitalism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.
- WRIGHT, E. O. *Envisioning real utopias*. London: Verso, 2010.

A QUESTÃO UNIVERSITÁRIA EM MAX WEBER:

entre escritos metodológicos e Sociologia política

THE UNIVERSITY QUESTION IN MAX WEBER:

BETWEEN METHODOLOGICAL WRITINGS AND POLITICAL SOCIOLOGY

Mariana Toledo Ferreira^a

Resumo O presente artigo busca tratar da concepção de educação em Max Weber e, mais especificamente, em como ele aborda a questão universitária, em uma série de seus escritos. Além de textos mais conhecidos, tal qual *Ciência como vocação*, o estudo incorpora conferências e artigos de intervenção escritos por Weber e alguns de seus trabalhos identificados com sua Sociologia Política. Assim, se o processo de desencantamento do mundo é vital para que se consiga interpretar os diagnósticos elaborados à época, também ocupam lugar central o papel do docente e o conceito de probidade intelectual. Analogamente, o avanço da burocracia – em alguns casos, de maneira a cercear o trabalho intelectual e acadêmico – é tematizado pelo autor, notadamente pela análise crítica do “caso Bernhard” e do “sistema Althoff”. Este artigo busca, então, retratar essas discussões de Weber, inserindo-as em um quadro analítico mais amplo, ao relacionar sua discussão sobre a educação a conceitos elaborados tanto no âmbito de sua Sociologia da religião quanto de sua Sociologia política. Por fim, delinea-se brevemente o modo como Weber reflete sobre o sentido da liberdade, sobretudo aquela de cunho acadêmico, para destacar a relevância que assumiriam formas de organização dos professores que pudessem atuar em defesa da autonomia exigida pelo trabalho científico-intelectual sério.

Palavras-chave Max Weber; questão universitária; probidade intelectual; universidade; burocracia.

Abstract *The present article aims to assess the concept of education in the work of Max Weber and, more specifically, his approach to the question of the university in a series of writings. Besides his best-known texts, such as Science as a vocation, the article incorporates conferences and intervention articles written by Weber, alongside*

a Mestre em sociologia, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo e bolsista do CNPq.

works identified with his political Sociology. Therefore if the process known as “disenchantment of the world” is vital to allow us to interpret the diagnoses he brings forward at the time, the professor’s role and the concept of intellectual probity also occupy a central place in his thoughts. Analogously the advances of bureaucracy – in some cases, in a manner as to limit intellectual and academic work – is thematized by Weber, notably through the critical analysis of the “Bernhard case” and the “Althoff system”. Hence this article intends to retrace these Weberian discussions, inserting them into a wider analytical frame by relating his discussion on education to concepts elaborated amidst his Sociology of religion as well as in his political Sociology. Last but not least it briefly delineates the mode through which Weber reflects on the meaning of liberty, foremost in an academic sense, to point out the relevance that would be undertaken by forms of organizing professors that could embrace the defense of autonomy required by rigorous scientific intellectual work.

Keywords Max Weber; question of the university; intellectual probity; university; bureaucracy.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir a questão universitária, tal como aparece nos escritos weberianos, ou, em termos mais gerais, trabalhar a concepção weberiana de educação. Para tanto, serão propostos dois caminhos diferentes de apreciação da mesma questão, que, embora complementares, vêm sendo tratados de forma separada.

A maneira mais frequente de olhar para a questão da educação, em Max Weber, parte de sua conferência *Ciência como vocação* (1982a) e de alguns de seus textos metodológicos (WEBER, 1979; 2006a). Trata-se, quase sempre, de buscar delimitar uma “concepção pedagógica” weberiana, relacionando-a com os processos de racionalização, desencantamento do mundo e autonomização das esferas. Nessa abordagem, geralmente, a relação entre ciência e sentido permeia toda a discussão.

Outro caminho possível, e ainda pouco explorado, é o de vincular sua discussão de educação à sua Sociologia política, utilizando como base textos de intervenção pouco conhecidos do autor sobre a questão universitária na Alemanha (WEBER, 1989) e alguns textos de análise política produzidos no mesmo contexto. A partir dessa perspectiva, é possível situar sua concepção de educação no plano político mais amplo e, assim, vinculá-la a um conjunto de preocupações sobre o domínio burocrático, a formação de lideranças políticas e a possibilidade da liberdade – política e acadêmica – no contexto em questão.

Nesse sentido, as reflexões de Weber sobre a educação podem ser compreendidas tanto no âmbito de sua Sociologia política – a partir da descrição dos tipos de dominação que possuem correspondência com os tipos de educação e da ligação entre processo de racionalização e desenvolvimento da burocracia – quanto no âmbito de sua Sociologia da religião – sobretudo, por meio de seu enfoque dos diferentes processos de racionalização que interferiram na condução da vida prática dos indivíduos. Este artigo busca, assim, estabelecer relações possíveis entre essas duas abordagens, como forma de tentar conferir sentido às intervenções do sociólogo alemão sobre a universidade, a fim de inseri-las dentro de um quadro analítico mais amplo.

Ressalta-se, contudo, que Weber não dedicou nenhum artigo ou capítulo de livro à educação propriamente dita, embora tenha feito referências esparsas ao tema no decurso de sua produção acadêmica. Este trabalho pretende retomar essas referências, mesmo aquelas que possuem mais um caráter de denúncia do que de um trabalho propriamente acadêmico.

A CIÊNCIA E A EDUCAÇÃO EM UM MUNDO DESENCANTADO

É conhecida, no âmbito das Ciências Sociais, a distinção entre vocação científica e vocação política, isto é, a diferença entre os julgamentos de fato e os julgamentos de valor. Em Weber, essa dimensão é notavelmente marcante e remete à questão primordial da relação entre a esfera do conhecimento e a dos juízos de valor e, por conseguinte, à discussão pedagógica que se desdobra a partir dessa relação (CARVALHO, 1998).

Para iniciar a discussão sobre qual o papel vislumbrado pelo autor alemão para o professor na universidade moderna, parte-se da seguinte questão, enunciada por Weber, em seu ensaio *O sentido da “neutralidade axiológica” nas ciências sociológicas e econômicas* (1979): é preciso saber se, no decurso de uma exposição universitária, deve-se ou não “professar as avaliações práticas fundamentadas numa concepção ética, em ideias culturais ou numa concepção ideológica” (WEBER, 1979, p. 114). Ou, em outras palavras, teria o professor – ou o cientista – o poder de impor, do alto de sua cátedra, suas “avaliações práticas”, isto é, seus pontos de vista pessoais e partidários, suas convicções, como regras para a vida cotidiana?

Nos debates de sua época, existiriam duas respostas extremas à questão. A primeira é que, apesar de existir uma clara distinção entre fatos que podem ser demonstrados de modo puramente lógico ou estabelecidos de forma puramente empírica e as avaliações práticas, as duas categorias de problemas devem ser alvo

de discussão nas cátedras universitárias. A segunda resposta, por sua vez, parte da concepção de que, mesmo não existindo uma distinção clara entre os dois tipos de problemas, é recomendável evitar todos os problemas práticos de valor do decorrer da exposição universitária. Weber discorda em parte dos dois pontos de vista. No segundo, seu desacordo está relacionado ao fato de que seria preciso evitar todos os problemas de valor na sala de aula, e, com isso, afirma que se deve evitar:

[...] deformar o espírito dos ouvintes mediante uma confusão entre esferas diferentes, tal como há de necessariamente suceder quando a comprovação de factos empíricos e o convite a uma tomada de posição prática perante os grandes problemas da vida são submersos na mesma fria ausência de temperamento (WEBER, 1979, p. 115-6).

Já o primeiro ponto de vista parece aceitável para Weber somente na medida em que, ao tratar os dois tipos de problema, o professor seja instado a “tomar clara consciência daquilo que no seu enunciado resulta de um raciocínio puramente lógico, ou de uma constatação puramente empírica, e daquilo que provém de uma avaliação prática” (WEBER, 1979, p. 116).

As duas respostas teriam relação com duas concepções distintas de universidade: a primeira se relaciona com a ideia de que a universidade tem o papel universal de moldar homens e de propagar doutrinas políticas, éticas ou culturais vigentes na sociedade da época; a segunda é de que nas aulas universitárias se pode exercer uma influência real e valiosa apenas por intermédio de uma formação especializada, levada a cabo por professores qualificados, e que, portanto, a *probi-idade intelectual* será a única virtude específica que se deve inculcar nos estudantes.

O autor é mais partidário da segunda opção, pois considera que a tarefa primordial do professor é inculcar em seus estudantes os conhecimentos de que necessitam para sua carreira, despertar interesse e adestrar seus dons perceptivos e mentais, de forma a alargar seus conhecimentos. Não está incluída entre suas funções, no entanto, a difusão de uma chamada *concepção do mundo* pessoal do professor ou de qualquer outro. Não que para Weber a universidade precise fazer de todos os homens especialistas, no sentido profundo do termo, mas “porque se pretende evitar a identificação das decisões eminentemente pessoais que um homem deve tomar por si próprio, com o ensino especializado” (WEBER, 1979, p. 117).

Ele não está afirmando, todavia, que os professores não podem nunca falar dos ideais que os animam, mas, ao fazê-lo, devem obedecer a duas obrigações:

a primeira seria deixar claro quais são os *padrões de valor* que estão guiando a reflexão e a consequente tomada de posição, de modo a não misturar de maneira imprecisa considerações empíricas e avaliações práticas; a segunda, e talvez a mais importante para o teórico, seria não apresentar a posição prática/avaliativa como se fosse “científica”, já que uma tomada de posição não pode, nunca, ser feita em nome da ciência. Evidentemente, dessa segunda obrigação não deriva que o homem da ciência não possa ou não deva tomar uma posição; muito pelo contrário, significa que, ao fazê-lo, não pode afirmar que ela é científica, sendo preciso alertar o ouvinte, quando cessa de falar o pesquisador e começa a falar o homem de vontade (WEBER, 2006a).

Essa segunda obrigação evidencia uma crítica que o autor elabora a alguns de seus colegas de profissão, em diversos de seus escritos (1979; 1982a; 1989; 2006a), bem como a crítica aos profetas que “pregam” na universidade, em nome da ciência, àqueles que, aproveitando-se de que sua plateia deve permanecer em silêncio, proferem vereditos decisivos sobre determinada concepção de mundo, sempre em nome da ciência. Isso ocorre, pois o professor nada mais é, para Weber, do que um especialista, e “não existe qualquer qualificação de especialista para o desempenho da profecia pessoal” (WEBER, 1979, p. 119).

A partir dessas considerações mais gerais, Max Weber descreve o que seriam as quatro capacidades fundamentais de um professor: (1) desempenhar com simplicidade uma tarefa dada; (2) capacidade de admitir, acima de tudo, os fatos empíricos, inclusive e precisamente aqueles que são incômodos para sua concepção de mundo¹; (3) separar a comprovação dos fatos de uma tomada de posição avaliativa; e (4) reprimir a exposição de seus gostos e sentimentos pessoais na sala de aula. Da exigência para que o professor separe, com clareza, as duas esferas heterogêneas de problemas – avaliações práticas e conhecimento científico – não decorre a afirmação de que tal distinção não seja problemática e difícil de ser delimitada na realidade, mas sim de que esse fato não justifica, automaticamente, que o cientista abandone de uma vez a tentativa de realizá-la.

O autor nota, entretanto, que muitos jovens buscam nas aulas mais do que simples análises e formulações próprias à cátedra universitária; buscam, no professor, “algo diferente daquilo que está à sua frente. Anseiam por um líder, e não um professor” (WEBER, 1982a, p. 176). Para esses alunos, Weber faz um apelo quase dramático:

1 Toda tomada de posição tem que lidar, para Weber, com a existência de fatos “inconvenientes”, e é tarefa primordial do professor ensinar seus alunos a reconhecer e a se habituar à existência de fatos inconvenientes para suas opiniões pessoais.

Amigos estudantes! Vinde às nossas aulas e exigi de nós as qualidades de liderança, sem compreender que de cem professores pelo menos 99 não pretendem ser treinadores de futebol nos problemas vitais da vida, ou mesmo ser líderes em questões de conduta (WEBER, 1982a, p. 177).

Esse apelo é importante, aqui, porque as qualidades que fazem de um homem um excelente professor acadêmico não são as mesmas que fazem o profeta ou o líder. Nenhum treinamento científico faria aflorar as características importantes para um líder político, e a maior parte dos professores não tem, ou não gostaria de ter, essas qualidades. Por outro lado, faz também um apelo aos seus colegas professores, qual seja: de não recorrer a avaliações práticas como forma de obter mais alunos ou maior reconhecimento.

Qualquer professor poderá observar que o rosto do estudante se ilumina e as suas feições ficam tensas quando começa a “defender” a sua doutrina pessoal. E também se dará conta de que o número de estudantes nas suas aulas crescerá vantajosamente pela esperança de que assim suceda (WEBER, 1979, p. 127).

Com as duas citações, é possível sustentar que Weber tenta estabelecer um diálogo, tanto com seus colegas de profissão – professores e pesquisadores – quanto com os alunos da geração mais nova, de modo a tentar defender suas ideias, que são, também, como ele mesmo ressalta, avaliações práticas: “É certo que estas considerações não passam de avaliações práticas ou visões de mundo, e por isso não conduzem a qualquer solução definitiva” (WEBER, 1979, p. 122). Evidencia-se, então, que as considerações sobre o que seria o papel do professor são, elas também, juízos de valor, tomadas de posição que, assim como a tomada de posição de seus colegas, não podem ser validadas empiricamente. Jamais será tarefa de uma ciência empírica produzir normas e ideias obrigatórias, para delas extrair receitas para a prática (WEBER, 2006a).

Até aqui, foi realizada uma tentativa de delinear brevemente o que seria uma concepção pedagógica weberiana, a partir dos escritos que trataram do papel do professor e do pesquisador, do aluno e da instituição universitária. No centro dessa concepção está a importância máxima conferida à separação entre ciência e valor, assim como a tarefa máxima de preservar essa separação no âmbito científico. Contudo, é preciso indagar sobre os motivos da ênfase nessa separação ou, nos termos de Weber, por que o verdadeiro professor deve se comportar menos como um *líder* e mais como um *verdureiro*? (WEBER, 1982a).

A resposta a essa pergunta se relaciona com um conceito weberiano fundamental, o de *desencantamento do mundo*, o qual apregoa que, no mundo, não se encontraria mais um princípio universal que pudesse justificar e significar as escolhas valorativas. Associado à ciência moderna, o conceito de desencantamento se refere, inescapavelmente, à ideia de “perda de sentido” do mundo (PIERUCCI, 2003)². Estaria disponível, no mundo desencantado, uma diversidade de opiniões, visões de mundo pessoais, de modo a se tornar impossível uni-las em um todo absoluto. A capacidade integradora anteriormente existente teria sido posta em questão, restando apenas a cada um dos indivíduos, segundo seu ponto de vista último, sem o *sacrifício do intelecto*, decidir qual é o deus ou o demônio que se deve ou se quer seguir (CARVALHO, 2010).

Diante de tal realidade, o professor só poderia fornecer os *meios* para se agir politicamente, sem jamais estabelecer qualquer *fim* – situação que não era encontrada entre os “antigos”. Segundo Weber, os gregos, principalmente Platão, consideravam que o conhecimento e o ensino do Belo, do Bem, da Coragem deveriam abrir o caminho para se agir acertadamente na vida e, acima de tudo, para formar cidadãos do Estado. Para os renascentistas, a ciência significava o caminho para a arte verdadeira e para a verdadeira natureza. Alguns viram na ciência o caminho para se encontrar a prova da Providência divina, um caminho para Deus; outros viram, ainda, a possibilidade de a ciência se constituir como caminho para a felicidade.

Weber, no entanto, questiona uma a uma essas concepções, afirmando que a ciência especializada, dividida em disciplinas, mostrou-se não ser nem um caminho para a natureza, para a política, para o belo, para o “verdadeiro Deus”, tampouco um meio para a “verdadeira felicidade”. Então, cabe questionar: qual o sentido da ciência? Ela traz sentido à vida? Weber sustenta que não, pois a ciência não permite responder às indagações mais relevantes, isto é, o que devemos fazer? Como devemos viver? Com o progresso da ciência, não teriam os homens um conhecimento mais acurado de suas condições de vida, se comparado com os homens do passado: “a crescente intelectualização e racionalização não indicam um conhecimento maior e geral das condições sob as quais vivemos” (WEBER, 1982a, p. 165).

2 O conceito de desencantamento do mundo tem em Weber um significado bastante complexo, comportando muitas variantes e nuances. Nesta exposição, será usado o termo de forma a relacioná-lo, principalmente, à ideia de desencantamento como “perda do sentido”, muito embora a dimensão do desencantamento como “desmagificação” seja fundamental para a plena compreensão do conceito (cf. PIERUCCI, 2003).

Em outras palavras, “a observação empírica do mundo e, mais ainda, a de orientação matemática, recusa por princípio todo o modo de que se interroge sequer quanto a um ‘sentido’ do acontecer no mundo” (WEBER, 2006a, p. 348). Nessas citações aparece a concepção reiterada de que a ciência não desvenda – e não pode desvendar – o sentido do mundo. O sentido para a vida só seria concebido no campo da moral, da ética, da religião, da arte e da política, nunca no campo da ciência – pois dotação de sentido depende de valoração, o que a ciência não pode fazer. Essa impossibilidade deriva, segundo Weber, de razões muito mais profundas: “a defesa científica é destituída de sentido em princípio porque as várias esferas de valor do mundo estão em conflito inconciliável entre si” (WEBER, 1982a, p. 174). No mundo desencantado, portanto, haveria uma infinidade de perspectivas e pontos de vista, sem que nenhum deles pudesse ser considerado como definitivo e sem que a vida adquirisse um sentido universal a partir dele.

Outro escrito importante do autor para esta discussão é sua *Consideração intermediária* (2006b). É nesse texto que Weber desenvolve sua tipologia das esferas de valor, a partir de sua teoria da diversidade dos processos de racionalização e de sua concepção de cultura como conflito dos valores (PIERUCCI, 2003). Weber apresenta um processo de autonomização das esferas de valor crescentemente racionalizadas e institucionalizadas, mostrando como as diferentes ordens da vida se autonomizaram da religião, engendrando o que ele chama de *politeísmo de valores*. Cada esfera de valor, ao se racionalizar, justifica-se por si mesma, ou seja, encontra em si uma lógica interna própria, uma legalidade própria “que a leva a se institucionalizar autonomamente e a se consolidar e se reproduzir socialmente pela formação de seus próprios quadros profissionais, encarregados de garantir precisamente sua autonomia” (PIERUCCI, 2003, p. 138). Para Weber, a ética, a arte, a esfera doméstica, o erotismo, a política e a ciência constituem esferas distintas, e cada uma delas tem seus próprios valores, independentes, muitas vezes incompatíveis entre si. Contudo, mais do que a existência do politeísmo de valores, tem-se o que Weber chama de *guerra entre valores*, na medida em que não são unicamente deuses que dividem um mesmo espaço, são deuses que competem por adeptos; isto é, “no fim das contas e no que se refere à oposição entre valores, não só se trata sempre e em todas as circunstâncias de alternativas, mas também de uma luta mortal e insuperável, comparável à que opõe Deus e o diabo” (WEBER, 1979, p. 141) ou, ainda, “falando figuradamente, servimos a este deus e ofendemos ao outro deus quando resolvemos adotar uma ou outra posição” (WEBER, 1982a, p. 179). Portanto, em quase todas as tomadas de posições, homens reais cruzam e entrelaçam esferas, encadeando valores “mortalmente hostis entre si” (WEBER,

1979, p. 142). Como Weber enfatiza, uma coisa pode ser verdade sem ser bela, ou sagrada, ou boa, por isso, não é possível definir “cientificamente” o valor de uma cultura, de uma ação, de uma tomada de posição. Mais do que isso, a ciência não consegue arbitrar tomadas de posições diferentes e muitas vezes conflitantes, pois não tem predomínio sobre os deuses, valores, pontos de vista, pressuposições e suas lutas³.

Intimamente relacionada está a concepção do autor de cultura, considerada não como campo de consensos normativos, de diretrizes de avaliação às quais todos adeririam, mas a “um campo de disputas, de luta entre os homens para definir quais são as qualidades das coisas, das condutas e das ocorrências que têm caráter exemplar e podem servir como orientação perante o mundo” (COHN, 2006, p. 10). Cultura não seria, então, uma dimensão da realidade social que confere sentido ao que os homens fazem, ao contrário, é aquela arena significativa em que os próprios homens atribuem valor ao que fazem e disputam entre si.

Em resumo, o monoteísmo teria cedido lugar a um politeísmo com novo sentido, com os velhos deuses que agora aparecem de forma desencantada, como poderes impessoais, que exigem reconhecimento. Esses novos velhos deuses forçam escolhas, entrando em conflito um com outro e tendo que, ao escolher, negar os outros (SCHLUCHTER, 2000). O que está em questão, para Weber, é que essas escolhas têm de ser feitas de maneira consciente e que os valores que guiarão a conduta precisam ser determinados de maneira autorreflexiva. Os indivíduos não são mais escolhidos pelos valores, e o destino não é mais objetivamente fixado com antecedência, seja pela religião, pela ética, pela política, seja pela ciência. Não existiria nenhuma instância preexistente que pudesse servir como fundamento único para essas escolhas, tampouco a ciência seria capaz de dotar o mundo de sentido:

É destino de uma época cultural que provou do fruto da árvore do conhecimento ter que saber que não pode discernir o sentido do andamento do mundo nem mesmo da mais completa investigação, mas que nos cabe criá-lo nós próprios, que “concepções de mundo” jamais podem ser produto do avanço de um saber empírico, e que portanto os ideais mais elevados, que mais intensamente nos

3 De forma alternativa e complementar, é possível seguir o trabalho de Carlos Eduardo Sell (2012), que busca retrazar o que seria uma Sociologia da ciência weberiana, ao sustentar que esta possuiria uma dupla dimensão: uma de caráter amplo e histórico-cultural, em que a ciência representaria o desenlace de um longo processo de racionalização teórica-dinâmica interna, motivada pelo desencantamento do mundo; outra de caráter específico e sociológico-estrutural, em que a ciência representaria uma esfera cultural de valor e uma ordem de vida delimitada da estrutura social moderna, regida por uma legalidade própria: a visão causal de mundo.

comovem, agora e sempre só se efetivam no combate com outros ideais tão sagrados para outros quanto os nossos são para nós (WEBER, 2006a, p. 21).

Estar à altura desse desafio não é tarefa simples. Segundo o autor, é por isso que muitos saem em busca de novos profetas: “o que é difícil para o homem moderno, e especialmente para a geração mais nova, é estar à altura da existência do trabalho cotidiano” (WEBER, 1982a, p. 176). É nesse contexto que a ideia de ciência como vocação atinge seu significado pleno: não existe nenhum sentido único, nenhuma das esperas de valor pode dar esse sentido universal, porque existe um embate entre as esferas que obriga a fazer escolhas que entram em conflito com outras. Diante disso – que Weber chama de destino de sua época –, a ciência obriga ao trabalho especializado⁴, sereno e sistemático, que não dará respostas plenas de significado e que exige constante autolimitação.

Se assim for, pergunta Weber, que contribuição real e positiva traria a ciência para a vida prática e pessoal? E, de forma correlata: teria o professor alguma contribuição a dar para o conhecimento que, de certa forma, ajudasse a conduta das pessoas? Primeiro, a ciência contribui para o controle da vida, calculando e controlando os objetos externos, bem como as atividades do homem. Segundo, a ciência contribui com métodos de pensamento, instrumentos e treinamento para o pensamento. Um terceiro objetivo ressaltado por Weber é a clareza: “há um lado ético do pensamento de Max Weber que sustenta a tese segundo a qual o interesse último da ciência social para um ser humano reside em sua contribuição para a luta do indivíduo comum em busca de clareza” (PIERUCCI, 2003, p. 37). Clareza, inclusive, para se compreender o que está em jogo na guerra dos valores, para compreender os fins, os meios adequados e as consequências possíveis e indesejadas de cada ação. Assim, a ciência não pode dizer quais são os fins últimos, mas pode oferecer clareza para compreendê-los, saber como surgiram, com quais valores se relacionam e o que eles implicam.

A ciência pode mostrar que toda ação – ou ausência desta – tem consequências, pode também ajudar no *conhecimento do significado* daquilo que almeja, a coerência interior de uma posição em relação a essa ou aquela concepção de mundo e pode verificar com que concepções de mundo determinadas posições práticas

4 O fato de o conhecimento científico sempre incidir sobre aspectos limitados da realidade, em razão de existir um número infinito de ocorrências no espaço e no tempo, e de jamais poder captar o todo, é também parte da argumentação de Weber do porquê a ciência não confere sentido à ação humana (cf. WEBER, 2006a).

estão relacionadas e contra quais se opõem. E, assim, a ciência chega também ao seu limite (WEBER, 2006a).

A ciência pode apenas compreender os valores que regem cada esfera: “podemos, apenas, compreender o que a divindade representa para uma ordem ou para a outra, ou melhor, o que ela é numa e noutra ordem” (WEBER, 1979, p. 175). E é aí que se encerra o que pode ser discutido em uma sala de aula por um professor; o passo seguinte, isto é, a escolha do deus e dos valores que regem nossa conduta, já não tem espaço durante a lição. Em resumo, “uma ciência empírica não tem como ensinar a ninguém sobre o que deve, somente sobre o que pode e – eventualmente – sobre o que quer” (WEBER, 2006a, p. 17).

A ciência pode ajudar o indivíduo a prestar a si mesmo contas do significado último de sua própria conduta, o que para Weber não parece pouco. Quando um professor faz isso, “ele cumpre o dever de provocar o auto-esclarecimento e um senso de responsabilidade” (WEBER, 1979, p. 179). Para Weber, ele tem mais chances de conseguir isso à medida que evita, conscienciosamente, o desejo de impor ou sugerir à sua audiência a posição que tomou.

O interessante, aqui, é perceber a concepção mais ou menos elaborada de Max Weber sobre o papel que o professor, o pesquisador e a instituição universitária devem desempenhar. A partir disso, foi possível definir o que poderia ser considerado uma concepção pedagógica weberiana. Importante frisar, no entanto, que Weber nunca se preocupou em ser um teórico da educação, e que sua reflexão nesse sentido está estreitamente vinculada à discussão mais ampla sobre a ciência e os processos de racionalização e desencantamento do mundo. Da possível concepção pedagógica weberiana, emerge e exige-se uma nova conduta para o professor, isso se ele quiser ficar nos limites de um mundo que foi desencantado. Como não é mais possível construir valores metafísicos que orientam as ações humanas, ao professor resta criar condições para que os cidadãos permaneçam livres para escolher o deus ou demônio que querem seguir.

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE DOMÍNIO BUROCRÁTICO

É preciso se perguntar, para aprofundar o argumento, o porquê de tanta ênfase de Weber na discussão sobre o papel do professor e também questionar em que medida essa questão está relacionada com sua Sociologia Política. Nessa medida, nesta segunda parte do artigo, será desenvolvido um caminho alternativo para o tratamento da questão universitária, enfatizando a relação entre sua Sociologia Política e seus textos de intervenção sobre a universidade. Esses textos

foram publicados, em sua maioria, no jornal *Frankfurter Zeitung*, entre 1908 e 1911, e tratam de questões e acontecimentos específicos de sua época e seu país, embora aportem reflexões mais gerais que ajudam a estabelecer, ainda que em um contexto peculiar e de forma controvertida, certos princípios fundamentais de uma concepção liberal de autonomia universitária e de liberdade acadêmica.

Os principais temas tratados nesses artigos de intervenção são o “caso Bernhard”, o “Sistema Althoff” e a discussão sobre no que consistiria a liberdade acadêmica e estão repletos de episódios da luta entre o saber acadêmico e o *ethos* burocrático dominante no Ministério da Educação, na Prússia, o que os torna uma ferramenta interessante para considerar a questão educacional em relação à discussão sobre a burocracia. A análise e descrição muito meticulosa dos fatos e seu tom de indignação moral podem parecer, atualmente, como fora de proporção, sobretudo agora que os fatos discutidos estão distantes no tempo e em relevância, no entanto, ajudam a compreender o ponto de vista do autor sobre a questão universitária.

O “caso Bernhard” consiste na nomeação desse pesquisador para uma cátedra de economia na Universidade de Berlim, em 1908, por iniciativa de Friedrich Althoff, diretor do departamento de assuntos universitários do Ministério de Educação da Prússia. Essa nomeação teria sido feita sem qualquer consulta à congregação da universidade, fato que revoltou Weber:

Ao tempo em que o autor destas linhas era tão jovem quanto é hoje o sr. Bernhard, um dos requisitos mais elementares da decência acadêmica era que, quem quer que fosse convidado por um ministro a assumir uma posição de professor, se assegurasse, acima de qualquer outra coisa e antes de decidir-se, de que gozava da confiança intelectual da congregação – ou, pelo menos, dos mais eminentes colegas em sua área, de cuja cooperação iria necessitar (WEBER, 1989, p. 38).

Ao longo do século XIX, a praxe era a nomeação de professores ser realizada a partir de uma lista de indicações apresentadas ao ministro, detentor do poder oficial de nomeação – embora ele não fosse obrigado a se limitar à lista fornecida, era habitual fazê-lo. A partir dessa nomeação, Weber vai criticar mais detidamente a intervenção do governo prussiano nas universidades. A revolta de Weber não se relaciona apenas à suposta gravidade dos fatos narrados, mas em virtude de ele considerá-los sintomas do que denominou “Sistema Althoff”. Apesar de Althoff ter feito muito para melhorar a qualidade das universidades alemãs, com o aumento de recursos e a expansão do sistema, o tratamento que este concedia

ao professorado era, na visão de Weber, humilhante e corruptor, pois assumia que todos os professores eram meros caçadores de cargos. Como resultado, os professores teriam passado a adotar uma atitude cínica e de subserviência quanto aos compromissos e às promoções na universidade. A situação, com os sucessores de Althoff no Ministério, teria piorado, pois esses teriam herdado seu cinismo, não sua habilidade de julgamento intelectual e sua energia e devoção à excelência acadêmica (WEBER, 1989).

Segundo Weber, o sistema Althoff funcionava mediante garantias: garantias dadas pelos professores acerca de todas as coisas possíveis e impossíveis, como a de não aceitação de “convites” por parte de outras universidades; e garantias dadas pela administração educacional relativas a assuntos tais como: “as perspectivas no caso da morte de catedráticos em Berlim e alhures, obrigação de silêncio, intervenção geradora de conflitos nas relações entre colegas, a subvenção e o cancelamento de anúncios de aulas conforme o gosto” (WEBER, 1989, p. 92-3). O sistema de garantias, para ele, era inconcebível:

Quero observar, ainda, que não vejo nada, no modo oficial de avaliar e tratar um professor, que deva ou devesse impor-lhe um dever de gratidão, uma vez que nomeações e promoções devem orientar-se, não por considerações de amizade pessoal, mas sim por considerações científicas, acadêmicas e educacionais sérias e realistas (WEBER, 1989, p. 91).

Esse sistema teria uma influência corruptora na universidade, a qual ele associa à influência corruptora de Bismarck no parlamento, que provocou a ascensão de mediocridades e a dependência política. É interessante notar que Weber encarava Bismarck – a quem também admirava pelo talento político e pelas realizações – como fonte de incapacidade política da Alemanha. Para o autor, Bismarck teria impedido a consolidação de partidos políticos e a formação de novas lideranças, a partir do controle do orçamento militar, do enfraquecimento dos sindicatos e da implementação de uma legislação antissocialista, deixando atrás de si, com a política de favores e controle, um parlamento impotente, com membros de pouco nível intelectual, fruto da eliminação de todo o talento político:

[...] desde 1878 a nação está desacostumada a participar, através de seus representantes eleitos, da resolução de seus assuntos políticos. Tal participação, afinal de contas, é a pré-condição para desenvolver o discernimento político. [...] Ele deixou atrás de si uma nação *sem qualquer sofisticação política*. [...] Principal-

mente, Bismarck deixou atrás de si uma nação *sem qualquer vontade política própria*, acostumada que estava à ideia de que o grande estadista ao leme tomaria as decisões políticas necessárias (WEBER, 1974, p. 20).

Carente de um sentido de autoestima civil e de responsabilidade por seus atos, o povo alemão não se mostraria capaz de manter a independência perante líderes políticos de índole carismática e uma poderosa burocracia (SHILLS, 1973). Ao refletir sobre as universidades de seu tempo, Weber se deparou com fenômeno semelhante. Considerou que os membros da classe acadêmica na Alemanha estavam perdendo o sentido de dignidade de seu papel acadêmico; assim como na esfera da política, estavam sendo manipulados por uma figura poderosa.

A intrusão do governo nos assuntos acadêmicos foi caracterizada por Weber em várias dimensões. Primeiro, as universidades na Alemanha teriam sido usadas pelo governo para treinar os futuros burocratas para a função pública, uma condição que ele viu sendo colocada também para as universidades americanas, como consequência das reformas administrativas em curso no início de 1900 e que, eventualmente, acabariam por minar sua independência (WEBER, 1989). Sobre Althoff, Weber afirma: “Ele não desejava acabar com a autonomia das universidades em benefício da autoridade do soberano, mas queria que a alta administração participasse da tomada de decisões em todos os assuntos mais importantes da administração das universidades” (WEBER, 1989, p. 80). Funcionários do Ministério são representados como os que veem a universidade como meio de credenciamento para a carreira burocrática, como meio para servir a fins profissionais, mais que acadêmicos.

Em segundo lugar, compromissos acadêmicos eram usados pelo governo para fazer avançar sua política de interesses. Weber se refere a acadêmicos nomeados por influência do governo, ou para satisfazer desejos do governo, como “operadores” ou oportunistas que servem a fins extraescolares – políticos ou eclesiásticos – e que garantem que determinadas pesquisas sejam realizadas na universidade, em detrimento de outras. Esses operadores são os beneficiários do clientelismo, que, na visão de Weber, contribuiriam para o crescente número de “mediocridades complacentes”, criando, assim, um “mercado” favorável para a ascensão de mais “operadores”, os quais não seriam apenas aqueles cujos compromissos são diretamente influenciados pelo governo, mas também aqueles cuja mentalidade é tomada por valores econômicos e burocráticos e que se ajustam aos mecanismos de dominação burocrática sem “qualquer reflexão mais profunda” (WEBER, 1989, p. 93).

Quanto mais a universidade é constituída por *operadores*, mais o governo poderia influenciar todas as pequenas questões. A existência de operadores enfraqueceria, então, a congregação, e a consequência mais importante disso é que, “naqueles assuntos importantes em que a palavra do estudioso especializado como tal, e a autoridade da congregação, como tal, deveriam ser decisivas, nem uma nem outra significará, de fato, coisa alguma” (WEBER, 1989, p. 44).

Continuando o raciocínio, Weber afirma que “todo aquele que se acostume a atuar como padrinho, utilizando suas relações pessoais em favor de seus protegidos, renuncia ao peso moral que deveria ser atribuído à sua opinião como perito e como alguém que exerce oficialmente o poder” (WEBER, 1989, p. 44). O argumento central é que, em última instância, toda a influência de fatores extracientíficos, seja a intervenção direta da esfera da política, seja a intervenção indireta da influência das relações pessoais, enfraqueceria a legitimidade acadêmica e a independência das universidades (BEN-DAVID, 1975).

É conhecida, no âmbito da Sociologia weberiana, a caracterização, enquanto tipo ideal puro, da organização burocrática, elaborada no capítulo “Sociologia da dominação”, em *Economia e sociedade* (2009). Nesse trabalho, Weber trata da dominação como caso especial do poder (que não tem a ver com interesses puramente econômicos e que, portanto, não se vincula diretamente com os interesses de classe, como na teoria marxista), que tem três tipos de legitimidade distintos: tradição, carisma e regras racionais-legais. Esse último seria a dominação burocrática, que Weber considera o tipo mais racional e bem acabado de dominação. O autor vai, então, discuti-lo em detalhes, passando por temas como o poder delimitado por regras racionais, o desenvolvimento do aparato jurídico, a separação entre esfera pública e privada, a necessidade crescente de qualificação e a pressão correlata nas instituições superiores de ensino, a necessidade de tempo integral, a importância da concentração dos meios de serviço nas mãos da figura hierárquica, entre outros.

Nesses termos, a discussão sobre as formas de burocracia constitui parte central de sua análise sobre a modernização, que envolve o contraste explícito com os sistemas tradicionais de administração: de sistemas patriarcais e patrimoniais à burocracia; da dominação tradicional à dominação racional-legal. Aqui, entram em evidência algumas das múltiplas formas que Weber conferiu à discussão da ideia de racionalização, para além daquela que a associa à ideia de desencantamento do mundo – como tratado na seção anterior. No caso, Weber considera a burocracia como especificamente “racional”, na medida em que envolve o controle sobre o conhecimento, também por conta de suas esferas de competência clara-

mente definidas, porque opera de acordo com regras analisáveis, porque inclui a calculabilidade em sua operação e, finalmente, porque tecnicamente ela é capaz de alto nível de sucesso (BEETHAM, 1992). Seriam, em resumo, essas as características racionais que garantiriam a superioridade técnica da burocracia.

A acepção de burocracia, discutida em termos típico-ideais, considera-a como meio técnico superior para a administração pública e privada, guardando, portanto, valoração bastante positiva. Em contrapartida, os escritos políticos do autor vão tratar a burocracia a partir de uma acepção negativa, enfatizando sua tendência de se tornar uma força social e política independente, com valores próprios, bem como a capacidade de afetar os fins e a cultura da sociedade. Tanto em suas análises dos EUA (WEBER, 2002) quanto da Rússia, Weber (2005) observa a expansão da burocracia, algo que considera como irresistível e irreversível. Nesse sentido, busca mostrar que os desvios do tipo ideal são sistemáticos – não meros acidentes: enquanto grupo de poder, a burocracia passa a ter a capacidade de influenciar os objetivos do sistema político e, enquanto grupo de *status*, influencia os valores culturais da sociedade (BEETHAM, 1992).

Ao mesmo tempo, Weber ressalta, principalmente em sua discussão sobre a burocracia como instrumento da permanência do domínio *junker* na Alemanha (WEBER, 1994), que esta não é independente de outras forças sociais, notadamente da estrutura de classes. Os funcionários não seriam os portadores por excelência de interesses universais, como queriam alguns de seus contemporâneos, mas, ao contrário, trariam consigo os valores de sua classe de origem. Ademais, teriam como interesses específicos a manutenção e extensão das posições administrativas e do poder, lembrando que o rápido desenvolvimento da burocracia não se explica apenas por sua superioridade técnica, mas pela pressão que oficiais são capazes de fazer enquanto grupo de interesse.

É preciso compreender essas críticas ao domínio burocrático em relação com o debate mais amplo que o autor travava com seus colegas da *Verein für Sozialpolitik*⁵. Para alguns deles, a burocracia era considerada uma força social neutra, acima dos interesses de classe e dos partidos políticos, representando interesses universais da sociedade, com sabedoria política. A burocracia seria assim concebida como força política independente, desinteressada, com capacidade superior para dirigir os assuntos da sociedade. Esses setores se oporiam, inclusive, à democracia liberal, em razão do medo de que o governo da monarquia e da burocracia

5 Associação para a política social, fundada em 1872, era um espaço de discussão e pesquisa que ocupou lugar de destaque nos debates políticos e intelectuais acerca da política social e econômica na Alemanha do Segundo Império (GRIGOROWITSCHS, 2012).

pudesse ser substituído por um governo com base em interesses particulares de uma classe ou partido.

É em resposta a tal concepção que está a insistência de Weber de que a burocracia é apenas um tipo de administração que prevalece nas esferas da vida moderna, mas que não pode exceder suas funções enquanto instrumento técnico, sob o risco de subsumir a esfera da política (BEETHAM, 1992); isso porque a concepção weberiana aponta para uma burocracia tecnicamente capaz, mas politicamente inerte, cuja ação é racional quando limitada à sua esfera, mas que se torna irracional quando atinge outras (TRAGTENBERG, 1985).

Os paralelos possíveis entre a burocratização da vida política e a burocratização da vida acadêmica se tornam mais complexos, sobretudo ao observar mais detidamente a discussão que o autor realiza da burocracia como um grupo de *status* ou como uma nova aristocracia. Weber notou, por exemplo, o ressentimento e a atitude de preservação da burocracia frente ao desenvolvimento do capitalismo moderno, chegando a afirmar, inclusive, que não seria por acaso que ele teria se desenvolvido primeiramente na Inglaterra, onde o domínio dos oficiais era minimizado (WEBER, 2009). O desenvolvimento da burocracia teria ocorrido de forma paradoxal no que tange às suas relações com a democracia. De um lado, a democracia promoveria um sistema que selecionaria pessoas qualificadas entre todos os estratos sociais, a partir de exames; de outro, no entanto, exames e credenciais educacionais passariam a criar uma nova aristocracia privilegiada, que se oporia a esse sistema (TITUNIK, 1997).

Nesse contexto, a educação estava emergindo como novo critério para a distinção de um grupo de *status*, com o desenvolvimento de um senso de honra quase antitético ao *ethos* capitalista, que potencialmente sufocaria o dinamismo econômico. Além disso, o autor também aponta para o fato de a burocratização da vida social pressionar, inclusive, as universidades: pressão por vagas e diplomas entre aqueles que se encontram em busca de benefícios, salário e prestígio social (WEBER, 1974)⁶.

É notadamente o estrato educacional, tanto na Alemanha quanto nos Estados Unidos, que promovia e se beneficiava do processo de burocratização; e parte significativa desse setor estava imbuída de sentimentos antiliberais (RINGER, 2000). Na Alemanha, foram precisamente os acadêmicos os que mais se opuseram ao liberalismo e à democracia e quem, esperando transcender o conflito dos interesses

6 Além disso, a educação, pública ou privada, também é considerada como prestação de serviço destinada a um público específico, e, portanto, pelas concepções weberianas, as instituições educacionais também estariam sujeitas ao domínio da burocracia moderna (JÚNIOR, 2010).

econômicos nas sociedades modernas, promoveu a ascensão burocrática. É nesse sentido que se pode afirmar que muitas das afirmações de Weber contra o domínio burocrático eram direcionadas contra esses acadêmicos, que não só formavam um grupo de *status* que se contrapunha, em grande medida, aos valores liberais, como defendiam uma concepção de política que condenava partidos e a política de interesses em nome de uma política “neutra” promovida por oficiais⁷.

Tendo em vista tal contexto, a discussão do papel do professor e das instituições universitárias retraçada na seção anterior pode ser situada em uma preocupação mais ampla com os rumos da sociedade alemã, especialmente no que concerne à submissão da política à burocracia. Ao considerar que os acadêmicos estavam entre aqueles que mais defendiam o domínio burocrático e proferiam valores antiliberais, a argumentação de que o professor não pode ser um profeta – para além de sua defesa da neutralidade axiológica – relaciona-se com a tentativa de abrir espaço para a esfera da política, ao buscar a separação entre as duas esferas.

Não é por acaso que, ao discutir a intervenção do Ministério da Educação prussiano nas universidades, enfatiza-se a participação ativa dos acadêmicos nesse processo. Ele admite que a culpa de banir das universidades aqueles acusados de serem “perigosos para o Estado” pertence também às faculdades, cujas congregações agiam voluntariamente em nome da “polícia política”, deixando de fora dela judeus, ateus e socialistas (WEBER, 1989, p. 68). As universidades alemãs teriam, então, grande responsabilidade na perda de sua independência frente ao Estado.

Em sua biografia sobre o sociólogo, Marianne Weber (2003) afirma que muitos colegas de cátedra de seu marido rejeitavam suas posições sobre a universidade e a ciência. Seus críticos argumentavam que a função primeira da universidade alemã era formar jovens cidadãos dóceis, prontos para atuarem em favor do Estado e da Igreja. Consideravam que, como todos os outros funcionários da burocracia estatal, os professores deveriam ser selecionados para servir ao governo. Desse comportamento acadêmico pode-se deduzir que o professor, muito mais que ser qualificado para a função de professor e pesquisador, deveria ter como pressuposto a subserviência às autoridades estatais e eclesiásticas (JÚNIOR, 2010).

7 Ringer (2000) destaca, nesse sentido, que o compromisso desses “mandarins” com o *status quo* foi aumentando progressivamente, à medida que as pressões das classes mais baixas ameaçavam seus privilégios de classe e que tomava corpo a identificação da democracia com a ideia de massificação e nivelamento. Nesse sentido, a comunidade acadêmica vai assumindo, assim, o papel de *establishment* vagamente conservador e claramente oficial.

Weber, como se sabe, contrapõe-se a esse argumento comum entre seus colegas, de que o Estado não pode permitir que a universidade dissemine doutrinas que são a ele hostis, para fazer, assim, uma reflexão mais aprofundada sobre o tema:

As universidades não têm, como tarefa sua, transmitir qualquer ponto de vista ou opinião que seja quer “hostil ao Estado”, quer “favorável ao Estado”. Elas nas são instituições destinadas à inculcação de valores morais absolutos ou fundamentais. Elas examinam os fatos, suas condições, leis e inter-relações; examinam os conceitos, seus pressupostos lógicos e seu verdadeiro significado (WEBER, 1989, p. 69-70).

Para Weber, não cabe às universidades se pronunciarem a favor ou contra o Estado, pois não são escolas de inculcação de valores absolutos, nem produtoras de doutrinas de salvação, portanto, dedica espaço em diversos de seus escritos à questão universitária, para criticar a lógica das contratações da universidade, citando os casos de Sombart, Simmel e Michels, distintos pesquisadores que tiveram dificuldades em achar espaço na vida acadêmica alemã por motivos de personalidade, religião e posição política, respectivamente⁸. O autor ressalta, também, a importância das nomeações serem feitas, exclusivamente, a partir de critérios científicos:

Toda concessão feita pelas congregações a motivos não-intelectuais e, de maneira especial, todo desvio do princípio fundamental de nomear tantas pessoas intelectualmente notáveis quanto possível, acabam por revidar com a debilitação, em última instância, da autoridade moral das congregações (WEBER, 1989, p. 41).

Ao mesmo tempo, o autor destaca que não são, predominantemente, os professores “radicais”, mas sim os ostensivamente conciliadores “diplomáticos” aqueles que deixam de respeitar os deveres de probidade intelectual e “tomam para si o privilégio de educar seus estudantes dentro de determinadas crenças políticas” (WEBER, 1989, p. 71-2). O que permite afirmar que, subjacente à discussão sobre o papel do professor e das questões universitárias da época, está uma preocupação em olhar para a própria função da universidade.

⁸ Simmel jamais fora indicado a uma cátedra em Berlim, apesar de ser um sociólogo reconhecido; Robert Michels, judeu e socialista, precisou ir para a Universidade de Turim para conseguir uma vaga.

A preocupação central de Weber nos escritos sobre a universidade se assemelha, em muitos pontos, à sua preocupação com o espaço da política, sendo possível não só fazer um paralelo entre a dominação burocrática na política e a dominação burocrática na universidade, mas também uma relação entre as “soluções” weberianas propostas para os dois domínios. Ao discutir a questão da burocracia na política, enfatiza muitos de seus limites, que se referem tanto a diferenças de responsabilidade quanto de mentalidade. Se o funcionário deve realizar um trabalho diligente, a partir de regulamentos e instruções, o político deve tomar decisões políticas relevantes; enquanto o burocrata deve sacrificar suas convicções pessoais à obediência hierárquica, o líder político se caracteriza por assumir publicamente a responsabilidade de seus atos:

[...] um funcionário que recebe uma diretriz a qual ele considera errônea pode e deve objetar a ela. Se seu superior insistir na execução de tal diretriz, é dever do funcionário e até seu motivo de orgulho executá-la como se isso correspondesse à sua convicção mais íntima, demonstrando assim que sua consciência do dever coloca-se acima de suas preferências pessoais [...]. Um líder político que agisse desta maneira mereceria desprezo (WEBER, 1974, p. 73).

A natureza mesma do funcionalismo moderno seria desfavorável ao desenvolvimento da autonomia política, pois a essência da esfera política é o conflito e o recrutamento de aliados e de adeptos voluntários⁹. A luta pelo poder e a responsabilidade seriam características fundamentais do “homem de vocação”, político ou empresário, e, além disso, como já dito, a burocracia não seria uma maneira de transcender os interesses de classe, como queriam alguns. Em resumo, Weber rejeitava a visão de que para tratar dos grupos de interesse econômico era necessário ou subordiná-los à direção burocrática ou integrá-los a um estado corporativo. Essas duas alternativas impediriam o desenvolvimento “normal” do capitalismo, que consiste na livre associação formal de interesses econômicos (BEETHAM, 1992).

Se o avanço burocrático deveria ser refreado, Weber buscou elencar algumas possibilidades para tal: (1) fortalecimento do parlamento e do voto popular, a fim de produzir líderes políticos; (2) fortalecimento dos partidos políticos, também

9 Por isso, inclusive, Weber considera que, para o político moderno, a escola de lutas apropriada é o parlamento e as disputas dos partidos perante o público, dedicando parte significativa de seus escritos políticos a convencer seus contemporâneos da importância de um parlamento forte e de partidos políticos, como o da social-democracia (WEBER, 1974; 1982b; MOMMSEN, 1992).

para a seleção desses líderes¹⁰; (3) fortalecimento das associações¹¹ (ou da sociedade civil, em linguagem contemporânea); e (4) incentivo aos empreendedores capitalistas e à competição.

Uma das formas discutidas para frear a burocracia seria, então, o avanço do capitalismo empreendedor. Contudo, ao analisar a situação da Alemanha, Weber se depara com uma burguesia conservadora, interessada em transformar suas conquistas em distinções aristocráticas, a partir da compra de terras e títulos. Situação semelhante ele encontra ao analisar a questão universitária, deparando-se com estudantes mais interessados em “participar de um duelo” ou transformar-se em “oficial de reserva” do que na formação especializada que a universidade poderia fornecer. Ao analisar, por exemplo, a criação de escolas superiores de comércio na Alemanha, Weber critica a existência,

[...] no seio da nova geração de empresários, tanto no comércio como na indústria, de um anseio por aquele tipo feudal de prestígio conferido pelo uso das cores de uma sociedade estudantil, pelos golpes de sabre, e, acima de tudo, por estar qualificado a dar “reparação” em um duelo e, com isso, tornar-se um oficial de reserva, coisas que se adquirem pela forma tradicional de vida estudantil que se leva em detrimento do estudo intensivo [...], nem a posse de uma faixa colorida [das sociedades estudantis], nem a posse de um cargo de oficial, é, por si só, prova de que seus portadores podem realizar o trabalho duro e sério sem o qual a burguesia comercial e industrial não manterá a posição da Alemanha no mundo (WEBER, 1989, p. 102-4).

O fato de as universidades formarem a burocracia estatal na Alemanha e serem veículo de ascensão à “nobreza”, e não ao conhecimento especializado, auxiliaria em sua burocratização. Além disso, é importante destacar que a principal razão para o capitalismo empreendedor se constituir como uma alternativa a ser

10 Os partidos são considerados pelo autor um dos principais componentes da sociedade civil, uma das principais formas de formação e seleção de líderes. Contudo, ao mesmo tempo, mostra-os como um dos espaços já burocratizados ou suscetíveis à burocratização da sociedade alemã (WEBER, 1982b). Esse dilema, entre a “salvação” da democracia e a burocratização, precisa ser ainda melhor trabalhado.

11 As associações estão fundamentadas no particularismo, barreira de entrada a novos membros, seleção pelas características éticas dos postulantes, na possibilidade (e no medo) de sanção e no voluntarismo. Essas características produziriam um mecanismo social rígido de disciplina moral e autocontrole em seus membros, além de qualidades éticas. Ademais, a existência do pluralismo, da heterogeneidade e da competição (e não da comunidade, da integração e do sentimento) faria com que fosse necessária a autoafirmação constante dos indivíduos, desenvolvendo a individualidade ética com potencial para a liderança (WEBER, 2002).

considerada reside na ideia de competição, também presente na discussão sobre a questão universitária. Weber acreditava que, se o sistema universitário conseguisse permanecer descentralizado e com verdadeiro caráter competitivo, não seria um ministro que o poderia afetar significativamente. Esse é um dos motivos de seu interesse pelo sistema norte-americano, em que cada uma das instituições possuía alguém fazendo o papel de Althoff – no caso específico, os presidentes das diversas universidades (WEBER, 1989). A competição entre as universidades seria, portanto, o melhor mecanismo para assegurar a qualidade acadêmica, a contratação dos melhores profissionais – independentemente do credo religioso ou da convicção política – e a produção de conhecimento fora dos limites impostos pelo Estado.

A última “solução” weberiana para o problema da burocracia, que se relaciona diretamente aos seus escritos sobre a universidade, é a importância do desenvolvimento de lideranças políticas com vocação e senso de responsabilidade – seja por meio da educação política, de um parlamento forte, do fortalecimento dos partidos políticos, da criação de associações da sociedade civil, seja ainda por meio do capitalismo competitivo. O líder plebiscitário seria fundamental para contrabalancear tanto o domínio burocrático quanto o domínio, na política, de interesses de classe e fatores econômicos, pois, se a política não deveria ser reduzida ao poder enquanto fim em si, tampouco deveria ser reduzida a uma mera extensão da vida econômica.

Segundo Beetham (1992), Weber, mormente em seus últimos escritos políticos, vai distanciando até divorciar quase completamente o líder político do parlamento, defendendo um poder independente e dado diretamente pelo voto de massa, para transcender os conflitos e compromissos dos interesses econômicos no interior do parlamento. Para ele, os ideais que mereciam ser perseguidos pela política eram aqueles que transcendiam os interesses materiais, ou seja, aqueles de tipo liberal, nacional e cultural. Dessa forma, o líder seria importante não apenas para fazer contraste com a burocracia, mas também com a economia.

Discussão similar é realizada no âmbito da questão universitária: o domínio burocrático e o desvio das finalidades acadêmicas estariam impedindo a formação de lideranças no interior da comunidade acadêmica, deixando-a ainda mais suscetível à perda de sua autoridade enquanto espaço de formação e de produção de conhecimento:

[...] se o Estado concebe a influência de que goza – em consequência da situação econômica das universidades – como um meio de conseguir determinada obediência política no seio dos estudantes universitários, em vez de encará-la como um pressuposto de responsabilidade cultural, então os interesses da ciên-

cia e da erudição dentro de tal tipo de “Estado” não estão melhor servidos e, de fato, sob muitos aspectos, estão pior servidos do que em sua anterior situação de dependência da Igreja (WEBER, 1989, p. 69).

A solução estaria, precisamente, na criação de uma organização de professores universitários para discutir as preocupações comuns a todos:

[...] uma organização de professores universitários, com uma liderança inteligente, poderia reacender o sentimento de orgulho corporativo da próxima geração acadêmica para contrabalançar o “ponto de vista prático” e, com isso, contribuir para o restabelecimento gradativo do peso moral das universidades, atualmente em queda (WEBER, 1989, p. 44).

A consequência inevitável de não existir uma organização desse tipo, com lideranças fortes e que permita a expressão organizada da “opinião pública” da classe acadêmica, seria que cada professor, em seu isolamento, precisaria recorrer ao uso da imprensa a fim de se manifestar.

Em suma, Weber acreditava que a solução seria um retorno ao orgulho profissional do professorado, o fortalecimento de lideranças universitárias e a resistência às políticas centralizadas praticadas pelo Ministério de Educação da Prússia. O sucesso de tal mobilização dependeria, também, da boa vontade do governo prussiano no trato com o professorado e no respeito à autonomia da profissão e às instituições acadêmicas.

É importante lembrar, mais uma vez, que a política era tida como esfera da perseguição de valores não materiais, como o da liberdade. Em um mundo dominado pela burocracia, onde tudo é calculado, tanto a produção quanto o trabalho estatal – onde o ritmo não é ditado pelo indivíduo, mas por algo externo a ele, a que não possui interferência –, não há liberdade, não há espaço para o novo. A tendência é uma vida em que tudo se repete, em que não há criatividade, em que os indivíduos são meramente reprodutores de práticas que não pertencem a eles. Weber aponta para um declínio da liberdade humana face ao aumento da racionalização da vida, da burocratização das estruturas econômicas e políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que no centro dos valores liberais que Weber proferia estava o da liberdade, tanto no âmbito político quanto no âmbito acadêmico e em todas as

esferas da vida. O tema da liberdade estava mais presente em seus escritos sobre a revolução de 1905-1906, na Rússia (WEBER, 2005), em que ele se perguntava quais seriam as chances da liberdade na Rússia ou, em particular, quais as forças sociais que poderiam agir como suporte a um programa de tipo liberal.

Beetham (1992) destaca que existem três conceitos diferentes e entrelaçados de liberdade em Weber. Primeiramente, tem-se a liberdade associada ao individualismo econômico, que o autor via ameaçada por conta da concentração de propriedade no capitalismo e da eliminação dos pequenos empreendedores. Em segundo lugar, tem-se as liberdades civis e políticas, que precisariam ser consolidadas a partir de instituições parlamentares fortes e da competição pelo poder. Por fim, vê-se a concepção de liberdade vinculada ao ideal de autonomia pessoal, ou de responsabilidade, acepção essa que comporta o problema mais universal da liberdade em uma sociedade racionalizada.

A liberdade, em Weber, está necessariamente acompanhada da discussão em torno da responsabilidade ética: a partir de meios previamente dados, o agente calcula as possibilidades e as consequências de sua ação. Assim, a ética da responsabilidade aparece como oposta à ética – irracional – da convicção, que despreza as consequências indesejadas das ações. A liberdade é aquela da autodeterminação individual, em um modo de agir que ganha sua orientação de valores e interpretações da vida, e que, no entanto, deve se desenvolver junto a uma visão imparcial da realidade e em virtude do conhecimento pessoal das relações, tendências e chances dadas de forma objetiva.

O único ambiente favorável para esse tipo de liberdade seria uma nação não controlada por burocratas, onde os líderes pudessem buscar soluções inovadoras para seu país. Somente a política poderia trazer liberdade à modernidade, pois nela existiria a tomada de decisões e a possibilidade de surgimento do novo. Contudo, até mesmo no sistema universitário, o local de pesquisas supostamente livres, onde o indivíduo possuiria total controle sobre aquilo que faria, a lógica racionalizante já havia penetrado. Segundo sua esposa, “a universidade como ele imaginava não deveria ser uma ‘igreja’ nem uma ‘seita’ nem uma instituição defensora do Estado, mas um foro de liberdade e luta intelectual” (WEBER, 2003, p. 354).

Weber dedicou, ainda, dois artigos curtos ao tema da liberdade acadêmica, examinando a intrusão de outros interesses em assuntos acadêmicos que se aplicam a consultas, pesquisas e ensino (ou seja, a liberdade acadêmica de ambos: professor e aluno). A discussão de liberdade acadêmica, em sua época, estava muito concentrada na limitação oferecida pelo clericalismo e, em menor medida, pela intervenção estatal. O autor busca destacar, então, que haveria outros obstáculos,

de cunho intrauniversitário, como a adesão ativa dos acadêmicos às injunções externas, por isso afirma, em diversos momentos, que a liberdade acadêmica existiria apenas quando houvesse uma rigorosa aplicação de critérios científicos e acadêmicos na seleção e nas decisões tomadas na universidade: a liberdade da ciência “em uma universidade não existe quando se faz com que a nomeação para uma função docente seja dependente do fato de que se possua – ou que se simule – um certo ponto de vista que seja ‘aceitável nos círculos mais altos’ da Igreja e do Estado” (WEBER, 1989, p. 56). O sociólogo alemão defende, em resumo, que, em uma universidade, ninguém deve ser punido ou premiado por portar uma ideologia.

Sua defesa se relaciona com sua decepção de que os grandes problemas da Alemanha não podiam ser discutidos na universidade, especialmente em razão da conjuntura política. Assim, questões como a manutenção da monarquia e sua compatibilidade ou não com a emergência da Alemanha como grande potência eram temas proibidos, ainda que fundamentais. Destaca, também, a influência debilitadora, digamos assim, que a presteza de seus colegas em se curvar diante do prestígio e do poder da monarquia imperial e de seus agentes políticos e administrativos exercia sobre as tradições universitárias.

O fato de as universidades obedecerem ao Estado que as financia implica uma obediência política do estudante, em vez de encará-la como problema cultural e intelectual. Em outras palavras, limita a liberdade de reflexão, quando deveria incentivá-la, em um ambiente cujo clima propenso à crítica é quase inexistente. A universidade, que poderia ser o espaço da crítica e do exame racional de ideias de valor e da avaliação da relação entre meios e fins, é vista pelo autor como instrumento de manutenção do domínio burocrático, algo que ele não podia tolerar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEETHAM, D. *Max Weber and the theory of modern politics*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- BEN-DAVID, J. Max Weber on universities: the power of the state and the dignity of the academic calling in Imperial Germany. Review by: Joseph Ben-David, *American Journal of Sociology*, v. 80, n. 6, p. 1463-1468, maio 1975.
- CARVALHO, A. B. de. Ciência e pedagogia na obra de Max Weber. *Educação: Teoria e Prática*, v. 6, n. 10, jan./jun. 1998.
- _____. Desencantamento do mundo e ética na ação pedagógica: reflexões a partir de Max Weber. *Educação e Pesquisa*, v. 36, n. 2, p. 585-597, maio/ago. 2010.
- COHN, Gabriel. “O sentido da ciência”. In: WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. São Paulo: Ática, 2006.

- GRIGOROWITSCHS, T. *Um outro espírito, um outro capitalismo. O papel da economia antiga na tipologia do capitalismo em Max Weber*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- JÚNIOR, J. A. C. de C. Burocracia e educação: uma análise a partir de Max Weber. *Pensamento Plural*, v. 6, p. 147-64, jan./jun. 2010.
- MOMMSEN, W. “Joining the Uunderdogs? Weber’s critique of the social democrats in Wilhelmine Germany”. In: MOMMSEN, W. *The political and social theory of Max Weber: collected essays*. Chicago: University of Chicago Press, 1992. p. 74-86.
- PIERUCCI, A. F. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- RINGER, F. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. São Paulo: EdUSP, 2000.
- SCHLUCHTER, W. Politéismo dos valores: uma reflexão referida a Max Weber. In: SOUZA, J. *A atualidade de Max Weber*. Brasília: Editora UNB, 2000.
- SELL, C. E. A Sociologia weberiana da ciência. *Poítica & Sociedade*, v. 11, n. 20, p. 23-48, abril 2012.
- SHILLS, A. B. “Introductory note”. In: ALTHOFF, E. S.; WEBER, M. The power of the state and the dignity of the academic calling in Imperial Germany: the writings of Max Weber on universities problems. *Minerva*, v. 11, n. 4, p. 571-632, out. 1973.
- TITUNIK, R. F. The continuation of history: Max Weber on the advent of a new aristocracy. *The Journal of Politics*, v. 59, n. 3, p. 680-700, ago. 1997.
- TRAGTENBERG, M. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1985.
- WEBER, Marianne. *Weber: uma biografia*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003.
- WEBER, Max. “Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída: uma contribuição à crítica política do funcionalismo público e da política partidária”. In: WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- _____. O sentido da “neutralidade axiológica” nas ciências sociais. In: WEBER, Max. *Sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1979.
- _____. A ciência como vocação. In: WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982a.
- _____. A política como vocação. In: WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982b.
- _____. *Sobre a universidade: o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. “Suffrage and democracy in Germany”. In: WEBER, Max. *Political writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

- _____. *Voluntary associational life (Vereinswesen)*. Max Weber Studies, 2002.
- _____. “A situação da democracia burguesa na Rússia”. In: WEBER, Max. *Estudos políticos: Rússia 1905 e 1917*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.
- _____. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. Edição comentada por G. COHN. São Paulo: Ática, 2006a.
- _____. Consideração intermediária: teoria dos graus e orientações da rejeição religiosa do mundo. In: WEBER, Max. *Sociologia das religiões e consideração intermediária*. Lisboa: Antropos, 2006b.
- _____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009.

○ TERROR DO POSITIVO:

○ alienista e o positivismo comteano

THE TERROR OF THE POSITIVE: O ALIENISTA AND COMTE'S POSITIVISM

Elton Corbanezi^a

Resumo O objetivo deste artigo é interpretar *O alienista*, de Machado de Assis, em relação a determinados postulados teóricos da Sociologia positivista de Auguste Comte. Examinando alguns temas caros ao positivismo, que receberam, no Brasil, a designação de política higienista, pretende-se mostrar como a ironia machadiana pode enunciar o “terror” do positivismo e denunciar logicamente a fragilidade científica do alienismo da época. Por fim, procura-se evidenciar a potência e a atualidade críticas dessa criação literária em relação à pretensa positividade científica da psiquiatria contemporânea.

Palavras-chave *O alienista*; positivismo; ciência; poder; psiquiatria.

Abstract *The objective of the article is to interpret O Alienista, by Machado de Assis, in relation to certain theoretical postulates of the positivist Sociology by Auguste Comte. Examining some important subjects for the positivism, which had received, in Brazil, the designation of hygienist policy, it's intended to show how Machadian narrator's irony enunciates the “terror” of the positivism and denounces logically the scientific fragility of psychiatry of the time. Finally, we intend to highlight the critical potency and present of this literary creation regarding the presumed scientific positivity of the contemporary psychiatry.*

Keywords *O alienista*; positivism; science; power; psychiatry.

APRESENTAÇÃO

O objetivo do ensaio consiste em interpretar o conto *O alienista* [1882], de Machado de Assis, em relação a determinados princípios e postulados teóricos da Sociologia positivista de Auguste Comte. Para tanto, chama-se a atenção,

a Doutorando em Sociologia no IFCH/UNICAMP, com bolsa do CNPq, e membro do grupo de pesquisa Conhecimento, Tecnologia e Mercado (CTeMe). Mestre pela UNICAMP e graduado em Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura) pela UNESP/Marília, tendo sido bolsista FAPESP nos dois estágios de formação.

inicialmente, para a relevância do positivismo no contexto nacional, indicando a recepção crítica dessa doutrina pelo narrador machadiano de *O alienista*. Em um segundo momento, ao examinar o método positivista e a fundamentação da desigualdade natural entre os homens, que a Física Social comteana elabora com base em preceitos biológicos da época, pretende-se mostrar como pode se constituir a submissão natural ao poder médico e científico próprio do homem superior, que supostamente presta um serviço à humanidade. Segundo o positivismo comteano, é mediante a submissão às regras elaboradas por indivíduos seletos – como representa a personagem do Dr. Bacamarte – que o progresso social se torna realizável. Em seguida, analisa-se de que forma a ironia machadiana pode se realizar em relação a pressupostos positivistas da medicina higienista brasileira, tais como a incorporação da desigualdade natural entre os homens e os sexos e a prescrição do amor higiênico e pragmático. De modo conclusivo, procura-se ressaltar a atualidade crítica dessa criação literária em relação à pretensa positividade científica da psiquiatria contemporânea.

“POSITIVAMENTE O TERROR”: O ALIENISTA E A RELEVÂNCIA DO POSITIVISMO NO CONTEXTO NACIONAL

Em certo momento da narrativa d’*O alienista*, de Machado de Assis, o protagonista Simão Bacamarte faz internar todos os indivíduos considerados “desequilibrados”. O “critério científico” do alienista para diagnosticar e qualificar desse modo os habitantes do pequeno vilarejo de Itaguaí se restringe ao “fato” de que eles portam os vícios mais triviais da natureza humana. Diante disso, o narrador machadiano exprime, de maneira sentenciosa, o *terror positivo* que das internações se sucede.

Mas como explicar que, logo em seguida, fossem recolhidos José Borges do Couto Leme, pessoa estimável, o Chico das Cambraias, folgazão emérito, o escrivo Fabrício, e ainda outros? *O terror acentuou-se*. Não se sabia já quem estava são, nem quem estava doudo. As mulheres, quando os maridos saíam, mandavam acender uma lamparina a Nossa Senhora; e nem todos os maridos eram valerosos, alguns não andavam fora sem um ou dous capangas. *Positivamente o terror* [grifos colocados] (ASSIS, 2006, p. 268)¹.

1 As citações do conto se reportam ao segundo volume da seguinte edição: Assis, Machado de. *Obra completa*. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar S.A, [1959] 2006. 3 v. Embora atualmente menos usual em nossa língua portuguesa, a grafia original do texto foi preservada nas citações.

Nesse fragmento em que o advérbio “positivamente” confere precisão ao substantivo “terror”, pode-se extrair a manifestação de um *terror positivo*. Ao se atentar a essa expressão, o leitor se depara, no entanto, com um adjetivo que qualifica positivamente um substantivo, que é, por definição, temeroso. Estar-se-ia, então, em face de uma mera e inconsequente *contradictio in adjecto*? A riqueza da peça literária que se tem diante dos olhos induz o leitor a recusar tal leviandade e a levar a sério a sentença, interpretando-a como uma referência precisa do narrador machadiano ao positivismo de Auguste Comte². Um fato histórico autoriza essa hipótese: no ano de publicação d’*O alienista* em folhetim³, fundou-se, no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, o Apostolado Positivista (1881), o qual consolidou a recepção e a difusão do positivismo comteano, que adquiriu ainda maior visibilidade no país com a Proclamação da República, em 1889.

Ungido como iniciado ao sacerdócio da humanidade por Pierre Laffitte – sucessor oficial de Auguste Comte, na França –, Miguel Lemos regressa de Paris no início de 1881 e assume a direção da Sociedade Positivista, que se tornaria, em maio do mesmo ano, a Igreja Positivista do Brasil, ativa até a morte de seu discípulo Raimundo Teixeira Mendes, em 1927. Quem relata é Alfredo Bosi (2005, p. 161-164), que, após pesquisar o alcance e a duração da ideologia positivista no Brasil, por meio das publicações do Apostolado Positivista pertencentes ao acervo de João Cruz Costa, afirma que os principais autores de tais publicações, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, teriam sido nossos verdadeiros e notáveis “comtistas”.

-
- 2 Entretanto, é importante sublinhar que se trata de uma entre outras possíveis interpretações. Pode-se ler o conto, por exemplo, em três níveis temporais, a saber: como referência ao período do Brasil dos vice-reis, mais especificamente do reinado de D. José (1750-1777) e de sua sucessora D. Maria (1777-1816), período em que a Espanha se encontrava na vanguarda do tratamento médico da loucura (cf. FROSCH, 2007, p. 288); enquanto parábola política, radicada sobretudo na Revolução Francesa de 1789 (cf. FERNANDES, 2005); e também em sua qualidade alegórica em relação às discussões e práticas psiquiátricas do século XIX, como se observa, por exemplo, na análise realizada pelo psiquiatra José Leme Lopes (1981). Mais afeito à intencionalidade aqui defendida, esse último modo de considerar o conto se desdobra, por sua vez, em perspectivas que envolvem, de maneira mais abrangente, os saberes e valores emergentes no século XIX e, assim, as relações entre ciência e poder, como mostram, por exemplo, Lima (1976) e Gomes (1994). Nesse sentido, afirma Roberto Schwarz (2000b, p. 27) sobre a produção literária de Machado de Assis: “a comédia dos interesses implicados na atividade de classificar, esquematizar e abstrair será um dos aspectos originais de sua obra”. Na mesma direção, Antonio Candido (2004, p. 28) assinala que a transformação do homem em objeto do homem parece ser um dos temas mais atraentes da literatura machadiana. No caso específico d’*O alienista*, desdobram-se ainda outras interpretações, tais como aquelas que leem o conto a partir da atenção de Machado de Assis a questões médicas, políticas e administrativas da época (cf. MURICY, 1988), que o interpretam como parábola política do caráter ilusório das mudanças revolucionárias (cf. ALMEIDA, 1998) e que o aproximam tanto do *Elogio da loucura*, de Erasmo de Rotterdam (cf. ALMEIDA, 1998), quanto da *História da loucura*, de Michel Foucault (cf. CORBANEZI, 2009).
- 3 *O alienista* foi publicado no Rio de Janeiro, inicialmente, sob a forma de folhetim, em *A Estação: Jornal Ilustrado para a Família*, entre 15 de outubro de 1881 e 15 de março de 1882. Posteriormente, em outubro de 1882, o conto foi publicado na íntegra em *Papéis avulsos* (livro de contos).

Com seu lema – “O Amor por princípio e a Ordem por base, o Progresso por fim” –, gravado no frontispício do Apostolado Positivista localizado na então capital do país, a doutrina comteana parece ter encontrado sua pátria nas diversas províncias do Brasil Imperial⁴. A partir do que professava Paul Arbousse-Bastide, “um eminente estudioso de Comte”, Paulo Arantes (1988, p. 186) mostra como o Brasil se tornou, ironicamente, a verdadeira pátria do positivismo: “Os positivistas brasileiros, costumava dizer o mestre francês aos seus alunos da Universidade de São Paulo, foram os únicos a compreender as verdadeiras intenções de Auguste Comte”.

Com efeito, como consequência da influência positivista nos meios intelectuais, culturais e políticos dos oitocentos, foram gravados no dístico de nossa bandeira nacional – por sugestão de Benjamin Constant, célebre positivista, considerado o “fundador da República” – os princípios norteadores da filosofia comteana: “Ordem e Progresso”. Nas palavras de Alfredo Bosi (2005, p. 174), a divisa da nova bandeira nacional “representou talvez a vitória simbólica mais ostensiva da linguagem de Comte na construção do imaginário republicano”.

Ainda conforme Bosi (2012), segundo o qual o estudo do positivismo é uma arqueologia do Estado brasileiro, a aplicação dos princípios básicos da ortodoxia positivista francesa no Brasil apresentou alguns benefícios.

Pertencem ao saldo positivo: o pensamento antropológico anti-racista; a precoce adesão à campanha abolicionista mais radical; a luta pelo estado republicano leigo com a conseqüente instituição do casamento civil, do registro civil obrigatório e da laicização dos cemitérios; a exigência sempre reiterada da austeridade financeira no trato da coisa pública; enfim, o interesse pela humanização das condições de trabalho operário, que resultou, tanto na França da Terceira República quanto no Brasil, em propostas de leis trabalhistas, afinal implementadas quando políticos gaúchos de formação positivista ascenderam ao poder central em 1930 (Bosi, 2005, p. 161).

4 Além da ênfase dada a Miguel Lemos e Teixeira Mendes, no Rio de Janeiro, Alfredo Bosi (2005) também realça a importância do positivismo no Rio Grande do Sul, destacando os políticos Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas. Paulo Arantes (1988), por sua vez, evidencia o papel do positivismo difundido em São Paulo por meio do francês Paul Arbousse-Bastide, professor da Universidade de São Paulo, e do médico Pereira Barreto. Para um estudo documentado acerca do positivismo nas diversas províncias brasileiras, consultar: *História do positivismo no Brasil*, de Ivan Monteiro de Barros Lins (1967).

Por outro lado, menos convencido acerca de tais conquistas, Paulo Arantes (1988, p. 192) se volta, de maneira crítica e às vezes irônica, contra os efeitos ideológicos do positivismo no Brasil, a fim de evidenciar, na esteira de Roberto Schwarz, os “transplantes descalibrados” da doutrina francesa para um país liberal-escravista de origem colonial. Para dar um único exemplo, veja-se o paradoxo colocado pelo filósofo brasileiro acerca da política abolicionista defendida também pelos positivistas: “A Civilização e a agricultura científica exigiam a abolição do trabalho servil, porém a mais científica das filosofias da história condenava pela raiz o sentimento retórico dos abolicionistas, mal estribados na ficção metafísica do direito natural” (ARANTES, 1988, p. 189). Nesse sentido, demonstrando como a doutrina comteana adquiriu sua verdadeira pátria no Brasil – afinal, “como o atraso fosse horroroso [...] as idéias modernas eram sempre bem-vindas” (ARANTES, 1988, p. 188) –, o autor evidencia uma questão inegavelmente falível do positivismo: a epistemologia. Se o positivismo comteano pareceu vingar em um terreno tão árido como o nosso, diz Paulo Arantes (1988, p. 185), “foi porque a própria secura do ambiente ia se encarregando de enxugar as ambições epistemológicas em proveito das promessas de redenção social que encerrava”.

Ora, é contra essa nova epistemologia – sem deixar de considerar que na epistemologia está implicada a política – que o conto machadiano pode incidir de forma irônica e crítica. Portanto, em vez da adesão ao contemporâneo enaltecimento dos princípios positivistas, como nossa história dá a ver, a sentença “positivamente o terror” pode manifestar outra recepção do positivismo, encarnado na figura do alienista Simão Bacamarte. Em vez do aspecto positivo de uma filosofia considerada útil e concreta no século XIX, depreende-se da fórmula machadiana a depreciação do positivismo como sistema filosófico e científico.

Por meio da ironia e da dissidência em relação ao fascínio de seus contemporâneos pela ciência, Machado de Assis pode realizar, em *O alienista*, uma crítica social que questiona os limites entre a loucura e a normalidade, os quais emergem do discurso científico positivista do século XIX. Uma das maneiras pela qual o autor realiza tal questionamento ocorre com a criação, em pleno século cientificista, de uma personagem que pode enunciar uma palavra a um só tempo todo-poderosa e precária. Segundo o estudo de Augusto Meyer (1935, p. 12-13), que relaciona o escritor brasileiro com o autor de *Memórias do subsolo*, Fiódor Dostoiévski, além de imprimir vida ao texto, tal orquestração operada pelo narrador não é senão um procedimento próprio da perspectiva do homem do subterrâneo, cujo objetivo é a supressão do mundo em seus valores vigentes. Daí o humorismo de *O alienista* ser, segundo o crítico, uma viagem direta aos domínios do absurdo – “e nunca o riso

de Machado de Assis foi mais feroz, mais consciente, mais voluptuoso” (MEYER, 1935, p. 67-74).

De fato, o movimento dos enunciados do Dr. Simão Bacamarte permite perceber o significativo ceticismo do escritor brasileiro diante de um mundo que se despede e outro que chega enraizado no primado iluminista da razão: basta notar que, em *O alienista*, se descreve um país colonial em seus hábitos, no qual se introduz, todavia, a novidade do mundo moderno da ciência, cuja função, depreendida do papel do protagonista, seria a modernização e a civilização dos hábitos sociais. Com um pé no passado e o olhar no futuro, Machado de Assis percebe, de maneira perspicaz, que os valores de um mundo não são os do outro. Sobre o modo machadiano de apreender tal transição, afirma Raymundo Faoro (1974, p. 3-4):

Os valores de um [mundo] não são os valores do outro, as regras de conduta se partem, vazias para quem olha para trás, indefinidas, incertas, vagas para quem sente a hora que soa, sem compreendê-la plenamente, incapaz de amá-la, tolhado pela melancolia. [...] Perdido na mudança, no fogo cruzado de concepções divergentes do mundo, sem conseguir armar a teia da sociedade e identificar-lhe os fios, o autor [Machado de Assis] estiliza os fatos e os homens, na armadura de um esquema da própria transição. O prestígio das personagens antigas já não convence o espectador, enquanto os recém-vindos ainda sofrem a mácula do desdém. Na estrutura dualista, a ponte – a artificial estilização – não solda as categorias que, apesar de acomodadas, resistem aos símbolos comuns da integração.

Com uma orientação teórica distinta de Raymundo Faoro, Roberto Schwarz também incide, mediante a literatura machadiana, sua crítica nessa transição que ocorre em um contexto adverso no Brasil. Por outro caminho, Schwarz (2000a) defende a tese de que as ideias difundidas pela cultura europeia estariam deslocadas e não ajustadas a uma sociedade periférica. Por meio da noção de “ideias fora do lugar” – a qual, como visto, é também perseguida por Paulo Arantes (1988) –, o crítico sustenta a existência da impropriedade de ideologias de origem europeia (o positivismo, o naturalismo e o liberalismo) em relação a uma estrutura econômica ainda escravocrata. Assim, as “ideias ilustres” de homens iluminados se configuram no Brasil como uma “comédia ideológica” de segundo grau (SCHWARZ, 2000a, p. 12-19). Ao longo de sua reprodução social, “incansavelmente o Brasil põe e repõe idéias européias, sempre em sentido impróprio” – e é precisamente esse caráter de impropriedade das ideias europeias no contexto nacional que Machado de Assis elegeu para sua ficção, assegura Schwarz (2000a, p. 29). Dessa perspec-

tiva, questionando ceticamente a permanência dessas ideias que se instalavam no Brasil em nome de uma suposta cientificidade, o mapeamento do descompasso constitui o esquema crítico da literatura machadiana⁵.

A SUBMISSÃO NATURAL AO PODER MÉDICO-CIENTÍFICO DO HOMEM SUPERIOR

Realizada essa contextualização sintética, veja-se como *O alienista* pode dialogar diretamente com alguns postulados da doutrina comteana. Dado que a exposição do sistema positivo, em sua totalidade, foge ao propósito deste artigo, deter-se-á nos princípios que podem ser relacionados ao conto; comece-se pelo método positivista.

Com o abandono de explicações próprias aos estágios teológico e metafísico, a extração de regularidades e de leis objetivas dos fenômenos no positivismo consiste nos procedimentos de observação, experimentação, comparação e classificação. Em *O alienista*, o médico Simão Bacamarte, caricaturado pelo conflito teológico com Padre Lopes, fundamenta sua ciência de observação racional como uma experiência que poderia transformar a face da terra, se embasada em uma investigação constante, que lhe permitisse classificar e comparar os casos. Movido pela exigência de estabelecer em Itaguaí o “reinado da razão” (Assis, 2006, p. 286), a qual aparece como uma *pérola* em meio à vasta concha que compõe o espírito

5 Por um lado, Raymundo Faoro (1974) desenvolve seu livro *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, a partir da interpretação da literatura machadiana em relação à mentalidade das classes sociais e dos grupos de *status* do Brasil imperial. Por meio da literatura machadiana e sob influência da Sociologia weberiana, Faoro estabelece um diálogo entre a Sociologia e a hermenêutica, a explicação e a compreensão, o quadro e o olhar, o indivíduo e a sociedade. No caso de *O alienista*, Faoro (1974, p. 5-6) sustenta que, mediante a personagem Bacamarte, torna-se possível compreender a sociedade estamental que compunha a realidade social retratada por Machado de Assis. Segundo o crítico, nesse conto, o dinheiro estaria ligado, antes, à estima, ao prestígio social e ao poder, e não necessariamente à posse de bens ou à renda, as quais não poderiam justificar a honra, o prestígio e a influência do médico alienista. Por outro lado, Roberto Schwarz dedica seus dois livros complementares, *Ao vencedor as batatas* (2000a) e *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis* (2000b), a uma análise dialética e associativa, na esteira de Antonio Candido (1980), em que não radicaliza unilateralmente nem a crítica interna à obra nem sua profunda *sociologização*, mas recorre à dialética entre ambos os aspectos. Fazendo uso da conjunção desses dois pontos de vista, ou seja, ao realizar uma análise estética da obra como um importante revelador da sociedade da época, Schwarz enfatiza o negativo do processo civilizatório e do modernismo transposto da Europa para o Brasil – o que faz sob determinada influência da teoria crítica da Escola de Frankfurt. Dessa forma, Schwarz opera um reconhecimento das forças estruturais com a pretensão de *historicizá-las*. Assim, por meio de uma *historicização* do contexto internacional, o autor recontextualiza o Brasil, mostrando sua condição periférica, tal como a própria condição suburbana de Machado de Assis no Rio de Janeiro. A despeito das orientações teóricas distintas dos dois autores, o importante, aqui, é sublinhar a convergência de ambos quanto ao reconhecimento de um aspecto preciso da literatura machadiana, a saber, do olhar crítico e irônico que Machado de Assis constrói em sua obra, diante do cânone moderno das ideias científicas e europeias transportadas para um Brasil escravista e ainda colonial em seus hábitos.

humano⁶ – uma raridade, portanto, em meio à espécie humana –, o protagonista do conto aspira a uma experiência passível de realização apenas por meio da investigação constante. Leia-se, então, como Bacamarte define seu objeto:

Simão Bacamarte estudava por todos os lados uma certa idéia arrojada e nova, própria a *alargar as bases da psicologia*. Todo o tempo que lhe sobrava dos cuidados da Casa Verde, era pouco para andar na rua, ou de casa em casa, conversando as gentes, sobre trinta mil assuntos, e virgulando as falas de um olhar que metia medo aos mais heróicos.

Um dia de manhã, – eram passadas três semanas [da partida da comitiva ao Rio de Janeiro], – estando Crispim Soares ocupado em temperar um medicamento, vieram dizer-lhe que o alienista o mandava chamar.

– Trata-se de negócio importante, segundo ele me disse, acrescentou o portador. [...] Simão Bacamarte recebeu-o com a alegria própria de um sábio, uma alegria abotoada de circunspeção até o pescoço.

– Estou muito contente, disse ele.

– Notícias do nosso povo [referindo-se à comitiva]? Perguntou o boticário com a voz trêmula.

O alienista fez um gesto magnífico, e respondeu:

– Trata-se de cousa mais alta, trata-se de uma *experiência científica*. Digo experiência, porque não me atrevo a assegurar desde já a minha idéia; nem a *ciência* é outra cousa, Sr. Soares, senão uma *investigação constante*. Trata-se, pois, de uma experiência, mas uma experiência que vai mudar a face da terra. *A loucura, objeto dos meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente* [grifos colocados] (ASSIS, 2006, p. 260).

Com sua cientificidade explicitamente importada da Europa, a personagem, que também pode ser considerada um tipo, crê no pressuposto positivista de “viver para outrem”, pois acredita poder prestar com sua ciência um “bom serviço à humanidade” (ASSIS, 2006, p. 256). Contudo, é também por essa cientificidade que o alienista pode fundamentar e justificar sua superioridade diante de todos os cidadãos itaguaienses. É o que se compreende, se considerada a proposição positivista da necessidade do progresso e da ordem a partir da submissão da maior parte da espécie humana à *razão-inteligência* (a pérola, na expressão de

6 Assim afirma Simão Bacamarte: “Supondo o espírito humano uma vasta concha, o meu fim, Sr. Soares, é ver se posso extrair a pérola, que é a razão [...]” (ASSIS, 2006, p. 261).

Bacamarte) e da qual o único portador em Itaguaí parece ser o alienista. Entenda-se essa formulação no interior do sistema positivo de Comte⁷.

Do mesmo modo que a psiquiatria se constituiu como uma ciência da ordem social, desejando legitimar e justificar seu caráter positivo e médico pela explicação e causalidade fisiológicas, Lelita Oliveira Benoit (1999) demonstra como as reflexões sociais de Auguste Comte, a partir de 1822, procuraram suas justificativas positivas em ideias e contribuições advindas da Biologia e da Fisiologia do século XIX. É que a Sociologia proposta por Comte deveria se fundamentar não em categorias teológicas e metafísicas, mas em categorias modernas e científicas, as quais poderiam ser fornecidas pela biologia e pela “ciência da vida”. Sob o paradigma da biologia, era necessário fundamentar as regularidades e leis da história social do homem, pois os comportamentos humanos estariam embasados em determinações fisiológicas.

Em *Curso de filosofia positiva* [1830-1842], pode-se encontrar o entrecruzamento teórico da sugerida ciência do social de Auguste Comte com a nascente biologia do século XIX. Contudo, conforme observa Benoit (1999, p. 276-277), isso já estava expresso no texto *Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade*, escrito pelo jovem Comte, em 1822, e reunido em *Opúsculos de Filosofia Social* [1819-1828]. Nesse texto, encontra-se explicitada a ideia de que, enquanto a fisiologia deveria se ocupar dos fenômenos individuais, do homem concebido isoladamente, a Física Social deveria se circunscrever às tarefas relativas ao conhecimento dos fenômenos coletivos, isto é, da totalidade da espécie humana. Tratar-se-ia, portanto, de duas fisiologias: uma de aspecto social, a da espécie, que é a Sociologia, designada ainda como física social, e a outra, do indivíduo, a fisiologia propriamente dita⁸. Segundo Comte (1972a, p. 129-130), “era natural que se procurasse fazer a física social entrar inteiramente no domínio da fisiologia, quando não se via outro meio de lhe imprimir caráter positivo”. Comte elabora sua teoria social calcado, portanto, na teoria biológica do século XIX, para

7 Para tanto, além de referências ao próprio Comte, reporta-se, de modo preciso, à excelente tese de Lelita Oliveira Benoit (1999): *Sociologia comteana: gênese e devir*. De modo mais específico, recorre-se à Parte III, intitulada “Sob o paradigma da Biologia”, em virtude da precisão com que a autora evidencia a importância da Biologia, da Fisiologia e da Frenologia no interior da Física Social comteana.

8 Afirma Comte (1972a, p. 126), no referido ensaio de 1822: “a física social, isto é, o estudo do desenvolvimento coletivo da espécie humana, é realmente um ramo da fisiologia, vale dizer, do estudo do homem, concebido em toda a sua extensão. Em outros termos, a história da civilização não é nada mais do que a continuação e o complemento indispensável da história natural do homem”.

a qual os órgãos são instrumentos⁹ cujo trabalho ou cujas funções combinadas têm como resultado e finalidade a manutenção da vida. Assim, a Sociologia comteana

[...] afirmará que a existência social é composta por um conjunto de funções (do poder espiritual, do poder temporal, do proletariado, dos artistas, das mulheres) que concorrem para o funcionamento do organismo social. Funções estas que serão, além disso, consideradas “naturais” tanto quanto não deve caber a nenhuma teoria social tentar explicar sua razão de ser ou gênese (BENOIT, 1999, p. 302).

Desse modo, com base na fisiologia, a explicação da psique humana também deveria ser atribuída positivamente a esse saber, e não à especulação da Psicologia Filosófica. Junto ao fisiologista Broussais, Comte (1972b) despreza qualquer possibilidade de explicação filosófica da psique humana. O texto *De l'irritation et de la folie*, do reconhecido fisiologista francês, foi reforçado por Comte¹⁰ (1972b) no combate contra as especulações sobre a psique humana, as quais se desenvolviam, na época, sob o espectro de uma Psicologia Filosófica, denominada por ambos os autores como quimera de mocidade. Ratificando Broussais, Comte (1972b) afirma que as sensações internas dos indivíduos – que provocam alegria e tristeza, esperança e desespero, ação e repouso, assim como os sentimentos mais obscuros que podem existir – são produtos da vida orgânica-cerebral. Por essa razão, o estudo dessas sensações não deve se atrelar às vagas especulações filosóficas sobre a consciência, mas se voltar tão somente ao domínio da fisiologia¹¹. Ao tomar partido em favor dessa concepção, Comte pretende demolir a Psicologia Metafísica e sustentar, mediante rigorosas regularidades e leis vitais, que a inteligência humana tem uma base fisiológica, mais precisamente uma *fisiologia cerebral*¹². É por meio dessa

9 É importante notar que a etimologia de órgão, *organon*, designa instrumento.

10 Trata-se da resenha ensaística “Exame do tratado de Broussais sobre ‘a irritação’”, que Comte (1972b) elaborou no ano de publicação da obra *De l'irritation et de la folie* [1828], de Broussais.

11 Segundo Comte (1972b, p. 221), Broussais teria demonstrado a inutilidade da distinção, feita pelos ecléticos, “entre os fatos exteriores, domínio das ciências comuns, e os fatos interiores ou da consciência, próprios à psicologia”. Sendo as especulações da psicologia filosófica nada mais que “vagas fantasmagorias de uma suposta consciência”, as vagas “sensações que os ecléticos não sabem de onde se originam, que são motivos de seu espanto e os encaminham à sua pesquisa da consciência, tudo isto eles nem sequer ‘suspeitam que pode ser facilmente explicado pelos fisiologistas’” (BENOIT, 1999, p. 280-281).

12 É por esse caminho que Lelita Oliveira Benoit (1999, p. 285-294) demonstra como Comte abandona a psicologia como saber metafísico do *eu* e, para substituí-la, propõe uma fisiologia cerebral e uma filosofia das ciências, ambas como saberes positivos da inteligência humana: “Para o *Curso de filosofia positiva*, uma teoria do *eu* absolutamente positiva teria seu *fundamento* teórico nas categorias biológicas. Para além de toda metafísica cartesiana, a história da nova teoria seria paralela à da criação da moderna biologia [grifos originais]”. A pesquisadora indaga, então, se é possível, como quis Comte, fazer a redução epistemológica da Biologia à Sociologia: “Como se vê, da fundação da anatomia comparada [de Bichat] sobre o fundamento da teoria dos tecidos

fisiologia cerebral que a física social comteana apresenta positivamente as bases naturais da desigualdade entre os homens. Em outras palavras, fazendo uso da biologia como fundamentação positiva da física social, a Sociologia comteana pôde sustentar a noção de progresso social como progresso da submissão às regras. Para tanto, Comte recorreu a um domínio específico da fisiologia do século XIX: a Frenologia.

Apropriando-se da Frenologia de Broussais, como tendência teórica a fundamentar a Sociologia, Comte seguiu as verdades fundamentais descobertas pelos frenólogos¹³. Para seu sistema positivo, “o grande mérito da Frenologia teria sido seu projeto de encontrar a base orgânica das faculdades através da análise anatômica do cérebro” (BENOIT, 1999, p. 341). A descoberta da Frenologia consistia em dois princípios fundamentais: o inatismo das faculdades mentais e a demonstração da pluralidade dessas faculdades, distintas e independentes umas das outras. Segundo essa perspectiva, o cérebro humano não seria *um* órgão, mas um aparelho constituído por diversos e simétricos órgãos, os quais, em sinergia, teriam por função a inteligência humana, representada pelo aparelho cerebral. E é a explicação da inteligência humana pela Frenologia que interessa a Comte, pois, a partir dela, tornar-se-ia possível atribuir o caráter positivo à natural desigualdade entre os homens, bem como suas disposições naturais à obediência.

As considerações frenológicas adquirem importância no sistema comteano porque permitem demonstrar a fraqueza predominante da inteligência humana. Segundo os pressupostos frenológicos, corroborados pelo positivismo comteano, essa fraqueza biológica da inteligência humana consiste no seguinte: a porção mais volumosa e animal do cérebro humano está localizada na parte média e posterior do crânio, no prolongamento da coluna vertebral, que é o centro primitivo do sistema nervoso. Por outro lado, a parte do córtex cerebral mais humana – e que fundamenta a inteligência – é mais afastada de sua origem primitiva, sendo pouco volumosa e menos enérgica. A primeira parte, que caracteriza a fraqueza

chegou-se à moderna Biologia do século XIX e à sua teoria das funções da irritabilidade e da sensibilidade, e desta finalmente à teoria biológico-positiva das funções intelectuais e morais. Mas seria realmente possível, como parece acreditar Comte na ‘Lição 44’, fazer a redução epistemológica das categorias biológicas às da sociologia?” (BENOIT, 1999, p. 310).

13 A frenologia de Broussais foi fundamental na teoria positiva de Comte, mas é importante observar que essa área da fisiologia foi fundada anteriormente pelo médico Franz Joseph Gall (1758-1828). De acordo com Canguilhem (2002, p. 27-43), Broussais foi o fundador de uma patologia positiva, uma teoria que liga as perturbações vitais às variações e lesões de órgãos ou tecidos. Para essa concepção positivista, as doenças seriam explicadas conforme as variações quantitativas, ou seja, em virtude de excesso ou falta da excitação dos tecidos orgânicos, da mesma forma que as variações de grau, acima ou abaixo, constituiriam o estado anormal e patológico. Nesse sentido, a loucura seria ilustrativa quanto ao excesso ou à falta de excitação dos órgãos cerebrais, o que constitui o tema do tratado *De l'irritation et de la folie*, de Broussais.

da inteligência humana, compartilhada pelo homem com toda a animalidade, é de onde provêm as faculdades afetivas. Já a parte frontal da diminuta massa encefálica – a menor porção do córtex cerebral – seria a sede das faculdades intelectuais ou perceptivas, que caracterizam, por seu desenvolvimento restrito na espécie humana, uma elite da humanidade.

Com base na Frenologia de seu tempo, Auguste Comte considera, portanto, que o aperfeiçoamento das predisposições naturais da parte frontal do cérebro humano é privilégio de uma elite da humanidade, razão pela qual a maioria dos seres humanos ficará sempre mais restrita às funções afetivas, provenientes da porção mais animal do cérebro humano. A ausência de desenvolvimento da parte frontal do cérebro e o estado de semianimalidade que desqualifica intelectualmente o homem não são, da perspectiva positivista, males a serem combatidos, mas devem ser instrumentalizados para a harmonia social. Do ponto de vista social,

[...] a existência dessa massa humana, que permanece abaixo da restrita elite intelectual, é necessária à “harmonia social”. Altamente modificável, o cérebro da maioria da humanidade seria, na verdade, o fundamento biológico ou a condição de possibilidade de uma educação que visasse a harmonia ou “ordem social”. Seres como esses podem ser educados na direção que se quiser e *moldados* a bel-prazer. [...] A teoria dos três estados, sobretudo, ganha em significação e “cientificidade”: que história pode ser a do *progresso positivista* senão aquela da *elite intelectual da humanidade*, possuidora *única e exclusiva* dos mais elevados dotes frenológicos? [grifos colocados] (BENOIT, 1999, p. 322-323).

A necessidade do outro em estado de semianimalidade, que caracterizou o louco em seus acessos e excessos, oriundos, no mais das vezes, das paixões – portanto, da parte posterior do cérebro, mais volumosa e animal, segundo a proposição frenológica e positivista –, está implicada na forma exemplar de internação da loucura na época clássica e na modernidade. Como demonstra Michel Foucault (2003), antes da cura médica, a finalidade do internamento no espaço asilar era a necessidade da determinação de uma boa educação, da disciplina dos costumes e da modulação de um corpo dócil e produtivo para o convívio com a ordem e a harmonia social indispensáveis. O fundamento biológico da desigual inteligência humana, que sustenta teses centrais da Sociologia comteana, implica a formulação pragmática de uma política positiva concebida como antídoto contra a desordem social, uma vez que, por meio da Frenologia, entendida como fundamento de submissão, tornar-se-ia possível o progresso natural dentro da estrita ordem

determinada por uma elite intelectual. Pois bem, se é como modelo da ordem que o asilo cumpre sua função social sobre o ser por excelência da desordem – o louco –, o psiquiatra do século XIX conceber-se-á capacitado e legitimado cientificamente para exercer a função pragmática da política positiva em nome do progresso.

Como possível representante desse *saber* que compartilha uma *política* positiva, Simão Bacamarte seria aquele que justificadamente pertenceria à elite da humanidade, em sua capacidade de modulação e domesticação dos hábitos dos outros a seu bel-prazer. Ou seja, por existir nos homens uma disposição natural à obediência, a partir da submissão da faculdade frenológica predominante – a afetiva –, a qual Bacamarte explicitamente não compartilha com a humanidade, o alienista é, se considerados os pressupostos positivistas e frenológicos, o único portador, em Itaguaí, da *pérola* que compõe a vasta concha do espírito humano (ASSIS, 2006, p. 261): a *razão*, que fundamenta seu poder médico. Por meio dessa faculdade rara, pertencente a alguns indivíduos seletos, justificar-se-ia a submissão da maior parte da espécie humana, a qual, na ausência dessa faculdade, satisfar-se-ia com a felicidade positivista de ter guias. Contudo, ao contrário da “felicidade” positivista, profetizada por Bacamarte por meio do belo serviço filantrópico que prestaria à humanidade¹⁴, em sua função de medicalização e civilização dos hábitos coloniais no pequeno vilarejo, o narrador machadiano se refere à intromissão do alienista na vila de forma irônica, pois traduz a “felicidade” em seu avesso: o terror positivo.

DR. SIMÃO BACAMARTE E D. EVARISTA: A DESIGUALDADE NATURAL ENTRE OS SEXOS E A PRESCRIÇÃO DO AMOR PRAGMÁTICO

Próxima à Frenologia, a medicina social e higienista brasileira do século XIX difundiu, como mostra Jurandir Freire Costa (2004), uma educação intelectual correspondente à educação positiva, em uma espécie de hierarquização social da inteligência e fundamentação natural da desigualdade entre os sexos, com o

14 Ao interpretar o dito de S. Paulo aos Coríntios, o médico protagonista d'*O alienista* afirma não poder ser nada com seu saber, caso não tenha também a caridade. Assim, pela promessa caritativa de seu ofício, crê prestar “um bom serviço à humanidade” (ASSIS, 2006, p. 256). Como sustenta Benoit (1999, p. 338), a partir da explicação científica da natural sociabilidade, sob justificativas da frenologia, chega-se ao altruísmo necessário do positivismo, que consiste em viver para outrem. Derivado do francês *autrui*, altruísmo é, de fato, um termo cunhado justamente por Auguste Comte, por volta de 1830. Na contramão da suposta intencionalidade de Bacamarte, aliada ao positivismo comteano, Augusto Meyer (1935) sustenta que o alienista é tão somente a encarnação da paixão científica, e não da filantropia.

objetivo de refinar e cultivar cientificamente os hábitos da primitiva sociedade colonial. Assim afirma o autor:

Os higienistas colaboraram no processo de hierarquização social da inteligência, criando a idéia de que o indivíduo “culto” era superior ao “inculto”. Difundiram, simultaneamente, o preconceito de que o cérebro do homem capacitava-o para as profissões intelectuais, enquanto o da mulher só lhe permitia exercer atividades domésticas (COSTA, 2004, p. 14).

Em *O alienista*, são evidentes as diferenciações da superioridade de Bacamarte em relação à simples população de Itaguaí: com formação na Europa, o protagonista é descrito, repetidas vezes, como ilustre médico. São manifestas também as referências à subserviência de D. Evarista ao marido cientista¹⁵. Ao caricaturar D. Evarista como esposa servil, em seus hábitos domésticos subjugados pela tarefa superior do homem de ciência, o narrador machadiano pode, mais uma vez, corresponder – ironicamente – ao postulado positivista, que justifica cientificamente, por meio de categorias frenológicas, a natural inferioridade intelectual da mulher para a abstração científica, ao mesmo tempo em que a concebe em uma superioridade afetiva¹⁶. No momento de chegada da comitiva do Rio de Janeiro, por exemplo, nota-se a descrição da fria agressividade do homem de ciência contraposta ao exaltado sentimentalismo e amor afetivo da mulher.

15 Os momentos em que a mulher é dignificada se devem apenas ao fato de “a musa da ciência” ser a esposa de um “ilustre varão”, do “alto espírito”, do “novo Hipócrates”, etc. (ASSIS, 2006, p. 256-267). Ao ser descrita pelo narrador como uma infeliz dama, D. Evarista é aquela que, “obediente e chorosa”, curva a cabeça ao cônjuge (ASSIS, 2006, p. 271) e que hesita em duvidar do procedimento do marido em relação ao ensandecimento de todos, considerando-o, superiormente, como um sábio que “não recolheria ninguém à Casa Verde sem prova evidente de loucura” (ASSIS, 2006, p. 266).

16 No pensamento positivo de Comte, as supostas categorias biológicas da Frenologia são aplicadas sempre na tentativa de naturalização do social, “multiplicando e recortando outras diferenças ‘naturais’, fundamento [as categorias da frenologia] de outras desigualdades sociais e de novas hierarquias de poder e de subordinação”, conforme afirma Benoit (1999, p. 344). Da mesma maneira, essas categorias da Frenologia são aplicadas para justificar cientificamente a diferença entre os sexos, assinalando a inferioridade da mulher para a abstração científica, mas, ao mesmo tempo, sua superioridade afetiva. “A estática, considerando o ‘organismo feminino’, pode demonstrar a inadequação fisiológica da mulher com relação ao homem no que diz respeito ao ‘trabalho mental’, ‘quer em virtude da menor força intrínseca de sua inteligência, quer em razão de uma suscetibilidade moral e física mais viva, bastante antipática a toda abstração e a toda contensão verdadeiramente científica’. Mas, por outro lado, a estática pode também demonstrar que essa inferioridade mental é compensada por uma *superioridade afetiva*: ‘as mulheres são, em geral, bastante superiores aos homens por uma grande atividade espontânea da simpatia e da sociabilidade tanto quanto lhes são inferiores pela inteligência e pela razão’ [grifo da autora]” (BENOIT, 1999, p. 342).

Nisto chegou do Rio de Janeiro a esposa do alienista, a tia, a mulher do Crispim Soares, e toda a comitiva [...]. O alienista foi recebê-la, com o boticário, o Padre Lopes, os vereadores e vários outros magistrados. O momento em que D. Evarista pôs os olhos na pessoa do marido é considerado pelos cronistas do tempo como um dos mais sublimes da história moral dos homens, e isto pelo contraste das duas naturezas, ambas extremas, ambas egrégias. D. Evarista soltou um grito, balbuciou uma palavra, e atirou-se ao consorte, de um gesto que não se pode melhor definir do que comparando-o a mistura de onça e rola. Não assim o ilustre Bacamarte; frio como um diagnóstico, sem desengonçar por um instante a rigidez científica, estendeu os braços à dona, que caiu neles, e desmaiou (Assis, 2006, p. 265-266).

A naturalização das diferenças dos papéis sociais conferidos ao homem e à mulher serviu de base também para a fundamentação do casamento higiênico. Ao apresentar as suposições típicas de cada sexo como “imperativos da natureza”, a medicina higiênica brasileira traçou os moldes da conduta social masculina e feminina, edificando catálogos de especificação sócio-sexual, sempre com os mesmos pressupostos de diferenciação: da maior fragilidade física da mulher em relação ao homem, inferia-se a debilidade de sua constituição moral, bem como sua delicadeza. A natureza masculina era, por sua vez, descrita de maneira inversa: “a ‘força’ e o ‘vigor’ migravam do físico ao moral, marcando os traços sócio-sentimentais da personalidade do homem”, como mostra Jurandir Freire Costa (2004, p. 234-235). Sectária dos pressupostos frenológicos e positivistas, a medicina higiênica brasileira considerava que a inferioridade da mulher se manifestava por meio das faculdades afetivas, o que fazia dela mais sentimental que intelectual¹⁷. Por isso, a vida da mulher deveria se resumir ao sentimento afetivo do amor: amar e ser amada. No entanto, mesmo amando em seu segundo matrimônio, constituído com Simão Bacamarte, D. Evarista não foi desejada plenamente pelo médico,

17 A tese higiênica *Considerações gerais sobre a mulher e a sua diferença do homem, e sobre o regime que deve seguir no estado de prenhez*, de José Joaquim Ferreira Monteiro de Barros, defendida em 1845, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, já elucida algo nesse sentido: “Sua inteligência [da mulher] aplicava-se com mais segurança aos ‘objetos de seus afetos’. Sua imaginação viva, fértil, mas fugaz, indispunha-se para os trabalhos do espírito e para toda atividade intelectual. A fraqueza, a sensibilidade, a doçura, a indulgência e a submissão eram ‘virtudes essenciais’ ao seu sexo”. Em contrapartida, o homem era o exato oposto da mulher, com um perfil emocional dominado pelo vigor físico e intelectual. Nessa tese, é possível observar como a dissonância sentimental entre homens e mulheres transparecia até mesmo em hábitos triviais, como no modo de andar: “O andar ou passo do homem é mais firme e mais ativo; a mulher com seu pequeno e delicado pé caminha mais sutil e elegantemente” (BARROS *apud* COSTA, 2004, p. 236-237).

achando-se “a mais desgraçada das mulheres” e “tão viúva como dantes” (Assis, 2006, p. 258), chegando até mesmo a ser internada pelo marido sob “justificativa científica”. Contudo, a recusa do afeto de Bacamarte pela esposa pode se justificar, ainda, no interior dos preceitos médicos da época, pois algo fundamental para o amor higiênico fracassou: a procriação.

Se a mulher era submissa e passiva, e o homem, autoritário e racional, a solução dada pela medicina higiênica a essa “diferença de natureza” foi o amor fértil, de modo a converter o homem e a mulher à função de pai e mãe. Para a higiene, “era enquanto pai e mãe que o homem e a mulher poderiam entrar em comum acordo e aparar as arestas resultantes de suas diferenças sentimentais. Amor feminino e masculino só entravam em sintonia na vida conjugal fértil” (COSTA, 2004, p. 238). Somente esse modo de amar poderia conciliar o inconciliável: “os médicos provavam aos indivíduos que só lhes restava uma maneira de amar em paz: converterem-se incondicionalmente à função de pai e mãe” (COSTA, 2004, p. 238). Destinada, sobretudo, a famílias elitistas, essa política visava à constituição da família burguesa aliada ao Estado, pois o amor aos filhos, à família e ao Estado traduzia-se, de modo científico, em progresso para a nação. Jurandir Freire Costa (2004, p. 14) faz ver como, no interior de tal política médica, a educação sexual pretendia transformar homens e mulheres em reprodutores de raças puras¹⁸.

Nesse contexto, que circunscreve a escrita d’O *alienista*, “a seleção do parceiro conjugal tornou-se questão capital para a higiene. A saúde do filho não dependia apenas do trato que lhe fosse dado após o nascimento. Ela estava condicionada à saúde dos pais” (COSTA, 2004, p. 219). No casamento sonhado pela higiene, o casal não deveria mais perscrutar o passado, mas o futuro: seu compromisso era com a saúde dos filhos, antes renegados, no patriarcalismo. Nesse sentido, a união conjugal não se referia ao interesse econômico e social, que constituía os “casamentos de razões”, mas à pureza da alma e ao vigor do corpo, pois aquele que

18 Contraposto à ordem colonial, o dever de pai imposto pela higiene nasce com outra ética e outra profissão. Em vez de proprietário de bens, escravos, mulheres e filhos, aos quais impunha suas leis e seus direitos, tal como o pai-colonial, o pai-higiênico deveria se tornar um funcionário tanto da raça quanto do Estado. Daí libertinos, celibatários e homossexuais representarem o exemplo da antinorma a ser punida e, ao mesmo tempo, medicalizada. Como afirma Jurandir Freire Costa (2004, p. 240-249), essas figuras se mostravam como suicidas e homicidas, que assassinavam seu próprio corpo e também o bem-estar biológico-social, pois “do casamento e da paternidade dependiam a felicidade digestiva, a higidez neurológica e a sociabilidade do homem”. Desertores da obrigação paterna, a higiene os considerava anti-homens: “O libertino era mau pai, mas, pelo menos, não se recusava a sê-lo. O celibatário, conquanto pudesse ser bom pai, pois não era necessariamente um libertino, fugia às suas obrigações. Sua falta era, portanto, mais sacrílega. No código higiênico, nada superava a gravidade deste crime. Exceto, talvez, um outro, aquele em que o homem não apenas fosse mau pai, como o libertino, ou se recusasse a ser pai, como o celibatário, mas negasse a vocação ‘natural’ do homem para ser pai, como o homossexual [grifos colocados]” (COSTA, 2004, p. 246).

herdasse a riqueza, mas possuísse um corpo lânguido, estaria fadado à falência, ao passo que o indivíduo de corpo robusto, mesmo sem riqueza poderia alcançá-la facilmente. Foi o momento em que a hereditariedade substituiu a herança¹⁹. Condenando qualquer manifestação de amor romântico, o amor preconizado pela higiene era pragmático: tratava-se de uma política de conservação biológica e moral da espécie.

O ponto culminante da união conjugal era o amor. Mas, ao contrário do amor romântico, o amor higiênico era *pragmático*. Reclamava seus vínculos com a sexualidade e a *procriação*. A cumplicidade com o romantismo sentimental tinha limites. Sem sexo, o amor era “delírio”. Só através do sexo ele se adaptava à realidade, inserindo-se maduramente na política de conservação biológica e moral da espécie [grifos colocados] (COSTA, 2004, p. 231)²⁰.

Nesse ponto, a figura ironizada do anti-herói mais uma vez se presta ao deboche crítico do narrador machadiano, pois é mediante o cálculo científico que Bacamarte *seleciona* D. Evarista. Calculando, o alienista escolhe uma esposa dotada de uma fisiologia pretensamente superior, portadora, porém, de uma feição que

19 “No casamento higiênico, a hereditariedade como que substituiu a herança. O dinheiro e o *status* social herdados só mereciam reverência quando aliados a uma boa saúde física e a uma boa constituição moral. [...] A sociedade e o Estado contavam mais que as famílias e ‘castas’”. Para ratificar essa transformação, Jurandir Freire Costa (2004, p. 222) se refere à tese higienista de José Cipriano Nunes Vieira, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1882, com o título *Higiene na primeira infância*. Nela, o autor higienista adverte: “Quando as populações compreenderem a necessidade de atender aos preceitos higiênicos relativos ao casamento; quando elas e o Estado se comprometerem de que esta instituição, garantidora da estabilidade e da moralidade social, não deve ser considerada uma operação mercantil capaz de pôr a salvo interesses pecuniários; quando finalmente se atender ao estado de saúde dos indivíduos que aspiram ao casamento, e a legislação proibir formalmente as uniões entre pessoas fisicamente impróprias para a procriação de uma prole robusta, então as tábuas de mortalidade não registrarão um tão avultado número de óbitos nem se verá em tão grande escala a propagação das distrofias constitucionais e das neuroses”. Em *Os anormais*, Foucault (2002, p. 400-401) – autor de notável influência na pesquisa de Jurandir Freire Costa (2004) – também evidenciara, a partir do problema da hereditariedade e da teoria da degeneração de Morel [1857], como a psiquiatria, em sua função política de higiene pública, voltou sua atenção à reprodução e a partir disso fundamentou uma tecnologia do casamento “são ou malsão, útil ou perigoso, proveitoso ou nocivo”. Dessa forma, de acordo com a escolha de seu parceiro, os indivíduos se tornaram responsáveis pela causalidade ou não das aberrações psíquicas e físicas.

20 Assim como Foucault, Jurandir Freire Costa (2004, p. 49-50) tem como ponto de partida de suas análises não o poder repressivo e coercitivo da lei, mas o poder moderno e produtivo da norma, próprio da ordem médica. No que se refere à funcionalidade política da procriação, é importante sublinhar que Foucault (2002) também já demonstrara que a nova família moderna havia sido “medicalizada” pelo princípio de normalização sexual, o qual, estabelecendo a necessidade da procriação, visava, sobretudo, à conservação da espécie e à produção de filhos economicamente úteis e politicamente dóceis. Segundo Foucault (2002, p. 325), assim diz o Estado: “Mantenham seus filhos bem vivos e bem fortes, corporalmente saudáveis, dóceis, aptos, para que possamos fazê-los passar por uma máquina que vocês não controlam, que será o sistema de educação, de instrução, de formação, do Estado”.

dispensa qualquer romantismo. Tal escolha tem em vista a necessidade exclusiva da procriação e a conseguinte continuidade da “dinastia dos Bacamartes”, afinal o bem-estar de filhos robustos estaria condicionado à saúde do casal. Ironicamente, contudo, o *amor pragmático* do cientista fracassa. É o que o fragmento d’*O alienista* evidencia a seguir, dialogando precisamente com pressupostos positivos e higiênicos da época, cujo objetivo consistia em secularizar as mentalidades e europeizar os costumes:

Aos quarenta anos [Bacamarte] casou [-se] com D. Evarista da Costa e Mascarenhas, senhora de vinte e cinco anos, e não bonita nem simpática. Um dos tios dele, caçador de pacas perante o Eterno, e não menos franco, admirou-se de semelhante escolha e disse-lho. Simão Bacamarte explicou-lhe que D. Evarista reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso e excelente vista; estava assim apta para dar-lhe filhos robustos, sãos e inteligentes. Se além dessas prendas, – únicas dignas da preocupação de um sábio, D. Evarista era mal composta de feições, longe de lastimá-lo, agradecia-o a Deus, porquanto não corria o risco de preterir os interesses da ciência na contemplação exclusiva, miúda e vulgar da consorte. D. Evarista mentiu às esperanças do Dr. Bacamarte, não lhe deu filhos robustos nem mofinos. A índole natural da ciência é a longanimidade; o nosso médico esperou três anos, depois quatro, depois cinco. Ao cabo desse tempo fez um estudo profundo da matéria, releu todos os escritos árabes e outros, que trouxera para Itaguaí, enviou consultas às universidades alemãs e italianas, e acabou por aconselhar um regímen alimentício especial. A ilustre dama, nutrida exclusivamente com a bela carne de porco de Itaguaí, não atendeu às admoestações do esposo; e à sua resistência, – explicável, mas inqualificável, – devemos a total extinção da dinastia dos Bacamartes (Assis, 2006, p. 253-254).

“DE POSITIVO NADA HÁ”: A ATUALIDADE PERTURBADORA DE O ALIENISTA

Por fim, esse cenário demanda um passo adiante, a fim de extrair ainda uma última e séria implicação. Decerto, poder-se-ia escolher outros caminhos para perceber a proximidade do protagonista do conto *O alienista* com relação aos predicados positivistas; ou poder-se-ia até mesmo identificar as paranoias de

Auguste Comte²¹ com as de Simão Bacamarte, que, como se sabe, aprisionado em seu próprio sistema, constitui-se a si próprio como o único louco de Itaguaí, *razoavelmente alienado*. Privilegiam-se, no entanto, as correlações que derivam de pressupostos biológicos, a fim de mostrar a maneira como tais pressupostos embasam o exercício do poder científico – isto é, o exercício do poder da inteligência, que fundamenta a natural submissão e domesticação dos homens no interior do sistema positivo – praticado pela medicina higiênica e pelo alienismo contemporâneos de Machado de Assis. Obra de um espírito aguçado, a criação a contrapelo do escritor brasileiro pode caracterizar não apenas sua extemporaneidade em um momento de grande aceitação e enaltecimento do positivismo²² – do qual *se acredita*, hoje, estar livre²³ –, mas também uma atualidade perturbadora, após mais de um século transcorrido da publicação de *O alienista*.

Como visto, o “terror”, substantivo que intitula de forma significativa o capítulo mais extenso do conto, é caracterizado “positivamente”²⁴. No entanto, quando se instaura o *terror positivo* – momento em que são internados todos os “desequilibrados”, portadores dos vícios mais comuns e inofensivos, que constituem a expressiva cifra de 4/5 da população de Itaguaí –, o narrador sentencia algo que se pode ler como indicativo da fragilidade científica da psiquiatria, esta que reivindicava e reivindica, ainda hoje, sua positividade no interior da sociedade, da ciência e da própria medicina. Em uma intromissão sutil aos fatos narrados, o

21 Referindo-se ao livro *Aberrations – Le devenir-femme d'Auguste Comte*, de Sarah Kofman, José Carlos Bruni (1989, p. 35-37) chama a atenção, embora de modo crítico, à maneira como a autora extrai um “caso clínico” da relação entre o sistema positivo e a vida pessoal de Auguste Comte, como se o propósito da enorme elaboração filosófica de Comte fosse esconder sua própria paranoia. O argumento central da autora, afirma Bruni (1989, p. 35), “poderia ser resumido na idéia de que a obsessão comteana pela ordem, pela coerência, pela sistematicidade, pela progressão sem lacunas de uma idéia que se segue necessariamente à outra, tudo isso não passaria de um enorme artifício para encobrir a loucura do próprio Comte”. De todo modo, independentemente do artifício utilizado ou da causa desencadeadora, é preciso registrar que o fundador do positivismo apresentou, de fato, um quadro de alienação mental (cf. BIRMAN, 1978, p. 216; CASTEL, 1978, p. 242).

22 A propósito da dissidência do escritor brasileiro em relação ao fascínio de seus contemporâneos pela ciência, consultar Miskolci (2006).

23 Desnudando a função ideológica do discurso de Comte, Bruni (1989) mostra, em sua tese, o caráter político da epistemologia positivista. No entanto, não é apenas sob o aspecto ideológico que o autor considera o sistema positivo, mas também a partir daquilo que o mantém, de modo desconcertante, ainda presente na cultura e na sociedade capitalista contemporânea: “por mais ideológico que saibamos que seja, seu discurso [de Comte] nos leva diretamente a algo mais importante que a ideologia: a violência real da sociedade burguesa [...]. É por isso que Comte é ‘atual’ – e o será sempre, enquanto a violência for um princípio constitutivo da nossa sociedade” (BRUNI, 1989, p. 42-43).

24 Ao lado de outros como “Uma teoria nova”, “A rebelião” e “A restauração”, o capítulo intitulado “O terror” sugere, somado a diferentes indícios, que *O alienista* se constitua também como parábola da Revolução Francesa (cf. nota 02, supra).

narrador sentenciosamente devassa, com o propósito de esvaziar os pressupostos médicos e científicos do alienista: “de positivo nada há”²⁵.

Como se sabe, diferentemente da anatomia patológica, que a partir da abertura dos cadáveres pode encontrar a estrutura patológica subjacente²⁶, a psiquiatria não localiza o corpo patológico que definiria tecnicamente seu objeto e a tornaria, então, uma ciência verdadeiramente médica, isenta do adjetivo “especial”. Ou seja, se com a anatomia patológica de Morgagni a Bichat a noção de *sede* substitui a de *classe* (cf. FOUCAULT, 2008, p. 136-162), o mesmo não acontece com a psiquiatria desde seu nascimento, consagrado historicamente a Pinel, até os dias atuais²⁷. Diferentes pesquisas sobre a constituição e o desenvolvimento da psiquiatria no século XIX mostraram que, apesar das muitas autópsias realizadas a fim de identificar lesões nos cérebros de alienados, as *figuras de localização* da doença careceram de prova, não podendo, assim, substituir o caráter fenomenológico e descritivo das patologias distribuídas segundo uma *ordem classificatória*²⁸ – para o que, inclusive, a repartição no espaço interno do asilo foi fundamental (cf. FOUCAULT, 2006, p. 319 e 340-341; CASTEL, 1978, p. 107-108; BIRMAN, 1978, p. 51-59). Percebe-se, dessa forma, como a psiquiatria já se encontrava desde o início em absoluta discordância com o axioma da medicina moderna:

25 “Daí em diante foi uma coleta desenfreada. Um homem não podia dar nascerça ou curso à mais simples mentira do mundo, ainda daquelas que aproveitam ao inventor ou divulgador, que não fosse logo metido na Casa Verde. *Tudo era loucura*. Os cultores de enigmas, os fabricantes de charadas, de anagramas, os maldizentes, os curiosos da vida alheia, os que põem todo seu cuidado na tafalaria, um ou outro almotacé enfundado, ninguém escapava aos emissários do alienista. Ele respeitava as namoradas e não poupava as namoradeiras, dizendo que as primeiras cediam a um impulso natural, e as segundas a um vício. Se um homem era avaro ou pródigo ia do mesmo modo para a Casa Verde; daí a alegação de que *não havia regra para a completa sanidade mental*. [...] Quanto à razão determinativa da captura e aposentação na Casa Verde [...], é um dos pontos mais obscuros da história de Itaguaí; a opinião mais verossímil é que eles foram recolhidos por andarem a gesticular, à toa, nas ruas, em casa, na igreja. Ninguém ignora que os doudos gesticulam muito. Em todo caso é uma simples conjetura; *de positivo nada há* [grifos colocados]” (ASSIS, 2006, p. 279).

26 Sobre o nascimento da clínica a partir da anatomia patológica, consultar Foucault (2008).

27 Com efeito, o problema da não localização do corpo patológico foi colocado não apenas pelos críticos da psiquiatria, como reconhecido até mesmo pelo próprio Pinel, a quem se atribui o título de fundador dessa especialidade médica. Combatendo a hipótese da escola organicista da época, Pinel (1809, p. 154-155) afirma: “Um preconceito dos mais funestos à humanidade, e que é, talvez, a causa deplorável do estado de abandono no qual se deixa em quase todo lugar os alienados, é de considerar seu mal como incurável e de atribuir-lhe uma lesão orgânica no cérebro ou em qualquer outra parte da cabeça. Posso assegurar que nos numerosos casos que reuni sobre a mania delirante tornada incurável ou terminada com uma outra doença funesta, todos os resultados da abertura dos corpos, comparados aos sintomas que se manifestaram, provam que esta alienação tem em geral um caráter puramente nervoso e que não é o produto de nenhum vício orgânico da substância do cérebro [...] [em livre tradução]”.

28 Não sem polêmica, uma exceção sobre a localização do substrato orgânico da doença mental a partir da anatomia patológica é a paralisia geral, descoberta por Bayle, em 1822 (cf. FOUCAULT, 2006, p. 165, 175, 347, 375-376, 398).

Se existe um axioma em medicina, é a proposição de que não há doença sem sede. Caso se admita a opinião contrária, seria preciso admitir, também, que existem funções sem órgãos, o que é um evidente absurdo. A determinação da sede das doenças, ou sua localização, é uma das mais belas conquistas da medicina moderna (BOUILLAUD *apud* FOUCAULT, 2008, p. 154-155).

Da ausência predominante do corpo anatomoclínico decorreria, como afirma Birman (1978, p. 346), a “mania classificatória” da psiquiatria do século XIX, mania essa que Bacamarte representa virtuosamente e da qual ainda não nos desvencilhamos²⁹. É preciso observar, nesse sentido, que o paradigma fundador da psiquiatria permanece essencialmente inalterado nos dias atuais, uma vez que a racionalidade classificatória da psiquiatria contemporânea – tal como expressa sobretudo a partir da terceira versão do *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (DSM-III), publicado em 1980 – pretende ser fundamentalmente “a-teórica”, “descritiva” e isenta de discussões etiológicas. Um acontecimento notável acerca da continuidade do paradigma com base na descrição de sintomas pode ser a polêmica provocada pelo National Institute of Mental Health (NIMH) em torno da publicação recente do DSM-V, ocorrida em maio de 2013. Incitada pelo então diretor do NIMH, Thomas Insel (2013), a polêmica reside fundamentalmente no fato de a American Psychiatric Association (APA), situada também nos EUA e responsável pela elaboração dos DSMs, ter mantido a descrição sintomatológica como critério diagnóstico, em vez de ter incorporado em seu manual dados neurobiológicos que pretendem mostrar o funcionamento biológico de transtornos mentais, o que poderia corresponder ao esforço empreendido ainda hoje para tornar a psiquiatria mais científica e objetiva. Nessa polêmica, tudo se passa como se a psiquiatria tivesse mantido a noção de *classe* a contragosto da neurociência e da neurobiologia, que mobilizam suas técnicas à procura da *sede* biológica dos transtornos mentais. Desse modo, a publicação mais recente do manual que padroniza de forma científica a classificação psiquiátrica, orientando significativamente a pesquisa e a prática mundiais desse domínio médico, evidencia com clareza a

29 Para tanto, basta observar a “descoberta” – para não dizer *produção* – de diversas categorias diagnósticas, nos sucessivos manuais da American Psychiatric Association, os quais se intitulam *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (DSM). Enquanto a primeira edição do manual (DSM-I), de 1952, listava cento e seis categorias diagnósticas, a última edição (DSM-V), publicada em 2013, catalogou quatrocentos e cinquenta. Importa observar o aspecto gradativo dessa tendência, visto que o DSM-II [1968] contava com cento e oitenta e duas categorias diagnósticas, o DSM-III [1980] listava duzentas e sessenta e cinco e o DSM-IV [1994], duzentas e noventa e sete.

ausência persistente de dados biológicos, científicos e positivos suficientemente comprobatórios a propósito dos transtornos mentais.

Ao contrário da crença positivista assentada na ideia frenológica de que as emoções e os comportamentos teriam uma base orgânico-cerebral, o que equivale à tentativa contemporânea de identificar comportamentos e estados mentais a partir de estados cerebrais³⁰, talvez ainda se possa experimentar com amargura aquela constatação lapidar: “de positivo nada há”. Com tal afirmação, o narrador machadiano d’*O alienista* já indicava ceticamente o quanto as interações, os diagnósticos e as verdades da alienação mental podem ser – ainda em nossa atualidade – conjecturas carentes de positividade científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Maurício Gomes de. “Da humana comédia ou no teatro em Itaguaí”. In: SECCHIN, A. C.; ALMEIDA, J. M. G. de; SOUZA, R. de M. (Org.). *Machado de Assis: uma revisão*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998. p. 167-177.
- ARANTES, Paulo Eduardo. “O positivismo no Brasil: breve apresentação do problema para um leitor europeu”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 21, p. 185-194, 1988.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa*. 3 v. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.
- BENOIT, Lelita Oliveira. *Sociologia comteana: gênese e devir*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- BIRMAN, Joel. *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- BOSI, Alfredo. “O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração”. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 43, p. 157-181, 2005.
- _____. “Ler com a alma”. *Rascunho – O jornal de literatura do Brasil*, 2012. Disponível em: <<http://rascunho.gazetadopovo.com.br/ler-com-a-alma/>>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- BRUNI, José Carlos. *Poder e ordem social na obra de Auguste Comte*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.
- CANDIDO, Antonio. “Crítica e Sociologia”. In: CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1980. p. 03-15.
- _____. “Esquema de Machado de Assis”. In: CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 15-32.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

30 Sobre isso, consultar, por exemplo, Ehrenberg (2004) e Safatle (2013).

- CASTEL, Robert. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- COMTE, Auguste. “Terceiro opúsculo (maio de 1822): plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade”. In: COMTE, Auguste. *Opúsculos de filosofia social*. Porto Alegre/São Paulo: Globo/ sp, 1972a. p. 53-136.
- . “Sexto Opúsculo (agosto de 1828): exame do tratado de Broussais sobre a ‘irritação’”. In: COMTE, Auguste. *Opúsculos de Filosofia Social*. Porto Alegre/São Paulo: Globo/ sp, 1972b. p. 217-230.
- CORBANEZI, Elton Rogério. *Sobre a razão do Mesmo que enuncia a não-razão do Outro: às voltas com a História da loucura e O alienista*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- EHRENBERG, Alain. “Le sujet cérébral”. *Esprit*, Paris, p. 130-155, 2004.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1974.
- FERNANDES, Maria da Penha Campo. “Da finitude de um mundo: ‘O alienista’ de Machado de Assis como metaconto”. *Línguas & Letras*, Cascavel, v. 6, n. 2, p. 149-169, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso dado no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- . *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- . *O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- . *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FROSCH, Friedrich. “O tenebroso problema da patologia cerebral: algumas considerações acerca d’O Alienista machadiano”. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Org.) *Ensaio premiado: a obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 2007.
- GOMES, Roberto. “O alienista: loucura, poder e ciência”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 1-2, n. 5, p. 145-160, 1994.
- INSEL, Thomas. *Transforming diagnosis*. Abr. 2013. Disponível em: <<http://www.nimh.nih.gov/about/director/2013/transforming-diagnosis.shtm>>. Acesso em: 10 nov. 2013.
- LIMA, Luiz Costa. “O palimpsesto de Itaguaí”. *José*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 27-32, 1976.
- LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- LOPES, José Leme. *A psiquiatria de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Agir, 1981.
- MEYER, Augusto. *Machado de Assis*. Porto Alegre: Globo, 1935.

- MISKOLCI, Richard. “Machado de Assis, o *outsider* estabelecido”. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 15, p. 352-377, 2006.
- MURICY, Katia. *A razão cética: Machado de Assis e as questões do seu tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- PINEL, Philippe. *Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale*. 2. ed. Paris: Brosson, 1809.
- SAFATLE, Vladimir. “Neurocientista psicopata”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 02, 31 de dezembro de 2013.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000a.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000b.

ERNESTO LACLAU E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A TEORIA POLÍTICA

Fernando dos Santos Modelli^a

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

A carreira de Ernesto Laclau (1935-2014) foi marcada por sua obra em conjunto com sua companheira, Chantal Mouffe, com quem trabalhou por um longo período na Universidade de Essex e com quem escreveu *Hegemony and Socialist strategy*, em 1985. Essa convergência de esforços parece ter sido substituída, nos últimos anos, pela adoção de estratégias teóricas distintas (MENDONÇA, 2010).

Em sua última obra, *Agonistics*, publicada em 2013, Chantal Mouffe optou por um esforço em compatibilizar o pós-estruturalismo com uma filosofia política normativa, reafirmando sua tese de que era possível transformar o *antagonismo* em *agonismo*, de forma a possibilitar a coexistência de diferenças radicais em uma mesma sociedade. Nesse livro, a autora se esforça para conciliar os conflitos ao redor do mundo – União Europeia, conflitos étnicos e religiosos –, com seu conceito de “agonismo”, indicando a necessidade de trocar o cenário de conflitos irreconciliáveis de inimigos por um respeito mínimo às regras institucionais por adversários. Nesse câmbio, ganha espaço o caráter normativo da abordagem, e perde centralidade a abordagem das relações de dominação, tanto na própria sociedade como na formação das preferências individuais.

A dimensão dessa mudança se torna mais clara quando comparada com a perspectiva adotada por Ernesto Laclau, em sua obra mais recente, *A razão populista* (2013). Nesse trabalho, ele optou por aprofundar o diagnóstico da violência nas sociedades contemporâneas, adotando como objeto a centralidade da noção de povo e a inviabilidade das teorias liberais que buscam desqualificar a relevância dessa categoria, ao afirmar que a valorização do povo implica um “populismo” com base na manipulação do caráter “irracional” das manifestações populares.

Ao fazer essa escolha, em vez de utilizar categorias *racionalistas* e *intencionais* voltadas à garantia de um *consenso*, Laclau opta por caracterizar as organizações sociais em termos de equilíbrios de poder, e não de acordos explícitos ou tácitos, em que a pretensa “irracionalidade” do povo o desqualifica como ator relevante.

a Mestre em Ciência Política pelo IESP-UERJ, doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília e professor de Sociologia da UNICEUB.

Nota-se, em especial, uma tentativa de conferir dignidade à palavra “populismo”, que não é usada por Laclau para designar um tipo de movimento ou mesmo uma base social específica, mas como uma *lógica política* da formação do social a partir de manifestações populares. A formação de equivalência, entre as diferentes demandas, torna-se uma *demanda popular*, criando um antagonismo entre instituições e o social, o que permite a compreensibilidade de manifestações sociais não mediadas pelas instituições políticas.

A estratégia de Mouffe é mais convergente com a estratégia racionalista moderna de descrever a sociedade como fruto de um acordo para tornar exigíveis os valores que pretensamente conferem sentido ao próprio contrato social: a possibilidade da coexistência política de grupos com diferenças morais inconciliáveis. A estratégia de Laclau, por sua vez, é mais próxima das perspectivas empiristas que, desde Hume, passando por Marx, se contrapõem ao contratualismo, a fim de afirmar que as estruturas sociais existentes decorrem da cristalização de preferências sociais e de relações de poder, e não de uma construção racional voltada a garantir certos princípios fundantes.

No caso de Mouffe, essa mudança faz com que o núcleo da teoria deixe de ser ocupado pelo reconhecimento empírico dos modos como os conflitos sociais são processados e passe a ser ocupado pelas formas como ações intencionais podem gerar acordos deliberados, possibilitando o processamento não violento dos conflitos. Essa busca por um “consenso de base sobre as regras do jogo [...] tem por função esconjurar a violência política. No entanto, a violência continua presente e ativa nas relações de dominação” (MIGUEL, 2012, p. 17). E parece que essa violência irreduzível das relações sociais é o objeto das reflexões mais recentes de Laclau, que reforçam a tese de que esses conflitos não são processados em termos *normativos* (dentro da chave que usa as noções de *contrato*, *consenso* e *acordo*), mas em termos de *poder* (em uma chave que se utiliza das noções de *equilíbrio*, *dominação* e *hegemonia*).

A edição brasileira de *Razão populista* possui um prefácio específico sobre o Brasil, escrito para contribuir com a compreensão das então recentes manifestações de junho de 2013. Laclau começa o prefácio questionando o próprio valor central das instituições como sendo neutras, defendendo que elas representam a cristalização de diferentes relações de poder entre grupos. Sendo o sentido do discurso sempre transitório, o sistema institucional, principalmente no Brasil, passa a ser obsoleto em relação à absorção de novas demandas sociais, que, divergentes em suas origens, mas manifestadas no movimento concreto que tomou conta das ruas, tendem a se aglutinar fora do sistema político, em um ponto que converge

para sua ruptura (LACLAU, 2013, p. 21). Em vez da atuação concertada de forças que afirmam a necessidade de um novo consenso, tem-se a ação justaposta de movimentos divergentes, que não são redutíveis a qualquer forma de acordo e cujo único ponto de convergência é a negação do sistema vigente.

A complexidade desses arranjos contrasta com a simplicidade das teorias que buscam compreender esses movimentos como uma manifestação “do povo”, em busca de reduzir essas várias dimensões conflitivas a uma intencionalidade popular imanente ao movimento. E é justamente por tematizar essa complexidade que as reflexões de Ernesto Laclau contribuem para o devido entendimento das manifestações de junho de 2013, especialmente de dois de seus pontos centrais: a descrença no sistema institucional e a afirmação do povo como aglutinado, desprovido de pautas políticas e seduzido “por uma perspectiva puramente liberal, que aceita as formas institucionais existentes como o único marco possível de acionar o político, ou estimulado por uma política de puro protesto que se esgota em sua autorreferência” (LACLAU, 2013, p. 22-23).

Ernesto Laclau constrói sua abordagem a partir da análise dos discursos antagônicos que buscam compreender a atuação popular, de modo a tentar compreender o “populismo” a partir do cruzamento de como os vários discursos lidam com o caráter popular do movimento. Essa releitura discursiva da noção de povo conduz Laclau a compreendê-lo não como uma totalidade de indivíduos, mas como união de “demandas”, diferentes e antagônicas. Nesse ponto, fica clara outra diferença com relação ao pensamento atual de Chantal Mouffe, que aposta na noção de que os indivíduos não precisam tratar a divergência como uma forma de inimizade, o que evidencia que, em sua abordagem, o sistema da política é pensado como rede de relações *entre pessoas*, âmbito que conduz às diversas dificuldades enfrentadas na tentativa de compreender o âmbito coletivo como uma rede de ações individuais coordenadas.

Laclau se afasta das dificuldades ligadas a identificar uma vontade popular a partir da ação de indivíduos que agregam diferentes desejos e valores, afirmando uma noção *discursiva* em que a complexidade popular não é enfrentada no nível dos indivíduos (com suas vontades inconscientes e incoerentes), mas no nível discursivo das próprias demandas, que podem atravessar diferentes sujeitos. O campo real dos antagonismos é entendido como campo de luta por significados, pois a “produção do discurso é, ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2012, p. 9).

Sua perspectiva teórica vai de encontro com o marxismo, que é uma teoria, segundo o autor, incapaz de dar conta da compreensão das relações sociais contemporâneas, pois ficou preso a uma concepção essencialista fundamentada no capital e no trabalho, enquanto a teoria do discurso parte da complexidade do mundo social e estuda relações discursivas antagônicas (MENDONÇA, 2009, p. 154).

A grande aposta no antagonismo é de que as formações discursivas nunca se encaminham a um objetivo final, e a produção de sentidos é contingente. Assim, o marxismo pecou por fixar como sentido final a luta entre classes e o advento da sociedade perfeita. O autor, com tal crítica – negação da existência de um ponto essencial, objetivo e real –, pode ser considerado pós-estruturalista:

O limite é o cerne [...]. Qualquer forma estabelecida de conhecimento ou bem moral é feita por seus limites e não pode ser definida independentemente deles. Significa também que qualquer exclusão desses limites é impossível. Os limites são a verdade do cerne e quaisquer verdades que neguem isto são ilusórias ou faltas (WILLIAMS, 2013, p.15).

O pressuposto do autor é a heterogeneidade: o conflito no mundo social não pode ser resolvido em narrativas históricas ou arranjos institucionais. A partir dessa ideia, a literatura do populismo passa a ser criticada, essencialmente, em razão da expectativa da oposição entre populismo e deliberação racional. Laclau contesta a posição de que, não sendo o populismo um movimento racional, ele deve ser julgado como incompleto, vazio e sem significado. A oposição entre esses dois termos faz com que os autores não julguem o fenômeno em sua especificidade, mas naquilo que lhe falta: “Uma abordagem do populismo em termos de anormalidade, desvio ou manipulação é estritamente incompatível com nossa estratégia teórica” (LACLAU, 2013, p. 48).

A conclusão a que o autor chega é de que a literatura do populismo está correta em afirmar a dificuldade de conceituação de “povo”, pois a própria linguagem política do populismo está determinada pela luta de significados. No que a literatura peca, no entanto, é em julgar esse vazio como algo particularmente ruim e que deveria ser eliminado do jogo político real e objetivo. Em um jogo de deliberação racional, o conflito e a pluralidade de identidades devem ser deixados de lado. A retomada do pós-estruturalismo para a teoria política é questionar o que é abandonado ao se construir limites do campo de conhecimento.

O que, para teóricos como Gustave Le Bon, era uma doença ou um fenômeno de manipulação da população torna-se, para Laclau, a expressão de características

comuns, compartilhadas por um grupo de definição imprecisa e que se une pela representação: “A linha divisória entre as formas racionais da organização sociais e dos fenômenos de massa coincide, em grande medida, com a fronteira que separa o normal do patológico” (LACLAU, 2013, p. 67).

Em resumo, Laclau foge de dois pressupostos importantes da teoria tradicional do populismo: a vagueza do discurso populista e o populismo como mera retórica de manipulação. Em vez disso, coloca-se a possibilidade de que a indeterminação seja própria das formulações sociais e de que o conceito não encontra coesão sem nenhuma estrutura conceitual; logo, a conclusão é de que o populismo é importante para entender algo novo sobre a ontologia de formulações políticas (LACLAU, 2013, p. 115) e de que escapa das tentativas de compreender a sociedade como resultantes de acordos racionais entre os vários integrantes do corpo social.

Laclau sai da radicalidade da análise de discurso para compor um mosaico complexo sobre o que significa populismo: o universal não tem nenhum conteúdo próprio; ele só pode surgir do particular; ele é um significante vazio, então, qual conteúdo particular simbolizá-lo-á é algo que não pode ser determinado por uma análise do particular em si nem do universal em si (LACLAU, 2011, p. 41).

Em termos práticos, a *Hegemonia* é o projeto que tenta conferir sentido ao social, tornando-o homogêneo, mas que, nesse processo, falha em acabar com todos os antagonismos. O conceito de populismo se cria na dicotomia entre demandas sociais não atendidas e governo: por mais que o poder político trabalhe para se hegemonizar, as diversas demandas da sociedade, o *povo*, contrapõem-se a ele.

A falha dos projetos liberais e marxistas esteve na característica de postergar um mundo ideal, perfeito e racional, em que todos pudessem conviver em harmonia. De diversas formas, o pós-estruturalismo é uma corrente unida em volta de um pressuposto básico: a incapacidade da solução dos conflitos, seja na teoria, seja na sociedade, e de um bem comum que unisse toda a diferença em um sonho de perfeição.

O populismo se estrutura a partir da união de demandas diferentes. A *demanda social* é um pedido feito, pelas mais diferentes razões, em direção às instituições. Sendo o pedido cumprido, o processo acaba nessa etapa. No entanto, se a demanda social fracassa, ela se une com outras demandas fracassadas, formando o *antagonismo* entre *povo* e *instituições*. As duas lógicas discursivas, *equivalência* e *diferença*, funcionam dessa forma no populismo; contudo, elas não cumprem o papel de homogeneização total: “A equivalência e a diferença não se encontram simplesmente numa relação de exclusão mútua, cuja soma final é zero. As coisas são muito mais complexas” (LACLAU, 2013, p. 130).

Pode-se criticar que, no populismo, a lógica nunca funciona de forma perfeitamente dicotômica, e que o *social* é dotado de diversas complexidades, que não se encontram nesse modelo. Essa aposta teórica, ainda assim, engloba o problema de pluralidade: as diversas demandas podem ser diferentes e, no processo de hegemonia, podem muito bem ser deixadas de lado em direção a um conceito unificador. Logo, a diversidade de demandas e opiniões, no começo, nunca se resolve. A hegemonia é sempre transitória e contingente:

A identidade popular torna-se cada vez mais plena de um ponto de vista extensivo, pois representa uma cadeia de demandas cada vez maior; torna-se, porém, intensivamente mais pobre, pois precisa despojar-se de conteúdos particularistas a fim de abarcar demandas sociais muito heterogêneas. Isto é, a identidade popular funciona como um significante que tende a ser vazio (LACLAU, 2013, p. 154).

O que antes era visto na literatura clássica sobre o populismo como deficiência torna-se, na verdade, uma expressão da pluralidade de opiniões e demandas na sociedade. Por exemplo, a luta pela redemocratização na América Latina uniu diferentes demandas – a luta contra o racismo, o machismo e, em especial, contra os regimes ditatoriais. O resultado, no entanto, não conseguiu cumprir todas as demandas, que continuaram existindo dentro da democracia. A luta pela democracia – ou mesmo seu conceito – torna-se indefinida, deixando de lado todas as lutas na sociedade, para transformar-se em um *significante vazio*: “O significante vazio ocorre quando um discurso universaliza tanto seus conteúdos a ponto de ser impossível de ser significado de forma exata” (MEDONÇA, 2009, p. 162).

O conceito de *povo* surge como significante vazio, quando, por meio da equivalência de demandas isoladas, uma *demanda global* forma o antagonismo entre *instituições* e o aglomerado de *demandas heterogêneas* sobre uma construção discursiva do poder.

O que Laclau destaca é que existe um problema em determinar a construção da hegemonia, a partir de diferentes demandas, como plano de segunda escolha ou de ordem inferior à verdadeira deliberação racional: “O objeto do investimento hegemônico não constitui uma segunda escolha em relação à coisa real, que seria uma sociedade inteiramente reconciliada, a qual, numa totalidade sistêmica, não exigiria nem investimento nem hegemonia” (LACLAU, 2013, p. 180).

A crítica da esquerda, principalmente na França, depois de maio de 1968, é de que o marxismo não conseguia mais, pelo menos de forma ortodoxa, contemplar todas as diferenças que vinham surgindo na sociedade – o surgimento da luta pela

liberdade das mulheres, dos negros e das diferentes expressões de sexualidade. Essas diferenças, segundo uma visão simplista, teriam de ser deixadas de lado pela luta real e objetiva dos proletários pela sociedade comunista.

A análise de discurso surge como metodologia de estudo das práticas articulatórias: a *articulação* é um jogo de diferenças, no sentido de que estas constituem a prática articulatória e são por ela constituídas (MENDONÇA, 2009, p. 168). O *ponto nodal* aglomera diferentes elementos do discurso, que, abandonando suas diferenças, tentam se universalizar. Segundo essa leitura teórica, o *povo* se torna um aglomerado de diferentes demandas, e o populismo é, sem preconceitos sobre sua formação, um jeito de o social se organizar e que, pensado de outra forma, faz parte do jogo democrático das sociedades contemporâneas.

Nas partes finais de seu livro, Laclau relativiza todo o caminho teórico feito até aquele ponto. Segundo o autor, dois pressupostos simplificadores estavam em sua teoria: os significantes vazios supõem a presença de uma fronteira dicotômica estável no interior da sociedade; e a falta do trato teórico da permanência do particularismo das demandas, heterogêneas, nas cadeiras de equivalência. A democracia surge como problema, porque as demandas hegemônicas excluem pessoas do sistema, e sua formação pressupõe a privação dos mais diferentes grupos sociais, por exemplo, no Brasil, das mulheres na política.

A solução teórica para esse problema é aceitar que, em certas situações, a fronteira dicotômica se torna imprecisa: a hegemonia encontra oposições, e as demandas democráticas sofrem pressão de projetos alternativos. Os *significantes flutuantes*, então, são esses significantes cujos sentidos estão suspensos e divididos. Se, por um lado, uma situação de domínio completo, com a exclusão de diferença, é absurda, por outro, um mundo esquizofrênico, sem qualquer fixação, não funciona em uma realidade repleta de relações de poder.

O grande ponto da literatura contemporânea, nas obras de David Foster Wallace e Thomas Pynchon, é um mundo que, mesmo lotado de diferenças, cria pequenas discussões morais complexas e fixações de sentidos provisórios. Pensar a teoria política como jogo de soma zero – total diferença ou hegemonia completa – ignora que as formações de conceitos sociais e teóricos sejam dotadas de diferenças, irreconciliáveis do campo de conhecimento e, ao mesmo tempo, formações de conceitos e escolas na construção de relações de poder. O segundo pressuposto, simplista, é a construção de *significantes vazios*:

Nosso modelo de significantes vazios. Chegou o momento de eliminá-lo. Até agora presumimos que cada demanda não atendida pode incorporar-se à cadeia de

equivalência que é constitutiva do campo popular [...]. Enquanto as demandas individuais são reforçadas por meio de sua inscrição de equivalência, a cadeia como um todo desenvolve uma lógica própria, que pode levar a um sacrifício ou a uma traição dos objetivos dos elos individuais (LACLAU, 2013, p. 208).

A construção da cadeia de equivalência não quer dizer a formação direta de um mundo totalitário. Ao contrário, ela pode ser parte de um jogo político, de identidade popular, que é extremamente democrático. A eliminação do *significante vazio*, para Laclau, está ligada à relação entre a tradição liberal e o ideal de igualdade.

A tradição liberal, desde John Stuart Mill e John Locke, defende o governo da lei, do indivíduo e dos direitos humanos. Outra tradição, a igualitária, formou-se, a partir de Jean Jacques-Rousseau, por meio de uma soberania popular que inviabiliza a imposição ao povo da necessidade de respeitar as relações tradicionais de poder cristalizadas na noção liberal de direitos naturais. A relação entre essas duas tradições é contingente, e o problema do liberalismo é justamente entender que essa ligação histórica é necessária e universal:

Não há qualquer empecilho a pensar a democracia fora dos marcos do liberalismo político [...], o que não raras vezes é negligenciado pelo marco liberal, sobretudo quando se prefere o respeito cego e irrestrito às leis e às instituições ao compromisso com a subjetividade (vontade) popular (MENDONÇA; VIERA, 2014, p. 124).

A eliminação do *significante vazio*, em termos simples, significa que ele não é sem significado, mas implica a construção de um regime político. Ao determinar a ligação direta entre o populismo e o autoritarismo, constrói-se uma limitação das potencialidades da formação do conceito do povo: “Se, ao contrário, a identidade do ‘povo’ for estabelecida apenas através de mutáveis cadeias de equivalências, não existe motivo para pensar que um populismo que inclui os direitos humanos como um dos seus componentes esteja descartado *a priori*” (LACLAU, 2013, p. 249).

Finalmente, destaca-se a importância da nova obra de Ernesto Laclau na retomada de uma teoria política que questione a relação contingente entre soberania popular e direitos individuais. Porém, uma visão diferente questionaria sobre até que ponto as instituições liberais conseguem dar resposta à dicotomia *povo e instituições*. Sabendo que elas selecionam, principalmente, pela cor, sexualidade e gênero, pode-se pensar em outra forma da organização do social que não esteja restrita à dicotomia entre *deliberação racional e populismo demagógico*.

Sair do pressuposto do conflito social e da heterogeneidade faz com que se possa pensar a formação do povo e, de forma análoga, a tradição da soberania popular como o outro lado, unido em circunstâncias contingentes com as instituições liberais – mas que, nem por isso, torna-se uma relação eterna e imutável. Lidar com o contexto contemporâneo é, portanto, colocar em questão as narrativas tradicionais, seja do *populismo*, seja do *povo*, e pensar a política além do consenso e da racionalidade. Sobre esse ponto de vista, a obra de Ernesto Laclau tem muito a nos ensinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

———. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MENDONÇA, Daniel. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, Teoria Política Hoje, n. 1, p. 153-169, jan.-jun. 2009.

———. A subversão da igualdade e o cinismo democrático. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37. *Anais... Águas de Lindoia*, 2010.

MENDONÇA, Daniel; VIERA, Rodrigo. Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, Teorias da Democracia, n. 13, p. 89-195, jan.-abr. 2014.

MIGUEL, Luis. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8. *Anais... 2012*, Gramado, 2012.

MOUFFE, Chantal. *Agonistics: thinking the world politically*. London: Verso, 2013.

WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

POR UMA SOCIOLOGIA MARXISTA DA RELIGIÃO:

entrevista com Michael Löwy

Realizada por Deni Alfaro Rubbo^a e Marcelo Netto Rodrigues^b

Nascido em 06 de maio de 1938, na cidade de São Paulo, oriundo de uma família de judeus que imigrou para o Brasil na década de 1930, Michael Löwy ingressou no curso de Ciências Sociais, na Universidade de São Paulo (USP), em 1956. Em 1961, partiu à França para realizar seu doutorado, sob orientação de Lucien Goldmann, com um estudo sobre a questão da revolução no jovem Karl Marx. Desde então, permaneceu na França, onde posteriormente ingressou no prestigioso Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), do qual é atualmente pesquisador, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)¹.

Michael Löwy é um dos grandes nomes da Sociologia marxista contemporânea. É autor de livros e artigos traduzidos em vinte e cinco línguas, dentre os quais se destacam: *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*; *Franz Kafka, sonhador insubmisso*; *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade* (em coautoria com Robert Sayre); *A estrela deã manhã: surrealismo e marxismo*; *Walter Benjamin: Aviso de incêndio – Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*; *Marxismo e Teologia da Libertação*; e muitos outros.

Convidado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-USP) para ministrar uma disciplina intitulada “Sociologia marxista da religião”, o sociólogo franco-brasileiro discorreu não apenas sobre a obra de Marx e Engels, mas sobre uma diversidade de pensadores marxistas que, durante o século XX, expressaram uma visão rica e complexa dos fatos religiosos, repleta de diversos enfoques. Vários dos autores que foram discutidos durante o curso são chamados por Löwy de marxistas “heterodoxos”, e suas interpretações sobre os fenômenos religiosos são bastante inovadoras em relação aos “clássicos”, um aspecto geralmente ignorado nos programas de Sociologia da religião, bem como nos estudos sobre a história do pensamento marxista.

Nesta entrevista, concedida alguns meses depois de sua estadia no Brasil, via correio eletrônico, Michael Löwy respondeu a algumas perguntas sobre os autores

a Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e bolsista CAPES.

b Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

1 Para maiores detalhes sobre as atividades políticas e teóricas da trajetória de Löwy, consultar: JINKINGS, Ivana; PESCHANSKI, João Alexandre (Org.). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007.

estudados durante seu curso, na Universidade de São Paulo, no segundo semestre de 2014, além de discorrer sobre seu último livro lançado no Brasil, *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*.

Revista Plural Na primeira aula aberta do curso “Sociologia marxista das religiões”, na USP, o senhor abriu desenvolvendo a visão de Marx sobre a religião, destacando uma frase antológica do pensador alemão: “A religião é o ópio do povo”, considerada a quinta-essência da concepção marxista do fenômeno religioso, tanto por aqueles que apoiam Marx quanto por seus adversários. Qual é sua leitura dessa frase?

Michael Löwy Essa expressão não é própria de Marx... Antes de Marx, encontramos-a em escritos de Feuerbach, Moses Hess, Heinrich Heine e outros. Além disso, ela corresponde a uma etapa do pensamento do jovem Marx, anterior à descoberta do materialismo histórico, isto é, do método marxista. No momento em que ele escreve este texto – *Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1844) –, ele ainda é um jovem hegeliano de esquerda. Sua análise da religião nesse escrito é eminentemente *dialética*: ele a percebe como sendo, ao mesmo tempo, expressão da miséria real e protesto contra ela. Mas se trata ainda de uma reflexão idealista, sobre a “essência” intemporal da religião. Só a partir das *Teses sobre Feuerbach* – segundo Engels, o germe genial de uma nova concepção do mundo – que rompe tanto com o idealismo neo-hegeliano como com o materialismo vulgar do século XVIII, e que inaugura a *filosofia da práxis* (Gramsci) marxista, que começa realmente uma reflexão materialista histórica da religião. Essa reflexão será desenvolvida em *A ideologia alemã*² (1846), que examina a religião não como “essência” metafísica, mas como uma das várias formas da ideologia, isto é, da produção social de representações e formas de pensamento, que se transforma historicamente, em função das mudanças econômicas e sociais, e da evolução das classes sociais. O estudo da religião em relação com a luta de classes é a contribuição específica mais importante de Marx e Engels à compreensão dos fatos religiosos. Para resumir: “A religião é o ópio do povo” é uma fórmula polêmica, brilhante e espirituosa, mas anterior à análise propriamente marxista, histórica e materialista da religião.

Revista Plural José Carlos Mariátegui foi o único pensador latino-americano de seu curso. Como se sabe, a dimensão religiosa é extremamente importante em seu

2 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

pensamento, particularmente a influência que a obra de Georges Sorel exerceu sobre ele. Pouco mais de trinta anos da morte do pensador peruano, emergiu o fenômeno da Teologia da Libertação na América Latina, abrindo um novo capítulo histórico, que você analisou em seu livro a Guerra dos deuses³. Existe alguma afinidade que podemos traçar entre a dimensão religiosa de Mariátegui e a Teologia da Libertação? Saberíamos dizer se os teólogos da libertação foram leitores de Mariátegui?

Michael Löwy Marxista heterodoxo, José Carlos Mariátegui considerava o Socialismo como um movimento inspirado por sentimentos religiosos, mas se trata, a seu ver, de uma religião profana, materialista e terrestre. Em um artigo sobre Gandhi, de 1924, ele escreve:

El socialismo y el sindicalismo, a pesar de su concepción materialista de la historia, son menos materialistas de lo que parecen. Se apoyan sobre el interés de la mayoría, pero tienden a ennoblecer y dignificar la vida. Los occidentales son místicos y religiosos a su modo. Acaso la emoción revolucionaria no es una emoción religiosa? Acontece en el Occidente que la religiosidad se ha desplazado del cielo a la tierra. Sus motivos son humanos, son sociales; no son divinos. Pertenecen a la vida terrena y no a la vida celeste⁴.

Um ano depois, no ensaio “O homem e o mito” (1925), avança a tese herética de que o socialismo revolucionário, mais do que uma ciência, é uma “força religiosa”.

La burguesía se entretiene en una crítica racionalista del método, de la teoría, de la técnica de los revolucionarios. Qué incomprensión! La fuerza de los revolucionarios no está en su ciencia ; está en su fé, en su pasión, en su voluntad. Es una fuerza religiosa, mística, espiritual. Es la fuerza del Mito. La emoción revolucionaria, como escribí en un artículo sobre Gandhi, es una emoción religiosa⁵.

Gustavo Gutiérrez, o teólogo peruano que vai fundar a Teologia da Libertação, tinha uma grande admiração por seu conterrâneo marxista. Sabemos que dedicou um ano inteiro a dar um curso sobre Mariátegui. Em seu livro pioneiro, *Teologia*

3 LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

4 MARIÁTEGUI, José Carlos. “Gandhi”. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *La escena contemporánea*. Lima: Amauta, 1964

5 MARIÁTEGUI, José Carlos. “El Hombre y el Mito”. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *El alma matinal*. Lima: Amauta, 1971.

da *Libertação – perspectivas*⁶ (1971), José Carlos Mariátegui é citado várias vezes, mas Gutiérrez, que, ao contrário do Amauta, é um católico fervoroso, não retoma a tese do Socialismo como religião terrestre.

Revista Plural *Existe um paralelismo curioso entre o filósofo espanhol Miguel de Unamuno e Lucien Goldmann (outro pensador presente no curso). O sociólogo romeno é conhecido, entre outras contribuições, pelo estudo sobre aposta pascaliana (na existência de Deus) com base em valores trasindividuais, que compreende três elementos: o risco, o perigo do fracasso e a esperança no êxito⁷. Miguel de Unamuno, em *La agonía del cristianismo*⁸ (um livro, diga-se de passagem, que fascinou José Carlos Mariátegui), em um capítulo dedicado à fé pascaliana, analisa a questão da aposta como um argumento probabilístico, uma “racionalização do azar”. Para Unamuno, Pascal temia uma possível vitória da razão sobre sua fé. Existem pontos que convergem com a análise de Goldmann?*

Michael Löwy Existem, sem dúvida, convergências, embora eu não creia que Goldmann tenha lido Unamuno. O que os dois têm em comum é a ideia da aposta pascaliana como uma dialética entre a fé e a razão. Contudo, o que interessa a Goldmann é a necessidade da aposta para o Socialismo: como no caso de Pascal, o valor transindividual – para os marxistas, o futuro socialista da humanidade – não pode ser objeto de uma prova factual, científica. O cristão, escrevia Pascal, tem que “trabalhar para o incerto”, e o mesmo vale, observa Goldmann, para o socialista: nos dois casos, o pensamento e a ação têm como fundamento último a aposta. Não se encontra esse argumento político no belo livro de Unamuno, embora José Carlos Mariátegui tenha proposto uma leitura socialista do conceito de “agonia”.

Revista Plural *John Holloway afirma, em seu último livro, *Fissurar o capitalismo*⁹, estar em crise o conceito que reza que a luta anticapitalista é a luta do trabalho contra o capital. Segundo ele, a luta anticapitalista atual mais expressiva já não está centrada na tomada do poder, nem na ideia da luta do trabalho contra o capital – mas sim na atuação cotidiana em brechas do sistema e na luta contra o trabalho abstrato alienado. Como o senhor vê as organizações de esquerda que*

6 GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação – perspectivas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

7 LÖWY, Michael; NAÏR, Sami. *Lucien Goldmann, ou a dialética da totalidade*. São Paulo: Boitempo, 2005.

8 UNAMUNO, Miguel. *La agonía del cristianismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

9 HOLLOWAY, John. *Fissurar o capitalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

ainda apostam na “vanguarda” como tática para a tomada do poder (e, consequentemente, escape da “jaula de aço”) e na valorização do “desenvolvimento das forças produtivas” para que um dia a revolução chegue?

Michael Löwy Tenho muito respeito por John Holloway, como pensador anticapitalista e libertário, mas discordo de suas propostas; ou melhor, acho que enfatizam oposições, onde vejo mais complementaridade. As lutas cotidianas nas brechas do sistema são muito importantes, mas têm de se aliar com a luta do trabalho contra o capital, de forma a constituir um arco de forças que possa subverter o sistema capitalista. E quem poderá levar a luta contra o trabalho abstrato alienado, se não são os próprios trabalhadores? Quanto à “tomada do poder”, compartilho a crítica de Holloway às concepções autoritárias de monopólio do poder por uma “vanguarda”; mas isso não significa, em minha opinião, que as classes subalternas, os explorados e oprimidos não devam tomar o poder político das mãos da oligarquia dominante, estabelecendo uma verdadeira democracia. Finalmente, concordo com a crítica ao culto do “desenvolvimento das forças produtivas”, que caracteriza, até hoje, boa parte do pensamento de esquerda. Do ponto de vista ecossocialista, é preciso romper de um marxismo ecológico, de uma vez por todas, com a ilusão de um desenvolvimento ilimitado das forças produtivas em um planeta, que tem limites naturais. As forças produtivas criadas pelo capitalismo são responsáveis pela destruição do meio ambiente e pela iminente catástrofe da mudança climática. Uma transição ao ecossocialismo implica romper com o produtivismo e o consumismo da civilização capitalista industrial¹⁰.

Revista Plural *Em seu livro recém-lançado no Brasil, A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano¹¹, o senhor afirma que, após a morte de Max Weber, uma constelação de autores (Ernst Bloch, Walter Benjamin e Erich Fromm) emerge na República de Weimar, produzindo um conjunto de leituras anticapitalistas do sociólogo de Heidelberg. Por outro lado, na França, país que desde o final do século XIX se desenvolve, há, dentro do capitalismo, uma corrente crítica, anticapitalista, de pensamento, obras e movimentos religiosos (Charles Péguy, Emmanuel Mounier, cristãos revolucionários da frente popular, revista Esprit, etc.). Há algum registro de uma possível influência da tradição católica herética francesa nas ideias de Max Weber?*

10 Cf. Löwy, Michael. *O que é o ecossocialismo?* São Paulo: Cortez, 2014. (2ª edição).

11 Löwy, Michael. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Michael Löwy Não acredito que os pensadores da esquerda cristã francesa tenham tomado conhecimento de Max Weber! Ele foi traduzido muito tardiamente, e sua recepção ficou limitada ao terreno da Sociologia como disciplina acadêmica. Entretanto, a hipótese de Max Weber sobre uma tensão entre ética religiosa e racionalidade econômica e, mais precisamente, uma “profunda hostilidade” entre a ética católica e o espírito do capitalismo me parecem um ponto de partida muito útil para entender o surgimento dessa corrente católica francesa. A rejeição ética do capitalismo por pensadores como Charles Péguy ou Emmanuel Mounier corresponde perfeitamente ao argumento sugerido por Weber (embora nunca desenvolvido de forma sistemática em sua obra): o protesto católico contra o caráter frio, reificado, impessoal e, em última análise, “não ético” das relações de produção capitalistas.

Revista Plural Ainda no livro *A jaula de Aço*, no prefácio para a edição brasileira, o senhor diz que, “em contraste com a vulgata marxista de rejeição do ‘idealista’ Weber”, Florestan Fernandes escreve um prefácio, ainda quando estudante, em que tenta aproximar Marx e Weber. Já na introdução do livro, o senhor cita um ensaio seu de “weberologia”, escrito em 1969, em que visa demonstrar que as críticas feitas por Weber ao materialismo histórico, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*¹², não eram justificadas. Afinal, Weber deve ser tratado como “idealista” ou não?

Michael Löwy O que eu argumentava em meu artigo de 1969 e que retomo no livro *A jaula de aço* é que as críticas de Weber ao materialismo histórico, em *Ética protestante*, não procedem. Trata-se de duas ou três passagens do livro em que Weber tenta, em vão, opor ao materialismo histórico uma interpretação “idealista” das origens do capitalismo. Contudo, o argumento principal do livro de Weber não é este: o que lhe interessa é mostrar a afinidade eletiva (*Wahlverwandschaft*) – um termo que ele toma emprestado de Goethe – entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, deixando de lado a questão da prioridade causal. Em outras palavras, existem “deslizes” polêmicos “idealistas” no livro, mas não constituem o argumento essencial de sua pesquisa. De qualquer forma, parece-me um equívoco rejeitar a contribuição de Weber à análise e crítica do capitalismo, sob pretexto de que seria um autor “idealista”. Marx criticou o idealismo de Hegel, mas nem por isso deixou de integrar o método dialético em seu

12 WEBER, MAX. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

estudo do capital. Existem evidentes diferenças e oposições entre Weber e Marx – não somente metodológicas, mas também, e acima de tudo, políticas –, no entanto, ao mesmo tempo, há uma importante influência de Marx em alguns aspectos da análise do capitalismo por Weber. Além disso, a crítica de Weber ao sistema capitalista como “jaula de ferro” é algo que serviu a muitos marxistas – a começar pela Escola de Frankfurt –, em sua reflexão crítica. Por isso, acho que Florestan Fernandes tinha razão de buscar os pontos de convergência entre Marx e Weber, em vez de simplesmente rejeitar este último como “idealista”.

Revista Plural *Ainda no prefácio, o senhor diz que Florestan defendia que o método tipológico de Weber vai “na direção proposta por Marx”. Em que sentido?*

Michael Löwy Este é um argumento já sugerido por Lukács, em *História e consciência de classe*¹³ – um livro que, seguramente, Florestan não conhecia, em 1945. A hipótese comum aos dois é de que o conceito de capital em Marx seria algo parecido com o “tipo ideal” de Weber, isto é, uma construção teórica “pura”, totalmente coerente, que não se encontra, enquanto tal, na realidade empírica, que é sempre uma mistura “impura” de vários tipos ideais (no caso, modos de produção). É uma hipótese interessante, mas confesso que tenho minhas dúvidas. Acho que os conceitos de Marx são dialéticos; sua relação com a realidade empírica é diferente da dos tipos ideias neo-kantianos de Weber. O conceito dialético pretende dar conta da realidade e de suas contradições, não se trata de um simples instrumento cognitivo heurístico criado pelo pesquisador, mas é uma questão epistemológica complexa que não posso desenvolver aqui.

Revista Plural *Muitos afirmam categoricamente que, quando Weber fala de uma “jaula de aço”, ele quer se referir exclusivamente à “burocratização” da vida, sem que isso esteja necessariamente ligado, como o senhor defende, à “civilização capitalista”. Como é possível ter certeza sobre a que, de fato, Weber estava se referindo?*

Michael Löwy Na literatura norte-americana sobre Weber, a “jaula de aço” é sistematicamente interpretada como uma crítica à burocracia. Trata-se evidentemente de uma tentativa de evitar qualquer questionamento do capitalismo. Existem alguns textos de Weber em que o conceito de “jaula de aço” é utilizado para criticar, ao mesmo tempo, o sistema capitalista e a burocratização. Mas, no contexto de *Ética protestante* – sem dúvidas, o livro mais conhecido de Weber –, o termo se refere explicitamente à “ordem econômica capitalista” (citação de We-

13 LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ber). Em meu livro, dou todas as referências. Aliás, críticas contundentes ao capitalismo estão presentes em vários outros escritos de Weber, não necessariamente utilizando o termo “jaula de aço”.

Revista Plural *No Brasil, existe um crescimento espantoso das igrejas evangélicas, e sua visibilidade na arena política nacional tem se tornado objeto de diversos estudos. Recentemente, um vídeo circulou pelas redes sociais mostrando a formação de milícias na Igreja Universal, cujo objetivo é “servir Deus no altar”. Como o senhor tem observado esse fenômeno?*

Michael Löwy Não sou um especialista sobre as igrejas evangélicas neopentecostais. Nunca estudei esse fenômeno, e o que sei é de segunda mão, portanto, só posso dar uma opinião provisória. Parece-me que se trata de um movimento religioso com características profundamente conservadoras. A atitude intolerante me chama a atenção na maioria dessas igrejas contra as minorias sexuais e contra os cultos afro-brasileiros. A “teologia da prosperidade”, defendida por muitos pastores neopentecostais, é uma versão religiosa da ideologia neoliberal. Várias dessas igrejas funcionam como verdadeiras empresas capitalistas, com investimentos em vários ramos (redes de televisão, imóveis, etc.). Por outro lado, reconheço que, ao proibir aos fiéis o consumo de drogas ou álcool, os jogos de azar ou a frequência dos prostíbulos, as igrejas neopentecostais contribuem para melhorar a situação sanitária e econômica das famílias (em particular das mulheres). Claro, existem pessoas com ideias progressistas nessas igrejas evangélicas, mas são submetidas a pressões de pastores reacionários e muitas vezes acabam cedendo a essas pressões. Foi o caso, no ano passado, de Marina Silva.

Revista Plural *Como o senhor avalia o papado de Francisco no que diz respeito à luta para escaparmos da “jaula de aço”?*

Michael Löwy Confesso que tinha uma opinião bastante negativa de Jorge Bergoglio. Seu passado na Argentina, na época da ditadura, não me convencia: eu achava que, no mínimo, havia “pecado por omissão”. Mas seu desempenho, depois de assumir o pontificado como Francisco, surpreendeu-me muito positivamente. Um de seus primeiros atos foi visitar o porto de Famagusta, denunciando o tratamento inumano aos refugiados que chegam com condições precárias à Itália. Foi uma atitude corajosa, tanto mais que a opinião pública italiana é pouco favorável aos refugiados. Em seguida, pareceu-me muito importante o convite a Gustavo Gutiérrez de ir ao Vaticano, abrindo, assim, um espaço na Igreja para as ideias da Teologia da Libertação; no mesmo sentido foi a decisão de reabrir o

processo de beatificação de Monsenhor Oscar Romero – o arcebispo de San Salvador, assassinado pelos Esquadrões da Morte, em 1980 –, engavetado pelos papas anteriores. Sua encíclica do ano passado sobre questões econômicas é uma crítica bastante radical ao capitalismo e ao neoliberalismo, confirmando a tese de Max Weber à que me referia acima. Não por acaso ele enfrenta uma acirrada oposição interna, de parte dos setores mais conservadores da Igreja, capitaneados pelos bispos dos Estados Unidos e por ordens religiosas reacionárias, como o Opus Dei, com apoio nos grupos mais obscurantistas da cúria romana. A difícil batalha para mudar a oposição da Igreja sobre questões da família ilustra essa resistência de retaguarda. Dito isso, para quebrar as grades da “jaula de aço”, não basta uma encíclica do Vaticano: será preciso o esforço conjunto de todas as vítimas desta “escravidão sem mestre” (Max Weber disse) que se chama civilização capitalista ocidental moderna.